

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

**A GUARDIÃ: um retrato histórico e (auto)biográfico de Maria
Fernandes de Queiroga (Irmã Ana OSF) – 1949 a 2019**

IOLANDA DE SOUSA BARRETO

JOÃO PESSOA - PB

SETEMBRO/2019

IOLANDA DE SOUSA BARRETO

**A GUARDIÃ: UM RETRATO HISTÓRICO E (AUTO)BIOGRÁFICO DE MARIA
FERNANDES DE QUEIROGA (IRMÃ ANA OSF) – 1949 a 2019**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal da Paraíba
como exigência para a obtenção do título de Doutora
em Educação.

Linha de pesquisa: História da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Charliton José dos Santos
Machado

JOÃO PESSOA - PB

SETEMBRO/2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B273g Barreto, Iolanda de Sousa.

A GUARDIÃ: um retrato histórico e (auto)biográfico de
Maria Fernandes de Queiroga (Irmã Ana OSF) - 1949 a
2019 / Iolanda de Sousa Barreto. - João Pessoa, 2019.
349f. : il.

Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Práxis educativa. 2. Grupos-referência. 3.
(Auto)biografia. I. Título

UFPB/BC

IOLANDA DE SOUSA BARRETO

**A GUARDIÃ: UM RETRATO HISTÓRICO E (AUTO)BIOGRÁFICO DE MARIA
FERNANDES DE QUEIROGA (IRMÃ ANA OSF) – 1949 a 2019**

TESE DEFENDIDA EM 27/09/2019

COMISSÃO EXAMINADORA:



Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado (UFPB)
Orientador



Profa. Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes (UFPB)
Examinadora Interna



Profa. Dra. Mauricéia Ananias (UFPB)
Examinadora Interna

Profa. Dra. Gilvete de Lima Gabriel (UFRR)
Examinadora Externa

Profa. Dra. Lia Machado Fiuza Fialho (UECE)
Examinadora Externa

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos(as) os(as) professores(as) que escrevem e inscrevem suas histórias no chão da escola e atuam para fazer desta um verdadeiro espaço de descobertas significativas e renovadas esperanças. Em especial, dedico a Irmã Ana e a todos(as) os(as) professores(as) que contribuíram com a formação de novos professores(as) a partir do Curso Normal do Colégio Normal Francisca Mendes.

AGRADECIMENTOS

A Deus, chama de amor em minha vida.

Ao meu esposo, Luciano Magno Barreto, por sua companhia, por sua compreensão, por sua ajuda e amor constantes.

Às minhas filhas, Laís, Lívia e Luciana, por darem sentido e colorido a minha história de vida.

Aos meus pais, Isabel (*in memorian*) e João, pela mais pura expressão do amor.

Aos meus sogros, Luís Paiva de Pontes e Maria Antônia Barreto Paiva (*in memorian*), pelo acolhimento paternal e pela dádiva de nossa convivência.

Às minhas irmãs, Maria de Fátima e Vanderléia, pelo amor fraterno e por toda a força e apoio a mim dedicados nessa caminhada.

Ao meu orientador, Professor Dr. Charliton José dos Santos Machado, pelas lições de conhecimento e humanidade.

Aos professores(as) do Programa de Pós-Graduação em Educação na Linha de História da Educação, pela generosidade em partilhar seus conhecimentos e por me instrumentalizarem cientificamente para a realização dessa pesquisa.

Às professoras, Dra. Gilvete de Lima Gabriel, Dra. Mauricéia Ananias, Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes e Dra. Lia Machado Fiuza Fialho, pela gentileza em aceitar o convite para participar de minha banca examinadora e pelo tempo e apreciações obsequiadas a esse trabalho.

Aos colegas da turma 36 do Doutorado em Educação, pela camaradagem ao longo desse período de convívio comum e pelas contribuições valiosas socializadas em momentos de partilha.

A Irmã Ana, pela generosa oferta de abrir o seu livro da vida em forma de narrativas. Agradeço pela paciência de todos os momentos e pela confiança em mim depositada.

A todos(as) que de alguma forma contribuíram com essa pesquisa ou que estiveram na torcida pelo seu êxito, o meu muito obrigada.

“[...]Todo mundo ama um dia
Todo mundo chora
Um dia a gente chega
E no outro vai embora

Cada um de nós compõe a sua história
Cada ser em si
Carrega o dom de ser capaz
E ser feliz.”

(Almir Sater e Renato Teixeira)

BARRETO, Iolanda de Sousa. A guardiã: um retrato histórico e (auto)biográfico de Maria Fernandes de Queiroga (Irmã Ana OSF) – 1949 a 2019. Tese apresentada para a conclusão do Curso de Doutorado em Educação. Universidade Federal da Paraíba. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. João Pessoa: 2019.

RESUMO

Desenvolvida no âmbito do Projeto Educação e Educadoras na Paraíba do Século XX: práticas, leituras e representações, do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a História da Educação da Paraíba – HISTEDBR/PB, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), esta pesquisa de doutoramento tem por objetivo geral compreender a trajetória de vida da religiosa e educadora Maria Fernandes de Queiroga (Irmã Ana), descortinando as especificidades de sua *práxis* educativa e de sua constituição identitária pessoal e profissional. A tese defendida é a de que Irmã Ana teve uma atuação profissional destacada, sobretudo, na formação de professores da localidade de Catolé do Rocha-PB e de outras cidades do seu entorno, enquanto o Curso Pedagógico se fez presente no Colégio Normal Francisca Mendes (CNFM), constituindo-se, ainda, há mais de meio século, enquanto guardiã do referido colégio, assim como dos valores confessionais e saberes educacionais apreendidos por meio da convivência com diversos grupos-referência, sobretudo as Irmãs Franciscanas de Dillingen (Alemanha), ao mesmo tempo em que tem exercido o papel de divulgadora desses valores e saberes por meio de sua *práxis* educativa. O recorte temporal compreende o período entre 1949, quando Irmã Ana inicia seus estudos no Curso Normal Regional na então Escola Normal Dona Francisca Henriques Mendes, até o ano de 2019 em que, além de prestar assessoria administrativa e pedagógica no CNFM, se ocupa ainda com outras atividades educacionais e religiosas. A pesquisa orienta-se pelos referenciais teóricos da Nova História Cultural, se insere na abordagem (Auto)biográfica e toma por suporte metodológico a História Oral, utilizando-se de fontes orais: as narrativas de memória da biografada e entrevistas com professoras que foram suas alunas; fontes escritas e imagéticas: cadernos, textos (auto)biográficos, documentos oficiais do colégio e ainda livros, fotografias e outros materiais referentes à história da biografada, à história de Catolé do Rocha, das Irmãs Franciscanas de Dillingen e do CNFM. Nesse sentido, com base em uma minuciosa investigação e na análise e interpretação das fontes, a (auto)biografia de Irmã Ana foi construída a partir da ressignificação advinda da revelação de suas próprias memórias, com enfoque principal para a sua *práxis* educativa, a qual certamente está vinculada às suas experiências de vida pessoal.

Palavras-chave: *Práxis* educativa. Grupos-referência. (Auto)biografia.

BARRETO, Iolanda de Sousa. The guardian: A historical portrait and (auto)biographic of Maria Fernandes de Queiroga (Sister Ana OSF) - 1949 to 2019. Thesis presented for the conclusion of a Doctorate Course in Education. Federal University of Paraíba. Education Center. Postgraduate Program in Education. João Pessoa: 2019.

ABSTRACT

This doctoral research was developed under the Project Education and Women Educators in Paraíba in the Twentieth Century: practices, readings and representations, of the Group of Study and Research on the History of Education in Paraíba – HISTEDBR/PB, bound to the Graduate Program in Education (PPGE), Federal University of Paraíba (UFPB). The general objective of this study is to comprehend the life path of religious woman and educator Maria Fernandes de Queiroga (Sister Ana), unveiling the characteristics of her educational praxis as well as her personal and professional identity. The thesis we defend is that Sister Ana had an outstanding professional work, especially in training teachers in the city of Catolé do Rocha, state of Paraíba, Brazil, and surrounding cities while the Course of Pedagogy was offered in the Normal School Francisca Mendes (NSFM). For over half a century she has been the guardian of that school and of confessional values and educational knowledge learned by living with several reference groups, especially the Franciscan Sisters of Dillingen (Germany). Sister Ana has also fostered these values and knowledge through her educational praxis. The study covered the time frame between 1949, when Sister Ana started her studies in the Regional Normal Course in the then Normal School Dona Francisca Henriques Mendes, and 2019, when she gives administrative and pedagogical assistance to NSFM, and dedicates herself to other educational and religious activities. This study relies on the theoretical references of the New Cultural History, on the (auto)biographical approach and the methodological support of Oral History. The study used oral sources: Sister Ana's memories narrated by herself and interviews with teachers who were her students; and written sources and pictures: textbooks, (auto)biographical texts, official documents of the school as well as books, photos and other materials regarding the history of Sister Ana, of Catolé do Rocha, of the Franciscan Sisters of Dillingen, and of the CNFM. Thus, based on a thorough investigation, analysis and interpretation of the sources, the (auto)biography of Sister Ana was constructed by the resignification generated in the disclosure of her own memories, with a special focus on her educational praxis, which is certainly associated with her personal life experience.

Key words: Educational Praxis. Reference Groups. (Auto)biography.

BARRETO, Iolanda de Sousa. La guardiana: Um retrato histórico y autobiográfico de Maria Fernandes de Queiroga (Hermana Ana OSF) – 1949 a 2019. Tesis presentada para la realización de un doctorado en Educación. Universidad Federal de Paraíba. Centro de Educación. Programa de Postgrado en Educación. Joao Pessoa: 2019.

RESUMEN

Desarrollada en el contexto del Proyecto Educación y Educadoras en la Paraíba del siglo XX: prácticas, lecturas y representaciones, del grupo de Estudios e Investigaciones sobre la Historia de la Educación de la Paraíba- HISTEDBR/PB, vinculado al programa de Posgrado en Educación (PPGE) de la Universidade Federal da Paraíba (UFPB), esta investigación de doctorado tiene como objetivo general comprender la trayectoria de vida de la educadora y religiosa Maria Fernandes de Queiroga (hermana Ana), desvelando los detalles de sus praxis educativa y de su constitución de identidad personal y profesional. La tesis defendida es, de que la hermana Ana tuvo una actuación profesional de destaque, sobre todo, en la formación de profesores en la localidad de Catolé do Rocha-PB y de otras ciudades ubicadas alrededor, mientras la carrera pedagógica se hizo presente en el Colegio Normal Francisca Mendes (CNFM), aún constituyéndose, a más de medio ciclo como guardiana de este colegio, así también como de los valores confesionales y de los conocimientos educativos aprendidos por medio de la convivencia con varios grupos referenciales, sobre todo las hermanas Franciscanas de Dillingen (Alemania), al mismo tiempo en que viene ejerciendo el rol de la propagación de esos valores y conocimientos por medio de su praxis educativa. El recorte temporal abarca el tiempo entre 1949, cuando la hermana Ana empieza sus estudios en el Curso Normal Regional, que hasta entonces se llamaba Escuela Normal Dona Francisca Henrique Mendes, hasta el año de 2019 en que, además de prestar asesoría administrativa y pedagógica en el CNFM, aun se ocupa con otras actividades educacionales y religiosas. La investigación se orienta por los referenciales teóricos de la Nova Historia Cultural, se inserta en el abordaje autobiográfico y toma por soporte metodológico la Historia Oral, utilizándose de fuentes orales: Las narrativas de memoria de la biografiada y entrevista con profesoras que fueron sus alumnas; fuentes escritas e ilustrativas: cuadernos, textos autobiográficos, documentos oficiales del colegio y libros, fotografías de otros materiales referentes a la historia de la hermana, la historia de Catolé do Rocha, de las hermanas Franciscanas de Dillingen y del CNFM. En este sentido, con base en una minuciosa investigación y en el análisis e interpretación de las fuentes, la (auto)biografía de la hermana Ana fue construida a partir de la reformulación advenida de la revelación de sus propias memorias, con enfoque principal para su praxis educativa, la cual está vinculada ciertamente a sus experiencias de vida personal.

Palabras Claves: Praxis Educativa. Grupos referenciales. (Auto)biografía.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CE	Centro de Educação
CIPA	Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)biográfica
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNFM	Colégio Normal Francisca Mendes
Con.	Cônego
CTDV	Colégio Técnico Dom Vital
D.	Dona
Ed.	Editora
HISTEDBR	Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”
HISTEDBR/GTPB	Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” - Grupo de Trabalho da Paraíba
HO	História Oral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
MAFQ	Maria Ana Fernandes de Queiroga
Mons.	Monsenhor
OSF	Ordem de São Francisco
PB	Paraíba
Pe.	Padre
PIB	Produto Interno Bruto
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGLE	Programa de Pós-Graduação em Linguística e Ensino

Prov.	Província
Revmo.	Reverendíssimo
RN	Rio Grande do Norte
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização do município paraibano de São João do Rio do Peixe em mapa de indicadores populacionais.	50
Figura 2: Quadro com as fotos panorâmicas das cidades de São João do Rio do Peixe-PB e Catolé do Rocha-PB.....	56
Figura 3: Localização do município paraibano de Catolé do Rocha em mapa de indicadores populacionais.	57
Figura 4: Vista panorâmica da cidade de Catolé do Rocha – PB.....	59
Figura 5: Vista do Monte Tabor e Igreja Matriz, Catolé do Rocha – PB.	59
Figura 6: Gráfico representativo da população residente por religião no município de Catolé do Rocha – PB.....	63
Figura 7: Colégio Normal Francisca Mendes.	70
Figura 8: Construção do Colégio Normal Francisca Mendes.	75
Figura 9: Matéria do Jornal “A União”.	80
Figura 10: Fundadoras do CNFM, as Irmãs Franciscanas de Dillingen.	81
Figura 11: 11ª turma de concluintes do Curso Normal do CNFM, em 1952.....	82
Figura 12: Fachada original do CNFM com o monumento do Cristo defronte.	105
Figura 13: Monumento do Cristo no espaço interno do CNFM..	106
Figura 14: Imagem de São Francisco de Assis, doada pelo casal Mendes Ribeiro.	108
Figura 15: Imagem de Santa Rita de Cássia, doada pelo casal Mendes Ribeiro... ..	108
Figura 16: Imagem Nossa Senhora do Carmo, doada pelo casal Mendes Ribeiro.	109
Figura 17: Detalhe de placa em imagem sacra.....	109
Figura 18: Imagem de Santa Ana, doada pelo casal Mendes Ribeiro.....	109
Figura 19: Imagem de São Sebastião, doada pelo casal Mendes Ribeiro.....	109
Figura 20: Móvel austríaca e piano doados pelo casal Mendes Ribeiro.	110
Figura 21: Lembrança da bênção das imagens doadas ao CNFM pelo casal Mendes Ribeiro.....	110

Figura 22: Irmãs franciscanas e trabalhadores da obra de recolocação do monumento do Cristo no interior do colégio.....	113
Figura 23: Reinauguração do monumento do Cristo no interior do colégio.....	113
Figura 24: Obelisco em homenagem aos 25 anos do CNFM.....	114
Figura 25: Mulheres no pedestal do obelisco da antiga Praça Mendes Ribeiro.....	115
Figura 26: Quadro de São Francisco, produzido por Irmã Ana com técnica de recortes.	130
Figura 27: Turma de alunas em apresentação de ginástica artística	133
Figura 28: Turma de alunas em apresentação de ginástica artística.	133
Figura 29: Turma de alunas em apresentação de ginástica artística.	134
Figura 30: Turma de alunas em apresentação de ginástica artística.	134
Figura 31: Ir. M. Gonsalez Hemann.	137
Figura 32: Ir. M. Siegfrieda Heinrich.....	139
Figura 33: Ir. M. Eleonore Brumm.	141
Figura 34: Ir. M. Engelsindis Holfelder.	143
Figura 35: Estrutura arquitetônica atual do CNFM.	144
Figura 36: Teatro Salão Pax do CNFM.	144
Figura 37: Ir. M. Urbana Schubert, segunda da esquerda para a direita.....	146
Figura 38: Irmã Ana na atualidade.	147
Figura 39: Certificado do 1º Curso de Preparação Intensiva de Professores de 1º Ciclo realizado em João Pessoa-PB	155
Figura 40: Grade Curricular do Curso de Aperfeiçoamento realizado em Belo Horizonte- MG.	157
Figura 41: Certificado do Curso de Aperfeiçoamento realizado em Belo Horizonte- MG.	158
Figura 42: Influência da matemática na história.	160
Figura 43: Prece para o trabalho.....	160
Figura 44: Unidades de estudo da matemática.....	160
Figura 45: Metodologias de ensino da matemática.....	160
Figura 46: Como deve ser a avaliação.....	161
Figura 47: Como deve ser o preparo do professor.....	161

Figura 48: A prontidão para a aprendizagem.	161
Figura 49: Dificuldades Encontradas na Escola Primária.....	161
Figura 50: Interação entre as matérias.....	162
Figura 51: Jardim da Infância Irmã Eleonore Brumm, CNFM.....	177
Figura 52: Caderno de orientações pedagógicas para a Educação Infantil do CNFM.	178
Figura 53: Homenagem a Irmã Ana.	191
Figura 54: Convite e programação geral das comemorações pelos 80 anos do CNFM.	195
Figura 55: Irmã Ana posando com álbuns de fotos.	205
Figura 56: Irmã Ana fitando os álbuns de fotos.	205
Figura 57: Irmã Ana narrando aos alunos a história do CNFM.	206
Figura 58: Irmã Ana registrando momento de comemoração dos oitenta anos do CNFM.	208
Figura 59: Professoras e alunas do Curso Pedagógico em Tarde Literária.	209
Figura 60: Irmã Ana e Irmã Stella em encontro com Irmã Eleonore Brumm.	210
Figura 61: Irmã Ana em Escola São Francisco em Kaiserslantern, Rheinland- Pfalz. Alemanha.	211
Figura 62: Em companhia de um bandolim. Alemanha, abril de 1994.	211
Figura 63: Com o irmão, Monsenhor Gervásio, na parte mais antiga da Casa-mãe, em Diillingen, Alemanha.....	211
Figura 64: Irmã Ana dançando quadrilha junina.....	212
Figura 65: Irmã Ana acompanhando o CNFM em desfile cívico	213
Figura 66: Juventude em ação no Primeiro Congresso de Jovens de Catolé do Rocha.	213
Figura 67: Comissão organizadora do 2º Congresso de Jovens de catolé do Rocha.	214
Figura 68: Professorandas em Estágio Supervisionado do Curso Normal do CNFM.	215
Figura 69: Irmã Ana em solenidade de formatura da 24ª turma concluinte do Curso pedagógico do CNFM.	216

Figura 70: Irmã Ana com os pais, Ana e João Adelino na velhice.....	216
Figura 71: Irmã Ana durante evento religioso em comemoração aos 40 anos do CNFM.	217
Figura 72: Fotografia de Irmã Ana durante evento religioso em comemoração aos 40 anos do CNFM, com as fundadoras alemãs e a funcionária homenageada: Maria Ambrosina.	218
Figura 73: Irmã Ana durante o evento de sua formatura no curso de Pedagogia da UFPB.....	219
Figura 74: Irmã Ana na infância, com os pais e o irmão Gervásio.	220
Figura 75: Irmã Ana na adolescência junto às colegas do Curso Normal do CNFM.	221
Figura 76: Irmã Ana com a irmã Ana Sittour de Queiroga.....	221
Figura 77: Irmã Ana na formatura do Curso Normal Regional.	221
Figura 78: Irmã Ana como candidata à vida religiosa, com colegas e a mestra, Irmã Siegfrieda Heinrich	222
Figura 79: Em família, após a emissão dos votos religiosos consagrados.	222
Figura 80: Ausência sentida: Terezinha, a irmã falecida aos doze anos de idade.	222

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1: Total de orientações dos professores vinculados à linha de História da Educação no PPGE da UFPB nos anos de 2009 a 2016.....	22
Quadro 2: Número de dissertações e teses defendidas na linha de História da Educação no PPGE da UFPB nos anos de 2009 a 2016.....	23
Quadro 3: Professores que atuaram no Curso Normal do CNFM entre 1977 e 2015	172
Quadro 4: Número de professores formados pelo Curso Normal do CNFM de 1962 a 2015.	174
Quadro 5: Relação dos diplomas e títulos de Irmã Ana na área Educacional.....	180

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE.....	20
O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESTUDO (AUTO)BIOGRÁFICO NO CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARAIBANA.....	20
CAPÍTULO 1 – UMA INTERCESSÃO ENTRE LUGAR, OBJETO E PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA HISTORIOGRÁFICA.....	20
1.1 Um lugar, um retorno: o presente visita o passado.....	20
1.2 Pressupostos teórico-metodológicos que direcionam a problemática de pesquisa: uma contínua busca por respostas	31
1.2.1 A Nova História Cultural	31
1.2.2 A Micro-História ou Microscópio Social: um método, uma escolha	33
1.2.3 A abordagem (Auto)biográfica e a História Oral: modos de fazer História	36
1.2.4 O convite, um reencontro	42
CAPÍTULO 2 – ORIGENS E RAÍZES: O SUJEITO E O SEU LUGAR.....	50
2.1 O começo de tudo	50
2.2 Catolé do Rocha: passado e presente.....	57
2.3 Colégio Normal Francisca Mendes (CNFM): um lugar de vida.....	68
2.3.1 Construindo um colégio, construindo uma história.....	74
2.3.2 “Nossas mestras nos transmitiam valores que jamais se apagarão da vida de cada uma”	82
SEGUNDA PARTE	99
MARIA FERNANDES DE QUEIROGA (IRMÃ ANA OSF): A DIMENSÃO DE UM RETRATO (AUTO)BIOGRÁFICO.....	99
CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE	99
3.1 O que há por trás de um sujeito ?	99
3.2 Caminhos de formação escolar	117
3.3 A ação dos grupos-referência.....	123
CAPÍTULO 4 – A PRÁXIS DE IRMÃ ANA	149
4.1 Círculo de atuação educativa: CNFM, Catolé do Rocha, Paraíba	149
4.2 O Curso Normal do CNFM: do vigor ao declínio	183
4.3 Impressões do presente	189

CAPÍTULO 5 – ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS	197
5.1 O Fenômeno fotográfico.....	197
5.1.1 Detalhes de uma vida.....	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
REFERÊNCIAS:	230
ANEXOS	238

PRIMEIRA PARTE

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESTUDO (AUTO)BIOGRÁFICO NO CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARAIBANA

CAPÍTULO 1 – UMA INTERCESSÃO ENTRE LUGAR, OBJETO E PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA HISTORIOGRÁFICA

1.1 Um lugar, um retorno: o presente visita o passado

A pesquisa que ora apresento, intitulada A GUARDIÃ: um retrato histórico e (auto)biográfico de Maria Fernandes de Queiroga (Irmã Maria Ana, OSF¹) – 1949 a 2019, fixa-se nas especificidades e particularidades da vida de atores individuais e, neste caso específico, traz ao foco de análise a narrativa de vida² e a prática educativa de Irmã Ana, religiosa e educadora do sertão paraibano. Assenta-se nos fundamentos teórico-metodológicos da Nova História Cultural³, convergindo para um trabalho historiográfico pautado na Micro-História⁴ e que considera a relevância da investigação sobre a profissão docente.

¹ Ir. Maria Ana, OSF: nome designado pela congregação religiosa da qual faz parte: a Ordem de São Francisco (OSF). O termo Irmã Ana será utilizado no corpo do texto como referência à Maria Fernandes de Queiroga por assim ser mais conhecida na localidade em que atua e reside.

² A narrativa de vida resulta de uma forma particular de entrevista, a 'entrevista narrativa', durante a qual um 'pesquisador' (que pode ser um estudante) pede a uma pessoa, então denominada 'sujeito', que lhe conte toda ou uma parte de sua experiência vivida. (BERTAUX, 2010, p. 15)

³ Configuração historiográfica emergida nas últimas décadas do século XX, tendo por referência, sobretudo, o pensamento historiográfico francês, especificamente da terceira geração da *Escola dos Annales*. A Nova História Cultural abriu-se aos diálogos interdisciplinares, relacionando a História com outros campos do conhecimento, como a Antropologia, a Linguística, a Psicologia, dentre outros e às novas problematizações. Jacques Le Goff e Pierre Nora (1988) sintetizam os novos caminhos da pesquisa histórica: novos problemas, novas abordagens e novos objetos.

⁴ Modelo empregado na historiografia contemporânea, sobretudo a partir da década de 1970, em oposição aos métodos quantitativos e às macroanálises sociais largamente empregados até a emergência da Nova História Cultural. Para Burke (2005, p.60): "Em primeiro lugar, a micro-história foi uma reação contra um certo estilo de história social que seguia o modelo de história econômica, empregando métodos quantitativos e descrevendo tendências gerais, sem atribuir muita importância à variedade ou especificidade das culturas locais. Em segundo lugar, a micro-história foi uma reação ao encontro com a antropologia. Os antropólogos ofereciam um modelo alternativo, a ampliação do estudo de caso onde havia espaço para a cultura, para a liberdade em relação ao determinismo social e

O recorte temporal compreende o período entre 1949, quando Irmã Ana inicia seus estudos no Curso Normal Regional na então Escola Normal Dona Francisca Henriques Mendes, até o ano de 2019 em que, além de prestar assessoria administrativa e pedagógica no referido colégio, se ocupa ainda com outras atividades educacionais e religiosas. A escolha por este recorte temporal deu-se em função do propósito em ampliar o conhecimento sobre a atuação da educadora, analisando os caminhos e descaminhos percebidos em sua trajetória de vida, assim como em relação à formação de sua identidade pessoal, docente e religiosa.

O lugar⁵ de referência do desenvolvimento do presente estudo é o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a História da Educação da Paraíba – HISTEDBR/PB, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no qual passo a participar, no ano de 2012, das atividades integradas ao projeto “Educação e educadoras na Paraíba do século XX: práticas, leituras e representações”, coordenado pelos professores(as) Dr. Charliton José dos Santos Machado e Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes.

Lugar, por natureza, da pesquisa e da prática historiográfica da educação brasileira, constitui-se enquanto espaço fecundo de produções e contribuições para a constituição da memória/identidade⁶ do campo da educação paraibana ao abarcar vários projetos de pesquisa vinculados às três linhas que o estruturam: História das políticas educacionais e das instituições escolares; Práticas educativas e culturas escolares; e Histórias de intelectuais, (auto)biografias e estudos de gênero. Importante se faz destacar que seus pesquisadores, contemplando temáticas e periodizações

econômico, e para os indivíduos, rostos na multidão. O microscópio era uma alternativa atraente para o telescópio, permitindo que as experiências concretas, individuais ou locais, reingressassem na história.”

⁵ Termo empregado no sentido de “lugar social” conforme define Certeau (1982, p.66): “um lugar de produção socioeconômico, político e cultural.”

⁶ Compreendidos em seu imbricamento, conforme define Pollak (1992, p. 2004): “A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. [...] A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros.”

variadas, vêm desenvolvendo e publicando trabalhos científicos relevantes para a comunidade acadêmica e a sociedade, de um modo geral, capacitando, também, alunos da graduação e da pós-graduação para a operação historiográfica. Esta, para Certeau (1982, p.46): “[...] se refere à combinação de um lugar social, práticas científicas e uma escrita”.

Em recente inventário do Estado da Arte referente aos trabalhos produzidos na linha de História da Educação desde a sua criação no PPGE/UFPB, no ano de 2007, balanço este realizado por um grupo de alunos⁷ da turma 36 sob a orientação da Professora Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes, é possível constatar essa contribuição, em números, como se observa no quadro 1.

TOTAL DE ORIENTAÇÕES DOS PROFESSORES QUE CONTRIBUÍRAM COM A LINHA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO PPGE			
ORIENTADOR (A)	PRODUÇÕES DOS ANOS DE 2009 a 2016		TOTAL
	DISSERTAÇÕES	TESES	
ANTONIO CARLOS FERREIRA PINHEIRO	06	04	10
CARLOS AUGUSTO DE AMORIM CARDOSO	04	01	05
CHARLITON JOSÉ DOS SANTOS MACHADO	09	05	14
CLAUDIA ENGLER CURY	03	05	08
FABIANA SENNA DA SILVA	04	00	04
IRANILSON BURITI DE OLIVEIRA	03	00	03
JEAN CARLO DE CARVALHO COSTA	06	00	06
MARIA ADAILZA M. DE ALBUQUERQUE	03	00	03
MARIA DO SOCORRO NÓBREGA QUEIROGA	04	00	04
MARIA ELIZETE G. CARVALHO	05	00	05
MARIA LÚCIA DA SILVA NUNES	09	00	09
MAURICEIA ANANIAS	06	00	06
WOJCIECH ANDRZEJ KULESZA	07	03	10
TOTAL GERAL	69	18	87

Quadro 1: Total de orientações dos professores vinculados à linha de História da Educação no PPGE da Universidade Federal da Paraíba nos anos de 2009 a 2016. Fonte: Thais Jussara de Oliveira Guedes Isidro, 2018.⁸

⁷ Grupo composto pelos(as) mestrandos(as): Auristela Rodrigues, Bruna Gomes Oliveira, José Roberto Moraes dos Santos, Renata Cristina da Silva e Thais Jussara de Oliveira Guedes Isidro. O ano de referência 2009 justifica-se por ser o marco temporal dos primeiros trabalhos publicados na linha de História da Educação do PPGE/UFPB.

⁸ Para maiores informações sobre o Estado da Arte das produções científicas da linha de História da Educação do PPGE/UFPB consultar a dissertação de mestrado intitulada NILZA FERNANDES DE

O HISTEDBR/PB, desde a sua origem, no ano de 1992, está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR”⁹ que tem como sede a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, congregando pesquisadores em História da Educação espalhados pelo Brasil e alinhados a diversas tendências e abordagens teórico metodológicas, o que, inclusive, constitui uma das marcas do Grupo. Tal assertiva é endossada por Kulesza (2006, p. 182) quando ao grupo se refere: “[...] evidente que nele não havia nenhuma estreiteza teórica ou patrulhamento ideológico. Pelo contrário, a diversidade teórica era uma de suas características e, podemos dizer principal fator de sua vitalidade e longevidade.”

No quadro 2 observa-se um trabalho profícuo no que concerne às produções no interior do grupo de estudos da Paraíba, tanto de dissertações como de teses.

LINHA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, DO PPGE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA		
ANO	DISSERTAÇÕES	TESES
2009	6	-
2010	6	-
2011	10	-
2012	12	2
2013	6	5
2014	5	5
2015	14	6
2016	10	-
TOTAL	69	18

Quadro 2: Número de dissertações e teses defendidas na linha de História da Educação no PPGE da Universidade Federal da Paraíba nos anos de 2009 a 2016.

Fonte: Thais Jussara de Oliveira Guedes Isidro, 2018.

SOUZA: tessituras de memórias de uma educadora de Mamanguape/PB (1954 – 1985) da autoria de Thais Jussara de Oliveira Guedes Isidro, PPGE-2018

⁹ Para mais informações sobre o HISTEDBR consultar PINHEIRO & CURY (organizadores). Histórias da Educação da Paraíba: Rememorar e Comemorar – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.

Envolta nas discussões fomentadas no interior do HISTEDBR/PB, ligadas ao projeto já citado: “Educação e educadoras na Paraíba do século XX: práticas, leituras e representações”, passo a gestar em mim o desejo de estudar, no meu lugar de origem — a cidade de Catolé do Rocha, encravada no alto sertão da Paraíba — a história das cinco Irmãs Franciscanas de Dillingen¹⁰: Irmholda Brumm, Gonzalez Hermann, Urbana Schöberl, Engelsindis Holfelder e Siegfrieda Heinrich, alemãs que lá chegaram no ano de 1939 e fundaram a Escola Normal Dona Francisca Henriques Mendes¹¹. A construção do prédio escolar fora viabilizada por um empreendedor da capital paraibana, de origem catoleense, o Coronel Antônio Mendes Ribeiro, que desejoso de homenagear e perpetuar a memória de sua mãe, a também catoleense Francisca Henriques Mendes, fizera a doação da obra à cidade de Catolé do Rocha, mais especificamente à Mitra Diocesana de Cajazeiras, conforme documento público datado de 22 de maio de 1943.

Com o intuito de coletar fontes para a construção do meu projeto de pesquisa, retorno, em 2012, à minha cidade natal e, especificamente, ao Colégio Normal Francisca Mendes (CNFM), onde percorri toda a minha trajetória escolar — desde o ingresso na Classe de Alfabetização (na época chamada de Preliminar), no ano de 1980, até o término do curso Pedagógico, em 1991 — e tive as primeiras experiências com a prática pedagógica, ao atuar como professoranda¹² nas séries iniciais do então 1º Grau, atualmente Ensino Fundamental. Lugar, onde se deu, assim, uma escolha vocacional que perdura até os dias atuais, sempre marcada por inquietações, por dúvidas e mesmo decepções, porém com um desejo ardente de desbravar, de

¹⁰ Freiras fundadoras do Colégio Normal Francisca Mendes em 1939, oriundas do distrito de Dillingen, Alemanha e emigradas ao Brasil devido às perseguições às ordens religiosas promovidas pelo ditador nazista Adolf Hitler, durante a II Guerra Mundial. Detalhes sobre a vida e atuação das cinco religiosas serão apresentados, neste trabalho, no capítulo 3. Sobre a história das Irmãs Franciscanas de Dillingen, consultar Ir. Michaela Haas, OSF. História das Irmãs Franciscanas de Dillingen – Rio de Janeiro: Edição da Divina Providência no Brasil, 2000.

¹¹ Para conhecer a história do Colégio Normal Francisca Mendes, consultar SOUSA, Maria Cleide Soares de. Dissertação COLÉGIO NORMAL FRANCISCA MENDES; CAMINHOS DA ESCOLA NORMAL EM CATOLÉ DO ROCHA/PB – 1939 A 1959. Arquivo digital, Biblioteca Central UFPB, 2012.

¹² Termo usado na época para designar as estagiárias do Curso Pedagógico.

aprender mais e poder dar uma contribuição conscienciosa junto ao campo educacional.

Ao chegar ao colégio sou recebida por Irmã Ana, uma religiosa de cabelos muito brancos, contando, à época, 76 anos de idade. Detenho-me diante daquela mulher, personagem representativa para mim de toda uma década de minha formação escolar, enquanto diretora da instituição, professora de ensino religioso e de didáticas do Curso Pedagógico, e vejo, como que em *flashes* de um filme, o passado em minha mente. Falo-lhe do meu projeto, também de eventos de minha vida. Sou acolhida com solicitude, recebendo dela materiais significativos para o início de meus estudos, bem como votos de sucesso no meu intento.

Naquele retorno, observo as mudanças ocorridas com a passagem dos anos e percebo na grande quadra central, onde costumava brincar e praticar a educação física, no passado a céu aberto e no presente transformada em um ginásio coberto, um letreiro que lhe dá nome: Quadra Irmã Maria Ana Fernandes de Queiroga. Como ex-aluna do CNFM e da educadora em questão, considero justa tal homenagem ao mesmo tempo em que me pergunto há quantas décadas se dedica ao CNFM. Olho mais uma vez para o letreiro e voltando-me para ela, despeço-me e não deixo de pontuar: “Irmã Ana, alguém ainda vai escrever sobre a sua história!” Ela sorri, mas não demonstra interesse ou vaidade.

Ao regressar à Academia, meus caminhos de pesquisa, em um curto intervalo de tempo, tomam outro rumo. Vejo-me acolhida no Mestrado Profissional de Linguística e Ensino, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Ensino (PPGLE), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Este fato aconteceu porque, paralelamente às atividades integradas ao HISTEDBR/PB e à minha prática profissional como professora da primeira etapa da Educação Básica na Rede Municipal de Ensino de João Pessoa, também me dedicava aos estudos no campo da Linguística, estes voltados, sobretudo, para a utilização das novas tecnologias digitais como ferramentas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem e de estímulo à leitura, e, conseqüentemente, às competências e habilidades a ela relacionadas. Assim, ancorada nos fundamentos de diversos teóricos como: Bakhtin (2004), Castells (1999), Koch (2013), Bazerman (2005), Morin (1997), Lévy (1999), dentre outros, bem

como no pensamento do historiador francês Roger Chartier (2012) — para quem o processo de transformação das práticas culturais se dá também com relação ao hábito leitor que na atualidade não se restringe à leitura de livros e textos impressos, mas tem sido ampliado, de diversas formas pelo acesso ao mundo digital, que impõe mais leitura e mais escrita, mas que, contudo, não é igualmente acessível a todos — defendo a minha dissertação de mestrado em agosto de 2014.¹³

Concluída esta etapa de minha jornada acadêmica, retorno, então, ao HISTEDBR/PB, retomando a participação no projeto anterior e realizando leituras mais aprofundadas sobre a abordagem (auto)biográfica. Passo a pensar com maior frequência no encontro, de dois anos atrás, com aquela educadora enraizada no sertão paraibano que, com 78 anos de idade, continuava ativa à frente da administração geral do CNFM. Considero a importância de sua prática educativa e no quanto o estudo da sua trajetória de vida poderia revelar aspectos importantes da estrutura educacional, tanto no que concerne ao CNFM, como ao próprio município de Catolé do Rocha, descortinando, possivelmente, nuances de sua organização sociocultural e educacional, considerando o recorte temporal de 1949 a 2019.

Tenho, à essa altura, a certeza do encontro com o meu objeto de pesquisa: a trajetória de vida e de prática educativa de Irmã Ana. Reconheço, contudo, a complexidade de uma vida e a impossibilidade de condensá-la em uma narrativa historiográfica, independentemente do número de páginas que possa conter. Do contrário, seria cair na armadilha de uma “ilusão biográfica”, conforme a crítica de Pierre Bourdieu (1986): “[...] tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção.” Uma história de vida, portanto, não se apreende, não se finda em uma narrativa e o pesquisador deve assumir uma postura coerente ao dedicar-se à operação historiográfica. Neste sentido, também alerta Oliveira (2011, p.66):

¹³ Para uma maior compreensão sobre esse trabalho, consultar BARRETO, Iolanda de Sousa. Dissertação LEITURA VIVA: UMA PROPOSTA DE ESTÍMULO À LEITURA POR MEIO DE APLICATIVO WEB E TEXTO INTERATIVO DIGITAL. Arquivo digital, Biblioteca Central UFPB, 2014.

[...] Como é ilusória a figura de um sujeito do conhecimento neutro, que observa 'de fora' os fenômenos na suposição de apreendê-los por inteiro para, ao final, construir sobre eles uma imagem definitiva. Determinar completamente o objeto simbolizaria o poder arbitrário do sujeito do conhecimento, mas também a morte do objeto, daí a ilusão que recobre tais práticas.

Passo a desenvolver, assim, a presente pesquisa norteada, sobretudo, pelos seguintes questionamentos: Como e onde Irmã Ana desenvolveu a sua prática educativa? Quais grupos influenciaram a construção identitária pessoal e profissional de Irmã Ana? Quais estruturas e concepções socioculturais constitutivos da sociedade catoleense do século XX podem ser evidenciados a partir da análise da prática educativa da educadora e religiosa, das suas memórias e de outras fontes das quais possa disponibilizar? Quais aspectos do intercâmbio cultural estabelecido entre as cinco irmãs alemãs fundadoras do CNFM, as Franciscanas de Dillingen (Irmholda Brumm, Gonzalez Hermann, Urbana Schöberl, Engelsindis Holfelder e Siegfrieda Heinrich), e os/as catoleenses podem ser por ela destacados? Seria apropriado afirmar que Irmã Ana teria sido escolhida para continuar a ação educativa e religiosa das irmãs fundadoras do CNFM, constituindo-se enquanto guardiã dessa instituição e dos saberes nela construídos ao longo do tempo, englobando, inclusive, a tarefa de difundi-los junto à sociedade catoleense? Enfim, que análise é possível fazer de sua prática educativa e de sua constituição identitária pessoal e profissional?

Com base na problemática de pesquisa apresentada, tomo por objetivo geral: compreender a trajetória de vida de Irmã Ana, descortinando as especificidades de sua prática educativa e de sua constituição identitária pessoal e profissional.

Enquanto objetivos específicos, destaco: a) revelar nuances da organização sociocultural e educacional catoleense, no recorte temporal destacado. b) investigar as implicações do contexto sócio-histórico da biografada em sua prática educativa; c) analisar as influências de seus grupos-referência, como a família, as cinco Irmãs Franciscanas de Dillingen: Irmholda Brumm, Gonzalez Hermann, Urbana Schöberl, Engelsindis Holfelder e Siegfrieda Heinrich, a Igreja Católica, a congregação religiosa, dentre outros; d) analisar a essência da fotografia e o seu papel na pesquisa historiográfica; e) contribuir com a constituição do campo da História da Educação

paraibana.

A tese aqui defendida é a de que Irmã Ana teve uma atuação profissional destacada, sobretudo, na formação de professores da localidade de Catolé do Rocha-PB e de outras cidades do seu entorno, enquanto o Curso Pedagógico se fez presente no CNFM. Defendo, ainda, que ao longo de mais de seis décadas a educadora e religiosa vem se constituindo enquanto guardiã de valores confessionais e saberes educacionais apreendidos por meio da convivência com diversos grupos-referência, sobretudo as Irmãs Franciscanas de Dillingen, ao mesmo tempo em que tem exercido o papel de divulgadora desses valores e saberes por meio de sua prática educativa, sobretudo junto ao Colégio Normal Francisca Mendes, podendo ser reconhecida como a própria guardiã do referido colégio e de tudo o que ele representa no lugar em que se insere.

O termo guardiã, conceituado no dicionário Aurélio (2004) como “aquela que guarda”, nesse texto amplia esse significado com a compreensão de que além de guardar (não no sentido de posse, mas de proteger, de cuidar) Irmã Ana tem envidado esforços para manter o CNFM funcionando e educando parcela de cidadãos e cidadãs catoleenses, tendo, ao longo das décadas, apresentado com firmeza as suas convicções e decisões e se posicionado com vigor em defesa dos valores educacionais e religiosos, nos quais acredita, defendendo-os e, ao mesmo tempo, transmitindo-os.

Além do registro do papel desta educadora na construção e circulação de saberes e práticas educacionais na localidade em que tem estado inserida, este estudo poderá fornecer elementos, vestígios e fontes que possibilitem compreender a organização sociocultural e educacional catoleense a partir de meados do século XX à atualidade, revelando o imbricamento de diversos elementos nas representações individuais e coletivas, nesse contexto sócio-histórico particular, contribuindo, assim, com a constituição do campo da História da Educação Paraibana. Para Ferrarotti (1988, p. 26):

O homem é o universal singular. Pela sua práxis sintética, singulariza nos seus actos a universalidade de uma estrutura social. Pela sua actividade destotalizadora/retotalizadora, individualiza a generalidade de uma história social colectiva. Eis-nos no âmago do paradoxo epistemológico que nos propõe o método biográfico. [...] Se nós

somos, se todo o indivíduo é a reapropriação singular do universal social e histórico que o rodeia, podemos conhecer o social a partir da especificidade irredutível de uma práxis.

A história de Irmã Ana é construída a partir da resignificação advinda da revelação de suas próprias memórias em forma de narrativas, com enfoque principal para a sua prática educativa, a qual certamente está vinculada às suas experiências de vida pessoal. Afinal, como reflete Antônio Nóvoa (1992, p. 15): “O professor é a pessoa; e uma parte importante da pessoa é o professor”.

Para responder a problemática de pesquisa aqui anunciada procuro reconstituir a trajetória de vida da educadora, hoje com 83 anos de idade, sua formação e atuação profissional, principalmente na cidade de Catolé do Rocha, a partir da análise de fontes orais: suas narrativas de memória; fontes escritas e imagéticas disponibilizadas pela biografada: cadernos, fotografias, textos (auto)biográficos, documentos oficiais do colégio, tais como o Livro de Atas das Solenidades de Formatura e o Documento Impressões sobre o Colégio Normal Dona Francisca Henriques Mendes, dentre outros. Entrevistas com professoras que foram suas alunas, assim como outras fontes referentes à história de Catolé do Rocha, das Irmãs Franciscanas de Dillingen e do CNFM, como os livros: Catolé do Rocha em muitas lentes, escrito por memorialistas da localidade; Antônio Mendes Ribeiro: o benemérito, da autoria da historiadora Natércia Suassuna; Agripino, o mago de Catolé, do jornalista Severino Ramos; História das Irmãs Franciscanas de Dillingen de Ir. Michaela Haas, OSF; Irmãs Franciscanas de Dillingen: da expansão ao hoje de nossa história, de Ir. Sueli Rubens Sendra; e, a dissertação Colégio Normal Francisca Mendes: caminhos da Escola Normal em Catolé do Rocha – 1939 a 1959, de Maria Cleide Soares de Sousa.

Em função dos objetivos propostos esta tese de doutoramento está estruturada em duas partes principais e compreende, ao todo, cinco capítulos, além das considerações finais

O primeiro capítulo, “Uma intercessão entre lugar, objeto e pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa historiográfica”, expõe os princípios norteadores da pesquisa, os fundamentos teórico-metodológicos, as intenções científicas e o início

do processo de produção. Traz, ainda, preliminarmente, um panorama (auto)biográfico do sujeito da pesquisa, no intuito de situá-lo em seu contexto sócio-histórico.

O segundo capítulo, “Origens e raízes: o sujeito e seu lugar”, faz uma incursão sobre o contexto sócio-histórico de Irmã Ana, enfocando suas origens familiares e caracterizando a cidade de Catolé do Rocha e o Colégio Normal Francisca Mendes, no passado e no presente.

O terceiro capítulo, “A construção de uma identidade”, inscreve-se na segunda parte do trabalho, que corresponde à dimensão de um retrato (auto)biográfico, e faz referência às influências que constituíram Irmã Ana enquanto sujeito, enquanto educadora e religiosa. Destaca a ação dos grupos-referência¹⁴ em sua formação, sobretudo a família, a igreja e a sua congregação religiosa, dentre outros, com realce para a convivência com as irmãs fundadoras do CNFM, as cinco Irmãs Franciscanas de Dillingen (Irmholda Brumm, Gonsalez Hermann, Urbana Schöberl, Engelsindis Holfelder e Siegfrieda Heinrich).

O quarto capítulo, “A *práxis* de Irmã Ana”, revela o cerne do trabalho, descortinando a prática educativa do sujeito em seu círculo de atuação: CNFM, Catolé do Rocha, Paraíba. Traz, ainda, considerações sobre os tempos áureos do Curso pedagógico em Catolé do Rocha e o seu posterior declínio, assim como as impressões da educadora sobre as mudanças e as dificuldades do presente.

Por fim, o quinto capítulo, “Álbum de fotografias”, analisa o papel da fotografia na pesquisa historiográfica, dialogando com a narrativa de vida de Irmã Ana a partir dos seus próprios registros imagéticos. Traz, ainda, considerações sobre a essência da fotografia, enquanto fenômeno da imagem e estatuto do real.

As considerações finais trazem uma análise geral da pesquisa e dos resultados

¹⁴ Tal como conceitua Gabriel (2011, p. 49): “Entendo por grupos-referência os grupos a que pertencemos desde a mais tenra idade, como a família, a escola, a comunidade, a igreja, dentre outros. Esses grupos estruturam a nossa forma de ser, de pensar e de agir e são referências em nossas vidas para as múltiplas situações com que nos deparamos no contexto social.”.

alcançados a partir do estudo da trajetória de vida e prática educativa de irmã Ana, assim como outras possibilidades de inquirição científica.

No sentido de revelar o indivíduo, mas também a época e a sociedade em que viveu (BORGES, 2006), este estudo (auto)biográfico desenvolve-se à luz dos fundamentos teóricos de autores da corrente da Nova História Cultural, assim como dos que versam sobre memória e identidade social, História Oral, narrativas de vida de professores, (auto)biografias ou práxis educativa, com destaque para Jacques Le Goff (1996), Roger Chartier (1994), Michel de Certeau (1982), Peter Burke (2012), François Dosse (2015), Roland Barthes (1984), Maurice Halbwachs (1968), Michael Pollack (1989/1992), Antônio Nóvoa (1992), Ecléa Bosi (1994), José Meihy (2015), Maria da Conceição Passegi (2010), Gilvete de Lima Gabriel (2011), Vavy Pacheco Borges (2012), Paulo Freire (2004), dentre outros.

1.2 Pressupostos teórico-metodológicos que direcionam a problemática de pesquisa: uma contínua busca por respostas

1.2.1 A Nova História Cultural

A história sempre se ocupou em compreender o passado. Contudo, sob a ótica clássica tradicional, os estudos primavam pela análise dos aspectos econômicos e demográficos ou da macro estruturação social. Num movimento contrário a essa lógica, a Nova História Cultural (configuração forjada com a *Escola dos Annales*, sobretudo a partir de sua terceira geração) esmigalha a história, transforma-a em histórias, ou seja, decompõe o saber histórico, em oposição à perspectiva globalizante. (DOSSE, 2003, p. 371).

Nesse sentido, o historiador, sob influência de outras disciplinas, como a Antropologia, a Linguística, a Psicologia e a Sociologia, dentre outras e não mais preso a uma história global e modelos totalizantes, trabalha nas margens e lança o olhar para as diferenças percebidas nas padronizações sociais. Como afirma Certeau (1982, p. 87): “Faz um desvio para a feitiçaria, a loucura, a festa, a literatura popular, o mundo esquecido dos camponeses, a Ocitânia, etc., todas elas zonas silenciosas.”

Nessa nova configuração historiográfica, conforme Burke (1991, p.98), as estruturas sociais são construções culturais, ou seja, para esse autor a expressão “teoria social” deve ser interpretada como uma expressão que também inclui “teoria cultural”. Os novos historiadores, assim, chegam à compreensão de que não se pode dissociar a História Social daquilo que a faz: a prática humana em suas diversas manifestações. Neste sentido, a Nova História Cultural tem por principal objetivo a identificação de como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. (CHARTIER,1990, p.16)

A Nova História Cultural propõe uma virada cultural, um movimento de reação às abordagens da história tradicional, preocupada com as macroanálises e com a hierarquização científica: a história dos grandes heróis, dos grandes estadistas, das revoluções. Como enfatiza Burke (2005, p.9):

Essa virada cultural é, ela mesma, parte da história cultural da última geração. Fora do domínio acadêmico, está ligada a uma mudança na percepção manifesta em expressões cada vez mais comuns, como “cultura da pobreza”, “cultura do medo”, “cultura das armas”, “cultura dos adolescentes” ou “cultura corporativa” e também nas chamadas “guerras de culturas” nos Estados Unidos e no debate sobre “multiculturalismo” em muitos países. Diversas pessoas atualmente falam de “cultura” a respeito de situações cotidianas que há 20 ou 30 anos teriam merecido o substantivo “sociedade”.

Com o movimento de imbricamento entre História Social e Nova História Cultural, abre-se o espaço para a emergência de estudos e abordagens voltadas para novos objetos e novas problematizações, como por exemplo, as que contemplam relações de gênero, etnia, práticas cotidianas, dentre outras. Segundo Certeau (1982, p.87):

O interesse científico destes trabalhos se prende à relação que eles mantêm com as totalidades propostas ou supostas – “uma coerência no espaço”, “uma permanência no tempo”, – e com as correções que permitem lhes aduzir. Sem dúvida é necessário encarar desta perspectiva muitas das pesquisas atuais. A própria biografia assume o papel de uma distância e de uma margem proporcionadas às construções globais. A pesquisa se dá objetos que têm a forma de sua prática: eles lhe fornecem o meio de fazer

aparecer diferenças relativas às continuidades ou às unidades das quais parte a análise.

Assim, na atualidade, muitos estudos históricos partem do micro para o macro, como o que aqui se apresenta a partir da narrativa de vida de irmã Ana. Há, dessa forma, uma valorização da experiência de vida de pessoas comuns que se constituem enquanto sujeitos reais da história por participarem ativamente da construção das relações sociais coletivas em seus contextos sócio-históricos. Com a micro-história tem sido possível, ainda, reconstruir a cultura e o contexto social em que estiveram inseridos diversos personagens do passado, chegando-se a partir da análise das suas práticas e da sua voz, a uma maior compreensão de seu cotidiano. (MACHADO, 2006, p.23)

1.2.2 A Micro-História ou Microscópio Social: um método, uma escolha

Muitos modelos e métodos têm sido empregados nas pesquisas humanas e sociais. Para Burke (2012, p. 64), por exemplo: “Sem os métodos quantitativos, seria impossível desenvolver alguns tipos de História, em especial o estudo dos movimentos dos preços e da população”. A partir dos anos 1970, segundo o mesmo autor, tem início um movimento entre os historiadores quanto ao interesse pelas análises microssociais, passando-se à utilização de um novo método, chamado de “microscópio social” ou “micro-história.” (BURKE, 2012, p.68). O autor cita como exemplos três trabalhos famosos desse período: *Jogo profundo*, um ensaio sobre a briga de galos em Bali, realizado pelo antropólogo norte-americano Clifford Geertz (1973); *Montaillou*, do historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie (1975) e *O queijo e os vermes*, do historiador italiano Carlo Ginzburg (1976). Segundo Burke (2012, p. 69):

O livro de Ginzburg deve ser considerado um caso extremo do método micro-histórico, visto que se preocupa em reconstruir as ideias, a visão do cosmo de um único indivíduo: um moleiro do século XVI, do nordeste da Itália, conhecido como “Menocchio”.

Algumas críticas são suscitadas no campo das pesquisas micro-históricas, entre elas a banalização da História a partir de estudos pouco significativos, como “biografias de pessoas comuns ou dificuldades de pequenas comunidades”. (BURKE, 2012, p. 70). No entanto, as críticas têm sido rebatidas pelos pesquisadores adeptos ao “microscópio social”, que veem no método a possibilidade de se observar estruturas sociais e culturais maiores, conduzindo a análises e revelações importantes. Nesse sentido, Burke (2012, p. 74) faz um alerta: “Se o movimento da micro-história quiser escapar da lei dos retornos cada vez menores, seus praticantes precisam demonstrar os vínculos entre as pequenas comunidades e as tendências macro-históricas”.

O campo da História da Educação, por exemplo, tem se destacado como espaço crescente de investigações histórico-educativas, com uma grande diversidade de temáticas, teorias sociais, periodizações, fontes e metodologias, com destaque para a micro-história. O rigor científico e a crítica do conhecimento, contudo, são questões fundamentais na produção da área. Afinal, como enfatiza Certeau (1982, p. 90): “Ninguém se espantará com o fato de que a natureza de uma ciência seja o postulado a exumar os seus procedimentos efetivos, e que este seja o único meio de os tornar precisos”.

Algumas das temáticas privilegiadas nas pesquisas em História da Educação versam sobre a história das ideias, das instituições, da organização do sistema, das políticas públicas para a educação, das culturas escolares e das práticas e representações¹⁵ de educadores e educadoras, dentre outras. Cada vez mais, também, tem-se destacado a importância da pesquisa centrada na mulher e em suas práticas socioculturais. Esta, para Burke (2005, p.65):

[...] teve implicações igualmente amplas para a história cultural, pois

¹⁵ Para Chartier (1990, p. 23), as práticas: “[...] visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo e significar simbolicamente um estatuto e uma posição.” Com relação à representação, o historiador chama a atenção para a duplicidade de sentidos: “[...] por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro lado, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém.” (CHARTIER, 1990, p. 20)

estava preocupada tanto em desmascarar os preconceitos masculinos como em enfatizar a contribuição feminina para a cultura, praticamente invisível na grande narrativa tradicional.

O reconhecimento da importância do registro da memória feminina é, pois, uma questão fundamental na historiografia contemporânea, uma vez que as mulheres compõem um grupo que historicamente não foi valorizado e investigado e que ainda continua a sofrer diversas formas de opressão e de exclusão. Segundo Le Goff (2012, p.408):

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante nas lutas das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

É essencial que no presente sejam registradas e valorizadas, por exemplo, as trajetórias, o pensamento, as práticas e as contribuições educacionais de professoras que se dedicaram/dedicam à ação docente em seus espaços-tempo, para que não se corra o risco de que as marcas de sua atuação e da significação destas, num contexto sócio-cultural mais amplo, se apaguem ao longo do tempo e as gerações futuras as desconheçam por falta de registros históricos. Segundo Marc Bloch (2001, p. 65): “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado.”

Esse entendimento, amadurecido durante o período em que participei como ouvinte no Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” - HISTEDBR/PB, tomando parte, dentre outros estudos, nas discussões sobre as práticas, leituras e representações das educadoras paraibanas do século XX, como também dos questionamentos e reflexões desvelados no decurso de minha própria formação acadêmica e atuação pedagógica, despertou em mim o interesse em investigar a trajetória de vida da educadora aqui destacada.

O trabalho científico que aqui se apresenta propõe não somente descortinar a história de vida e trajetória educativa de Irmã Ana, mas considerá-la enquanto sujeito e agente da história, capaz, ainda, de revelar a partir de suas percepções individuais, um significado histórico mais amplo. A relevância acadêmica desta pesquisa, vale

destacar, é reforçada pelo desenvolvimento de atividades no âmbito da memória histórica local, sobretudo no que concerne à atuação docente, contribuindo com a constituição do campo da História da Educação Paraibana e da prática docente no Brasil. Afinal, como argumenta Nóvoa (1995, p. 24): “ A possibilidade de produzir um outro conhecimento sobre os professores, mais adequado para os compreender como pessoas e como profissionais, mais útil para descrever (e para mudar) as práticas educativas, é um desafio intelectual estimulante.”

1.2.3 A abordagem (Auto)biográfica e a História Oral: modos de fazer História

A biografia, enquanto descrição de histórias de vidas, está presente no fazer humano desde a Antiguidade. Ao longo dos séculos, contudo, tem sido encarada sob a lente de perspectivas diversas, oscilando entre a criação artística (Literatura) e o trabalho científico (História).

Inicialmente concebida, sobretudo, como prática panegírica e/ou hagiográfica, destinada a fornecer modelos de conduta moral ou a enaltecer personalidades proeminentes, a biografia tem passado por mutações estruturais e semânticas significativas em períodos históricos diversos, o que também lhe têm imprimido *status* de respeitabilidade diferenciado: antes refutada pela História, por ser vista como um gênero “menor”, “confuso” ou “pouco confiável”, agora reconhecida e exaltada pelos historiadores por sua contribuição científica, como demonstra a declaração do historiador Jacques Le Goff, em 1989: “A biografia é um complemento indispensável da análise das estruturas sociais e dos comportamentos coletivos.” E posteriormente, em 1999: “A biografia é o ápice do trabalho do historiador”.

No decurso histórico é possível destacar a prevalência de três paradigmas principais: a biografia clássica que acentua o discurso elogioso e laudatório; a biografia literária ou romântica que destaca a complexidade da vida humana e a revelação de muitos de seus mistérios; e a biografia moderna que enfatiza o suporte documental e se abre para o diálogo interdisciplinar, sobretudo, com as ciências humanas e sociais. (MADELÉNAT, 1984, p. 34)

De acordo com Pinsky (2006, p.205), a obra *Life of Samuel Johnson LL.D. (Vida de Samuel Johnson LL.D.)*, de James Boswell, publicada em 16 de maio de 1791, aponta uma ruptura com concepções e metodologias até então vigentes, sendo considerada por muitos estudiosos como o marco inicial, na Idade Moderna, do que se convencionou atualmente como biografia, uma vez que apresenta:

[...] preocupação com novos métodos de se investigar uma vida, compreendendo forte relação de convivência biógrafo/biografado (com quase vinte anos de pesquisa e seis anos para ser escrito), um interesse em evitar o panegírico e um ideal de contar a “Verdade” (preocupação forte daquele momento), com dramatização de diálogos a partir de documentação e inúmeras entrevistas com personagens diferenciados. (PINSKY, 2006, p.205)

Já o historiador francês François Dosse (2015) distingue três modalidades da abordagem biográfica ao longo da história: a “fase heroica”, voltada para a transmissão de modelos e valores; a “fase modal”, na qual o estudo do indivíduo objetiva ilustrar a sociedade na qual este se insere; e a “idade hermenêutica”, fase em que a biografia sofre influência de disciplinas diversas e que corresponde ao momento atual. Segundo Dosse, (2015, p. 13): “[...]os três tipos de tratamento da biografia podem combinar-se e aparecer no curso de um mesmo período.”

Após um longo período de ostracismo por ser vista como expoente do positivismo e de uma história pouco problematizadora e descritiva (pautada na narrativa cronológica e linear), a biografia tem sido alvo, nas últimas três décadas, de um interesse renovado, o qual deriva da *Escola dos Annales*, sobretudo, da sua terceira geração, que realizando uma revisão crítica do gênero passa a concebê-la enquanto possibilidade de “mostrar a significação histórica geral de uma vida individual” (LE GOFF, 1989, p.49). É um trabalho minucioso de compreensão e interpretação, em que a partir das fontes e dos métodos utilizados se vai revelando nuances da realidade estudada. Para Le Goff (1989, p.49):

[...]. Uma verdadeira biografia é inicialmente a vida de um indivíduo e a legitimidade do gênero histórico passa pelo respeito a esse objetivo: a apresentação e a explicação de uma vida individual na história. Mas uma história iluminada pelas novas concepções da historiografia.

Na atualidade, atentos à efervescência das biografias, alguns autores já passam a falar em “sociedade biográfica” (PASSEGI, 2010, p. 104). Contudo, alertam que apesar da narrativa biográfica constituir-se quase em uma ação espontânea e natural, exige rigor, técnica e propósito, não podendo ser simplesmente banalizada. Para Passegi (2010, p. 104):

A escrita de si tornou-se tão usual que podemos falar em uma sociedade biográfica. Desde a liberdade dos *web sites*, que atingem cifras inimagináveis de usuários — *Seconde Life, Facebook, Orkut, Twitter, MySpace, Nègre pour un inconnu, Museu da pessoa...* — ao imperativo biográfico dos *curriculum vitae, dos projetos de vida, dos memoriais*. Ao longo da vida de cada indivíduo, a escrita de si pode se tornar um objeto de desejo, efetivar-se, ou jamais fazer parte do seu querer e/ou poder. Portanto, se *narrar é humano*, o trabalho de biografização é uma ação civilizatória, que exige manuseio de *tecnologias*, marcadas pela cultura, que arrastam consigo relações de poder e implicam saberes, querereres e deveres.

Fenômenos como o individualismo, a efemeridade nas relações e o vazio existencial são recentemente observados por estudiosos e explicados enquanto resultado de vários movimentos inerentes à sociedade moderna. Não obstante a exacerbação individual, tem-se fermentado no tecido social uma curiosidade crescente pela vida privada alheia, ocasionando uma exploração midiática intensa nesse sentido, com a profusa manifestação de diversos setores mercadológicos, inclusive o editorial, que nas últimas décadas vem investindo fortemente no gênero biográfico, sobretudo, focado na vida de celebridades ou personalidades de destaque, devido ao seu grande potencial de vendas. Tais produções, escritas por jornalistas, literatos e outros profissionais, apesar de tomarem por empréstimo elementos usuais da História, não têm sido bem vistas, em sua maioria, pelos historiadores, devido ao caráter de superficialidade apresentado, o que revela intenções mais artísticas que científicas.

A flutuação terminológica com relação a esse tipo de escrita também tem sido motivo de análise. Segundo Passegi (2010, p. 108): “A palavra autobiografia, criada na virada do século XIX, revela sua complexidade na aglutinação dos elementos que a compõem: auto (o eu); bio (a vida); grafia (a escrita).” A autora explica ainda que os

parênteses foram incluídos para chamar a atenção sobre dois tipos de fontes utilizadas nas pesquisas: as biográficas e as autobiográficas.

Sem dúvida, as fontes são importantes suportes dessa abordagem de pesquisa e devem receber tratamentos criteriosos. Em sua nova concepção, não mais como na visão positivista, a qual valorizava somente os documentos escritos e oficiais, a historiografia tem dado lugar aos relatos orais, aos depoimentos da memória, às imagens, aos objetos, periódicos, dentre tantos outros. Para Certeau (1982, p. 79): “De resíduos, de papéis, de legumes, até das geleiras e das neves eternas o historiador faz outra coisa: faz deles história.” E já na primeira geração dos *Annales*, afirmava Lucien Febvre: “A história se faz com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem [...]” (FEBVRE, 1985, p. 428). Em historiografia, esta é uma questão fundamental, pois é a partir da escolha e organização das fontes que se inicia a operação técnica, científica, que conduz à produção histórica. Para Certeau (1982, p. 81): “Em história tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos, distribuídos de uma outra maneira.”

Apesar da análise de diferentes fontes escritas e imagéticas, o desenvolvimento dessa pesquisa está ancorado, sobretudo, nas fontes orais, especificamente as narrativas de memória da educadora objeto da presente investigação, obtidas por meio de entrevistas gravadas digitalmente, em um número de 5, posteriormente transcritas (ANEXO A). Segundo Meihy e Holanda (2015, 14):

Entrevista em história oral é a manifestação do que se convencionou chamar de documentação oral, ou seja, suporte material derivado de linguagem verbal expressa para este fim. A documentação oral quando apreendida por meio de gravações eletrônicas feitas com o propósito de registro torna-se fonte oral.

As narrativas obtidas nas entrevistas são frutos do conteúdo da memória, não rara carregada de intencionalidade e interferências do presente e, sempre descontínua e lacunar. Devem, portanto, ser analisadas com cuidado e técnica pelo historiador, haja vista que nunca será possível recuperar o vivido em sua totalidade. Nesse sentido, avalia Walter Benjamin (1993, p. 224): “Articular historicamente o

passado não significa conhecê-lo como ele foi de fato. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”. Contudo, as histórias narradas são fecundas, porque rememorar um fato, um acontecimento, não raro desencadeia novas memórias que remetem a outras histórias, que por sua vez, levam a outras, num movimento infinito. Alberti destaca que as entrevistas, como as demais fontes históricas, não constituem a realidade em si, mas fornecem pistas para que se conhecer o passado. (ALBERTI, 2004, p. 78)

Nesse sentido, a História Oral (HO) foi escolhida como metodologia viável à apreensão e análise das narrativas orais, configurando-se em recurso complexo que permite ao pesquisador fazer com que um emaranhado de relatos mnemônicos seja sistematicamente organizado e resulte em uma lógica com significação histórica.

Vale destacar que a História Oral não deve ser confundida com a fonte oral, no caso, a entrevista em HO. História Oral, como destacam Meihy e Holanda (2015) não se resume apenas em um único ato, mas em um conjunto de procedimentos articulados. Para os autores: “História Oral é a soma articulada, planejada, de algumas atitudes pensadas como um conjunto.” (MEIHY; HOLANDA, 2015, p. 15)

A História Oral é composta por vários elementos. Meihy e Holanda (2015) alertam para alguns pontos referentes ao procedimento metodológico:

- 1 – É um ato premeditado, realizado segundo orientação expressa de um projeto;
- 2 – É um procedimento que acontece no tempo real da apreensão e que para tanto necessita de personagens vivos colocados em situação de diálogo;
- 3 – Ao assumir-se como manifestação contemporânea, a história oral mantém vínculo inevitável com o imediato e isso obriga reconhecer o enlace da memória com modos de narrar;
- 4 – A história oral ao valer-se da memória estabelece vínculos com a identidade do grupo entrevistado e assim remete à construção de comunidades afins;
- 5 – O espaço e o tempo da história oral, portanto, são o “aqui” e o “agora”, e o produto é um documento;
- 6 – Como manifestação contemporânea, a história oral se vale dos aparatos da modernidade para se constituir, então, além de pessoas vivas reunidas para contar algo que lhes é comum, a eletrônica se torna meio essencial para sua realização. (MEIHY; HOLANDA, 2015, p. 14)

Nesse sentido, o projeto inicial dessa pesquisa passou, inclusive, pela apreciação de um Comitê de Ética vinculado a UFPB, o qual estabeleceu uma série de critérios para a sua realização e exigiu vários documentos (ANEXO B) necessários ao parecer final e conseqüente autorização emitidos pelo órgão (ANEXO C), tais como: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos participantes da pesquisa, autorização da Instituição onde ocorrerá a pesquisa, roteiro de entrevistas com os participantes, dentre outros.

Importa destacar que a História Oral tem sido valorizada na pesquisa historiográfica contemporânea por possibilitar que atores sociais que ao mesmo tempo atuam/atuaram e sofrem/sofreram a influência das sociedades e do tempo histórico em que estão/estiveram inscritos possam falar com a sua própria voz, desencadeando a revelação de impressões e representações. Para Meihy (1996, p.10), a metodologia oral essencialmente é “[...] uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado.” É possível afirmar que as narrativas orais e a memória têm assumido lugar de destaque nos estudos (auto)biográficos da atualidade. Para Neves (2006, p.59):

Memória e transmissão de experiências são faces diferentes de um único cristal que inclui a História. A memória é retenção do passado atualizado pelo tempo presente. Articula-se com a vida através da linguagem, que tem na narrativa uma de suas mais ricas expressões [...] a memória, além de incomensurável, é mutante e plena de significados de vida, que algumas vezes se confirmam e usualmente se renovam.

As narrativas orais e depoimentos de memória fornecem indícios, quando não revelações de facetas socioculturais, assim como relações de poder e de outra ordem, estabelecidas em diversos contextos históricos. Neste sentido, são tão confiáveis quanto as fontes escritas, pois como afirma Camargo (2004, p. 13): “[...] O conteúdo de uma correspondência não é menos sujeito a distorções factuais do que uma entrevista gravada”.

Outros acervos documentais têm se constituído, ainda, enquanto importantes fontes e contributos para o enriquecimento das narrativas (auto)biográficas, como, por exemplo, as fotografias. As fotografias, neste trabalho tidas como fontes, carregam

histórias que podem ser revividas e recontadas a um simples reolhar, apresentando, também, signos capazes de subsidiar análises reflexivas sobre os conflitos humanos e as relações exercidas em sociedade, residindo aí o seu contributo científico, o que a diferencia da arte. Tem destaque, ainda, como fonte nesta pesquisa, os escritos (auto)biográficos de Irmã Ana (ANEXO D), material elaborado por ela e que descreve de forma sucinta momentos de sua trajetória de vida, indicando também percepções e outros elementos subjetivos.

Por se tratar de uma pesquisa cujo objeto de estudo, ou melhor, o sujeito é uma educadora e religiosa paraibana, a análise das fontes, neste caso específico, podem lançar luz a especificidades do fazer docente, enfatizando, conforme Nóvoa (1995, p. 25), que: “[...] por detrás de uma -logia (uma razão) há sempre uma -filia (um sentimento), que o *auto* e o *hetero* são dificilmente inseparáveis.”

1.2.4 O convite, um reencontro

Concordo com Vavy Pacheco Borges quando salienta a importância de se mostrar como se chega a um objeto de pesquisa e como se dá o trabalho com este, tanto na teoria, como na prática (BORGES, 2012, p. 83). Portanto, neste ponto, tendo já apresentado os princípios teóricos que fundamentam o meu estudo, passo a discorrer sobre o encontro com o sujeito desse estudo e o início do processo de produção do trabalho científico.

Como inicialmente relatado, com o meu retorno, no ano de 2015, ao Grupo HISTEDBR-GTPB, passo a participar dos estudos referentes ao projeto desenvolvido em seu interior. Ao mesmo tempo, passo a cursar como aluna especial do PPGE, a disciplina Tópicos Especiais em História da Educação: Pesquisa (Auto)biográfica, ministrada pelos professores Dr. Charliton José dos Santos Machado e Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes. Tanto as discussões fomentadas no grupo de estudos, como na disciplina, voltadas para a abordagem (auto)biográfica, despertaram em mim o desejo de enveredar por este campo de pesquisa. Decidida a elaborar um projeto de pesquisa, passo a pensar na escolha do objeto, o qual, além de ser uma educadora

atuante no século XX, deveria, no meu entendimento, ter significado e importância para mim. Esse pensamento individual, não necessariamente endossado pelos professores da Academia, foi-me posteriormente esclarecido através do pensamento de Borges (2012, p. 85):

A biografia nos provoca a pensar o outro e a si mesmo, pois falar do outro é falar de si; tentando-se compreender uma vida, acaba-se por pensar o outro por si mesmo e a si mesmo pelo outro, em um permanente jogo de espelhos. É construída a partir do autoconhecimento, das próprias emoções, dos próprios valores e necessidades do biógrafo (psicológicas e profissionais, dentre outras).

Sem ter consciência desse “jogo de espelhos” ou mesmo uma maior dimensão de autoconhecimento, o meu pensamento foge para longe, para o sertão da Paraíba, para a cidade de Catolé do Rocha, localidade onde nasci e de lá saí, há quase três décadas, em busca de ampliar a minha formação profissional. Quase que autonomamente, o pensamento adentra o Colégio Normal Francisca Mendes — lugar de toda a minha formação escolar — e para sobre a figura de uma educadora de cabelos muito brancos, a qual reencontrei em algumas vezes que voltei à região, mas a quem nunca havia cogitado biografar — afinal, conseguiria eu biografar alguém? Esse posso dizer ser um medo inconsciente, que apesar de todo esforço científico que faça, vez ou outra se apresenta em meus sonhos. Nessa parada, tenho a certeza de uma escolha, escolha que talvez tenha identificação com algumas de minhas próprias escolhas de vida, certamente com um lugar que também é o meu, pois, lembrando Certeau (1982, p. 66): “A operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita”.

Falando do lugar de pesquisadora acadêmica, de educadora, mas também de catoleense e de ex-aluna do CNFM e da própria Irmã Ana, faço o convite a minha biografada através de um e-mail, justificando a escolha em biografá-la em virtude da relevância de sua atuação educativa na cidade de Catolé do Rocha. A resposta não tarda e, antecedendo um relato sucinto, ela escreve:

Querida Iolanda: surpreendeu-me sua proposta. Caso seja para o seu benefício não posso deixar de mandar o que me pede. Acredito que

há educadoras de maior renome e sabedoria, mas como você escolheu essa sertaneja religiosa, envio-lhe as informações desejadas. Obrigada.

A breve saudação talvez revele um misto de humildade e confiança. A educadora com mais de sessenta anos dedicados à docência e à educação se surpreende como meu convite, pois percebe, em sua avaliação, educadoras, inclusive da mesma localidade, que poderiam ser estudadas por terem maiores títulos, ela não tinha pós-graduação, como a mim relatou em outros momentos. Em todos eles, nunca deixei de reforçar: “Irmã Ana, sua vida já é uma pós-graduação!”

Ao ingressar, no ano de 2016, no doutorado de História da Educação do PPGE, na Universidade Federal da Paraíba com a proposta de biografar a educadora aqui apresentada, vejo-me com a tarefa de aprofundar os estudos acadêmicos na linha de pesquisa, assim como na abordagem (auto)biográfica, além de coletar as fontes necessárias para a viabilização do trabalho. Dessa forma, passo a reencontrar-me com Irmã Ana, que me acolhe sempre com solicitude e paciência. Nossos encontros são espaçados porque continuo trabalhando na Rede Municipal de Ensino de João Pessoa e aproveito os períodos de férias ou feriados para estar em sua companhia. Ela também não é muito afeita às novas tecnologias e, por mais que lhe peça o envio de relatos complementares e/ou outros materiais, diz ter-se esquecido ou que a falta de tempo não a deixou fazê-lo.

Dessa forma, desde 2016 tenho estado algumas vezes com Irmã Ana para a gravação de entrevistas narrativas, estruturadas ou semi-estruturadas, deixando que ela narre o mais livremente possível sua história de vida, suas experiências como educadora, relatos históricos sobre a cidade, a chegada das Irmãs Franciscanas de Dillingen à localidade, a construção e o funcionamento do CNFM, enfim, suas memórias diversas. Quanto mais nos encontramos, mais tenho a sensação que falta muito por descortinar, mais tenho a sensação de incompletude. Comungo com o pensamento de Borges (2012, p. 91):

Repito para mim mesma que nunca se esgota o infinito de um eu, seja do biografado ou o nosso, pois ninguém consegue recuperar em sua

mente a própria vida de forma total e completa; na memória, essencialmente seletiva, nossas lembranças são cheias de lacunas e vão se alterando ao longo do tempo a partir de novas experiências de vida, novos interesses, novos valores.

Além das entrevistas, Irmã Ana tem me dado acesso, em sua sala particular, onde sempre me recebe, a materiais valiosos para o meu trabalho historiográfico: cadernos e registros de cursos realizados por ela, fotos e relatos de momentos históricos a ela relacionados, documentos pessoais, como diplomas e certificados. Tudo isso, mas sobretudo a narração de suas memórias, tem-se constituído o mosaico sobre o qual tenho me debruçado nessa jornada (auto)biográfica.

O trabalho a que tenho me dedicado me possibilita um reencontro comigo mesma, um mergulho profundo no meu eu, nas minhas origens e raízes, mas sobretudo, tem-me dado a certeza de estar lidando com um patrimônio: uma mulher, uma religiosa, uma educadora, uma cidadã que detém uma memória ímpar de um passado que cada vez mais vai se apagando com o passar dos anos, uma memória que urge ser revisitada, considerada e registrada historicamente.

Tendo como matéria-prima do meu estudo as memórias de uma educadora do sertão paraibano, hoje octogenária, compreendo que a narrativa memorialista não se constitui apenas enquanto patrimônio singular a cada sujeito histórico, ela cumpre um papel social que é o de transmitir às novas gerações o legado de um passado que deu origem ao presente, constituindo-se, assim, enquanto patrimônio de uma coletividade. A Constituição Federal, em seu artigo 216, de 1988, estabelece como patrimônio cultural brasileiro:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. As formas de expressão;
 - II. Os modos de criar, fazer e viver;
 - III. As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
 - IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
 - V. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- (BRASIL, CF, art. 216)

Tradicionalmente, a expressão patrimônio cultural remete ao simbolismo do monumento, no sentido de algo concreto, bem de natureza material de determinado povo e sua cultura. Esse conceito tem sido ampliado e engloba também os bens de natureza imaterial, relacionados, inclusive, aos saberes e fazeres de determinados grupos que se mantêm ao longo do tempo ou que precisam ser preservados para que não se apaguem na história. Assim, com o entendimento de que patrimônio é tudo aquilo que tem valor, pode-se afirmar, contudo, que não é toda narrativa de vida que interessa à história, mas a que é significativa pelo que tem de específico e, ao mesmo tempo, próprio a um grupo em determinado espaço-tempo, determinado por conjunturas culturais e representando o 'espírito de uma época'. (CARINO, 1999, p. 173). Considerando o valor coletivo de um fazer professoral, apreendido com gerações anteriores e transmitido às novas gerações por meio de uma *práxis*, compreendo estar diante de um patrimônio cultural.

O que dizer então, preliminarmente, da vida de Irmã Ana? Maria Fernandes de Queiroga, décima filha do casal João Adelino de Queiroga e Ana Fernandes de Queiroga, nasce em 03 de fevereiro de 1936, em Antenor Navarro (atualmente denominada de São João do Rio do Peixe), município do sertão paraibano, onde vive até setembro de 1941, época em que se desloca com a família para Catolé do Rocha, pois o seu pai assumiria um emprego federal nos Correios e Telégrafos. Sobre a sua infância em Antenor Navarro, em trecho de escritos (auto)biográficos Irmã Ana rememora:

Apesar de muito criança, ainda lembro da minha primeira infância vivida em Antenor Navarro. A casa onde nasci, muito simples, aconchegante porque ali morava minha família querida. Vivíamos na alegria e simplicidade de uma família sertaneja, amando-nos mutuamente. Minha mãe, mulher laboriosa, além dos trabalhos domésticos ajudava a manter a casa pelos trabalhos de costura que fazia, enquanto meu pai, apesar de ser agricultor nato, teve de diminuir esse trabalho ao assumir um emprego federal nos Correios e Telégrafos. (Ir. MAFQ. Escritos (auto) biográficos, 2016)

A família fixa-se no município de Catolé do Rocha, localidade onde Irmã Ana cresce e faz todo o Curso Primário no Grupo Escolar Antônio Gomes (lugar inexistente

na atualidade e em cujo prédio reformado, funciona a Prefeitura Municipal). Sobre os primeiros anos escolares registra:

Aos seis anos de idade comecei minha formação educacional em escolas, pois a formação educacional se começa em casa. Segundo Piaget, aos seis meses no ventre materno já começa o desenvolvimento cognitivo. Foi no antigo Grupo Escolar Antônio Gomes, que iniciei os meus estudos ditos na época “curso primário” [...] Minha primeira professora, bem conhecida minha, Madrinha Zulmira Pires Fernandes [...] Lembro-me que aprendi a escrever cobrindo as letras feitas no caderno pela professora. Nem sei como aprendi a ler, sei apenas que nunca aprendi a soletrar, por isso penso que não foi esse o método da minha querida professora. (Ir. MAFQ. Escritos (auto)biográficos, 2016)

Após as experiências do Curso Primário, Irmã Ana realiza o então chamado “exame de admissão”¹⁶, espécie de vestibular para o ingresso no ensino secundário e, nesse caso específico, condição para estudar na Escola Normal Dona Francisca Henriques Mendes, instituição onde cursa o Normal Regional de quatro anos e onde passa a conviver com as Irmãs Franciscanas de Dillingen, religiosas alemãs e fundadoras da escola. Ao final do curso, no ano de 1952, recebe o diploma de professora primária. Sobre esse período, em seus dados (auto) biográficos, Irmã Ana destaca: “Fazer o Curso Normal naquela época, em Catolé do Rocha, era o máximo que uma jovem poderia conseguir para a sua formação intelectual, religiosa, humana.” (Ir. MAFQ. Escritos (auto) biográficos, 2016)

Após algumas experiências profissionais, como professora substituta no CNFM, como auxiliar em casa comercial de roupas para homens e outros convites

¹⁶ Instituídos pela Reforma Francisco Campos (Decreto nº 19.890, de 1931) os exames de admissão eram condição obrigatória para o ingresso no ensino secundário, este dividido em dois cursos seriados: fundamental (com duração de cinco anos) e complementar (com duração de dois anos). Os exames foram extintos pela Lei nº 5.692, de 1971, que reorganizou o sistema de ensino, dividindo-o em primeiro e segundo grau. O primeiro grau compreendia o ensino primário e o ginásio, com duração de oito anos e o segundo grau, os estudos complementares, com duração de três anos.

não aceitos, como para a vaga de caixa numa firma de uma fábrica em Catolé e para trabalhar no cartório do 2º Ofício, assume, em 1955, uma vaga de professora na Escola Normal Dona Francisca Henriques Mendes, onde leciona por três anos no 2º ano primário. Aos vinte e dois anos de idade, em 11 de fevereiro de 1958, após receber licença dos seus pais, é acolhida como candidata à vida religiosa pelas Irmãs Franciscanas de Dillingen, no convento de Areia-PB, onde paralelamente à formação para a vida religiosa, realiza o Curso Pedagógico. Após a emissão dos votos religiosos, é transferida, em fevereiro de 1962 para o CNFM.

Designada para auxiliar na secretaria da escola, permanece pouco tempo nessa função, passando a ensinar Matemática no Curso Ginásial, Desenho no Ginásial e no Normal, Higiene e Puericultura no 4º Normal Regional e Ensino Religioso no 3º Ano Primário. Centrada também em seu processo de formação profissional participa de cursos de especialização em João Pessoa e em Belo Horizonte, de modo que se capacita para lecionar todas as Didáticas do Curso Pedagógico do CNFM. Em 1973, tendo passado no vestibular da Universidade Federal da Paraíba para o Curso de Pedagogia é transferida para a Escola Sesquicentenário, localizada na capital paraibana, onde, por quatro anos, trabalha lecionando a Matemática.

Ao terminar o Curso de Pedagogia com habilitação para Administração Escolar, Supervisão Escolar e Prática Pedagógica, que lhe concede a possibilidade de ensinar a Psicologia da Educação, Sociologia da Educação e Didática Geral, retorna à Catolé do Rocha, em janeiro de 1977, ocasião em que lhe é confiado o trabalho de Administração Escolar do Colégio Normal Francisca Mendes, função que realizou desde aquele ano até o ano de 2017, com pequenas ausências devido às solicitações de sua ordem religiosa. São, segundo ela, trinta e seis anos de atuação como diretora geral do referido colégio.

Ao final desse breve panorama (auto)biográfico, é possível, inicialmente, visualizar que Irmã Ana, ao chegar em Catolé do Rocha no ano de 1941, começa, nessa localidade, a construir uma história que denota, paulatinamente, uma prática sociocultural com significativa representação naquela região, ao constituir-se enquanto religiosa da Ordem Franciscana de Dillingen e educadora com atuação ativa, sobretudo junto à formação de professores no Curso Normal e como diretora

escolar à frente da administração do CNFM. É fato que esta instituição tem contribuído, em dada medida, ao longo dos anos, com a formação da sociedade catoleense, bem como das sociedades que fazem parte de seu entorno geográfico, sobretudo no que se refere ao período compreendido entre o final da primeira e o início da segunda metade do século XX, em que o colégio funcionava com internato, recebendo alunas de várias localidades da Paraíba, tais como: Brejo do Cruz, São Bento, Riacho dos Cavalos, Jericó, Brejo dos Santos, Bonsucesso, Cajazeiras, dentre outras.

Depreende-se, ainda, que a educadora e freira traz consigo e repercute em sua prática educativa as marcas da educação recebida, sobretudo, no seio familiar, nos anos de escolarização e convivência direta com as Irmãs Franciscanas de Dillingen e na vida religiosa. É fato, inclusive, que a atuação e ensinamentos daquela tiveram e têm um alcance para além dessas fronteiras, uma vez que os alunos(as) nesta escola formados(as) migraram ou ainda migram para diferentes cidades do estado e até de outros estados, levando consigo os valores e aprendizados construídos nessa experiência educativa e os disseminando entre outros sujeitos sociais com os quais interagem.

Desde o início desse processo historiográfico, compreendo que descortinar a trajetória de vida desta educadora e religiosa sertaneja, atentando-se para os seus muitos detalhes talvez seja uma tarefa impossível. Debruçando-me sobre as fontes orais, escritas e imagéticas disponíveis, contudo, procuro revelar o retrato que se torna possível dentro dos limites de um estudo acadêmico, focalizando, sobretudo, o que para mim constitui o seu *punctum*¹⁷: a *práxis* educativa de Irmã Ana.

¹⁷ Expressão neste texto utilizada de forma figurativa, associada ao termo criado pelo semiólogo e sociólogo francês Roland Barthes para designar o detalhe que lhe chama mais atenção numa fotografia. Para saber mais sobre esse termo e o pensamento do cientista sobre a temática, ver BARTHES, Roland. *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia*. Trad. Júlio de Castro Guimarães. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984, p. 77.

CAPÍTULO 2 – ORIGENS E RAÍZES: O SUJEITO E O SEU LUGAR

2.1 O começo de tudo

Décima Filha do casal João Adelino de Queiroga e Ana Fernandes de Queiroga, Irmã Ana tem sua origem no município paraibano de São João do Rio do Peixe, à época de seu nascimento denominado de Antenor Navarro. Segundo dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) a alteração toponímica do município São João do Rio do Peixe para Antenor Navarro foi realizada pelo decreto municipal nº 50 de 26-05-1032, aprovado pelo decreto estadual nº 284, de 03-06-1932.

Já a mudança toponímica de Antenor Navarro para São João do Rio do Peixe ocorreu por força de ato das disposições constitucionais transitórias, constituição estadual, promulgado em 05-10-1989. O município situa-se no extremo oeste paraibano, pertencendo à Microrregião de Cajazeiras, a qual constitui parte da Mesorregião do Alto Sertão da Paraíba. Limita-se ao norte com os municípios de Uiraúna e Poço de José de Moura, ao sul com Cajazeiras e Nazarezinho, a oeste com Triunfo e Santa Helena e a leste com Sousa, Marisópolis e Vieirópolis, todos pertencentes à Paraíba. De acordo com o último censo do IBGE (2010) tem uma população de 18.201 habitantes, distribuídos numa área territorial de 470,2 km². É possível visualizar a sua localização no mapa da Paraíba por meio da Figura 1:

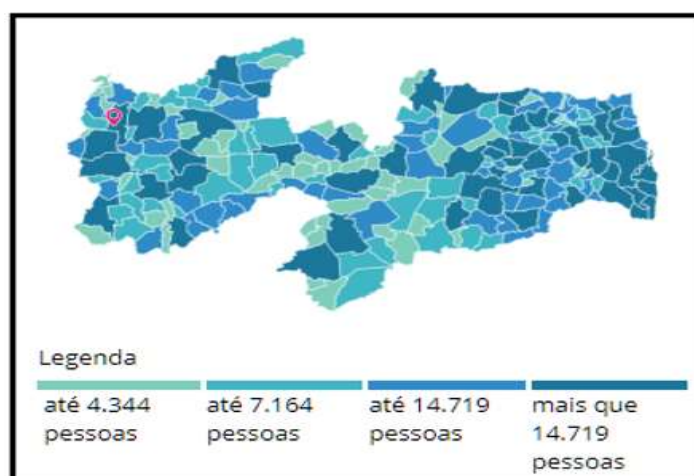


Figura 1: Localização do município paraibano de São João do Rio do Peixe em mapa de indicadores populacionais.
Fonte: IBGE, 2010

Banhada pelo rio do Peixe, a história oficial da localidade remonta ao século XVII, conforme o IBGE (2017):

No começo do século XVII, Luís Quaresma Dourado da Paraíba e a Casa da Torre da Bahia, adquiriram várias sesmarias na ribeira do rio do Peixe. Em 1691, o capitão Mor Antônio José da Cunha, da Capitania de Pernambuco, conseguindo a amizade dos índios Icós pequenos, estabeleceu-se às margens do rio do Peixe, com uma fazenda de criação a qual segundo documento da época reunia mais de 1500 cabeças de gado. Até 1765, porém no local onde se ergue a cidade, era uma fazenda de criação, pertencente ao capitão João Dantas Rothea, morador do distrito de Piancó.

Surgido a partir da instalação de uma fazenda de gado às margens do rio do Peixe, o lugar evolui, sendo, pela lei provincial nº 96 de 28-11-1863, criado o distrito de São João do Rio do Peixe, subordinado ao município de Sousa. Com a lei provincial nº 727, de 08-10-1881, o distrito é elevado à categoria de vila, desmembrada de Sousa. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911 passa a constituir-se enquanto município.

Em 1936, o então Antenor Navarro era um município essencialmente agrícola e o casal João Adelino de Queiroga e Ana Fernandes de Queiroga, os quais tiveram ao todo onze filhos (Maria Sittour de Queiroga, que faleceu com seis anos de idade, José Honor de Queiroga, Walter Fernandes de Queiroga, Antenor Fernandes de Queiroga, João Queiroga, Ana Sittour de Queiroga, João de Queiroga, Tereza Fernandes de Queiroga, Gervásio Fernandes de Queiroga, Maria Fernandes de Queiroga e Terezinha Fernandes de Queiroga, que faleceu aos doze anos de idade) tiveram a sua décima filha: Maria Fernandes de Queiroga.

Irmã Ana nasce em Antenor Navarro no dia 03 de fevereiro de 1936 e de lá não guarda muitas lembranças, pois a família migrara para Catolé do Rocha em 1941, tendo ela apenas cinco anos de idade. Rememora que eram felizes naquele lugar e que o pai, agricultor nato, precisou diminuir esse trabalho por ter que assumir um emprego federal nos Correios e Telégrafos e que, por pressão política, fora transferido para Catolé do Rocha, motivo da mudança familiar. Sobre a terra natal, em trecho de escritos (auto) biográficos relata:

Antenor Navarro me faz lembrar das cheias do Rio do Peixe, inundando a cidade; o trem de carga que só chegava à noite e que eu não podia ver, só ouvia os comentários, pois tinha que ir dormir antes da sua chegada. Relembro algumas pessoas daquela cidade, que possivelmente já estão na eternidade (lr. MAFQ. Escritos (auto)biográficos, 2016)

O rio do Peixe é conhecido por suas inúmeras cheias, as quais ao longo da história causaram destruição ao município de São João do Rio do Peixe, mas também são responsáveis por povoar a memória dos habitantes do lugar. Interessante se faz destacar que a memória individual, no caso a de Irmã Ana, coincide com a memória de muitos outros habitantes da localidade, ou seja, faz parte de uma memória coletiva. Segundo Maurice Halbwachs (1968, p. 48):

Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto em nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizerem e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída.

Outra lembrança desse período, referenciada por ela, diz respeito à viagem de mudança da família para a cidade de Catolé do Rocha-PB, onde o pai assumiria o seu novo trabalho. Sobre esse momento, rememora:

Tenho muita recordação da nossa “grande” viagem de transferência para Catolé do Rocha. Caminhão de cabine aberta, aonde mãe e nós menores vínhamos sentados, meu pai já tinha vindo bem antes, meu irmão mais velho veio nos acompanhando, mas não iria morar conosco, pois iria se casar. Em cima do caminhão vinha toda a nossa bagagem e possivelmente os irmãos maiores. (lr. MAFQ. Escritos (auto)biográficos, 2016)

Em seus estudos, Pollack chama a atenção para o fato de a memória parecer ser um fenômeno individual, íntimo, próprio de cada indivíduo. Lembra, contudo, que nos anos 1920-1930, Halbwachs já havia alertado que a memória deveria ser

compreendida, sobretudo, como um fenômeno coletivo, o que implica estar sujeita a “flutuações”, “transformações”, “mudanças constantes”. (POLLACK, 1992, p.200-212) Halbwachs defende que as lembranças são, na verdade, coletivas, mesmo que se trate de acontecimentos em que outros não estiveram envolvidos ou de objetos não vistos por outrem. Para o autor, as lembranças permanecem coletivas e são sempre lembradas pelos outros. (HALBWACHS, 1968, p. 26)

Em dado momento de nossas entrevistas adentramos sobre a questão da formação de seus pais. Em trecho de entrevista ela reflete sobre esse aspecto da história de vida de seus pais:

Entrevistadora: Qual a formação da sua família?

Entrevistada: Olha, meu pai e minha mãe nunca estiveram em uma escola, eles aprenderam a ler e escrever pelos pais, os pais é que passavam de geração em geração. E meu pai, como gostava muito de aprender, ele ia para a roça, eles tinham que trabalhar na roça, ele levava as cartas do padre da família, ele chamava de Padre Bernardino, ele ia lendo essas cartas, para aprender. E uma vez, deve ter sido no roçado, uma cobra pegou meu pai, e naquele tempo tinha uma, não é regime, um tempo de parada em casa, de resguardo, não é? Para não morrer, tem que ter... Então ele aproveitou esse tempo de repouso de quinze dias, aí foi que ele estudou mais em cima dessas cartas. Então ele aprendeu, ele escrevia muitas cartas, lia, leu a Bíblia acho que mais de uma vez, lia livro de filosofia e tudo. Minha mãe contava que ela não queria estudo, e chorava e choramingava porque ia para o estudo, assim, com os pais, e que um parente, não sei quem foi, disse “Deixa essa menina de mão!”, mas ela ainda, quando eu estava nas primeiras letras, ela ainda me ensinava alguma coisa, não é? Mãe não se dedicou. Quando noiva, fez versos pra o meu pai, só que quando se casou queimou esses versos e nós não tivemos acesso, não é? É pena. Mas ela não se dedicou. Ela se dedicou mais aos trabalhos domésticos e à parte de costureira. (Ir. MAFQ. Entrevista em 23/06/2016)

Em seu relato reforça a origem familiar humilde, afirmando que os pais nunca estiveram em uma escola e que aprenderam a ler e escrever por meio dos próprios pais, que passavam essas práticas de geração em geração. Avalia positivamente a disposição do pai para a autodidática, lamentando que o mesmo não ocorrera com a mãe, que desde cedo optara por se dedicar aos trabalhos domésticos.

É possível refletir, mais uma vez, com esse relato que as memórias nem sempre são frutos de momentos vividos individualmente. Estas podem ser absorvidas a partir do pertencimento a determinados grupos, sejam eles familiares, profissionais, políticos ou religiosos, dentre outros. É o que Pollack (1992, p. 201) denomina de “memória herdada”:

Os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva são em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.

Em entrevista adentramos, ainda, sobre suas origens e experiência familiar:

Entrevistadora: Fale um pouco da sua experiência em família, destacando as origens e influência dos familiares, em sua vida anterior e atual.

Entrevistada: Bom, minha família... a minha experiência em família, foi muito boa. Meus pais sempre foram bem casados, não é? Setenta e três anos comemoraram de casamento, aí depois foi que minha mãe faleceu. Eu vivi numa família simples, pobre, honesta. Meus pais, todos dois, trabalhavam. Meu pai era funcionário dos Correios e Telégrafos, por isso fez barraco em catolé do Rocha, e minha mãe era costureira e dona de casa. Muito hábil, não é? Ela fazia tudo muito ligeiro. Minha origem é simples, minha casa não tinha luxo, nem meus pais, não é? Já se vê porque: ele era um funcionário e ela uma dona de casa. (Ir. MAFQ. Entrevista em 23/06/2016)

E sobre sua infância:

Entrevistadora: É possível rememorar momentos do tempo de infância, dessa convivência, tem algum momento, assim, que lhe foi marcante, que a senhora acha que possa destacar?

Entrevistada: Talvez os brinquedos atrás da casa, atrás do muro... Tinha muros às portas naquela rua, não é?... Ali nós brincávamos de boneca, e criança pobre sempre arranjava fazer tipos de bonecas e de

coisas, não é? De casinha que a gente chamava, brinquedos de casinha... Aí tinha minhas amigas ali vizinhas, tinha muitas vizinhas, a gente brincava, e tinha minha irmã menor também, com Sittour a diferença era de seis anos, mas da minha outra irmã, a diferença era apenas de três anos, então nós brincávamos.

Em seus relatos de memória Irmã Ana realça a boa convivência matrimonial dos pais, os esforços de ambos para manter a família numerosa com os recursos financeiros advindos praticamente do salário mensal do pai como funcionário dos Correios e Telégrafos. Rememora o episódio marcante da mudança familiar da antiga Antenor Navarro para a cidade de Catolé do Rocha devido à transferência profissional imposta ao pai. Com a utilização da expressão “fez barraco em Catolé do Rocha”, indica que por força das circunstâncias o pai precisou fixar-se com a família nesse novo lugar. As brincadeiras e os amigos do passado continuam vívidos em sua memória. Amizades construídas geralmente na vizinhança, levando as crianças a se reunirem para brincar livremente nas ruas ou nos espaços livres das casas de uns ou de outros, como os “muros” citados pela biografada no trecho da entrevista e que nada mais eram que os quintais das residências.

Para Pollack (1992), assim como que por acontecimentos, a memória também se constitui por personagens e lugares. Quanto aos personagens, esses podem ser aqueles realmente encontrados no decurso da vida, como os que também podem ser frequentados por tabela, tal qual já explicado com relação aos acontecimentos. Podem, ainda, não terem pertencido ao espaço-tempo da pessoa, mas com ela manter, por algum motivo, uma relação de proximidade. O mesmo acontece com relação aos lugares de memória. Ou seja, esses três elementos da memória: acontecimentos, personagens e lugares estão intrinsecamente relacionados ao pertencimento, à identidade com determinado grupo ou grupos.

Antenor Navarro, atual São João do Rio do Peixe, num imaginário povoado por personagens e acontecimentos, é um desses lugares de memória que fazem parte da história de Irmã Ana e de seu grupo familiar. E sobre o dito e o não dito em seu discurso, assim como o dito nas entrelinhas, é possível depreender que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade”. (POLLACK, 1992, p. 204)

Na parede da sua sala de trabalho, um quadro pendurado na parede chama a atenção dos visitantes (ver figura 2).

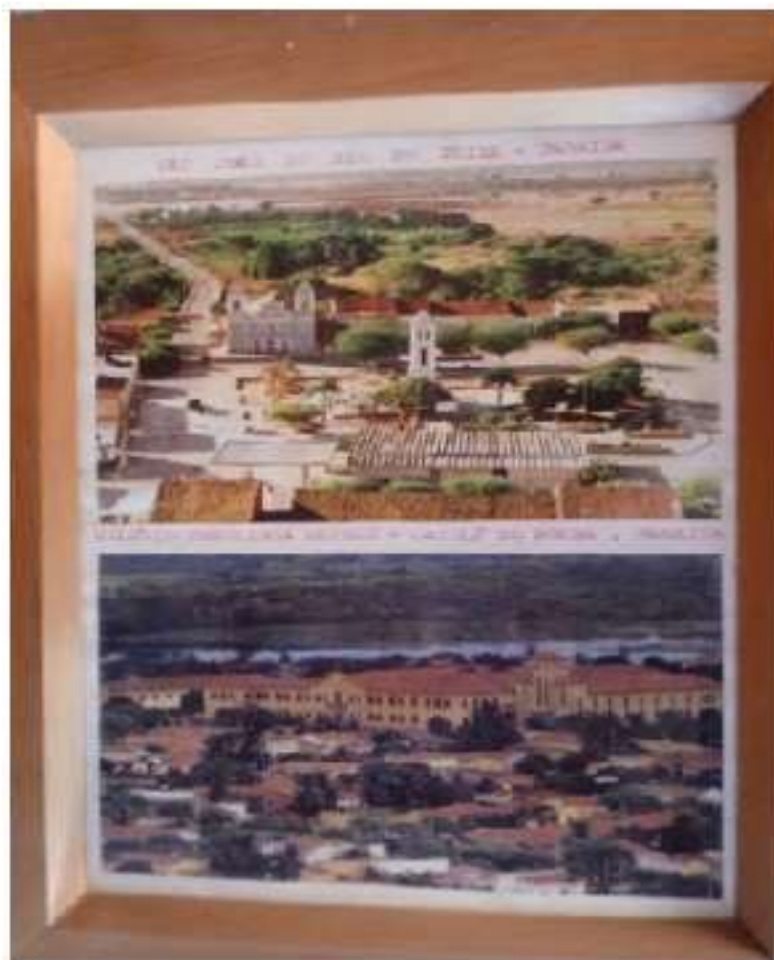


Figura 2: Quadro com as fotos panorâmicas das cidades de São João do Rio do Peixe-PB e Catolé do Rocha-PB.

Fonte: Arquivo pessoal de Irmã Ana

Emolduradas em um só artefato, as imagens panorâmicas das duas cidades, a terra natal, São João do Rio do Peixe e a terra que a adotou e na qual ela vem construindo a sua história, Catolé do Rocha, se entrelaçam numa demonstração inequívoca da importância desses dois lugares para a minha biografada. Lugares de memória, lugares de vida.

2.2 Catolé do Rocha: passado e presente

O município de Catolé do Rocha, encravado no alto sertão paraibano vem crescendo consideravelmente ao longo dos seus 184 anos, desenvolvendo-se urbana, econômico e culturalmente, dentre outros aspectos. Com uma área de 552,1 km², o município abriga, atualmente, uma população estimada em 30.534 habitantes, distribuídos entre o distrito-sede de Catolé do Rocha e, ainda, os distritos de Coronel Maia e Picos, segundo dados do IBGE (2017). É possível visualizar a sua localização no estado da Paraíba por meio da Figura 3:

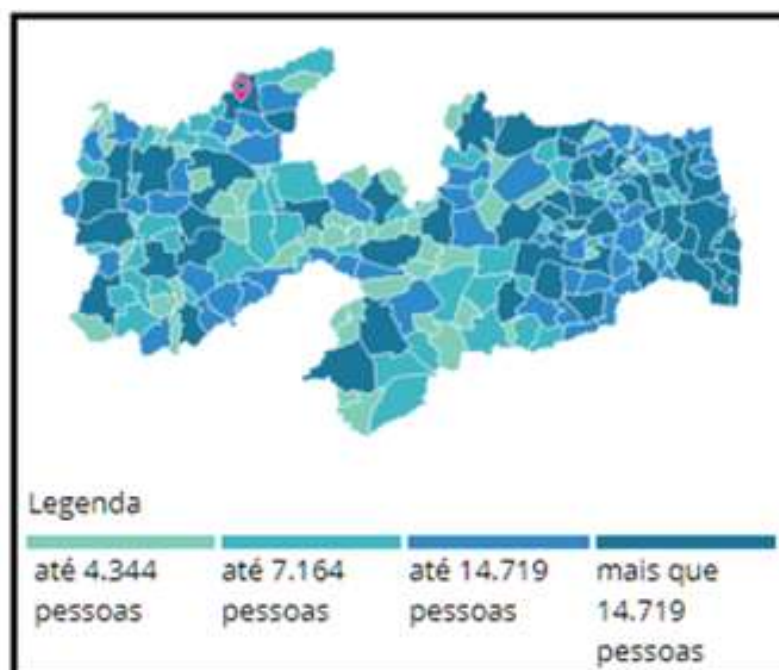


Figura 3: Localização do município paraibano de Catolé do Rocha em mapa de indicadores populacionais.

Fonte: IBGE

Pertencente à Mesorregião do Alto Sertão da Paraíba, a qual se subdivide em sete Microrregiões, Catolé do Rocha dá nome à Microrregião paraibana formada pelos seguintes municípios: Catolé do Rocha, Brejo do Cruz, Belém do Brejo do Cruz, São José do Brejo do Cruz, São Bento, Bom Sucesso, Brejo dos Santos, Riacho dos Cavalos, Mato Grosso, Lagoa e Jericó. Limita-se ao norte com os municípios de Amino

Afonso (RN) e Patu (RN), a leste com os municípios de Belém de brejo Cruz (PB) e Brejo dos Cruz (PB), ao sul com Riacho dos Cavalos (PB) e Jericó (PB) e a oeste com os municípios de João Dias (RN) e Brejo dos Santos (PB).

Polo da microrregião que integra, o município é conhecido pela exuberância de suas paisagens naturais (sobretudo em época de chuvas com o verde colorindo as serras), pelo acolhimento do seu povo, assim como pelas elevadas temperaturas diurnas, intercaladas pelas noites de clima ameno, um convite para os passeios nas praças e conversas nas calçadas, tão apreciados pelos habitantes do lugar. Segundo Medeiros (2013, p. 29):

Quanto à ação dos ventos em relação à amplitude térmica diária em Catolé do Rocha, o destaque é o famoso “Vento Aracati”, cujo nome vem do tupi, significando “bons ventos”. Sopra regularmente, entre agosto e janeiro. É um vento extremamente apreciado pela população catoleense pelo fato de amenizar a temperatura à noite, após um dia de calor. Isso ocorre em virtude do Aracati ser sempre um vento fresco e úmido, por carregar partículas de umidade, transmitindo a sensação de uma temperatura mais agradável.

É essa uma das características que fazem o lugar aprazível para os que nele habitam, assim como para os que vêm de fora esporadicamente. A sua localização, rodeada por serras (ver figura 4), tendo, ainda, o Monte Tambor (Figura 5) como paisagem integrante, lhe confere um perfil atrativo, despertando admiração aos visitantes e saudosismo aos filhos da terra que vivem em outras plagas, como denota fragmento do hino do lugar: “[...]Lindas paisagens do Corrente acenando, a brisa fresca ligeira ciciando, soluçando,[...]Catolé, terra onde eu nasci, quero-te, quero-te tanto, longe de ti vivi[...].”¹⁸ A cidade é ornada por muitas praças e canteiros, sendo conhecida como uma das cidades mais verdes da Paraíba.

¹⁸ Fragmento do hino de Catolé do Rocha da autoria de Francisco Muniz de Medeiros (Frei Marcelino de Santana).



Figura 4: Vista panorâmica da cidade de Catolé do Rocha – PB. Foto sem data.
Fonte: Página da Web “Catolé do Rocha antigamente” – por Jean Vieira



Figura 5: Vista do Monte Tabor e Igreja Matriz, Catolé do Rocha – PB. Foto sem data.
Fonte: Página da Web “Catolé do Rocha antigamente” – por Jean Vieira

Crescendo ao longo do tempo, o lugar tem passado por transformações não apenas paisagísticas e econômicas, indo de localidade essencialmente agrícola para polo industrial em expansão, sobretudo nos setores têxtil e de alumínio, com exportação para diversas regiões do país. Possui atualmente um PIB per capita de R\$ 11.143,00 ocupando, neste aspecto, o primeiro lugar dentre os municípios da Microrregião e o 24º lugar no *ranking* paraibano.

As transformações culturais são perceptíveis no município, advindas com o crescimento urbano e populacional, mas ainda mais com a nova configuração social desencadeada pela globalização e pelo advento da Internet. Talvez os moradores mais antigos ainda conservem hábitos e costumes de tempos idos, resistindo como fortes sertanejos aos ventos intempestivos das mudanças socioculturais, mas os mais novos deixam-se levar facilmente, inebriados pelo frescor da sensação de liberdade. Para Castells (1999, p. 26):

Sem dúvida, a habilidade ou inabilidade de as sociedades dominarem a tecnologia e, em especial, aquelas tecnologias que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, traça seu destino a ponto de podermos dizer que embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia (ou sua falta) incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em um processo conflituoso, decidem dar ao seu potencial tecnológico.

Muitos que veem a Catolé do Rocha de hoje desconhecem o seu passado, fugidio no tempo, afinal, o “passado é morto” (CERTEAU, 1982). Fragmentos desse passado são, no entanto, revelados aqui e ali, e registrados por historiadores — que cumprem o papel de escavar, de buscar indícios e provas do que já passou — ou mesmo por outros sujeitos, muitas vezes ancorados na memória coletiva local, que se lançam ao mister de descortinar e narrar a história do seu lugar.

Com base nesse ofício, sabe-se que a história institucional de Catolé do Rocha remonta a um passado de 183 anos, datando de 25 de maio de 1835 a criação do município. Como muitas outras localidades da Paraíba e do Brasil, Catolé do Rocha passa, inicialmente, de povoamento à vila federal e, somente em decreto de 21 de

janeiro de 1935 é elevada à categoria de cidade.

Registros históricos e dados do IBGE conferem ao Tenente-coronel Francisco da Rocha Oliveira o título de fundador do lugar, tendo nele se estabelecido por volta de 1774, instalando-se em terras localizadas às margens do riacho Agon. Segundo histórico do IBGE (2017):

Logo da sua chegada, o Tenente Francisco da Rocha Oliveira tratou de explorar a parte de terra que lhe cabia, organizando plantações, construindo casas, fazendas de gado e uma capela, dedicada a Nossa Senhora do Rosário, presumivelmente nos anos de 1774-1780.

No período de sua colonização, Catolé era habitada pelos Índios Pegas, um dos povos da nação Cariri. (MEDEIROS, 2013, p. 15): O nome Catolé do Rocha foi atribuído ao município em virtude da presença abundante na paisagem local de uma palmeira conhecida como catolé e em referência ao seu fundador, Francisco da Rocha Oliveira. Segundo Medeiros (op. cit., p.15):

Katu're, origem primitiva do nome Catolé, significando em tupi, conforme o "Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi", de autoria de Antônio Geraldo Cunha (1978, p. 107-108), uma espécie de palmeira (*Syagrus oleracea*) que, de forma nativa, cresce no norte do território brasileiro. O prefixo Katu, usado em várias palavras da língua tupi, corresponde a bom, saudável, bastante [...]

Como os demais povoamentos e vilas do país, Catolé do Rocha desenvolveu-se inicialmente no entorno de algumas poucas construções principais, dentre elas uma capela. Conforme o IBGE (2017):

Após a construção dessa igreja, o lugar teve um surto de desenvolvimento expressivo, surgindo algumas construções que marcaram época, tais como: o prédio onde funciona a coletoria estadual, assobradado, com a fachada revestida com azulejos especiais trazidos de Portugal; o prédio da Intendência (antiga Prefeitura Municipal); os sobrados do Cel. Valdevino Lobo; a Casa da Caridade (depois transformada em Colégio Leão XIII); a Cadeia Pública.

Erguida no século XVIII, a capela é dedicada à Nossa Senhora dos Remédios — santa escolhida como padroeira do lugar. Alguns registros históricos dão conta de que esta primeira capela teria por invocação Nossa Senhora do Rosário, no entanto, a versão é contestada por outros autores. Segundo Medeiros (2013, p. 19):

Essa capela passa a funcionar como um centro de atração para o estabelecimento de novas residências. Posteriormente, com a construção em Catolé do Rocha, em 1874, da Igreja Matriz de N. S. dos Remédios, passa a citada capela para o culto a Nossa Senhora do Rosário, atendendo a uma associação constituída por negros, criada em 1850, na localidade. Em 1937 é demolida, em uma reorganização urbanística do espaço da sede do município, não atentando os novos atores sociais para a perda patrimonial de tão significativa herança do passado.

O terreno para a construção da capela fora doado pelo fundador da localidade e sua esposa, o Tenente-coronel Francisco da Rocha Oliveira e Dona Brásida Maria da Silva. Consta no documento de escritura a destinação à Nossa Senhora dos Remédios, como comprova Dutra (2013, p. 93). De acordo com a historiadora (op. cit., p. 95):

A velha igreja construída pelo fundador da cidade foi entregue ao culto de Nossa Senhora do Rosário, logo que foi inaugurada a grande igreja. Essa Associação do Rosário foi fundada em 1850. Era formada, na maioria, por gente de cor. A igreja foi construída em 1773 e demolida em 1937, portanto quando foi construída não existia, ainda, a Associação do Rosário. A nossa Padroeira sempre foi Nossa Senhora dos Remédios.

A população catoleense é marcada em seus primórdios pela influência da religiosidade. Não é diferente na atualidade. Contudo, pode-se afirmar que há um significativo crescimento de outras denominações religiosas além da católica, embora esta seja a religião predominante no município. Analisando o gráfico da figura 6 se percebe a grande disparidade, com relação ao número de adeptos, entre as religiões citadas na pesquisa realizada pelo IBGE (2010):

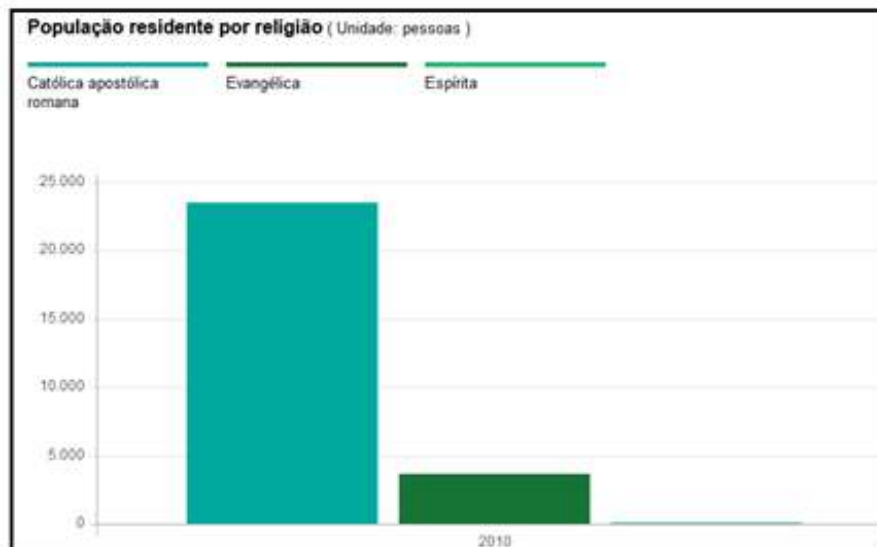


Figura 6: Gráfico representativo da população residente por religião no município de Catolé do Rocha – PB.
Fonte: IBGE

A Catolé do Rocha de 1941, ano da chegada de irmã Ana à cidade, era essencialmente católica (embora já houvesse seguidores da religião protestante nessa época), assim como era essencialmente católica a sua própria família. Ao ser indagada sobre a formação religiosa de sua família, com orgulho responde:

A minha família é essencialmente católica. Meu irmão é o vigésimo oitavo padre da família¹⁹. E depois dele tem outros sobrinhos de pai, sobrinhos de mãe, sacerdotes. E o núcleo da minha família é a católica, de maneira que Uiraúna, que era o núcleo da minha família, quando chegava um protestante lá, ninguém alugava casa, então os protestantes iam embora. Hoje, não. A cidade cresceu, já não é mais só da nossa família, eu acredito que tenha igrejas protestantes, mas antigamente não tinha. Então meu pai e minha mãe eram pessoas de muita fé e nos ensinaram essa fé. (Ir. MAFQ. Entrevista concedida em 27/06/2017)

Hoje, cada vez mais, se tenta incutir no tecido social por meio de leis, da educação e dos meios de comunicação, a tolerância entre as religiões. Contudo, ainda

¹⁹ Referência ao Mons. Gervásio Fernandes de Queiroga, ordenado em 26 de julho de 1961, em Cajazeiras. O religioso pertence ao clero da Diocese de Cajazeiras e reside nesta cidade. Fez seus estudos de Filosofia e Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma e o doutorado em Direito Canônico também nesta instituição. Trabalhou por muitos anos na CNBB.

se faz forte a discriminação religiosa, o que se apresentava de forma ainda mais exacerbada até um passado não tão longínquo. Em Catolé do Rocha, a própria Irmã Ana rememora um fato de intolerância dos católicos para com os protestantes: “Quando nós chegamos aqui os protestantes tinham sofrido a derrubada da igreja. Não sei se derrubou totalmente não, mas estragou muita coisa. Quando eu cheguei aqui, os protestantes lá da Praça Sérgio Maia.” (Ir. MAFQ. Entrevista concedida em 27/06/2017). Tento extrair dela maiores informações sobre o episódio, mas as respostas são evasivas, demonstrando um certo constrangimento com relação ao assunto, como se pode perceber em trecho do nosso diálogo:

Entrevistadora: Como assim? Derrubaram a igreja?

Entrevistada: Não derrubaram a igreja toda, mas estragaram muita coisa.

Entrevistadora: Eles que derrubaram ou derrubaram a deles?

Entrevistada: Não, os católicos que agrediram.

Entrevistadora: Foi mesmo, Irmã? Não sabia desse fato.

Entrevistada: Isso eu era muito pequena, não sabe, não dá para... (Entrevista em 27/06/2017)

O silêncio, nesse caso, pode realmente significar o desconhecimento com relação a maiores informações sobre um fato que faz parte do passado da cidade. Pode também significar um receio de se estender num assunto incômodo, uma verdade que macula o registro da convivência entre católicos e protestantes na localidade e que se deseja apagar na história e na memória. De acordo com Pollak (1989, p. 3-15):

[...] existem nas lembranças, de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos.

É certo que à época de sua chegada à Catolé, em idos de 1941, a cidade era muito pequena, onde todos se conheciam. O que não significa que não houvesse ideologias contrárias, não só quanto a aspectos religiosos, como também a políticos,

por exemplo. Alguns trechos de suas falas se referem aos elementos socioculturais do passado:

Catolé era uma cidade simples, onde as crianças podiam andar sem companhia na rua, ainda brincávamos de roda e à noitinha, grupos, não é? Crianças e jovens, a gente brincava. Também os vizinhos se encontravam à noite para conversar na calçada [...] (Ir. MAFQ. Entrevista em 27/06/2017)

E ainda:

Existia vizinhança que se conhecia. Eu conheço gente daquele tempo que eu era criança, que eu sei o nome ainda. Hoje a gente não conhece mais todo mundo aqui em Catolé. [...] Mas naquele tempo, não! Conhecíamos-nos mutuamente. Uma coisa que os meus pais também costumavam fazer era visitar um ao outro. Não na hora que morresse um, mas visitar para conversar. [...] (Ir. MAFQ. Entrevista em 27/06/2017)

Percebe-se em sua fala a proximidade a uma coletividade do passado, uma adesão afetiva a esse grupo, construída, provavelmente, pela força das relações familiares, da convivência comum e pelo sentimento próprio de pertença. Analisando o pensamento de Maurice Halbwachs sobre a estruturação da memória e sua inserção na memória da coletividade, Pollak reforça que nela há hierarquias e classificações, assim como a definição do que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamentando os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais. (POLLAK, 1989, p. 3-15)

Com relação aos aspectos políticos, ao ser indagada sobre como eram os ânimos entre as lideranças políticas e seus opositores, reflete: “Acho que se distanciavam. Talvez, naquele tempo, como católicos e protestantes também se distanciavam.” (Ir. MAFQ. Entrevista em 27/06/2017)

Historicamente, há no município de Catolé do Rocha a permanência no poder de membros de uma mesma família da elite local, a família Maia. Neste ponto, importante se faz destacar, no que compete ao contexto catoleense, a presença da cultura política familista, a qual compreende uma série de comportamentos específicos, incluindo estratégias e alianças com vistas à manutenção do *status quo*, à permanência familiar no poder. (SEGAL, 2017, p. 28).

No tocante ao conceito de culturas políticas, de um modo mais abrangente, muitos estudiosos o veem como fenômeno diretamente relacionado à organização política administrativa de dadas sociedades, num movimento não exclusivo e, ainda, plural. Ou seja, comportamentos e estratégias políticas percebidas em uma sociedade podem ser encontrados igualmente em outras, assim como é possível perceber numa mesma sociedade a presença da cultura política familista, da cultura política clientelista, bem como da cultura política nacionalista, dentre outras, com ou sem predomínio de uma sobre outras, o que provavelmente acontecia no município de Catolé do Rocha no período em destaque. Culturas políticas, de acordo com Martins (2007a, p. 432) seriam:

[...] conjunto de valores, comportamentos e formas de conceber a organização político-administrativa, resultado de um longo e dinâmico movimento de interações e de acumulação de conhecimentos e práticas que se tornam predominantes em uma determinada sociedade, em um dado tempo histórico no qual, entretanto, nem ela é exclusiva, ou muito menos definitiva.

Com relação aos ânimos políticos, Irmã Ana relembra um fato que marcara a região, que foi a vinda de José Américo de Almeida, então candidato ao governo da Paraíba, no pleito de 1950. A visita de José Américo à cidade de Catolé do Rocha contrariava os interesses políticos das lideranças locais, como os do coronel Américo Maia, que havia expressamente proibido a sua presença no lugar. Sobre o episódio, relata:

Eu sei que o meu irmão contou uma... De Américo, José Américo, né, que veio para aqui e o outro não queria e ele bradou ali na praça: Américo! Era Dr. Américo Maia, não é? Eu queria muito bem a ele! E José Américo veio para aqui e juntaram a cavalaria, mas aí José Américo não teve medo e gritou ali na praça: Américo! E foi dizendo as coisas... O que eu não gosto de política é essa abertura demais de dizer as coisas com o outro assim.

Certamente, o passado político de Catolé do Rocha fora marcado por muitos acontecimentos conflituosos e violentos. O evento rememorado por Irmã Ana fora

narrado por Severino Ramos (1991) em seu livro “Agripino: O Mago de Catolé”. De acordo com o jornalista, José Américo havia recebido o recado de Américo Maia sobre a proibição de fazer comício naquela cidade. O político, porém, não se intimidou e em pleno sábado de feira montou palanque no mercado público. Não tardou, no entanto, a chegada do coronel acompanhado de um bando de homens armados. Ramos (1991, p.42) reproduz a resposta do político paraibano ao líder local:

“Américo Maia, Américo Maia! Eu te vi correr e chorar. Correr com medo dos cabras de Lampião e chorar de fome e de sede na seca de 32. Matei tua fome, dei-te emprego e tirei-te da lama. Américo Maia, eu construí aqui o açude Riacho dos Cavalos, cujas águas são muitas para lavar minhas mãos que são limpas, mas são poucas para lavar a tua pouca vergonha! [...] Marcha, Américo Maia, e mata o teu benfeitor!”

No pequeno município, palco do coronelismo e de contínuas contendas entre as famílias antagonistas Maia e Suassuna, onde a cultura da violência se fazia presente, a população, muitas vezes, tornava-se refém do medo. A energia elétrica era fornecida através de um motor que era desligado todas as noites e, no horário do desligamento era dado um sinal para que todos corressem para as suas casas. Contudo, o clima cultural se fazia presente e os jovens se reuniam na praça central, ponto de encontro favorito. Sobre esse aspecto, Irmã Ana recorda:

Quando eu era jovem, então já tinha o passeio lá na Praça Sérgio Maia. Passeava para lá e para cá. Só que eu não gostava muito, porque não estava dentro das minhas... Mas que as jovens iam para conversar, se encontrar, passear até determinado horário, não é? Mesmo homem. (Ir. MAFQ. Entrevista concedida em 27/06/2017)

Ela interrompe a frase e não a conclui. Deixa nas reticências o entendimento que não se sentia à vontade nas conversas entre moças e rapazes. Durante nossas interlocuções, afirma nunca haver namorado e ter despertado logo cedo o desejo pela vida religiosa, tendo-se decidido por este caminho aos quatorze anos de idade. Aos treze anos de idade, em 1949, ingressara no Curso Normal Regional do Colégio Dona Francisca Henriques Mendes, período que assim descreve:

Que alegria! Foram quatro anos onde podíamos saborear o néctar dos conhecimentos de vários professores, de modo especial das Irmãs Franciscanas de Dillingen, fundadoras dessa instituição de ensino. (Ir. MAFQ. Escritos biográficos, 2016).

Provavelmente, essa convivência direta com as irmãs fundadoras marcou profundamente o espírito da jovem, de forma que tão cedo já se percebe vocacionada para a vida religiosa, apesar de, segundo ela, ter permanecido em silêncio, guardando para si este desejo. Não queria desagradar a mãe, a qual não gostava da ideia, pois achava a filha muito jovem para tal decisão. Talvez, fragilizada com a perda recente de Terezinha, a filha mais jovem que falecera aos doze anos de idade, imaginasse a mãe que essa também seria uma forma de perda. Assim, somente aos vinte e dois anos, após receber a licença dos pais, Irmã Ana ingressa como candidata aos votos religiosos, no convento de Areia -PB.

É possível afirmar que desde o ano de 1949 Irmã Ana começa, de fato, a construir o seu vínculo com o CNFM, vínculo este que perdura até os dias atuais, pois aos oitenta e três anos de idade continua participando ativamente da rotina do colégio, das decisões pedagógicas e administrativas, tendo ocupando até o ano de 2017 o cargo de Diretora Geral da instituição. Aquele ano marca, assim, o início de um denso capítulo de vida que se desdobra em tantos outros, marcados por escolhas, renúncias, caminhos e descaminhos, mas que sempre convergem para um mesmo lugar.

2.3 Colégio Normal Francisca Mendes (CNFM): um lugar de vida

Ao pensar o lugar social de Irmã Ana (CERTEAU, 1982, p. 66) é importante estabelecer um questionamento sobre os aspectos de sua fala enquanto detentora de uma memória de um dado momento histórico. Para Pollack (1989) a memória individual e coletiva é constituída a partir de alguns fatores, entre eles: os elementos vividos pessoalmente (sozinhos) e os fatos *vividos por tabela*, ou seja, aqueles compartilhados em grupo. Sendo assim, não se pode analisar as narrativas de Irmã

Ana sem refletir sobre o seu lugar enquanto mulher, freira e profissional da educação em relação ao seu grupo social.

Segundo Halbwachs (2004) as lembranças são constituídas a partir de um dado momento histórico e elas podem ser selecionadas, dependendo do interlocutor. O autor afirma que a lembrança (memória) é um conjunto de informações que perpassam por uma coletividade e que não existe recordação que seja fruto apenas da imaginação, uma vez que as memórias partem de uma construção coletiva e individual que dialogam entre o passado e o presente. Logo, entende-se a partir de Halbwachs e Pollack que a memória, por mais que pareça um acontecimento individual, está intrinsecamente conectada com o grupo que o sujeito está inserido. Portanto, para os autores supracitados toda percepção parte do coletivo. Segundo Pollak (1989, p. 3): “Em vários momentos, Maurice Halbwachs insinua não apenas a seletividade de toda memória, mas também um processo de negociação para conciliar memória coletiva e memórias individuais.”

Toda memória tem um lugar e, em algum momento, reivindicará por seu espaço. Entender o narrador e o seu lugar, neste caso Irmã Ana e o Colégio Normal Francisca Mendes é compreendê-los enquanto espaço de memórias que dialogam e convergem entre si. Sendo assim, inquirir sobre Irmã Ana é perceber que a sua memória é um campo fértil de significados de um lugar, de um contexto, de uma época, de uma vida, e ao perscrutar sua trajetória, passa-se a compreender uma gama de teias históricas.

A partir da simbiose da memória coletiva e individual compreende-se também que as lembranças possibilitam a solidificação da identidade, do sentimento de pertença, neste caso do sentimento de pertença de Irmã Ana ao Colégio Normal Francisca Mendes (ver figura 7).

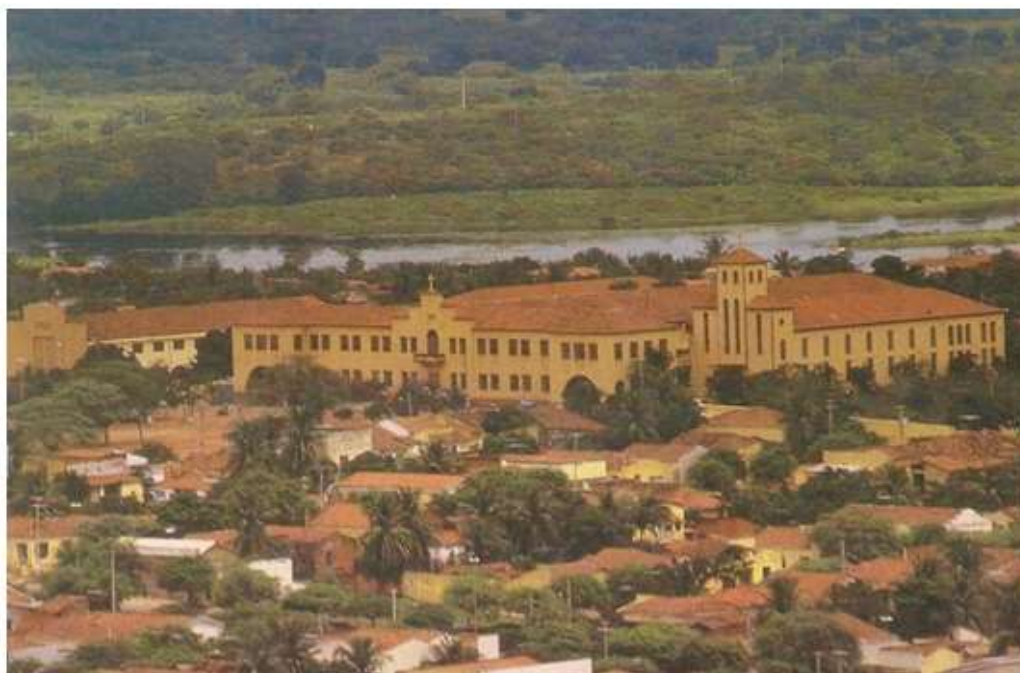


Figura 7: Colégio Normal Francisca Mendes. Foto sem data.
Fonte: Arquivo do CNFM.

Em um de seus escritos, intitulado “Francisca Mendes: Histórico e Finalidade” (ANEXO E), Irmã Ana evidencia o sentimento de fidelidade ao colégio, ao grupo das Irmãs Franciscanas de Dillingen e à formação docente, compreendida por ela enquanto missão de sua ordem religiosa:

Graças às lágrimas de um filho, surgiu a ideia de construir um colégio para moças, em Catolé do Rocha – PB. O Coronel Antônio Mendes Ribeiro, querendo perpetuar o nome de sua mãe, perguntou ao Pe. Joaquim de Assis Ferreira o que deveria fazer. Ele respondeu: construa uma escola para moças. Assim fez o Coronel Antônio Mendes Ribeiro [...] Enquanto em Catolé do Rocha se dava a construção desta escola, em 1937, na Alemanha Nazista se dava o fechamento de escolas confessionais, dando margem às Irmãs Franciscanas de Dillingen emigrarem para o Brasil. [...] Foi assim que em 02 de março de 1939 chegaram as primeiras irmãs alemãs para iniciar essa atividade educativa que é também missionária. Formar professoras cristãs nesta região sertaneja, eis o grande desafio, motivado pelo desejo de levar a mensagem de Jesus Cristo às crianças e jovens. [...] Surgiu a linda flor da educação feminina na cidade de Catolé do Rocha, com a abertura da Escola Normal Dona Francisca Henriques Mendes, hoje, Colégio Normal Francisca Mendes. [...] Formar professores eis a nossa primeira missão neste

sertão, a fim de que crianças e jovens, dos diversos níveis culturais e financeiros possam usufruir dos conhecimentos adquiridos na nossa escola pelos professores que aqui estudarem. São nossos continuadores junto aos irmãos carentes. (IR. MAFQ. Documento sem data)

Nesse trecho, Irmã Ana faz referência ao início do CNFM, à chegada das fundadoras franciscanas, realçando a missão das religiosas pioneiras, assumida posteriormente pelas co-irmãs brasileiras, de formar professoras na região, de modo que pudessem oferecer educação a muitas crianças e jovens, de todas as classes sociais. O acesso universal à educação no Brasil há muito tem estado na pauta dos debates nacionais, sendo o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, reconhecido como um marco nesse sentido:

Assentado o princípio do direito biológico de cada indivíduo sua educação integral, cabe evidentemente ao Estado a organização dos meios de o tornar efetivo, por um plano geral de educação, de estrutura orgânica, que torne a escola acessível, em todos os seus graus, aos cidadãos a quem a estrutura social do país mantém em condições de inferioridade econômica para manter o máximo de desenvolvimento de acordo com suas aptidões vitais. Chega-se, por esta forma, ao princípio da escola para todos, “escola comum ou única” [...]. (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932) E DOS EDUCADORES, 1959, 2010, P.44)

De lá para cá, paulatinamente, avanços foram sendo conquistados, contudo, muito se falta para que o país ofereça, de fato, uma educação pública, gratuita e laica de qualidade para todos. Importa destacar, inclusive, que na vigência do Estado Novo no país, havia forte embate entre os Escolanovistas, que defendiam a laicidade no ensino e a Igreja Católica, que pretendia manter o seu poder de influência social, defendendo a permanência do ensino religioso nas escolas brasileiras, mas que, apesar do confronto, conforme analisa Cury (2003), ambos os grupos defendiam a manutenção do capitalismo no Brasil, sistema excludente por natureza. A Constituição de 1937 reforça, inclusive, a orientação político-educacional voltada ao capitalismo, sugerindo a preparação de mão-de-obra para as novas atividades oferecidas pelo mercado e dando ênfase ao ensino pré-vocacional e profissional.

No caso específico do CNFM, projeto da Igreja Católica e da elite econômica e política catoleense, é possível dizer que desde a formação de suas primeiras turmas de professoras ofereceu uma parcela de contribuição na educação de crianças de várias classes sociais, haja vista que, apesar de ser um colégio pago, concebido para moças da elite local, muitas professoras nele formadas, ao poucos foram ingressando nos quadros públicos da educação paraibana, lembrando que o Curso Normal oferecido no colégio recebera jovens advindas de outras localidades circunvizinhas à cidade de Catolé do Rocha. Algumas passaram a lecionar em grupos escolares da cidade e mesmo em escolas da zona rural, como foi o caso da minha mãe, Isabel Alves de Sousa, que tendo se formado no colégio no ano de 1951, e em seguida nomeada professora do Estado da Paraíba, por muito tempo foi titular de uma classe multisseriada, estabelecida em uma sala de aula improvisada num armazém da propriedade Pau de Leite, localizada na zona rural de Catolé do Rocha. Outras professoras também fundaram instituições de ensino particulares no próprio município ou em outras localidades, como a ex-normalista Maria Antônia Barreto Paiva, formada no ano de 1957, que fundou na capital paraibana o colégio Coração Imaculado de Maria (Colégio CIM), funcionando com Educação Infantil e primeira fase do Ensino Fundamental, de 1997 a 2010. Instituição em que também esta pesquisadora teve a oportunidade de iniciar-se na prática educativa, após concluir, no ano de 1991, o Curso Pedagógico no CNFM e em 1997, a graduação em Pedagogia, na UFPB.

Desde sua fundação, o CNFM funcionara com o Curso Primário e o Curso Normal, nos primeiros anos denominado de Normal Livre, modalidade pouco abordada na historiografia da educação brasileira, mas da qual é possível inferir que a designação “livre” se daria devido à autonomia concedida pela legislação brasileira aos Estados para que elaborassem as suas próprias matrizes curriculares, dentre outras prerrogativas. (SOUZA, 2012, p. 59). Com relação ao Curso Normal Livre da então Escola Normal Dona Francisca Henriques Mendes²⁰, esclarece Oliveira (2013, pp. 142-143):

²⁰ Primeira denominação do Colégio Normal Francisca Mendes.

O que se desenvolveu no Francisca Mendes, criado em 1939, é reconhecido pelo Decreto 120, de 23/04/1941, da esfera estadual, pois, sabe-se que as Escolas Normais no Brasil, apesar de existirem desde o Império, constituíam matéria da competência dos estados que as criavam. O Curso do Francisca Mendes, inicialmente era denominado “Normal Livre”, modalidade pouco tratada na literatura específica e como tal identificado no Livro de Matrícula da instituição, no termo de Abertura do respectivo Curso. Até 1945, sua identificação é Normal Livre.

A partir do ano de 1946 o Curso Normal Livre é substituído pelo Curso Normal Regional, sendo a primeira turma de regentes de ensino diplomada no ano de 1949, conforme Livro de Atas das Sessões Magnas de Formatura. Fora instituído de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Normal, posta em vigor pelo Decreto Lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946. Os dois cursos, Normal Livre e Normal Regional²¹, têm, portanto, especificidades. Para Oliveira (2013, p. 144):

A adjetivação “livre” do primeiro, apontaria para o princípio da liberdade das democracias modernas, que, no campo da educação, toma corpo na defesa da livre iniciativa de particulares do ensino, e no papel indeclinável do Estado para normatizar e controlar essa atividade, na esfera pública e privada. Por sua vez, a adjetivação “regional”, do segundo, estaria significando a circunscrita validade do título expedido pelo Normal Regional, principalmente quando se considera a maior amplitude do Normal 2º. Ciclo e o direito dele advindo de pleitear acesso à Universidade, pela via do Vestibular. Centenas e centenas de regentes de ensino foram formadas no Curso Normal Regional da escola Normal Dona Francisca Mendes, além dos formados nessa mesma instituição pelo Normal Livre, de 1939 a 1945.

Em meados do século XX, Irmã Ana estava inserida neste contexto de euforia professoral que movimentava a pacata localidade de Catolé do Rocha. Jovens

²¹ Para maiores especificações dos dois cursos, consultar SOUSA, Maria Cleide Soares de. Dissertação COLÉGIO NORMAL FRANCISCA MENDES; CAMINHOS DA ESCOLA NORMAL EM CATOLÉ DO ROCHA/PB – 1939 A 1959. Arquivo digital, Biblioteca Central UFPB, 2012.

normalistas mergulhavam em campos de conhecimentos diversos, assim como numa densa gama de atividades socioculturais, como realça Oliveira (2013, pp. 148-149):

Nos anos cinquenta, o Normal Regional do Francisca Mendes desenvolvia sua formação com disciplinas de duração variada: Religião; Português; Desenho e Caligrafia; Canto Orfeônico; Educação Física e Jogos (todas em 4 anos); Matemática; Trabalhos Manuais (3 anos); Botânica; Física e Química (2 anos); Geografia Geral; Geografia do Brasil; H. Geral; H. do Brasil; Psicologia e Pedagogia; Higiene; Didática e Prática de Ensino (1 ano). Este elenco — com exceção de Religião, que era tanto uma disciplina teórica quanto prática curricular que marcava a identidade do Colégio — seguia o preceituado pela Lei Orgânica do Ensino Normal, de 1946, para o Normal 1º. Ciclo.

E ainda:

Alunas — internas e externas — participavam de coral, de festas comemorativas, com destaque para as de formaturas; outras, de bailados; de jograis, dramatizações, ginásticas artísticas; grupos treinavam voleibol para disputas; alunas de mais posses e habilidades específicas recebiam aulas particulares (piano, acordeão, língua alemã) e apresentavam eruditas e aplaudidas exposições ao piano [...]

É possível afirmar que a história de Irmã Ana passa a se fundir com a história do Colégio Normal Francisca Mendes a partir do momento em que lá ingressa no ano de 1949 e que passa, de acordo com suas palavras, a “saborear o néctar dos conhecimentos de vários professores, de modo especial, das Irmãs Franciscanas de Dillingen”. Inicialmente como normalista, em seguida como professora substituta, como religiosa, novamente como professora e como diretora tem estado presente em muitos momentos de sua trajetória. Não só, tem contribuído com a sua permanência em Catolé do Rocha, malgrado tantas dificuldades enfrentadas, advindas não apenas de crises financeiras, mas das transformações socioculturais ocorridas ao longo das décadas. Cabe ressaltar, pois, na história de Irmã Ana e na história do CNFM, a capacidade de resistência frente aos desafios enfrentados.

2.3.1 Construindo um colégio, construindo uma história



Figura 8: Construção do Colégio Normal Francisca Mendes no ano de 1937.
Foto sem data.
Fonte: Arquivo do CNFM

Lá pelos idos do final da década de 1930, se vislumbra em Catolé do Rocha, as bases para a construção de um colégio (ver figura 8), o qual se configuraria para os seus idealizadores e para a gente de posses local, assim como políticos, intelectuais e autoridades religiosas, um projeto redentorista, capaz de trazer prosperidade e civilidade para a região. Afinal, desde o final do século XIX, no Brasil, se difundia fortemente o ideal de modernização e progresso em associação à educação da população, o que se daria por meio de uma elite condutora. Muitos depoimentos registrados no Livro de Impressões sobre o Projecto do Collegio D. Francisca Henriques Mendes²² reforçam esses valores, concebendo desenvolvimento intelectual e moral para as gerações futuras, conforme se constata nos escritos. De acordo com Antonio Botto de Menezes, então Deputado Federal paraibano:

²² Documento datado de 1937, sob a guarda do Colégio Normal Francisca Mendes. Mantida a ortografia da época.

A obra, que o Cel Antonio Mendes Ribeiro, meu velho amigo, vai edificar, sob a doce invocação do nome de sua genitora, no município de Catolé do Rocha, destina-se ao preparo das gerações do amanhã. É semente nova e fecunda reservada ao futuro [...] (IMPRESSÕES, 1937)

E com o então vigário local, o Pe. Joaquim de Assis Ferreira:

O Colégio “D. Francisca Henriques mendes”, dádiva preciosa do Coronel Antonio Mendes Ribeiro à Diocese de Cajazeiras e à cidade de Catolé do Rocha, berço de sua genitora que dá nome ao Educandário, representa para o Sertão da Paraíba uma esmola de luz que se não esquece e por ela uma geração presente e uma série de gerações futuras beijam-lhe a mão de benfeitor. [...] (IMPRESSÕES, 1937)

Observa-se nesses e em muitos outros depoimentos constantes no documento o enaltecimento ao gesto do Coronel Mendes Ribeiro, descrito como benfeitor, patriota, homem-padrão, dentre outras adjetivações. Cabe enfatizar que o projeto da construção do Colégio Dona Francisca Henriques Mendes surge em uma época de escassos recursos voltados para a educação da população, marcada pelo fechamento de escolas subsidiadas pelo poder público, o qual, inclusive, com a Constituição de 1937 passa a incentivar diretamente a iniciativa privada. Oliveira (2013, p. 136) chama a atenção que o período em curso corresponde à “vigência do Estado Novo resultante do golpe de 1937, cuja Constituição transforma o dever de educar do Estado, assumido na Constituição de 1934, em suplência, isto é, para aquele momento, o dever do Estado com a educação se abrandava.” Nesse sentido, o texto propunha que a arte, a ciência e o ensino fossem livres à iniciativa individual e à associação ou reuniões de pessoas públicas e particulares. Apesar disso, o governo de Getúlio Vargas tomou medidas para expandir o seu populismo e a sua ideologia, escolhendo a educação como um dos caminhos para o controle social. Segundo Bomeny (1999, p. 139): “A educação talvez seja uma das traduções mais fieis daquilo que o Estado Novo pretendeu para o Brasil. Formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades.”

Sobre o conceito de ideologia, afirma Chauí (2013, p. 117):

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros de uma sociedade o que devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um conjunto de ideias ou representações de teor explicativo (ela pretende dizer o que é a realidade) e prático ou de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuí-las à divisão da sociedade em classes, determinada na esfera da produção econômica.

A Igreja Católica foi importante aliada de Vargas nesse processo, conforme admite Sendra (2007, p. 158):

Governo e Igreja apoiaram-se mutuamente. O governo, garantindo a esta privilégios; e a Igreja, por sua vez, apoiava e legitimava a ordem estabelecida pelo Estado, mesmo ciente de seu desrespeito ao povo. A relação da Igreja com os pobres era uma relação afetiva de assistencialismo. A Igreja via os pobres a partir do seu contato com os poderosos. Ela dedicou quase que exclusivamente à burguesia. Acreditava que, educando religiosamente a classe média, esta, por ter o poder de decisão, construiria mais facilmente uma sociedade cristã.

E com relação às Irmãs Franciscanas de Dillingen, reconhece:

Nossas irmãs não fugiram à regra, pois foram frutos desse contexto. Somente com o passar do tempo e arejamento do Concílio Vaticano II²³, a realidade e a questão do marginalizado foi se tornando

²³ Concílio Ecumênico da Igreja Católica convocado em dezembro de 1961 e iniciado em outubro de 1962 pelo Papa João XXIII, que tinha como lema: “Uma Igreja pobre para os pobres”. O Concílio deu início a uma revolução no interior da Igreja, voltando-se com maior força para as questões sociais e ampliando a participação dos leigos, dentre as principais ações. Produziu uma série de documentos, com destaque para quatro constituições: *Dei Verbum* (Revelação Divina), *Lumen Gentium* (Identidade e Missão da Igreja), *Sacrosantum Concilium* (Liturgia), *Gaudium et Spes* (Igreja no Mundo Atual), além de declarações e decretos sobre variados temas, como educação cristã, ecumenismo e diálogo cristão,

preocupação e compromisso de solidariedade da Igreja e Congregações Religiosas em geral. (SENDRA, 2007, p. 158)

Assim, como a abertura de escolas confessionais era de interesse da Igreja, a partir de uma rede de relações locais, envolvendo lideranças religiosas, políticas e econômicas são lançados os alicerces do edifício que viria a mudar e marcar, definitivamente, a paisagem do pequeno município paraibano e a vida de parcela da comunidade local, considerando que os menos abastados ficavam de fora desse projeto. Cabe aqui destacar o conceito de redes de sociabilidade, o qual para Martins (2007a, p. 432) seria “a representação das interações contínuas das diferentes estratégias individuais”. Quais seriam, no entanto, os principais personagens dessa rede local?

Em primeiro lugar, o capitalista bem-sucedido do ramo imobiliário da capital paraibana, o Coronel Antônio Mendes Ribeiro, desejoso de edificar uma obra com a qual pudesse honrar e imortalizar a memória de sua genitora, a catoleense Francisca Henriques Mendes. O vigário local, Padre Joaquim de Assis, que em sintonia com os ideais católicos de evangelizar através da educação e atentando às carências percebidas na região, indica ao empreendedor a construção de um educandário para moças como sendo a obra ideal ao seu propósito. Ainda, aquele que faz a doação de terreno público para a construção do prédio escolar, o então prefeito Natanael Maia Filho, este membro de uma família da elite política catoleense e paraibana.

Além da cultura política familista já destacada como predominante no município, nesse contexto histórico específico, a cultura política nacionalista também é percebida nos comportamentos concretos de indivíduos notórios ou comuns, afinal, a construção de um sentimento nacionalista está em ebulição em todo o país. Nas

meios de comunicação, dentre outros. Conferir em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_nostra-aetate_po.html> Acesso em: 04/05/2019.

palavras de Pécault (1990, p.15): “organizar a nação, esta é a tarefa urgente, uma tarefa que cabe às elites. [...] forjar um povo também é traçar uma cultura capaz de assegurar a sua unidade”.

No documento “Impressões sobre o Projecto do Collegio D. Francisca Henriques Mendes”, é possível também perceber indícios desse sentimento nacional, conforme se verifica no depoimento do líder político da época, o prefeito Natanael Maia:

O Município que tenho a honra de administrar, vai receber do casal Antônio Mendes Ribeiro, o maior melhoramento que poderia aspirar, a construção de um grande educandário, aonde as gerações presentes e futuras receberão a educação intellectual e moral de que tanto precisa a nossa querida Pátria. Que os meus conterrâneos assim tão beneficiados, sejam dignos do exemplo d’este grande patriota Cel. Antônio Mendes Ribeiro, e de sua genitora, cujo nome me é tão caro, são os meus votos. (IMPRESSÕES, 1937)

A imprensa paraibana também destaca o feito em matéria jornalística de conotação laudatória, datada de 27 de agosto de 1939, conforme registro descritivo e imagético²⁴ (ver figura 9) abaixo:

Acha-se funcionando em Catolé do Rocha o Colégio “Dona Francisca Henriques Mendes”, cujo edifício foi mandado construir recentemente pelo Sr. Antônio Mendes Ribeiro, e doado à Diocese de Cajazeiras por esse esforçado capitalista. Foi um gesto largamente apreciado em todos os círculos sociais e educacionais de nossa terra, constituindo, de fato, um contingente de boa vontade e patriotismo do conhecido proprietário. [...] Catolé do Rocha como qualquer localidade do Brasil, está sempre a carecer de doações desse valor, sabido como é elevada a porcentagem de analfabetos em nosso País. É a iniciativa particular, ajudando a iniciativa do interventor Argemiro de Figueiredo, com uma compreensão nítida dos problemas mais elevados da nacionalidade. Desse modo, é com justiça que apreciamos o esplêndido gesto que o Sr. Antônio Mendes Ribeiro vem de ter para com a causa da desanalfabetização dos nossos irmãos sertanejos. (A UNIÃO, 1939)

²⁴ Registros retirados da Dissertação de Mestrado: Colégio Normal Francisca mendes: caminhos da escola normal em Catolé do Rocha/PB – 1939 a 1959/ Maria Cleide Soares de Sousa - João Pessoa, 2012. UFPB/CE/PPGE.



Figura 9: Matéria do Jornal “A União”, Cidade da Paraíba, 27 de agosto de 1939.
 Fonte: Maria Cleide Soares de Sousa, 2012.

A história da fundação do colégio ganha um capítulo diferencial com a chegada das cinco Irmãs Franciscanas de Dilligen: Irmholda Brumm, Gonsalez Hermann, Urbana Schöberl, Engelsindis Holfelder e Siegfrieda Heinrich (ver figura 10), religiosas alemãs que fugindo das perseguições nazistas desencadeadas na II Guerra Mundial, emigram para o Brasil no ano de 1939, juntamente com outras irmãs de sua congregação e se instalam nas cidades de Cabo Frio, no Rio de Janeiro e Areia, na Paraíba.



Figura 10: Fundadoras do CNFM, as Irmãs Franciscanas de Dillingen. Foto sem data.
Fonte: Arquivo do CNFM

Em virtude das perseguições às ordens católicas na Alemanha e da necessidade de dirigentes para instituições confessionais no Brasil, autoridades eclesiásticas brasileiras fazem o convite, que é aceito pelas estrangeiras, iniciando, assim, a travessia oceânica. As cinco freiras alemãs (figura 10) que chegam para assumir o funcionamento do colégio Dona Francisca Henriques Mendes se instalam inicialmente em Areia-PB, e, convocadas pelo Bispo de Cajazeiras -PB, Dom João da Mata Amaral, rumam para Catolé do Rocha, no sertão Paraibano, sendo acolhidas por autoridades locais, que inclusive se incumbem de sua acomodação, até que a construção do prédio do colégio fosse concluída e elas pudessem lá se instalar, o que aconteceu no início de 1940. Segundo Sendra (2007, p. 166):

Enquanto o Colégio estava ainda sendo construído, o Curso Primário funcionou numa das casas cedidas pelo Coronel Sérgio Maia. E o Curso Normal Livre ficou instalado na parte concluída do Colégio. Este foi doado à Mitra Diocesana em 29 de maio de 1943, pelo Coronel Antônio Mendes e sua esposa. E em 14 de julho de 1961, a Mitra de

Cajazeiras-PB, através de D. Zacarias Rolim de Moura, fez a doação desse Patrimônio à Sociedade Franciscana Nossa Senhora Medianeira das Graças, enquanto as irmãs se fizeram presença atuante no Colégio, isto é, em forma de comodato.

Nesse contexto tem início a história de muitas professoras formadas no Colégio Normal Francisca Mendes, que puderam desenvolver a prática docente a partir dos ensinamentos das cinco irmãs fundadoras — reconhecidas por muitos habitantes como protagonistas de um verdadeiro intercâmbio cultural na cidade de Catolé do Rocha — ou das coirmãs brasileiras que a elas se seguiram e também abraçaram esse mister, a formação de professoras como “tarefa principal e mais eficaz para influir na região” (Irmã Pia Koch, 1959, apud SENDRA, 2007, p. 166)

2.3.2 “Nossas mestras nos transmitiam valores que jamais se apagarão da vida de cada uma”



Figura 11: 11ª turma de concluintes do Curso Normal do CNFM, com Irmã Ana no centro, à direita do paraninfo. Catolé do Rocha – PB, 1952.
Fonte: Acervo do CNFM.

Em 21 de novembro de 1952, Maria Fernandes de Queiroga (Irmã Ana), então com 16 anos de idade, era uma das vinte e cinco jovens a receberem o certificado de regente do ensino primário da Escola Dona Francisca Mendes, de Catolé do Rocha (ver figura 11). Era a décima primeira turma de professoras formadas pela instituição, representando para as moças um momento diferencial em suas vidas, conforme enfatiza Irmã Ana:

Fazer o Curso Normal naquela época, em Catolé do Rocha, era o máximo que uma jovem poderia conseguir para a sua formação intelectual, religiosa, humana. Nossas mestras nos transmitiam valores que jamais se apagarão da vida de cada uma. A formação recebida nos despertou para o gosto pelo magistério. (Ir. MAFQ. Escritos (auto) biográficos, 2016)

Desde a sua projeção, o CNFM fora pensado para suprir uma carência da região: a instrução feminina. O empenho das religiosas de Dillingen em educar as moças nos moldes da educação europeia, considerando metodologias diferenciadas, recursos artísticos, atividades culturais, somando-se ao componente religioso e à possibilidade de uma atuação profissional valorizada à época, provavelmente fazia da formação lá oferecida um sonho compartilhado por muitas jovens da pequena localidade.

Em fragmento retirado de documento sob a guarda do colégio, é possível depreender o grau de importância dada ao evento de diplomação das regentes de ensino formadas por uma instituição escolar que também passa a assumir lugar de destaque na região:

[...] ao som de uma marcha de Mozart entraram as concluintes, acompanhadas dos seus paraninfos, tomam do lugar em duas alas na parte fronteira do recinto enfeitado. O presidente da mesa Con. Américo Sérgio Maia abriu a sessão e como primeiro número as alunas da Escola Normal executaram o hino orfeônico “Luz, cândida Luz” letra de Guerra Junqueiro. As diplomandas foram chamadas a prestarem o juramento de fidelidade aos deveres inerentes ao seu estado. A primeira da turma pronunciou o juramento e em voz alta e entusiasta as jovens atenderam. Levantou-se em seguida o presidente para lhes entregar os documentos de sua habilitação como regentes do ensino primário,

os quais elas receberam junto com o anel de professora, entregue pelo Paraninfo Revmo. Pe. José Cartaxo Rolim [...]”²⁵

Pela grandeza do seu significado, o momento era celebrado com pompa pelas famílias ilustres da localidade, assim como por seus representantes políticos e eclesiásticos, os quais não poupavam a oratória e honrarias ao mérito da missão das jovens concluintes, conforme é possível perceber nas linhas e entrelinhas do documento referenciado:

Reservou a última palavra a si o Revmo. Con. Américo Sérgio Maia, congratulando primeiro às felizardas pela vitória conquistada. Em seguida interpretou o lema da turma: “A luz brilha nas trevas”, e a cena dramática: “Nas asas da luz”, admiravelmente: Estas festas são festas da ciência e arte, das inteligências e dos corações. Luz brilha hoje nas frentes, nos corações, no nosso recinto. Os admiradores da obra educacional reuniram-se a uma festa, na qual a luz seja o tema central[...]. Esta festa é uma glorificação, mas uma glorificação não só para as diplomandas, não só para os pais, não só esperança para o futuro, — a festa é glorificação, alegria e satisfação, mistos de saudades para aquelas acendedoras de lâmpadas, esta missão sublime que não vem dos homens e sim da luz do mundo, de Jesus Cristo.²⁶

Contudo, a conquista desse diploma tão almejado por muitas jovens não era tarefa fácil. Primeiramente, a escola era particular, concebida para favorecer “as filhas de fazendeiros e de Senhores de Engenho de Catolé e meninas de cidades vizinhas da região do sertão, onde não havia Colégio” (SENDRA, 2007, p. 166). Apesar da autora (IDEM, op. cit.: 166) afirmar que a escola “acolhia também gratuitamente, ou com abatimento na mensalidade, as meninas pobres, há de se considerar que muitas não podiam arcar com os custos adicionais inerentes ao processo escolar, tampouco

²⁵ Livro de Atas das Sessões Magnas de Formatura de Regentes de Ensino Primário da Escola Normal Regional D. Francisca Mendes, pg. 26, referente ao ano de 1952. Documento manuscrito, sob a guarda do Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha/PB; constituído de cinquenta páginas numeradas, datado de 1942 e contendo os registros das sessões de 1942 a 1959.

²⁶ Livro de Atas das Sessões Magnas de Formatura de Regentes de Ensino Primário da Escola Normal Regional D. Francisca Mendes, pg. 28, referente ao ano de 1952. Documento manuscrito, sob a guarda do Colégio Normal Francisca Mendes.

se afastarem das atividades laborativas que compunham o sustento das famílias não abastadas da localidade. Além disso, na cidade havia apenas uma escola de nível primário, o Grupo Escolar Antônio Gomes, este mantido pelo Estado, mas onde estudavam poucos alunos. Concluir os estudos neste educandário, ser mulher, católica e ainda passar no exame de admissão eram condições indispensáveis para ingressar no Curso Normal oferecido no Colégio Dona Francisca Mendes, como se constata em excerto da entrevista realizada com Irmã Ana, em 23 de junho de 2016, no qual discorre sobre o Grupo Escolar Antônio Gomes, única escola primária pública do lugar:

Entrevistadora: E esse Colégio Antônio Gomes era um colégio público?

Entrevistada: Não era colégio não, era um grupo escolar.

Entrevistadora: Ah, era um grupo escolar, e era público? Era mantido pelo Estado?

Entrevistada: Público, era estadual.

Entrevistadora: [...] esse grupo, ele era misto? Estudavam meninos e meninas?

Entrevistada: Misto. Era.

Entrevistadora: E aí no caso, ia até o quinto ano?

Entrevistada: Até o quinto ano. No quinto ano nós éramos seis mulheres e um homem: Hermano Santiago.

Entrevistadora: Eram poucos alunos assim?

Entrevistada: Era. (Ir. MAFQ. Entrevista em 23/06/2016)

No trecho acima se percebe o elitismo da escola pública à época: acessível a poucos e em condições diferenciadas, o que, inclusive, contradizia o discurso republicano que preconizava uma educação pública como direito social básico e universal. Num contexto de escassos investimentos educacionais o pequeno município de Catolé do Rocha parecia esquecido pelos gestores públicos, quanto a este e provavelmente outros aspectos. Somente no ano de 1927 a localidade recebe a instalação das Escolas Reunidas Primárias, o que se deu no governo de João Suassuna, este, inclusive, de naturalidade catoleense. No ano de 1934, já no governo do Interventor Federal Gratuliano da Costa Brito, no prédio onde funcionava as Escolas Reunidas passa-se a funcionar o Grupo Escolar Antonio Gomes, o que se deu através do Decreto nº 606. Importante destacar que o primeiro grupo escolar paraibano, o Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello, fora instalado na capital em 1916,

decorrendo, assim, um espaço de tempo de 18 anos até que se efetivasse esse novo modelo escolar no município de Catolé do Rocha.

Em 1949, tendo passado pela experiência do Grupo Escolar, ao término do curso primário chega o momento em que Irmã Ana se depara com a realidade do exame de admissão ao Curso Normal. O exame de admissão era composto de provas escritas, uma de português (redação e ditado) e outra de aritmética (cálculo elementar), e de provas orais em que os candidatos deveriam versar sobre conhecimentos dessas disciplinas e ainda de geografia, história do Brasil e ciências naturais” (BICUDO,1942, P.12). Sobre esse momento, Irmã Ana rememora:

Entrevistada: E Aldina foi minha professora, era diretora naquele tempo, e professora... ela disse, na minha turma, se eu bem me lembro: “vou dizer à Madre Superiora que nenhum tem condições de fazer o exame de admissão nas férias”, porque a gente tinha que fazer o exame de admissão para passar para o normal.

Entrevistadora: Que era para o Francisca Mendes?

Entrevistada: E eu teimei e estudei sozinha. [...] Gervázio²⁷ ainda estudou um pouco comigo, eu não tive, assim [...] só me lembro de Gervázio que pouco estudou comigo [...]eu vim e passei, passei em segundo lugar. (Entrevista realizada em 1/10/2016)

O próprio processo de seleção era por si só excludente, haja vista que não bastava concluir os estudos do curso primário, tendo as estudantes que demonstrarem os conhecimentos apreendidos por meio de exercícios escritos e orais, o que demandava uma série de habilidades específicas, ao que nem todas estavam preparadas. Porém, somando-se a isso, havia ainda outras classificações, conforme se verifica em trecho de entrevista:

Entrevistadora: Irmã, a senhora falou que uma não pôde vir porque era protestante, então no caso, naquela época...

Entrevistada: As irmãs não aceitavam...

Entrevistadora: As irmãs não aceitavam? Sendo de outra religião..., mas era por que havia uma proibição da própria igreja?

²⁷ Referência ao irmão da entrevistada.

Entrevistada: Não, conceito daquele tempo mesmo, não é?
(Entrevista realizada em 1/10/2016)

Neste ponto específico, observo que a entrevistada não utiliza o termo preconceito, o qual, segundo o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa pode significar: “Atitude emocionalmente condicionada, baseada em crença, opinião ou generalização, determinando simpatia ou antipatia para com indivíduos ou grupos.” Irmã Ana emprega o termo conceito, que segundo o mesmo dicionário, indicaria um “ponto de vista; opinião”, neste caso, segundo a narradora, próprio de um determinado tempo histórico. Como já havia ponderado em outro momento, havia um distanciamento recíproco entre católicos e protestantes. De fato, percebe-se, nesse contexto, uma expressão do etnocentrismo religioso, ideologia dominante à época. Bosi (2010) pondera que a palavra ideologia recebeu um significado amplo, sendo por vezes substituída por outros termos, como: “cultura, mentalidade, ideário, estilo de época, contexto cultural amplo, concepção ou visão de mundo [...]” (BOSI, 2010, p.73)

Sabe-se que, ao longo da história, longe de ser compreendida, a diversidade tem sido fonte de conflitos gerados, sobretudo, pelo preconceito, pela negação da identidade do outro. Para Charles Taylor (1994, p.58), “[...] um indivíduo ou um grupo de pessoas podem sofrer um verdadeiro dano, uma autêntica deformação se a gente ou a sociedade que os rodeiam lhes mostram como reflexo, uma imagem limitada, degradante, depreciada sobre ele.” Sabe-se, também, que a partir de um conceito forjado de superioridade muitas sociedades, ou grupos de pessoas em determinadas sociedades, discriminaram indivíduos que não se enquadraram em seus padrões físicos, culturais, intelectuais, religiosos, dentre outros. Esta situação ainda acontece nos tempos atuais e é causa de sofrimento, humilhação e muitos prejuízos às pessoas que não são reconhecidas em sua diversidade e enquanto sujeitos de direitos igualmente aos demais.

Contudo, ao se deparar com determinadas questões, como por exemplo de gênero, políticas e religiosas, no que concerne ao passado, é necessário ao historiador a sensibilidade para tentar compreender o funcionamento social, independente dos seus próprios julgamentos e concepções particulares, evitando a imposição de pressupostos do presente na interpretação de fatos do passado. Para

não cair na síndrome do anacronismo histórico, alerta Barman:

Temos de abordar o passado com o que se pode denominar uma visão dúplice. Primeiramente, é preciso entender e, portanto, respeitar a cultura da sociedade estudada, por mais que dela discordemos. Efetivamente, devemos permitir que as pessoas e os grupos do passado falem ao presente com sua própria voz. A segunda tarefa consiste em situar o tópico escolhido num contexto histórico mais amplo e, a seguir, empreender uma análise conceitual suficientemente aberta e flexível para levar em consideração e explicar o funcionamento da sociedade estudada. (BARMAN, 2005, p. 22)

Explicar, no entanto, o funcionamento de uma sociedade do passado, a partir da ótica de um único sujeito constituinte deste passado, mas que o lembra com as percepções do presente, constitui tarefa difícil. Bosi (1994) alerta para a dificuldade, senão impossibilidade de se reviver o passado tal e qual o foi, dificuldade compartilhada tanto pela pessoa que lembra, como pelo historiador. Segundo a autora:

Para este também se coloca a meta ideal de refazer, no discurso presente, acontecimentos pretéritos, o que, a rigor, exigiria se tirassem dos túmulos todos os que agiram ou testemunharam os fatos a serem evocados. Posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão reconstruir, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos. (BOSI, 1994, p. 59)

Outro requisito para se ter acesso à educação oferecida no Colégio Dona Francisca Henriques Mendes era o pagamento por ela. Segundo a narradora, as Irmãs Franciscanas não tinham outros meios para fazer a instituição funcionar, afora as mensalidades arrecadadas. Importa destacar que em sua gênese, a escola já fora concebida para uma elite que detinha privilégios e se distinguia dos demais. Mãe Ana recorda a ânsia pelo momento de ingressar no local, o que estava condicionado ao término dos estudos pela irmã mais velha, haja vista que o pai não podia arcar com os custos das mensalidades escolares das duas filhas ao mesmo tempo. Segundo ela:

Olha, o sonho, acho, que de toda jovem daquele tempo era estudar nessa escola e, meu pai não podia botar as duas. Colocou Sittour e Sittour terminou em 48, coincidiu que eu também terminei em 48 no Grupo, aí eu podia... Meu pai podia o que pagava para Sittour, pagar para mim. (Ir. MAFQ. Entrevista em 1/10/2016)

Indagada se as mensalidades eram caras para a sociedade catoleense da época, Irmã Ana chama a atenção para a pobreza das irmãs e o seu espírito missionário:

Entrevistada: Eu não me lembro muito bem quanto custava as prestações. Eu só sei que o meu pai, apesar de ser pobre, nunca atrasou. Quando ele recebia o dinheiro, tanto com minha irmã e depois comigo, ele passava logo para nós.

Entrevistadora: Por que o seu pai era funcionário?

Entrevistada: Era funcionário público federal, não é? Ele era dos Correios e Telégrafos. Mas as Irmãs nunca cobraram muito caro. Em Catolé ainda hoje continua que quando a gente dá um passo fora sente como que é praticamente de graça.

Entrevistadora: É um trabalho também de voluntariado, a senhora quer dizer?

Entrevistada: É um trabalho missionário! As irmãs tinham um trabalho de missionárias. Elas eram sempre pobres, pobres. (Entrevista realizada em 1/10/2016)

Pode-se inferir que a entrevistada tinha uma condição privilegiada. Apesar da simplicidade da condição familiar a que se refere, o seu pai detinha um cargo público, o que certamente o colocava em situação econômica diferenciada, possibilitando custear os estudos dos filhos. Também se percebe a valorização que a família concedia à formação educativa, uma vez que Irmã Ana iniciou seus estudos primários já aos seis anos de idade, tão logo a família se estabeleceu na cidade de catolé do Rocha. Em seus depoimentos se evidencia, ainda, o próprio desejo de ascender em sua trajetória escolar, não apenas conseguindo a aprovação no exame de admissão do Colégio, mas, ainda, concluindo o Curso Normal muito jovem, aos dezesseis anos de idade.

Num tempo em que o trabalho se iniciava, muitas vezes, na fase da infância, e em que a educação era um princípio ainda mais abstrato, grande parte da população

ficava de fora do processo escolar. Conversando sobre as condições de ingresso no recém fundado Curso Normal do Colégio Dona Francisca Henriques Mendes, aventamos sobre as opções de estudos para as jovens que não podiam pagar o acesso ao colégio:

Entrevistadora: E quem não podia, no caso, pagar aqui, tinha uma opção?

Entrevistada: Não, não tinha não. Não existia bolsa de prefeitura nem de Estado naquela época.

Entrevistadora: E na cidade, existia uma outra opção?

Entrevistada: Não, não existia. [...] Catolé do Rocha, Iolanda, não tem ideia do tamanho de Catolé naquele tempo. Vir lá de baixo aqui para o colégio, era muito distante. Entendeu? Não tinha... A cidade era pequena e a única opção para os homens, anteriormente, era o Leão XVIII. Fechou o Leão XVIII mais uma vez, como historiado naquele livro "Catolé do Rocha em Muitas lentes", e teve a abertura do Colégio Francisca Mendes, em 1939.

Entrevistadora: Então só estudava quem realmente pudesse pagar?

Entrevistada: Só. [...] A não ser, eu não sei se naquele tempo, que as irmãs...

Entrevistadora: Conseguiram alguma forma de dar uma abertura?

Entrevistada: Que dessem mesmo, não é? Por generosidade. Mas que não tinha nenhuma forma, assim, de bolsa. Isso no começo. [...] agora o que eu sei, depois dos tempos, é que elas tinham um internato e depois elas receberam jovens para... não eram internas... eram internas porque viviam aqui no colégio, mas essas jovens não pagavam, mas pagavam com o seu trabalho. A gente chamava...eram chamadas "meninas da casa". Elas trabalhavam gratuitamente, recebiam toda a subsistência e recebiam também estudos. Não faziam parte do internato. Elas tinham a sala de refeitório separado, e naquele tempo, que era muito fechado, não vinham aqui junto com as Irmãs não. Mas eram meninas da casa. (Entrevista realizada em 23/06/2016)

As relações de trabalho e recompensa expostas aqui merecem reflexões. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deriva do Decreto-Lei nº 5,452, de 1º de maio de 1943, promulgado pelo Presidente Getúlio Vargas, na vigência do Estado Novo. Com ela se dá a sistematização de todo o conjunto de leis, decretos e normas trabalhistas já existente, que conferia aos trabalhadores vários direitos há muito por eles reivindicados, tais como: salário mínimo, carteira de trabalho, jornada de oito horas diárias, férias remuneradas, previdência social e descanso semanal, dentre outros. Vale ressaltar que ao mesmo tempo em que o governo concedia direitos,

inserir, objetiva e subjetivamente, nas próprias leis, mecanismos de controle e de repressão a qualquer ameaça à ordem estabelecida.

Neste ponto, faz-se importante também destacar que o trabalho doméstico, a que se refere o trecho da entrevista, fora ignorado pela lei por muito tempo, e isso não somente na Era Vargas. Para se ter uma ideia, somente em 1973 o emprego com carteira assinada passou a ser uma realidade para os empregados domésticos, que, no entanto, ainda permaneceram excluídos de muitos direitos trabalhistas, configuração somente modificada a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 72, ocorrida em abril de 2013. Na prática, contudo, o trabalho doméstico no Brasil ainda carrega os resquícios das tradições escravocratas.

Com relação ao exposto no trecho da entrevista, é possível presumir que a troca de mão de obra doméstica pela subsistência ou mesmo por estudos era uma prática comum na sociedade daquela época, sendo reconhecida como natural pela sociedade, inclusive pelos mais pobres, fenômeno chamado por Lukács (1989) de “falsa consciência”, que seria a assimilação pelo proletariado da ideologia burguesa, estando, assim, em oposição à “consciência de classe”. Nesse sentido, muitas meninas pobres configuraram-se em mão de obra doméstica em casas de família, escolas e outros locais onde esse tipo de trabalho se fazia necessário. Com o olhar de hoje, tal fato suscita uma reprimenda ética. Com relação ao passado, muitos membros da sociedade, possivelmente, deixavam-se levar pelos conceitos ideológicos em que estavam imersos; muitos, certamente, cometiam excessos.

Com relação às Irmãs Franciscanas de Dillingen, é provável que tenha havido por parte delas, até por sua essência cristã e missionária, o desejo de colaborar com a juventude menos favorecida, tendo-o materializado da forma como encontraram na época, com os meios de que dispunham. A própria Irmã Ana, já um pouco mais à frente no tempo, recorda ter atendido a um pedido da então funcionária do colégio, a senhora Maria Ambrosina, concedendo ao seu sobrinho, o menino Francisco César Gonçalves, hoje mais conhecido como o cantor e compositor Chico César, uma bolsa de estudos no colégio. Dessa forma, pode ele estudar do segundo ao oitavo ano numa instituição de ensino que sempre foi referência para a região de Catolé do Rocha. Como registra o próprio Chico César na introdução do livro Catolé do Rocha em Muitas

Lentes: “É claro que ninguém é o que nasce. [...]. Uma pessoa é o que se transforma. Transformando-se o tempo todo, leva no corpo e na alma única as marcas que o lugar lhe deu ao tentar segurá-lo como parte da paisagem.” (GONÇALVES, 2013, pg.11). Provavelmente, há no catoleense, de origem humilde, marcas da educação recebida no CNFM e da convivência com as irmãs franciscanas e demais sujeitos de seu tempo escolar.

Sobre o intercâmbio cultural possibilitado com a convivência com as madres franciscanas, Irmã Ana destaca que elas vinham com a cultura de um país mais avançado e transmitiram essa bagagem nas próprias aulas que ministravam, introduzindo, além da inovação metodológica, o teatro, a dança, a ginástica artística, a música, o ensino de violino, de piano, de acordeão, transformando o colégio num ponto cultural da região. Sobre esse tempo, rememora:

Era outro tipo de cultura! Eu sei que em muito tempo do ensino aqui o método era o método fônico, ouviu falar? Aí era: “O cachimbo de Seu Benedito fazia pei, pei, pei!” Era ensinando o “p”. Eu não aprendi por este método, eu até hoje não sei que método foi. O meu método era o de cobrir as letras, não é? Madrinha Zulmira era a minha professora e alfabetizadora e eu me lembro que a gente cobria as letras, ela fazia um caderno. (Ir. MAFQ. Entrevista concedida em 27/06/2017)

No fragmento acima, a educadora discorre sobre o método empregado pelas irmãs franciscanas no processo de alfabetização escolar, o método fônico, considerado por ela um avanço para a época. Ela mesma recorda que não aprendera a ler e escreve por este método, não sabendo ao certo qual seria, mas bem recorda da técnica de cobrir letras. Segundo Boto (2019) o método fônico surgiu em Portugal, por volta de 1850, quando António Feliciano de Castilho concebeu um método para o ensino da leitura, ao qual denominou de “leitura repentina”. O método partia do valor sonoro das letras e não do reconhecimento do som destas, processo utilizado no método de soletração, sendo reconhecido como mais moderno que este, contudo, considerado pertencente ao conjunto dos métodos tradicionais de alfabetização, o que não impede o seu emprego, ainda no tempo atual não somente no Brasil, como em diversos outros países.

Convém esclarecer o significado do termo método de alfabetização, conforme indica Soares (2016, p. 16): “[...] se entende por método de alfabetização um conjunto de procedimentos, que fundamentados em teorias e princípios, orientem a aprendizagem inicial da leitura e da escrita, que é o que comumente se denomina alfabetização.” Com relação à história dos métodos de alfabetização no Brasil, a autora chama a atenção para um contínuo movimento de alternância entre métodos tidos como tradicionais e métodos tidos como inovadores, isso já desde as últimas décadas do século XIX e início do século XX. Em suas palavras:

[...] um novo método é proposto, em seguida criticado e negado, substituído por um outro “novo” que qualifica o anterior de “tradicional”, este outro “novo” é por sua vez negado e substituído por um mais “novo” que, algumas vezes, é apenas o retorno de um método que se tornara “tradicional” e renasce como “novo”, e assim sucessivamente. (SOARES, 2016, p. 17)

Estabelecer-se em uma terra estranha e longínqua, enfrentando uma série de adversidades geográficas, econômicas e socioculturais e, ainda, com a tarefa de infundir uma educação diferenciada na localidade, promovendo e fortalecendo, também, a continuidade da atuação de sua ordem religiosa, provavelmente, tenha demandado às Franciscanas de Dillingen a formação de uma rede própria de sociabilidade, assim como a participação em outras já existentes na cidade de Catolé do Rocha. O certo, porém, é que a passagem delas pelo município deixou marcas que ainda hoje sobrevivem na memória individual e coletiva dos habitantes locais e até dos que migraram para outras localidades geográficas, perpetuando-se de alguma forma, como denota fragmento do hino do Colégio Normal Francisca Mendes:

“[...] Um dia já vai longe,
Chegaram com muita fé,
Jovens, religiosas,
Sem saberem nem falar,
Amor, sinceridade
Brilharam, em seu olhar,
Plantaram, uma semente

Medrou em Catolé [...] ²⁸

O referido hino, cantado por várias gerações de estudantes do Colégio Normal Francisca Mendes, faz parte da história da cidade. É um dos instrumentos de perpetuação de uma memória que se faz presente em prosa e em versos, nos relatos emocionados de Irmã Ana, assim como de outros memorialistas saudosos de um tempo que já vai longe, que não volta mais, mas que deixou marcas em uma população. A professora universitária e ex-aluna do CNFM, Maria de Lourdes Barreto de Oliveira, assim traduz esse sentimento:

O Francisca Mendes teceu uma identificação para a cidade e, em especial, para a juventude feminina que nele se fez professora. Sua ação educativa, centrada na moral cristã, na sensibilidade artística, no conhecimento rigoroso ao nível de sua proposta, fez, por um lado, a cidade ver-se grande e, por outro, produziu a afirmação de estudantes como atores sociais, defensores da importância da escola, sensíveis à arte e ao justo. O poder disciplinar, certamente atuante na formação em causa, parece não ter esmagado, nessa população colegial, a autonomia e a subjetividade necessárias à vida cidadã, nem, tampouco, ter reduzido essa mesma população à submissão, que é incompatível com o magistério. (OLIVEIRA, 2013, p. 156)

O Colégio Normal Francisca Mendes, monumento imponente na paisagem catoleense, foi sendo estruturado aos poucos. A construção inicial, doada pelo Coronel Antônio Mendes Ribeiro, com o tempo e o crescimento da cidade e do público escolar, tornara-se insuficiente, além de necessitar de reformas. Assim, com o passar dos anos, algumas ampliações se fizeram necessárias. Irmã Ana recorda a reconstrução do colégio, inclusive com a mudança na fachada, processo que contou com a atuação do então político João Agripino Filho, que destinara recursos públicos para a obra. Este, membro da família Maia local, atuara na esfera política estadual e

²⁸ Hino do Colégio Normal Francisca Mendes de autoria de Francisco Muniz de Medeiros (Frei Marcelino de Santana).

nacional, como deputado federal, senador, governador do Estado e ministro do Tribunal de Contas da União, além de ter sido o primeiro titular do Ministério das Minas e Energia no governo de Jânio Quadros (RAMOS, 1991, p. 14). Em momento de entrevista conversamos sobre essa questão:

Entrevistadora: Mas aí depois o colégio passou por algumas ampliações não é isso? Uma delas foi a construção da Capela.

Entrevistada: Olha, o que Mendes Ribeiro fez foi a parte da frente e de trás, em forma de T, tudo em primeiro andar. O piso do primeiro andar em vez de ser de pré-moldado ou de cimento armado era em madeira. Então a madeira com o tempo estraga e irmã Justitia, que morava aqui, ela que empreendeu o trabalho. Eu sei que naquela época o João Agripino, não sei se na época era Ministro ou se era Senador, eles tinham cotas para doar. Eu sei que João Agripino foi um dos benfeitores, de dirigir, de colocar dinheiro que ele recebia.

Entrevistadora: Para a construção da Capela?

Entrevistada: Da Capela não, para a reconstrução, de maneira que nós temos a foto de João Agripino lá...

Entrevistadora: Da fachada do colégio? A senhora fala porque mudou a fachada?

Entrevistada: Sim, da fachada porque mudou a fachada, não é? Da antiga para essa outra. A capela foi depois, eu não sei dizer quem ajudou, eu sei que nós professoras ajudávamos angariando meios para construção do altar em mármore. Ainda existe aqui no colégio um quadro, está um pouco estragado, em homenagem às pessoas que ajudaram com donativos para Capela. (Ir. MAFQ. Entrevista concedida em 30/11/2017)

Fica claro no relato da educadora a atuação das irmãs fundadoras na ampliação do colégio, o que significa que elas não se dedicaram somente à manutenção da obra que receberam, mas que se tornaram também empreendedoras com relação a ela. Contaram, como ela deixa claro em sua narrativa, com o apoio financeiro do então político João Agripino, a partir de recursos públicos por ele angariados. A sociedade catoleense também colaborou nesse processo de reforma.

Com referência ao período em que ocorrera essa grande reforma, relata corresponder ao tempo de seu noviciado no convento em Areia: de 1958 a 1962. Em suas palavras: “Quando eu entrei no convento em 58 eu deixei o colégio antigo e quando eu voltei em 62 já tinha sido feita a reforma.” (Ir. MAFQ. Entrevista concedida em 30/11/2017).

A capela do colégio fora construída por volta desse período, também por meio da iniciativa das irmãs fundadoras. Contou com donativos de pessoas da sociedade local e até de cidades do entorno. As próprias professoras ajudaram angariando meios para a construção do altar em mármore. Em trecho da entrevista realizada em 30 de novembro de 2017, Irmã Ana rememora a sua participação nesse processo e um traço marcante de sua personalidade: a timidez.

Entrevistadora: Então, quem contribuiu para a construção da capela foi a própria sociedade? E as irmãs também?

Entrevistada: Ah! Com certeza!

Entrevistadora: A levantar recursos?

Entrevistada: É, a levantar recursos. Pouquinho porque eu não tenho jeito para essas coisas não, para pedir eu não sei pedir não.

Entrevistadora: Não sabe pedir não, irmã?

Entrevistada: Não, pedir dinheiro, assim, eu nunca fui..., mas eu saí com outra pessoa em comissão para outras cidades para angariar recursos. Nós fomos até em Jatobá, isso eu me lembro. Era uma outra professora.

Entrevistadora: E pediam às pessoas?

Entrevistada: Naquele tempo tinha isso de sair de loja em loja pedindo às pessoas. Mas eu nunca fui jeitosa para isso, até para cobrar..., isso me custa muito.

Entrevistadora: É mesmo, irmã? [...] Por que é difícil, não é? Administrando uma escola tem que cobrar [...]

Entrevistada: Infelizmente a gente precisa cobrar quando o povo tem a responsabilidade e não assume. (Ir. MAFQ. Entrevista realizada em 30/11/2017)

Neste ponto deixa transparecer o ressentimento com relação a um problema que cada vez mais tem precisado enfrentar: a inadimplência escolar. O problema dificulta o bom funcionamento da instituição, afetando o pagamento dos professores e a manutenção de serviços essenciais. Em uma de minhas visitas ao colégio, Irmã Ana, com preocupação, apresenta uma anotação com o déficit orçamentário ocasionado pela inadimplência e relata estratégias para manter os compromissos em dia. Inclusive, uma de suas ocupações atuais diz respeito à parte da contabilidade. Em trechos da entrevista realizada em 27 de junho de 2017 externa um pouco de sua angústia quanto a essas questões:

Entrevistada: [...] O povo da cidade nem sabe, nós irmãs não ganhamos nenhum tostão. Eu como diretora-presidente sou proibida de receber qualquer remuneração. A diretoria toda é sem remuneração por causa dos fins filantrópicos. [...]. Nós irmãs vivemos das nossas aposentadorias.

Entrevistadora: é importante registrar isso, Irmã.

Entrevistada: nós vivemos das nossas aposentadorias.

Entrevistadora: E as que não são aposentadas, as mais jovens?

Entrevistada: São sustentadas por nós.

Entrevistadora: Mas pela aposentadoria de vocês ou pela congregação?

Entrevista: Não, pela aposentadoria. Nós temos duas doentes que as aposentadorias não cobrem tudo, só com cuidadores a gente gasta muito mais. É muito difícil a pessoa prostrada, não é? E temos duas irmãs que não são aposentadas, mas elas trabalham, são nossas irmãs.

Entrevistadora: E não podem receber da escola?

Entrevistada: Poder pode, mas tem dinheiro para pagar a elas?

Entrevistadora: Não tem? A escola não está bem?

Entrevistada: Não tem. Tem pai, Iolanda, que só pagou a matrícula.

Estando com idade avançada, imagino que não seja tarefa fácil administrar essa situação. Mas é possível perceber uma segurança em suas falas, uma fortaleza para enfrentar as vicissitudes da vida. O Colégio Normal Francisca Mendes, apesar de desde o ano de 2015 não funcionar mais com o Curso Pedagógico, continua cumprindo com a sua missão educativa na sociedade catoleense e, Irmã Ana, tem sido figura emblemática nessa conjuntura. Talvez não seja inoportuno afirmar que a sua identidade se funde com a própria identidade do lugar, embora este não se constitua pela atuação de um só indivíduo. É preciso, porém, lembrar que a educadora e religiosa está há mais de trinta e seis anos à frente da direção do colégio. Em texto por ela escrito por ocasião dos setenta e seis anos deste, registra em metáforas como o vê:

Quem és? Quem sou

— Quem és? És tu um vento?

— Não sou, um vento passa e eu ainda não passei.

— És tu vendaval?

— Não sou, o vendaval passando estraga tudo.

— És tu um relâmpago?

— Não sou, o relâmpago ilumina rápido, ele é perigoso.

— És tu uma rocha?

- Sou bem parecido porque a rocha é forte e firme.
- Mas quem és de verdade? És por acaso uma árvore?
- Isto sim acredito que sou, pois, dou abrigo a todos que de mim se aproximam. Sou uma árvore frondosa, que já dei muitos frutos que depois de maduros se espalham pelo mundo levando a minha mensagem.
- Quantos anos tens?
- Hoje completei 76 anos de vida e atividade.
- Como é o teu nome?
- Meu nome é o nome da mãe de quem me gerou.
- Muito esquisito! Estou ansiosa. Conta-me, diga o teu nome.
- Meu nome é: Colégio Normal Francisca mendes.
- Estou curiosa ainda mais. Conta-me como foi o teu nascimento e como viveu até hoje. Quem te gerou?
- Quem me gerou foi o amor. (Ir. MAFQ, 11 de abril de 2015)

Acredito que a convivência direta com as Irmãs Franciscanas de Dillingen tenha marcado a trajetória profissional de Irmã Ana e nela despertado não somente o gosto pela atuação docente, mas também a intenção de ingressar na vida religiosa, compreensão que será aprofundada nos capítulos 3 e 4 desse trabalho. Nesse sentido, mais uma vez reforço aqui a tese por mim defendida, a de que Irmã Ana, ao longo de mais de cinco décadas de vida, vem se constituindo enquanto guardiã dos valores confessionais e saberes educacionais apreendidos por meio da convivência com diversos grupos-referência, sobretudo as Irmãs Franciscanas de Dillingen. É possível realçar, ainda, que por sua atuação pode ser descrita como guardiã do próprio Colégio Normal Francisca Mendes e de tudo o que ele representa.

SEGUNDA PARTE

MARIA FERNANDES DE QUEIROGA (IRMÃ ANA OSF): A DIMENSÃO DE UM RETRATO (AUTO)BIOGRÁFICO

CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE

3.1 O que há por trás de um sujeito ?

Neste capítulo, “A construção de uma identidade”, tem-se a intenção de refletir sobre as influências que constituíram Irmã Ana enquanto sujeito, enquanto educadora e enquanto freira, ou seja, sobre a constituição de sua identidade individual e coletiva. Destaco, neste processo de construção identitária, a ação dos grupos-referência, sobretudo a família, a igreja e a sua congregação religiosa, dentre outros, com realce para a convivência com as irmãs fundadoras do CNFM, as cinco Irmãs Franciscanas de Dillingen (Irmholda Brumm, Gonsalez Hermann, Urbana Schöberl, Engelsindis Holfelder e Siegfrieda Heinrich).

Reflijo aqui sobre o sentido de identidade adotado por Pollack (1992, p. 200-220), ou seja: “o sentido da imagem de si, para si e para os outros”. Para o referido autor, a identidade seria:

A imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

A construção da identidade, apesar desta ser, aparentemente, uma instância individual, processa-se, continuamente, em relação a um coletivo. É, segundo Pollack, “um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros.” (POLLACK, 1992, p. 200).

Em depoimento, Irmã Ana enfatiza que a convivência com as mestras, em referência às mães fundadoras do CNFM e demais professoras do Curso Normal

Regional daquele colégio, despertou nela o gosto pelo magistério. Entende-se, pois, que a construção de sua identidade docente se dá, sobretudo, a partir dessa convivência, considerando-se também os próprios interesses coletivos da época, afinal, a maioria das jovens catoleenses almejava por seguir a carreira do magistério, enaltecida pelas autoridades políticas e eclesiásticas locais como ação intelectual e, ainda, libertadora e missionária, como se pode perceber em trecho do discurso do Pe. Américo Sérgio Maia, orador oficial da sétima turma de professoras do Colégio Dona Francisca Henriques Mendes:

Educar não quer somente dizer acumular conhecimentos, mas fazer chegar ao desenvolvimento e à plena eficiência todas as faculdades que se acham em germinação na criança. A jovem professora deve-se fazer portadora da luz de Jesus Cristo, como catequista, como apóstola da ação católica. Luz e consolação para os que a esperam pelos caminhos, famintos e pobres. Ela deve trazer em si mesma a lâmpada acesa da Virgem prudente, do amor a Deus, provado no sacrifício.²⁹

A identidade individual se constrói em comunhão com a identidade social. Assim, o sujeito, bebendo em diversas fontes, vai-se constituindo a si mesmo, criando percepções e fazendo escolhas, muitas vezes por influência direta de outros sujeitos ou grupos, o que, num movimento contínuo, aos poucos pode ir se reconstruindo, afirmando-se ou se transformando, conforme o próprio indivíduo se perceba em relação a si mesmo e aos outros. Segundo Pollack, na construção da identidade há a presença de três elementos essenciais:

Há a **unidade física**, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a **continuidade dentro do tempo**, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o **sentimento de coerência**, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente

²⁹ Trecho retirado do Livro de Atas das Sessões Magnas de Formatura de Regentes de Ensino Primário da Escola Normal Regional D. Francisca Mendes, pg. 19, referente ao ano de 1948. Documento manuscrito, sob a guarda do Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha/PB; constituído de cinquenta páginas numeradas, datado de 1942 e contendo os registros das sessões de 1942 a 1959.

unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. (POLLACK, 1992, p. 200, grifos meus)

No que diz respeito à identidade de Irmã Ana, é possível perceber a unificação desses elementos, processo solidificado ao longo dos seus oitenta e três anos de vida. Sem dúvida, nesse movimento, ela recebe e acolhe influências de diversos grupos com os quais se integra ou convive, no entanto, demonstra certa autonomia em suas escolhas, considerando-se as opções disponíveis à figura feminina em seu espaço-tempo social e de formação. Conclui o Curso Normal e decide-se pela docência. De início lhe surgem outras opções de trabalho, mas as rejeita por não estarem relacionadas à área escolhida. Decide-se pela vida religiosa consagrada aos quatorze anos de idade, mas enfrenta a objeção materna. Mesmo assim, continua firme em seu propósito e aos vinte e dois anos consegue entrar para o convento como candidata, recebendo a autorização dos pais. Sobre essas escolhas, conversamos em entrevista:

Entrevistadora: A senhora conta que a sua irmã mais velha a quem a senhora se referiu várias vezes, ela se casou. E a senhora seguiu a vida religiosa. Havia uma influência daqui, das irmãs, das educadoras de Dillingen no sentido de as moças seguirem a vida religiosa ou o matrimônio? Como era?

Entrevistada: Elas não viviam assim perguntando se seria ou não religiosa, não é? Sittour quando estudava teve um tempo em que ela dizia que ia ser religiosa, mas passou, passou. E eu nunca dizia. Com quatorze anos... eu entrei aqui com treze, mas com quatorze eu decidi a ser religiosa. (Ir. MAFQ. Entrevista realizada em 1/10/2016)

Em nossos momentos de entrevistas, sempre que indagada sobre sua escolha vocacional, Irmã Ana enfatiza o desejo pessoal, mais que isso, considera ter recebido um chamado divino, em suas palavras: “Deus é que me atraiu, não é? Deus me atraiu.” Pondera, contudo, que o ambiente que a cercava lhe era favorável à escolha, pois os pais sempre foram muito piedosos, sendo a igreja quase que um complemento do lar. Ao ingressar no CNFM, muito jovem, aos treze anos de idade, pôde ainda mais intensificar esse componente espiritual que já trazia consigo, participando das aulas de ensino religioso ministradas pelas irmãs franciscanas, que, como missionárias

católicas, provavelmente buscavam e incentivavam novas vocações. Revela que, sobremaneira, admirava as práticas piedosas das irmãs, mas deixa claro que não houve interferência delas em sua decisão pela vida consagrada, conforme relata:

[...] eu tomei a minha decisão com quatorze anos e ninguém tirou mais da minha cabeça, só que eu nunca disse a ninguém. Depois eu terminei aqui no colégio e eu estudava datilografia com Irmã Engelsindis e uma vez, ela conversando e meu irmão já estava no seminário, e ela me perguntou se eu não queria ser religiosa. Foi a única pergunta. Aí eu não tinha mais como esconder, eu já tinha dezessete anos, foi a primeira vez que eu disse a Irmã Engelsindis. Aí depois ela passou para minha mãe e aí chegou lá em casa e foi aquele chororô lá de casa. Mas eu só cheguei a entrar no convento com vinte e dois anos porque meus pais não deixaram. Pai logo achou que eu era muito jovem, então eu só entrei com vinte e dois anos e tive a paciência de esperar, de catorze...eu decidi com dezessete. Até vinte e dois são cinco anos, não é? (Ir. MAFQ. Entrevista em 01/10/2016)

No decurso desses cinco anos, conclui o Normal Regional no CNFM, sempre alimentando o desejo de lá lecionar, o que, no entanto, não se concretiza de imediato. Assim, passa a trabalhar no comércio, tarefa que não lhe agradava. Surge a oportunidade de substituir uma professora do colégio que estava gestante, sua então vizinha, Maria Celi Fixina, mas como o cargo era temporário, retorna ao comércio, em 1954, para ajudar um irmão que acabara de instalar uma loja de roupas masculinas. Nesse meio tempo, recebe outros convites de trabalho, como para gerir o caixa num escritório de uma fábrica e, ainda, para atuar num cartório, mas resolve recusá-los por não se identificar com estes ofícios. Sua irmã mais velha, Sittour, a quem se refere como grande amiga de toda uma vida, trabalhava no cartório do senhor Benedito Rodrigues, que lhe pediu para que conquistasse sua irmã para aquele trabalho, mas Sittour se recusa, pois sabia que não era de seu interesse. Talvez a família tenha tentado integrá-la em outras ocupações a fim de que pudesse realmente confirmar ou não a sua intenção para a vida consagrada, afinal, como ela mesma relata, os pais inicialmente foram contrários a essa manifestação por considerá-la ainda muito jovem.

Considerando o pensamento de uma época em que o projeto de vida das mulheres, em sua maioria, voltava-se para o casamento e o seu próprio *status* social

se vinculava a essa instância legitimadora, passo a questionar Irmã Ana sobre esse aspecto tão caro à sociedade de seu tempo. Assim, em nossa entrevista, indago-lhe:

Entrevistadora: A senhora nunca se sentiu atraída para o matrimônio?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Nunca pensou em casar, ter uma família?

Entrevistada: Não, porque quando tinha padres que vinham de fora e faziam conferências para as jovens, eu participava e tinha consciência de que o namoro era a preparação para o casamento, como com quatorze anos eu me decidi pela vida religiosa, eu nunca procurei namorar. (Ir. MAFQ. Entrevista realizada em 1/10/2016)

O caminho para o casamento e a constituição de uma nova família era considerado não somente o natural para a mulher, como o desejado, haja vista a força da representação dessa instituição no cenário social. Segundo Amorim (1992, p. 145):

Instituição criada pelos homens em relação, constituída em torno da necessidade material da reprodução, a família tem como uma de suas funções básicas a reprodução da ordem social. É na família, mediadora entre o indivíduo e a sociedade, que aprendemos a perceber o mundo e a nos situarmos nele. É a formadora da nossa primeira identidade social. Parte integrante e permanentemente viva da história humana, pensa-la é pensar a construção da vida enquanto estrutura decorrente seja de necessidades sociais básicas, seja de necessidades psico-culturais.

Não que tenha ocorrido um determinismo, ou seja, que Irmã Ana estivesse predeterminada a ser o que é, mas naquela época a mulher, assim como o homem, tinha o seu lugar definido dentro da divisão sexual, afinal há muito tempo: “cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminado, em seus detalhes.” (PERROT, 1992, p. 178). Em uma de nossas conversas lhe pergunto se os seus pais faziam essa distinção quanto aos filhos:

Entrevistadora: O filho homem tinha um destino pré-estabelecido, a filha mulher?

Entrevistada: Não. Na minha casa não tinha não. Bem, os filhos homens, na minha casa, eram para ser alfaiates, um ensinava ao outro. O mais velho aprendeu a arte de carpinteiro, mas depois sentiu que era prejudicial à saúde, tinha muita poeira, não é? Aí então ele deu um móvel para uma outra pessoa ensinar a arte da costura. Então

ele foi alfaiate e ensinou os meus outros dois irmãos a serem alfaiates. E meu pai, como não podia mandar Gervásio para o seminário, queria mandar para a alfaiataria, mas ele dizia: “Eu não vou ser alfaiate! Meu pai só quer os filhos para... — aos risos, fala: agora me lembrei! — para ser alfaiate e casar com professoras. Casar com professora era muita coisa naquele tempo, não é? Mas, eu digo assim, a vida social e doméstica era tudo muito simples. (Ir. MAFQ. Entrevista realizada em 27/06/2017)

No trecho em destaque se percebe a importância que se dava ao casamento pelos pais, o que, contudo, não era o desejado por todos os filhos. Assim, cabe inferir que, com as possibilidades que tem, cada indivíduo se constrói, a princípio, a partir de caminhos e descaminhos, escolhas e renúncias e, de seu próprio livre arbítrio. No que se refere a Irmã Ana, não parece ter havido um conflito de identidade em sua história de vida, ao contrário, elementos apontam para uma tomada de consciência, para um processo de identificação, para um encontrar-se a si própria no mundo, enquanto mulher, enquanto educadora e enquanto freira, a partir do que ela recebe e de como interage em seu contexto sócio-histórico. Segundo Amorim (1992, p. 61):

Imerso nos valores culturais internalizados ao longo do processo de enculturação, o indivíduo com eles estabelece, a nível de consciência subjetiva e de comportamento objetivo, uma margem de liberdade que propicia transformações sociais e marca a experiência de identidade de uma pessoa enquanto experiência do próprio eu como sujeito num mundo de objetos. Nesse eu que se faz sujeito pela capacidade de inquirir e contestar encontra-se o núcleo da percepção de nós próprios, o núcleo da existência consciente em ativa relação com o mundo social, o espaço cultural e a época histórica.

Irmã Ana, em mais de uma vez em nossas conversas, afirma ser uma pessoa extremamente tímida e que tem procurado superar esse traço de sua personalidade, ao longo do tempo. Essa autoimagem a mim chama a atenção, pois quem a conhece e com ela conviveu ou convive no seu dia-a-dia, a vê como uma pessoa firme em suas convicções e em suas decisões, capaz de se posicionar com vigor em defesa do que acredita, assim como em sua atuação profissional. Tendo estudado no CNFM por mais de uma década, e já sendo ela neste período a diretora da instituição, lembro-me de que era enérgica, apesar de reservada, e de que sempre era sua a última

palavra nas decisões. Nós alunos a temíamos, a respeitávamos, era uma figura que nos imprimia autoridade. Em uma de nossas interlocuções, agora como pesquisadora e entrevistada, pergunto-lhe como se vê, como descreve a sua personalidade. Pensativa, ela responde:

O pessoal diz que eu não sou tímida, mas eu sou. Eu sei que sou. Agora eu venço. Já venci muito. Passando também trinta e seis anos dirigindo uma escola — ri neste momento —! Mas eu sou uma pessoa, acho que sou simples, modesta, mas tenho timidez, não é? Gosto de confiar nas pessoas, eu acho que faz parte da minha personalidade, não é? Gosto das coisas corretas e não gosto de ser assim muito rigorosa. (Ir. MAFQ. Entrevista em 30/11/2017)

Um exemplo, dentre tantos outros, que pode ilustrar a minha percepção sobre a personalidade de Irmã Ana se refere a um fato ocorrido num passado recente. Estudante do colégio neste período, não me recordo de maiores repercussões à época, a não ser o medo e euforia de parte da população com um gigantesco enxame de abelhas que se assanhara na praça defronte ao colégio, a antiga praça Antônio Mendes Ribeiro. Contudo, recentemente, já não residindo mais na cidade, acompanhei algumas críticas, aqui e ali, em jornal escrito, artigo em livro ou comentário de Internet aos desdobramentos desse fato do passado.

Há muitos anos, desde quase a época da fundação do CNFM, havia defronte a sua fachada um monumento de Jesus Cristo, conhecido como Senhor dos Passos (ver figura 12).



Figura 12: Fachada original do CNFM com o monumento do Cristo defronte. Catolé do Rocha, foto sem data.

Fonte: Arquivo do CNFM

O monumento permaneceu no espaço externo do colégio por muitas décadas. Contudo, segundo as próprias palavras de Irmã Ana: “estava sendo menosprezado, com atos inconvenientes aqui, a praça era escura, a cruz comportava dentro do interior abelhas, ninguém cuidava...” (Ir. MAFQ. Entrevista em 30/11/2017). Por este motivo, sendo a diretora da instituição e tendo a escritura de posse do monumento, Irmã Ana não hesitou e tomou a iniciativa de procurar as autoridades locais a fim de realizar a sua transferência para a parte interna do colégio (ver figura 13).



Figura 13: Monumento do Cristo no espaço interno do CNFM. Catolé do Rocha, foto sem data.
Fonte: Arquivo do CNFM

A retirada do monumento da antiga praça, como mencionado, recentemente recebeu críticas ou lamentos de alguns catoleenses em meios de comunicação, assim como no livro *Católé do Rocha em Muitas Lentes* (2013), conforme se constata no registro da pesquisadora Natércia Suassuna Dutra Pereira Lima:

Outra coisa que eu também lamento: a retirada da frente da escola Normal Dona Francisca Mendes, do monumento Senhor dos Passos, em bronze e em tamanho natural, ali exposto em 08 de dezembro de 1940, em homenagem ao Padre Américo, no dia de sua Ordenação Sacerdotal, homenagem do casal Antônio Mendes Ribeiro e Dona Amélia Galvão Ribeiro, fundadores do citado colégio. Com a

construção da praça José Sérgio Maia (antiga Coronel Mendes Ribeiro) o monumento foi colocado no pátio interno do colégio, onde se encontra até hoje. É lamentável que não se possa apreciar a beleza daquela obra, em campo aberto [...]. (DUTRA, 2013, p. 99)

Os monumentos não somente ornamentam os lugares, eles fazem parte da história de um povo, compreendendo o seu patrimônio cultural, assim como a sua memória coletiva, pois como afirma Nora (1993, p. 9): “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.”. A sua manutenção e conservação, da mesma forma, é da responsabilidade de todos, que devem atuar em conjunto com as autoridades públicas constituídas, a fim de preservá-los no presente e para as gerações futuras.

Questionada, em entrevista, por mim, sobre essa situação, Irmã Ana expõe a sua visão e demonstra firmeza em seus argumentos, estando ela defendendo, no seu ponto de vista, o legado do CNFM.

Entrevistada: Antigamente não era praça, não é? Era campo aberto, cemitério. Mendes Ribeiro recebeu, chama Senhor dos Passos, o Cristo carregando a cruz, ele recebeu de um amigo dele da Espanha. O Cristo é feito em bronze, também a cruz que é rodeada de lâmpadas. Mendes Ribeiro já tinha construído o colégio [...] como o colégio era a coisa querida dele mesmo porque quis perpetuar o nome da mãe, ele trouxe aqui, construiu esse monumento e foi colocado na praça do colégio. Esse terreno pertencia ao colégio e depois virou praça pública e o Cristo estava menosprezado. Em 1982 eu também era coordenadora da comunidade, além de ser diretora, e pedi licença à Câmara Municipal para retirar o Cristo da praça e colocar dentro do colégio, haja vista que é nosso, temos documento de doação.

Entrevistadora: Interessante... Então, assim, foi mais a questão do descuido com o monumento que fez as irmãs tomarem a decisão?

Entrevistada: Iniciativa.

Entrevistadora: A iniciativa de trazer o monumento para dentro do colégio? E essa iniciativa, na verdade, foi encabeçada pela senhora, não é?

Entrevistada: Foi. [...]

Entrevistadora: E algumas pessoas chegaram a criticar até em meios de comunicação essa iniciativa de retirar o monumento desse espaço externo e público para o espaço privado do colégio?

Entrevistada: Falam tanto que as pessoas que vinham de viagem, naquele tempo que vinham a cavalo, paravam para rezar. Mas ninguém empata que qualquer pessoa possa entrar aqui e rezar. Ele está bem conservado aqui dentro. [...]

Entrevistadora: Está dentro do jardim, não é?

Entrevistada: É. Olhe, Iolanda, esse Cristo é nosso porque está escrito como doação de Mendes Ribeiro. Tem a doação das imagens, inclusive do Cristo, Senhor dos Passos. Enquanto eu for viva e puder dizer uma palavra ele não sai de dentro não, porque é nosso [...] (Ir. MAFQ. Entrevista em 30/11/2017)

Nos documentos de doação (ANEXO F), tanto do casal Antônio Mendes Ribeiro e Amélia Pessoa Galvão para a Mitra Diocesana de Cajazeiras, como desta para a Sociedade Franciscana Nossa Senhora Medianeira das Graças (denominação da Província das Irmãs Franciscanas de Dillingen com sede em Areia, Paraíba) realmente se constata a inclusão do monumento Senhor dos Passos, assim como de outras imagens presentes na capela (ver as imagens 14, 15, 16, 18 e 19) e também outros objetos guardados no interior do colégio, como uma mobília austríaca e um piano (ver figura 20). Irmã Ana guarda, inclusive, um impresso (ver figura 21) que seria a lembrança da bênção das imagens doadas ao colégio, homenagem também providenciada pelo casal Mendes Ribeiro, com referência a outubro de 1940. Uma observação mais minuciosa das imagens contidas no colégio mostra que o casal continuou fazendo doações mesmo após essa data (ver figura 17).



Figura 14: Imagem de São Francisco de Assis, doada pelo casal Mendes Ribeiro. Fonte: Arquivo da autora.



Figura 15: Imagem de Santa Rita de Cássia, doada pelo casal Mendes Ribeiro. Fonte: Arquivo da autora.



Figura 17: Imagem Nossa Senhora do Carmo, doada pelo casal Mendes Ribeiro.
Fonte: Arquivo da autora.



Figura 16: Detalhe de placa em imagem sacra com a inscrição de doação pelo Casal Mendes Ribeiro e respectiva data: 31/10/1956.
Fonte: Arquivo da autora.



Figura 18: Imagem de Santa Ana, doada pelo casal Mendes Ribeiro.
Fonte: Arquivo da autora.



Figura 19: Imagem de São Sebastião, doada pelo casal Mendes Ribeiro.
Fonte: Arquivo da autora.



Figura 20: Móvel austriaca e piano doados pelo casal Mendes Ribeiro. Catolé do Rocha. 08 de janeiro de 2019.

Fonte: Arquivo da autora.



Figura 21: Lembrança da bênção das imagens doadas ao CNFM pelo casal Mendes Ribeiro. Impresso em frente e verso, datado de out. de 1940.

Fonte: Arquivo do CNFM.

Em toda situação social existe interação, muitas vezes marcada por antagonismos ou ideias contrárias, assim como por protagonismos, ambos resultantes de construções ideológicas e identitárias. Para Amorim:

Toda situação social comporta uma díade. Essa díade se traduz em desempenho de papéis e interação. Essa interação comporta expectativas culturalmente criadas. Submetidas, porém, ao crivo das consciências individuais, constituem um jogo de mútuo reconhecimento e resposta a uma dada situação social. (AMORIM, 1992, p. 63)

Certamente, os catoleenses que criticaram a retirada do monumento da praça pública têm o seu posicionamento fundamentado em suas próprias concepções socioculturais, assim como o mesmo se aplica à ação e argumentação de Irmã Ana, agregando-se, ainda a esta, elementos e valores de sua constituição identitária enquanto religiosa, afinal, como ela deixa transparecer em suas falas, o monumento sacro estava sendo profanado, fato confirmado por outros catoleenses que recordam dos acontecimentos da época.

É preciso enfatizar que durante muito tempo da presença do monumento Cristo Senhor dos Passos no lugar original não houvera registro de conflitos ou insatisfação das irmãs com a sua conservação, afinal, a cidade de Catolé do Rocha era muito pequena e a população reduzida. Os fatos, sobretudo, de desrespeito com o símbolo sacro, vieram com o desenvolvimento da cidade e o aumento da população. Cabe inferir que talvez não tenha havido um planejamento e atuação conjunta, envolvendo autoridades públicas, comunidades educativas e sociedade civil, no sentido de esclarecer e divulgar junto à população em geral, os conceitos de patrimônio cultural³⁰,

³⁰ A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial. Enquanto o Decreto de 1937 estabelece como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, o Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória

educação patrimonial³¹ e preservação do patrimônio cultural³², o que, reafirmo, é da responsabilidade de todos os cidadãos.

Curiosa com a questão, pergunto a Irmã Ana se quando do pedido para a retirada do Cristo da então praça Mendes Ribeiro, se houvera alguma contrapartida das autoridades públicas, no sentido de garantir maiores cuidados com o monumento e, assim, mantê-lo no local. Pergunto-lhe, ainda, se setores da sociedade local também se posicionaram na ocasião, buscando diálogo com as irmãs ou lhes apresentando propostas. Ela responde que não houvera qualquer movimento e que ninguém da sociedade local as procurou. Reforça que, às claras, retiraram o monumento da praça, reconstruíram a base, fiéis ao modelo original, inclusive com as próprias pedras da anterior e, em seguida, fizeram a inauguração no espaço interno (ver figuras 22 e 23), tudo com os seus próprios recursos. Segundo ela, as críticas só vieram bem depois.

dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Fonte: Página Eletrônica do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>

³¹ A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Fonte: Página Eletrônica do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>

³² A Constituição Federal estabelece a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, no entanto mantém a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública. Fonte: Página Eletrônica do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>



Figura 22: Irmãs franciscanas e trabalhadores da obra de recolocação do monumento do Cristo no interior do colégio. Irmã Ana, segunda da direita para a esquerda, ao lado de Irmã Rita, vice-diretora do CNFM à época. Catolé do Rocha, 1982.
Fonte: Arquivo do CNFM.



Figura 23: Reinauguração do monumento do Cristo no interior do colégio. Catolé do Rocha, 1982.
Fonte: Arquivo do CNFM.

Em nossa entrevista, Irmã Ana conta, ainda, uma situação não de descuido, mas de desrespeito mesmo da própria gestão pública com os monumentos da cidade. Segundo ela, no início da década de 1990, com a renovação da Praça Mendes Ribeiro, proveniente de um projeto municipal de mudança desta para o que seria uma nova praça em homenagem ao então prefeito José Sérgio Maia de Vasconcelos, um obelisco, o único de Catolé do Rocha, o qual havia sido colocado naquele espaço público da cidade, em homenagem aos 25 anos de fundação do CNFM e atuação educativa das Irmãs Franciscanas de Dillingen na localidade, estava sendo destruído e as irmãs também tiveram que atuar. Nesse sentido, relata:

Esse obelisco foi construído em homenagem ao colégio e às irmãs fundadoras pelos 25 anos de atuação na educação aqui em Catolé do Rocha. Foi até, assim, como uma surpresa que estavam construindo exatamente nos 25 anos, em 1964. E o Frei Marcelino com os

estudantes³³, eles quem fizeram o movimento [...] um belo dia a gente começou a ouvir as pancadas demolindo o obelisco. Ele tinha um pedestal muito bonito e começaram pelo pedestal. De maneiras que quando a gente percebeu e quando o coração sofreu, falamos com as autoridades. [...] (Ir. MAFQ. Entrevista em 08/01/2019)

A conversa com as autoridades não fora tão produtiva, pois as irmãs tiveram que retirar da ainda praça Mendes Ribeiro a parte que restara do obelisco, transportando-o para o interior do colégio. Como esse processo se dera com seus próprios recursos e, sem meios financeiros para reconstruir o monumento à época, este passou um tempo apenas guardado, até que em 2004, as freiras conseguiram, enfim, reerguê-lo, num espaço por trás da capela (ver figura 24). Resignada, Irmã Ana diz que perderam o belo pedestal (ver figura 25), mas ao menos conseguiram ficar com a parte superior do obelisco e que ele permanece como símbolo de memória dos 25 anos do CNFM.



Figura 24: Obelisco em homenagem aos 25 anos do CNFM, recolocado no colégio.
Fonte: Arquivo da autora.

³³ Referência aos estudantes do Colégio Técnico Dom Vital, instituição fundada pelo Frei Marcelino de Santana, reconhecido líder estudantil, político e religioso de Catolé do Rocha e da Paraíba.



Figura 25: Mulheres no pedestal do obelisco da antiga Praça Mendes Ribeiro. Foto sem data.

Fonte: Página da Web “Catolé do Rocha – Antigamente” por Jean Vieira.

Em texto datado de 25 de maio de 1991 (ANEXO G), o próprio Frei Marcelino expressa a sua indignação com a ação de destruição deferida contra o obelisco que ajudara a instalar em praça pública, conforme se observa no trecho que segue:

Não faça isso não, irmão,
 Sim, irmão, pois a indignação é tão grande
 Não mate as esperanças de uma juventude sertaneja
 Tão perseguida em seus ideais de libertação
 Não decepe aquele dedo gigantesco, erguido para o alto
 Num apelo dramático às Forças do Infinito,
 Quando a repressão era tanta, que ninguém podia falar,
 Gritar, protestar, discordar das arbitrariedades,
 Cometidas no solo brasileiro e em Catolé do Rocha
 Em nome da Pátria, em nome de Deus e de falso patriotismo.
 Abra os olhos e enxergue, veja, perceba
 O testemunho eloquente do Obelisco do Colégio,
 Em cada pastilha, em cada pedacinho que o compõe
 Tremula a lágrima, a gota de suor, a dor contida
 O grito que se perdeu na garganta de jovens massacrados... [...] (Frei Marcelino. A RESSURREIÇÃO DO OBELISCO, 1991)

No fragmento se percebe que o frei associa a demolição do obelisco à tentativa de apagamento da memória coletiva da atuação dos jovens catoleenses durante o período da Ditadura Militar, época em que o monumento fora instalado, inclusive com a participação de estudantes que também atuaram politicamente na cidade³⁴. Em suas palavras, o obelisco em forma de dedo em riste dava testemunho de um tempo em que a juventude catoleense lutara por libertação e contra os desmandos do autoritarismo instalado no país e na própria localidade. Apesar de no texto o autor prenciar a ressurreição do obelisco com a ação do povo catoleense, talvez reconstruído em outra praça, ele somente ressurgiu mais de uma década depois, a partir da ação das irmãs do CNFM com seus poucos recursos, mas que não conseguiram, contudo, dar ao monumento a visibilidade presumida por Frei Marcelino, pois aproveitaram uma obra de construção de uma cisterna que estava sendo realizada no espaço em que o monumento fora recolocado, na parte de trás da capela.

Com relação aos dois monumentos, o do Cristo Senhor dos Passos e o obelisco em homenagem aos 25 anos do CNFM, fica claro que ambos foram oferecidos ao colégio, havendo do primeiro, inclusive, uma escritura de doação. Estando instalados, contudo, em espaço público, seria da responsabilidade de todos os setores sociais, sobretudo, das autoridades públicas, os cuidados com a sua preservação, fato que não parece ter acontecido. Quanto ao obelisco, inclusive, espantosamente, há uma ação de depredação por parte de quem mais teria a obrigação de conservar. Em suma, de concreto, tanto no sentido de preservar quanto de salvar, ressalta-se a ação de um só grupo, o das irmãs franciscanas, lideradas por Irmã Ana. Quanto a esta, entendo que o que fica claro em suas falas e em sua atuação, não sei se ela própria se percebe assim, conscientemente, pois se considera tímida, mas a forma como se mostra para os outros, com seus erros ou acertos, pode-se dizer, é realmente a de uma líder que não recua frente às situações de conflito e, mesmo com idade

³⁴ Para saber mais sobre a atuação política de estudantes catoleenses no período da Ditadura Militar, consultar a obra *Católé* do Rocha em muitas lentes.

avançada, continua firme em seus propósitos, denotando uma identidade solidificada através do tempo.

3.2 Caminhos de formação escolar

Envolta num discurso nacionalista que atrelava o progresso social à perspectiva de melhoramento da instrução pública, surge, finalmente no cenário paraibano, a Escola Normal. Concebida como alternativa redentora frente à precária situação do ensino local, em que qualquer um que “soubesse ler, escrever e contar” poderia assumir o cargo de professor do ensino primário, a Escola Normal Paraibana somente é instituída no ano de 1885, conforme registra Araújo (2012, p. 69):

A Escola Normal paraibana, o viveiro de preceptores, conforme denominação do gestor provincial, José Ayres do Nascimento, com seu Regulamento através da Lei de nº 780, de 08 de outubro de 1884, foi oficial e solenemente instalada no dia 07 de abril de 1885, na administração do presidente provincial Antonio Sabino do Monte.

A instituição surge como promessa de melhoria e inovação no setor educacional, pois acreditava-se que a formação de professores capacitados para o magistério se materializaria por meio da Escola Normal, contribuindo para o almejado progresso da instrução e, conseqüentemente, segundo o ideário da época, para o progresso da própria Província da Parahyba do Norte. Segundo Araújo (2012, p. 69):

Não diferente de outras realidades sociais brasileiras e europeias, o contexto da criação da Escola Normal na Parahyba do Norte também esteve articulado com a reforma da instrução pública, especificamente do ensino primário, aos apelos à modernidade e ao projeto civilizador e de progresso da sociedade. Entende-se que este aspecto seja mais um indício de que a operacionalização e concretização das reformas no campo da instrução pública estavam na dependência da implantação de uma escola normal, ou seja, de uma instituição destinada exclusivamente para preparar, qualificar professores para as atividades instrucionais nas escolas primárias.

De fato, o quadro da instrução primária paraibana se mostrava retrógrado e deficitário, sem contar, ainda, o sistema de apadrinhamento político que não levava em conta critérios de qualidade na escolha de pessoal habilitado para o magistério, situação denunciada por gestores públicos locais, como se comprova nos fragmentos do relatório do Diretor da Instrução Pública da Província, Dr. Eugênio Toscano de Brito:

As escolas primarias da Província continuam e [isto] durará ainda muitos anos, infelizmente! Tal é o estado precário em que se acha a Parahyba — a funcionar em casas improprias, sem comodidades, sem asseio, sem hygiene e sem utensílios.

[...] Não é habilitado como podia e devia ser o professorado da Província, digamos a verdade. Mas de quem a culpa? O actual systema de concurso anachoronico, defeituoso e incongruente, que habilitações exige para o magistério publico? Saber ler, escrever e contar!

E junte-se á isto o patronato que preside sempre á esses concursos, e que faz com que dentre os máos não seja escolhido o melhor, e poderemos fazer um idea justa do que seja o professor entre nós.

[...] É por isso que (e eu digo com dor) a mais nobre das profissões torna-se uma colmêa de afilhados e protegidos: e quem não tem do que viver, quem não acha um empreguinho, um logar de continuo ou servente em qualquer Repartição Publica, julga-se habilitado para exercer o magistério! (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1884, p. 60-61)

Diante da problemática situação da instrução pública e da formação de professores capacitados para o exercício da docência na Paraíba, é possível afirmar que a criação da Escola Normal Dona Francisca Henriques Mendes, em pleno sertão paraibano, no ano de 1939, tenha significado a perspectiva de benefícios incalculáveis para a população do pequeno município de Catolé do Rocha, ou melhor, parte da população, afinal, a escola fora concebida para a elite catoleense. Em seu depoimento no documento Impressões sobre o Collégio D. Francisca Henriques Mendes, o então diretor do Liceu Paraibano naquele ano, o Cônego Mathias Freire, reflete:

O problema escolar é o que mais interessa em toda parte, aos homens de pensamento e de visão sociológica. No Brasil, este problema está numa equação cujos termos explodem no mais profundo da alma nacional. As grandezas de nosso imenso paiz, postas em formula

numérica, dependem ainda da solução de sua terrível incógnita, — que é a instrução de seu povo.³⁵

Numa sociedade em que os homens eram conclamados a pensar os grandes problemas nacionais e as mulheres a serem boas esposas e a cuidarem dos filhos e da administração da casa, vislumbra-se, com a escola normal, uma nova possibilidade de atuação para a figura feminina: o trabalho docente. Apesar de já haver professoras lecionando no município, estas tiveram que buscar formação em outras cidades da região, a exemplo de Cajazeiras. Indagada sobre o que as mulheres da época podiam almejar em termos de ascensão ou de satisfação profissional e pessoal em Catolé do Rocha, Irmã Ana, ponderando que a escolha, quando existia, residia entre o trabalho no comércio ou a docência, responde: “Olhe, quem era rica, que podia ir para outra cidade, aí podia ir. As que moravam no sítio, que os pais podiam, botavam internas aqui. Antes daqui elas iam para Cajazeiras, que tem a Escola Nossa Senhora de Lourdes.” (Ir. MAFQ. Entrevista em 27/06/2017)

Importante destacar que a sociedade brasileira, pelo menos até o final do século XIX e início do século XX, impediu à mulher a participação nos espaços letrados e políticos, demarcando radicalmente os papéis masculinos e femininos: “aos homens, o cérebro, a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos.” (PERROT, 1992, p. 177). Para muitas moças catoleenses, abria-se, pois, as portas para uma carreira profissional que mesmo sem a devida valorização salarial e ainda não as tirando das obrigações domésticas, provavelmente conferia-lhes uma nova sensação, talvez desafiante: a de colaborar com a construção social.

Apesar de todo enquadramento a que a mulher estava submetida, esta, a partir das aberturas que a sociedade aos poucos lhe possibilita, vai se utilizando de táticas de inclusão, de forma lenta e gradual. O discurso do então deputado João Agripino,

³⁵ Documento manuscrito, datado de 1937, sob posse do Colégio Normal Francisca Mendes. Neste texto permanece a ortografia da época.

paraninfo da primeira turma de regentes de ensino primário da Escola Normal Regional Dona Francisca Henriques Mendes, no ano de 1949, conclamava as jovens concluintes ao novo papel social, como se pode conferir em registro do Livro de Atas da época:

Ele lhes quis falar como amigo, por isso confirmou que fizera questão de vir, que não queria ver um substituto em seu lugar. Fez-lhes compreender que iam servir à humanidade, à causa da colectividade [...] Só uma coisa lhes pedia, de não ver nenhuma desvirtuada em seu sagrado dever. Propôs-lhes a palavra de Sócrates: Que passos já fizerdes para combater a vossa própria ignorância, antes de atacar a ignorância alheia? Assim ele lhes conduziu em seus desenvolvimentos a um exame rigoroso das próprias condições antes de corrigirem e endireitarem os seus futuros alunos: Sabeis as causas e as circunstâncias dos erros cometidos, procurais dar a luz às vossas próprias ações.³⁶

Em 1949, Irmã Ana é uma das jovens catoleenses que se vê com a possibilidade de ingressar na Escola Normal Regional Dona Francisca Henriques Mendes. Para ela, como em mais de uma vez confessou, descortinava-se um sonho, sonho compartilhado, talvez, pela maioria das jovens do seu tempo. Ela mesma se esforçou para concretizá-lo e sobre os seus caminhos de formação escolar, rememora:

Em 1949 chegou a hora desejada de ingressar na Escola Normal Dona Francisca Henriques Mendes, assim chamada na época. Havia terminado o curso primário no Grupo Escolar. Agora, nas férias enfrentar o Exame de Admissão para poder fazer o Curso Normal Regional de quatro anos e receber o diploma de professora primária. Foi ousado, pois a nossa professora do 5º Ano, acredito desanimada com o aproveitamento dos 07 alunos, havia dito que iria dizer à Madre Superiora que nenhum tinha capacidade de passar no “exame de admissão”, que para nós, naquele tempo, era como hoje o “vestibular”.

³⁶ Livro de Atas das Sessões Magnas de Formatura da Escola Normal Regional D. Francisca Mendes, pg. 27, referente ao ano de 1949. Documento manuscrito, sob a guarda do Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha/PB; constituído de cinquenta páginas numeradas, datado de 1942 e contendo os registros das sessões de 1942 a 1959. Mantida a ortografia da época.

E eu mais duas colegas enfrentamos e conseguimos aprovação. Que alegria! Foram quatro anos onde podíamos saborear o néctar dos conhecimentos de vários professores, de modo especial das Irmãs Franciscanas de Dillingen, fundadoras desta instituição de ensino. Fazer o Curso Normal naquela época, em Catolé do Rocha, era o máximo que uma jovem poderia conseguir para sua formação intelectual, religiosa, humana. Nossas mestras nos transmitiam valores que jamais se apagarão da vida de cada uma. A formação recebida nos despertou o gosto pelo magistério. Ensinar aonde? Contratos de quem? Era difícil! Entretanto, sempre aparece uma luz... Minha vizinha ensinava no “colégio” assim intitulado o colégio das freiras, então quando ela não podia vir dar aulas, ela me pedia para fazer. Assim fui experimentando e ficando ainda unida a esta instituição de ensino. [...] (Ir. MAFQ. Escritos biográficos, 2016)

Mais uma vez se pode perceber que, em suas memórias, Irmã Ana se coloca como participante de um grupo, neste caso, o grupo das jovens normalistas, as quais compartilhavam sonhos e expectativas. Nesse sentido, reporto-me aos estudos de Halbwachs, que não partem de uma investigação restrita da memória, mas de uma visão ampliada, ou seja, o seu objeto não se constitui na memória em si, mas nos “quadros sociais da memória”. Refletindo sobre as conclusões do sociólogo, afirma Bosi:

Nessa linha de pesquisa, as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo da pessoa (relações entre o corpo e o espírito, por exemplo), mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais. A memória do indivíduo depende do relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo. (BOSI, 1994, p. 54)

Não se pode determinar quais seriam os sonhos dessas jovens normalistas caso houvesse outras possibilidades e incentivos para a figura feminina na cidade. De concreto, no sentido de desenvolvimento intelectual e profissional, só havia o Colégio Normal Dona Francisca Henriques Mendes. E Irmã Ana, assim como outras jovens de seu tempo, viveu essa realidade e, durante os quatro anos do Curso Normal, apreendeu das inúmeras experiências que lá tivera, como confessa, ensinamentos que lhe marcaram, que contribuíram com a construção do seu eu pessoal e profissional. Em momento de entrevista, reconta o seu ingresso no “colégio das

freiras” ao mesmo tempo em que responde sobre a perspectiva de ter trilhado outro caminho:

Entrevistada: Como jovem, adolescente, aos treze anos, eu vim estudar aqui no CNFM para fazer o Curso Normal. **Nós não tínhamos outra opção.** Eu fiz o meu primário naquele tempo no único grupo que havia, que era o Antônio Gomes, que hoje é o prédio da prefeitura, ali na praça. Então, depois que eu terminei lá o quinto ano, vim nas férias fazer uma prova para ver se podia ir cursar o Curso Normal Regional, que era de quatro anos. E numa prova eu passei com boas notas e comecei a minha trajetória aqui no CNFM, aos treze anos. Aí fiz o Normal Regional, recebi o diploma de professora do Curso Primário, foram quatro anos e após o curso eu não tinha logo emprego. Substituí Maria Céli, professora que era vizinha, quando ela precisava e depois, quando ela teve licença gestante da primeira filha. Aí eu fui convidada pela diretora daquela época, Irmã Justitia. Eu me identifiquei, sabe? Com a profissão. Mesmo que naquele tempo a gente não tinha uma escolha, porque não existia outra, não é? Para a classe feminina daquela época, só existia o Curso Normal aqui. [...]

Entrevistadora: Mas a senhora sentiu em algum momento algum desejo de fazer diferente, de ter feito outra coisa?

Entrevistada: Não. (Ir. MAFQ. Entrevista em 23/06/2016)

Apesar de em meados do século XX as mulheres já estarem instaladas no mercado de trabalho, há de se destacar a repressão social quanto às funções que poderiam ocupar, sendo excluídas de muitas áreas de trabalho. Ressalte-se que as de maior prestígio eram confiadas à figura masculina e as mulheres, em sua maioria, estavam confinadas aos papéis próprios do domínio privado, devendo, sobretudo, ocupar-se com os cuidados da casa e a criação dos filhos. A divisão de papéis acentuava o “domínio do homem sobre a mulher, disfarçando-o sobre a capa da proteção.” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 152)

Inicialmente uma profissão essencialmente masculina, o magistério passa, a partir do final do século XIX, no Brasil, a mudar o seu perfil com a inclusão da mulher, movimento advindo da instalação, no país, das escolas normais. Considerando o seu prestígio à época, as mulheres foram atraídas para essa carreira, aproveitando a concessão profissional dada pela sociedade. Segundo Pereira (1963) as próprias mulheres desse período acreditavam na possibilidade de integrar os papéis domésticos aos profissionais e almejavam exercer a docência, situação que foi

arrefecendo com passar do tempo, devido ao processo de desvalorização do magistério.

Com relação à trajetória escolar de Irmã Ana é possível dizer que houve uma identificação com o magistério. Ela reforça em seus depoimentos de memória a satisfação íntima pela oportunidade de ter estudado no CNFM, de ter convivido com as Irmãs Franciscanas de Dillingen, de ter concluído o Curso Normal, ingressado na vida religiosa consagrada e poder exercer a sua atuação educativa junto à instituição que lhe formou e inspirou vocacional e profissionalmente.

3.3 A ação dos grupos-referência

Gabriel (2011), ao discutir sobre a constituição identitária docente chama a atenção para a influência dos grupos-referência nesse processo. Refletindo sobre o conceito e atuação desses grupos a autora pondera:

Entendo por grupos-referência os grupos a que pertencemos desde a mais tenra idade, como a família, a escola, a comunidade, a igreja, dentre outros. Esses grupos estruturam a nossa forma de ser, de pensar e de agir e são referências em nossas vidas para múltiplas situações com que deparamos no contexto social. Quando estamos diante de um problema, acionamos um dos referentes que possuímos e tomamos decisões fundadas, naturalmente, em um dos referentes dos grupos de pertença a que estamos afiliados. (GABRIEL, 2011, p. 49-50)

Na formação identitária de Irmã Ana, não somente docente, mas pessoal e religiosa, fica clara a influência de determinados grupos-referência, dos quais ela própria reconhece ter absorvido ensinamentos e comportamentos que embasaram as suas atitudes ao longo da vida. O primeiro grupo ao qual se reporta é a família, afirmando dela ter herdado traços de personalidade, sobretudo dos pais, que estão sempre presentes em suas atitudes. Em trecho de entrevista a biografada discorre sobre esse aspecto:

Entrevistadora: Irmã Ana, quais influências e referências de seu grupo familiar a senhora considera que estão presentes em sua prática educativa, em sua atuação?

Entrevistada: Pensando no meu pai, a parte da honestidade — demonstra emoção neste momento —, sinceridade. Minha mãe também, a parte da alegria, minha mãe era muito alegre. Mesmo da convivência com a vizinhança, a maneira de acolher as pessoas. Meu pai também acolhia muito as pessoas. Eu acho que eu herdei alguma coisa deles, muita coisa. A sinceridade, minha mãe era muito sincera.

Entrevistadora: A parte da disciplina, a senhora acha que também tem, assim, alguma referência familiar? Como a senhora vê essa questão?

Entrevistada: Disciplina? Porque na minha casa nós obedecíamos muito, assim, aos dois, não havia desobediência. [...] Eu acho que determinado rigor, exigência, eu devo ter pegado de casa, não é? Na vida religiosa eu não tenho muitas dificuldades, assim, em fazer as coisas quando me pedem ou querem. Eu acho que só pode ser herança. (Ir. MAFQ. Entrevista realizada em 30/11/2017)

Nesse fragmento, Irmã Ana enfatiza a herança familiar em muitos traços de sua personalidade, destacando a obediência, valor que segundo ela a acompanhou também na vida religiosa, em que, muitas vezes, faz-se necessário frustrar alguns desejos. Inegável é a força da família na constituição do sujeito. As nossas mais caras lembranças, provavelmente, estão guardadas num espaço de nosso íntimo que corresponde ao relicário familiar. E gostamos de rememorar-las, de recontá-las, como se, assim, pudéssemos reconstituir um episódio vivido, marcante. São como símbolos que nos definem, por definirem a própria natureza do núcleo ao qual pertencemos. Refletindo sobre a força de coesão do grupo familiar, afirma Bosi:

Em nenhum outro espaço social o lugar do indivíduo é tão fortemente destinado. Um homem pode mudar de país; se brasileiro, naturalizar-se finlandês; se leigo, pode tornar-se padre; se solteiro, tornar-se casado; se filho, tornar-se pai; se patrão, tornar-se criado. Mas o vínculo que o ata à sua família é irreversível: será sempre o filho da Antônia, o João do Pedro, o “meu Francisco” para a mãe. Apesar dessa fixidez de destino nas relações de parentesco, não há lugar onde a personalidade tenha maior relevo. (BOSI, 1994, p.425)

No sentido de que, muitas vezes, alguns exemplos vividos em família são reproduzidos quase que automaticamente pelos indivíduos, pergunto à Irmã Ana se

ela tem consciência de que transmite para os alunos e para as pessoas com as quais convive o que aprendeu de seus pais. Sobre a questão, reflete:

Com os alunos eu digo assim: não estrague a água, feche a torneira, a água é preciosa... Eu não aguento ver coisa estragada. Eu penso que veio do berço, não é? Isso também me ajuda tanto na profissional, porque se eu fosse estragada... Toda noite, é rara a noite que eu não venha... ontem mesmo eu estava muito cansada, mas só fui me deitar depois que fui olhar se os sanitários estavam apagados, as lâmpadas, não é? Se as torneiras não estavam pingando. Eu passo a mão embaixo de cada torneira, cada noite. Eu acho que é, não sei, senso de economia. É isso, na minha casa não tinha estrago. Sempre fomos pobres, mas estragados não. Outra coisa também, meu pai costumava, quando chegava com o salário, fazer compra para o mês todo do que precisava, que se pode guardar. Às vezes ele comprava até coisas que dava para um ano. Eu gosto de comprar coisas que deem logo para um ano aqui na escola, não é? Mesmo que depois falta, porque a gente não tem, assim, certo. Mas, por exemplo, papel eu não compro de resma, eu compro logo que dê para um ano. Eu comprei no começo do ano. Também não compro fiado. Apareceu feira de papel no preço bom, mas eu não estou podendo, eu não comprei. Infelizmente posso até comprar mais caro, mas eu não podia comprar fiado, porque também a pessoa que ia me vender também precisa receber. (Ir. MAFQ. Entrevista em 30/11/2017)

Compreendo que Irmã Ana se refere à condição da pobreza familiar mais no sentido próprio à humildade, ao modo simples de vida, ao não esbanjamento. Afinal, o pai, de posse de um salário mensal proveniente de um emprego estável, tinha o privilégio de comprar o necessário para a família, inclusive, como ela própria destaca, mantimentos que pudessem, algumas vezes, ser consumidos durante o ano inteiro. Em sua fala, nesse trecho, percebe-se também as dificuldades financeiras por que passa o CNFM devido à inadimplência. Como diretora, essa questão afeta uma condição de princípios cara à Irmã Ana, haja vista que, como enfatizou em outros depoimentos, preocupa-se quando não consegue pagar em dia os salários dos professores e outros profissionais do colégio. O exemplo serve para embasar, ainda, a compreensão de que as decisões tomadas frente às situações-problema que surgem em diversos momentos da vida, são, geralmente, acionadas com base nos referenciais dos grupos de pertença aos quais se está filiado. Gabriel, refletindo

acerca das colocações de Ferraroti (1988), reforça que os grupos “têm um importante papel e estão na base da formação do sujeito, mediando sua constituição individual e social.” (GABRIEL, 2011, p. 51). Tal assertiva, no entanto, não significa que o indivíduo reproduza, de forma passiva, as convenções de uma estrutura social. Nesse sentido, afirma Ferraroti (1988, p. 26-27):

[...] O indivíduo não é um epifenómeno do social. Em relação às estruturas e à história de uma sociedade, coloca-se como um pólo activo, impõe-se como uma práxis sintética. Mais do que reflectir o social, apropria-se dele, mediatiza-o, filtra-o e volta a traduzi-lo, projectando-se numa outra dimensão, que é a dimensão psicológica da sua subjetividade.

Como jovem católica com participação ativa nas ações religiosas, Irmã Ana integrou vários grupos de sua igreja. Fora catequista, filha de Maria, mas, segundo ela, os grupos religiosos que mais a influenciaram teriam sido os da Ação Católica: JIC (Juventude Independente Católica) e o JEC (Juventude Estudantil Católica). Sua irmã Sittour também a acompanhou no JIC e, de sua família, além dos pais, foi para ela a mais forte influência familiar, tendo sido a sua grande amiga, até o seu falecimento em 2011. Em um de nossos encontros ela fala sobre o JIC e o JEC:

Nós tínhamos aqui em Catolé o grupo de independentes que se chamava JIC: Juventude Independente Católica. Eu e minha irmã, nós fazíamos parte, e tinha aqui no colégio (agora eu morava na minha casa) o JEC e eu não podia ser mais da JEC porque era Juventude Estudantil e eu já tinha terminado. Mas precisava de um membro adulto com os jovens. Cedy Marques fez um tempo e depois eu fui uma das que trabalhou no grupo. Foi um trabalho muito bonito e nós participávamos de encontros e eu me admirava como as pessoas, no encontro grande, com muita gente, como algumas pessoas livremente se colocavam em pé e falavam. Eu me lembro de um encontro lá em Campina Grande e eu sentia que não tinha essa coragem, eu sei que sou tímida para me levantar assim livremente, estar num grupo de discussão, eu sou... talvez não cheguem, assim, ideias que eu possa discutir. Agora quando estou no grupo em que eu estou coordenando, aí eu entro e dou minhas opiniões. [...] (Ir. MAFQ. Entrevista em 30/11/2017)

A Ação Católica foi um movimento desencadeado pela Igreja Católica, em que os fiéis leigos colaboravam ativamente no apostolado missionário. Teve maior propulsão no pontificado de Pio XI (1922-1939) e, no Brasil, tornou-se, com o fim da Ditadura Vargas, um importante instrumento para a participação dos leigos na vida democrática e no exercício pleno da cidadania. (SOUZA, 2006, p. 49). Assim, por volta desse período, surgiram as Ações Católicas Especializadas, que se subdividiam em: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Os grupos propiciavam uma maior integração entre os jovens, a igreja e a sociedade e, de um modo geral, seus integrantes, conhecidos como jucistas, viveram uma fase marcante em que a juventude foi convidada a renovar a igreja e os ideais sociais no país, voltando-se com um olhar diferenciado para as camadas populares. Em Catolé do Rocha, os grupos referenciados por Irmã Ana desenvolveram animada atuação, acentuando mais ainda o espírito religioso nos fiéis locais, lembrando que os jovens eram coordenados e acompanhados de perto pelas lideranças católicas, sobretudo, os padres e as freiras, conforme se confere em fragmento de entrevista:

[...] foi um momento muito bom, nós íamos pra reuniões fora de Catolé do Rocha, e conviver com outras pessoas, não é? Então foi um momento muito sadio, e como Filha de Maria, nós tínhamos a obrigação de trabalhar na catequese. Minha irmã trabalhava no bairro chamado Baixa da Cachorra, não é? Ali, entrada pra Brejo dos Santos, e eu era dispensada porque o padre me entregou a Cruzada Eucarística. Mas, mesmo assim, eu tendo a Cruzada Eucarística, eu ainda acompanhava minha irmã aos domingos para dar o catecismo. Então eu tinha, como Filha de Maria, a obrigação de orientar, de ensinar toda... e conduzir a cruzada eucarística aqui na cidade. (Entrevista em 30/11/2017)

O bairro a que Irmã Ana se refere seria um espaço periférico, que abrigava pessoas carentes da população catoleense. Vê-se, assim, a preocupação da igreja em desenvolver ações voltadas para as classes sociais desfavorecidas, incentivando as jovens das classes mais favorecidas a não só participarem, mas orientarem os

grupos dos quais faziam parte, desencadeando, também, possivelmente, um processo de sensibilização social.

Outro grupo que, provavelmente, muito contribuiu para a formação da pessoa, da religiosa e da educadora que é Irmã Ana foi o das Irmãs Franciscanas de Dillingen, sobretudo as cinco fundadoras do CNFM, com as quais conviveu durante o Curso Normal e, posteriormente, durante o início de sua atuação no magistério, assim como no noviciado e parte do decurso de sua vida religiosa e profissional. Em momento de entrevista, inquiri-lhe sobre essa convivência/influência:

Entrevistadora: Gostaria que a senhora contasse um pouco mais sobre essa experiência com as Irmãs Franciscanas de Dillingen, como elas influenciaram em sua formação educativa, quais lembranças dos seus ensinamentos ficaram marcados em sua memória.

Entrevistada: Olhe, eu já conhecia as irmãs à distância, não é? E conhecia porque a minha irmã relatava as coisas daqui da escola e elas passavam com as internas para o banho, iam para a igreja, eu já observava até como Irmã Eleonore rezava: com toda piedade. Meu primeiro contato foi assim à distância, mas depois que eu passei a estudar aqui foi um contato de professora para aluna. Naquele tempo os alunos tinham uma certa distância e, naquele tempo, para a gente cumprimentar uma irmã não era com um abraço, as irmãs alemãs não eram acostumadas a abraços, então era a mão e a gente beijava, era muito interessante. Hoje não, as irmãs alemãs têm o costume das brasileiras também, mas no começo era uma distância. Eu me lembro muito bem de uma vez que eu precisei de um lápis na sala de aula e para mim foi uma honra muito grande quando Irmã Eleonore me emprestou a caneta dela.

Entrevistadora: E assim, elas por terem sido recém-chegadas da Alemanha e por terem outros costumes como a senhora falou, outra língua também, havia dificuldade de compreensão das alunas com relação aos ensinamentos delas?

Entrevistada: No meu tempo mais não, porque elas já tinham mais de dez anos aqui. Então elas já falavam bem o português, inclusive uma ensinava a parte do português, a redação: Irmã Siegfrieda. Era muito sábia em português, era minha professora de português, professora de redação e fazia correções. (Entrevista realizada em 1/10/2016)

O relato da educadora e religiosa, sobretudo a forma como o faz, muitas vezes embargada pela emoção, revela a importância dessa convivência em sua vida, as marcas deixadas pelas cinco irmãs franciscanas no seu passado, mas que

permanecem vívidas no presente, recuperadas pela recordação permanente e, também, nas palavras de Josso, pela recordação referencial. Para a autora:

[...] a recordação referencial significa, ao mesmo tempo, uma dimensão concreta ou visível, que apela para as nossas percepções ou para as imagens sociais, e uma dimensão invisível, que apela para emoções, sentimentos, sentido ou valores. A recordação referencial pode ser qualificada de experiência formadora, porque o que foi apreendido (saber fazer e conhecimentos) serve, daí para a frente, quer de referência a numerosíssimas situações do gênero, quer de acontecimento existencial único e decisivo na simbólica orientadora de uma vida [...] (JOSSO, 2004, p. 40)

Tendo convivido com as cinco irmãs fundadoras do CNFM, desenvolveu respeito e admiração por todas, porém, como estabelecera uma maior proximidade com duas delas, Irmã Eleonore e Irmã Siegfrieda, a elas se reporta com maior profundidade, com maior emoção. Em entrevista Irmã Ana revela mais detalhes dessa convivência:

Entrevistadora: A senhora conviveu com as cinco fundadoras?

Entrevistada: Sim, eu convivi com todas cinco.

Entrevistadora: Quais eram os nomes?

Entrevistada: Primeiro a diretora e superiora naquele tempo, era Irmã Gonzalez. Tinha Irmã Engelsindis, Irmã Siegfrieda, Irmã Urbana e Irmã Eleonore, não sei se já disse... Gonzalez, Urbana, Engelsindis, Eleonore e Siegfrieda. Elas eram muito ligadas as duas e eu queria muito bem a essas duas.

Entrevistadora: Quais?

Entrevistada: Eleonore e Siegfrieda.

Entrevistadora: E por que a senhora queria tanto bem a essas duas?

Entrevistada: Eu estudei várias matérias com Irmã Eleonore. Ela me ensinava desenho, eu gostava muito de desenho. Eu gostava muito e gosto, não é, de desenhar. Ensinava música, eu nunca tive voz, mas eu gostava da teoria, eu tirava notas ótimas em teoria[...]. Ensinou também pedagogia. Irmã Siegfrieda ensinou português e eu tinha muita dificuldade em escrever naquele tempo. Eu sinto que me desenvolvi muito depois na parte escrita, mas naquele tempo eu tinha pouca criatividade e eu era sempre tímida.

Entrevistadora: A senhora ainda gosta de desenhar?

Entrevistada: Gosto, só não tenho tempo. Mas não desenho, não sou assim artista de desenhar livremente tudo não. Até ontem eu peguei num cartão que é o retrato daquele quadro de São Francisco que tem lá na frente, fui eu que recortei, eu gosto muito de recortar. Eu tive duas professoras excelentes de desenho: aqui foi Irmã Eleonore e lá em Areia, Irmã Rafaela, que era artista e aprendi mais ainda. E com

Irmã Eleonore nós tínhamos de aprender desenho geométrico, ampliações, pintura em aquarela, não é? Foi um tempo muito proveitoso, sabe?...com ela. (Ir. MAFQ. Entrevista realizada em 1/10/2006)

Nesse comentário, Irmã Ana faz referência, dentre outros aprendizados, à técnica artística que apreendeu a partir de recortes em papéis. No colégio há alguns trabalhos de sua autoria, inclusive um ao qual se refere, o quadro de São Francisco, todo em recortes, que fica exposto na recepção do colégio (ver figura 26).



Figura 26: Quadro de São Francisco, produzido por Irmã Ana com técnica de recortes. Catolé do Rocha, 1/10/2016. Fonte: Autora.

As artes eram sobremaneira apreciadas pelas irmãs fundadoras, as quais se empenhavam em incuti-las nas alunas. A parte de desenho, recortes, ampliações, pintura em aquarela, música, dança, assim como os trabalhos manuais foram ensinamentos de destaque no Colégio Normal Francisca Mendes. Depois apreendidos por outras religiosas, professoras, assim como pelas próprias alunas, e transmitidos às gerações posteriores. Em nossos diálogos, indagada sobre a atuação

das Irmãs de Dillingen em meados do século XX, na pequena Catolé do Rocha, ela afirma não ter dúvidas que elas trouxeram muitas contribuições, incluindo-se aspectos religiosos, intelectuais, educacionais, culturais e sociais. Em momento de entrevista, conversamos sobre o intercâmbio estabelecido entre as Irmãs Franciscanas de Dillingen e os catoleenses ligados ao colégio:

Entrevistadora: Quais nuances do intercâmbio cultural estabelecido entre as Irmãs Franciscanas de Dillingen e os catoleenses a senhora pode destacar?

Entrevistada: É claro que elas vinham com a cultura de um país já desenvolvido, não é? E eu acredito que dentro das próprias aulas que davam isso foi desenvolvendo. Mas, por exemplo, aqui em Catolé do Rocha, a parte de teatro, a parte de música, as Irmãs introduziram. O ensino do violino, do piano, de acordeão, isso tudo era aqui no colégio. E festa de formatura? Era um dia de festa na cidade. [...]

Entrevistadora: Era um evento social.

Entrevistada: Um evento social e cultural, porque as Irmãs elaboravam peças. Irmã Siegfrieda, que era a que passou até 1950 aqui em Catolé, ela elaborava peças como, por exemplo, Iracema, a peça Naiá, a Índia.

Entrevistadora: Iracema de José de Alencar?

Entrevistada: Sim. Ela elaborou Iracema, a virgem dos lábios de mel. Então entraram aqui as alunas praticando o coro falado, dois coros: um declamava uma parte e o outro declamava outra parte. E, dentro dessa festa tinha também a dança, aqui (aponta para uma foto), no meu tempo, aqui sou eu, aqui o grupo de dança. Eu era o dia coroado do Sol.

Entrevistadora: O dia coroado do Sol?

Entrevistada: É. Isso foi em 49.

Entrevistadora: Isso elas trouxeram de lá? Da Europa?

Entrevistada: É. Bom, devia ser costume de lá, não é?

Entrevistadora: Aqui não havia?

Entrevistada: Aqui foi introduzido o coro falado, danças. Lenilda³⁷ que fez tantas danças aí, mas ela aprendeu com quem?

Entrevistadora: Era isso que eu ia perguntar: essa dança artística que aqui sempre foi referência, também foi influência delas?

Entrevistada: Foi, foi influência. Eu vou dizer uma coisa que eu acho: o pessoal passar pano úmido na sua casa... era varrido com vassoura, mas as Irmãs faziam limpeza aqui com água, foi introduzido. [...]

Entrevistadora: Foi uma inovação que elas também trouxeram?

³⁷ Referência à professora Lenilda Maria de Andrade Targino, por muitos anos professora de Educação Física do CNFM, responsável por muitas coreografias de ginástica artística em festividades do colégio.

Entrevistada: Era uma coisa muito simples, mas tanto que eu me lembro que na minha casa se passava vassoura, era piso de tijolo e passava vassoura só. Mas aí, depois, foi introduzido essa outra parte. É muita coisa que nós aprendemos com as Irmãs. Eu acho também na parte educativa, de dizer bom dia, boa tarde, essas coisas. Também a parte patriótica, não é? Aqui nós cantávamos o hino nacional todo dia! Terminava a aula de doze horas, como o sol era muito quente, aqui na galeria, formadas, nós cantávamos o hino nacional[...]. Mas eu acho que foi muita coisa que nós aprendemos, sabe? A parte manual, por exemplo, trabalhos manuais. Por que o povo daqui faz crochê, faz tricô, borda ponto cruz? [...] (Ir. MAFQ. Entrevista realizada em 27/06/2017)

Além da difusão das artes e dos trabalhos manuais destacados no trecho da entrevista, assim como das ações higienistas desenvolvidas e transmitidas junto à comunidade escolar, fica explícito que as Irmãs Franciscanas de Dillingen, mesmo sendo estrangeiras no Brasil, incorporaram o patriotismo brasileiro como condição educacional formal. Tal fato, provavelmente, tenha se dado não só devido ao forte discurso nacionalista da época, mas também devido ao apelo disciplinar implícito no conceito. A amplitude da mensagem patriótica na escola, outrora difundida em forma de culto deslumbrado, continua hoje ainda presente, sobretudo, nas instituições confessionais. Historicamente, muitas ações escolares configuraram-se enquanto dispositivos disciplinares. A própria ginástica, desenvolvida a partir de séries de exercícios quase militarizados era uma delas:

Assim, por meio de marchas e das séries de exercícios físicos prescritos, o corpo das crianças era submetido a uma nova organização de tempo (...); de espaço (...); de ordem (...); era submetido também aos imperativos econômicos da higiene, para fazer nascer nas crianças uma outra sensibilidade corporal (...) relacionada às novas exigências do trabalho industrial e da vida urbana. (VAGO, 2010, p. 54).

A parte artística sempre fora um diferencial do Colégio Normal Francisca Mendes. Sobretudo, as apresentações de danças e ginástica artística chamavam atenção pela beleza, pelo ritmo e pelo nível de dificuldade. Na minha época escolar era um trabalho desenvolvido pela professora Lenilda Maria de Andrade Targino, a qual, segundo depoimento de Irmã Ana, desenvolveu seus conhecimentos e

habilidade na área com Irmã Eleonore Brumm, uma das cinco fundadoras da instituição. Na sequência de imagens abaixo (ver figuras 27, 28, 29 e 30), é possível visualizar parte do trabalho desenvolvido pela professora Lenilda Maria, provavelmente entre as décadas de 1960 e 1970. Constata-se, ainda, a presença da formação patriótica no CNFM, em consonância com o discurso nacionalista da época.



Figura 27: Turma de alunas em apresentação de ginástica artística sob a condução da professora Lenilda Maria de Andrade Targino. Foto sem data.

Fonte: Página da Web “Catolé do Rocha - Antigamente” por Jean Vieira



Figura 28: Turma de alunas em apresentação de ginástica artística sob a condução da professora Lenilda Maria de Andrade Targino. Foto sem data.

Fonte: Página da Web “Catolé do Rocha - Antigamente” por Jean Vieira



Figura 29: Turma de alunas em apresentação de ginástica artística sob a condução da professora Lenilda Maria de Andrade Targino. Foto sem data.
Fonte: Página da Web “Catolé do Rocha - Antigamente” por Jean Vieira.



Figura 30: Turma de alunas em apresentação de ginástica artística sob a condução da professora Lenilda Maria de Andrade Targino. Foto sem data.
Fonte: Página da Web “Catolé do Rocha - Antigamente” por Jean Vieira.

Percebe-se, nas imagens, o nível de dificuldade das apresentações, o que exigia não somente a habilidade técnica por parte da professora, mas também a

capacidade de gerir as dificuldades apresentadas pelas alunas, assim como outros aspectos, como ritmo, postura, equilíbrio, disciplina, além da expectativa por parte das famílias e demais membros da comunidade escolar e da própria sociedade local. As jovens apresentavam um belo espetáculo, inusitado para a cidade, despertando mais ainda a admiração da população local e das adjacências pela educação diferencial ministrada no CNFM, coordenada pelas Irmãs Franciscanas de Dillingen.

Nesse ponto do trabalho cabe destacar um pouco da história que antecede a própria história das cinco fundadoras do CNFM. A Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen surge por volta do ano de 1941, na cidade de Dillingen, Alemanha. Fora inicialmente formada por um grupo de mulheres que, inspiradas pelo modelo de São Francisco, decidem viver em comunidade, realizando trabalhos voltados para o serviço aos pobres e o cuidado com os enfermos, dedicando-se aos louvores a Deus. Formaram, assim, a primeira comunidade da Ordem Terceira de São Francisco, na Alemanha, sendo conhecidas, em sua origem, como Irmãs da “Grande Comunidade de Dillingen”. Com o crescimento da comunidade passam a ser chamadas de Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen. A tarefa educativa em escolas somente é assumida por elas a partir do ano de 1774, sendo que as primeiras missionárias chegam para atuar em terras brasileiras a partir do ano de 1937. A história da congregação também é marcada por perseguições.³⁸

Com relação às irmãs: Gonsalez, Urbana, Engelsindis, Eleonore e Siegfrieda, depreende-se que muitas características, provavelmente, teriam em comum, além de serem religiosas da mesma congregação, compatriotas, missionárias e educadoras. Não é intenção deste trabalho, contudo, elaborar um perfil coletivo desse grupo, o que, no meio historiográfico, especificamente no que concerne ao campo das histórias de vida, se designa como prosopografia: “investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE,

³⁸ Para conhecer mais sobre a história das Irmãs franciscanas de Dillingen consultar: HAAS, Ir. Michaela. Ed. da Prov. da Divina Providência no Brasil, 2000; SENDRA, Ir. Sueli Rubens. Ed. da Prov. da Divina Providência no Brasil, 2007.

2011, p. 115). A partir de registros obtidos no Colégio Normal Francisca Mendes pretende-se, no entanto, apresentar, para uma melhor compreensão das características individuais, um breve perfil histórico e biográfico de cada uma das cinco fundadoras do CNFM.

Desse modo, sobre a cofundadora e primeira diretora do colégio, Ir. M. Gonzalez Hemann, registra-se:

Nasceu no dia 24.06.1896, em Schnaittach, município de Lauf/Pegnitz-Baviera, Alemanha. Em 12.09.1918, consagrou-se a Deus, na Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen.

No dia 28.05.1938, chegou ao Brasil, integrando a 2ª turma de Irmãs pioneiras enviadas para a missão no nordeste brasileiro. Inicialmente, morou no Colégio Santa Rita, Areia-PB. Em 1939 foi para Catolé do Rocha-PB, integrando o grupo de Irmãs que iniciaram o Colégio Normal Francisca Mendes. Foi a Primeira Coordenadora da Fraternidade e a primeira Diretora do Colégio. Lecionou Linguagem, Matemática, Física, Química, Ciências Naturais e Higiene, Metodologia e Prática de Ensino. Trouxe como inovação no ensino da Linguagem o método fonético para a alfabetização e introduziu técnicas de estudo, criando, para isso, textos adaptados à mentalidade e à compreensão do educando.

Na Matemática, introduziu o método na base da reflexão e da descoberta lógica, o mesmo valendo para as Ciências Naturais, utilizando os recursos da natureza como material didático. Por usar em suas aulas o método experimental, facilitava a aprendizagem e despertava nas alunas o gosto pelas matérias. [...]

Era atenciosa com professores e funcionários, tratando a todos com justiça. Com fé e muita coragem, enfrentou as dificuldades do início da missão, num ambiente de extrema pobreza. Essa luta abalou sua saúde. Voltou para a Alemanha em 1952. Faleceu em Dillingen, no dia 06.05.1960.³⁹

O texto biográfico revela a responsabilidade conferida à religiosa, no sentido de administrar todas as dificuldades do início da ação educativa das missionárias de Dillingen em Catolé do Rocha, sertão paraibano. Era preciso fazer funcionar o então

³⁹ Relato exposto em quadro afixado na recepção principal do CNFM, sem indicação de referência bibliográfica, tendo sido, provavelmente, escrito por Irmãs Franciscanas de Dillingen das províncias pelas quais passaram as religiosas referenciadas.

Colégio Dona Francisca Henriques Mendes, estabelecendo métodos e programas de ensino, além de outras questões burocráticas e práticas. Era preciso, também, como Coordenadora da Fraternidade, manter o ânimo das coirmãs, conduzi-las no exercício da missão lhes confiada. Ir. M. Gonzalez Hemann (ver figura 31) foi destacada por irmã Ana pela capacidade de incluir no currículo abstrato, por exemplo da matemática, uma metodologia que privilegiava o concreto. Em suas aulas procurava demonstrar os processos de forma prática, levando as alunas a estradas para ensinar-lhes perspectiva, orientando a observação da natureza, como os frutos, as plantas, para a compreensão de vários processos. Foi responsável, ainda, por inovar no campo da alfabetização, com a introdução do método fônico. Do grupo das fundadoras, foi a única a retornar definitivamente à Alemanha, sua terra natal, devido a problemas de saúde, falecendo nesse país aos 64 anos de idade.



Figura 31: Ir. M. Gonzalez Hemann. Foto sem data.
Fonte: Arquivo do CNFM

Sobre Ir. M. Siegfrieda Heinrich, a religiosa escritora de peças teatrais sabe-se:

Nasceu no dia 07.06.1898, em Lekitten, próximo à cidade de Seeburg, no Estado da Prússia oriental, Alemanha. Em 30.08.1925, consagrou-se a deus, na Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen. No dia 28.05.1938, chegou ao Brasil, integrando a 2ª turma de Irmãs pioneiras enviadas para a missão no nordeste brasileiro. Inicialmente, morou no Colégio Santa Rita, Areia-PB. Em 1939 foi para Catolé do Rocha-PB, integrando o grupo de Irmãs que iniciaram o Colégio Normal Francisca Mendes. Retornou à Fraternidade do Santa Rita. Nesses colégios foi Mestra de Internato e professora no Curso Normal. Lecionou Francês, Pedagogia, História da Educação, Psicologia, Filosofia, Religião e Música. Na Pedagogia e na Religião, relacionava o conteúdo estudado à vida, proporcionando condições para um pensar crítico. Escreveu peças teatrais, verdadeiras produções litero-musicais, resultando na harmoniosa combinação da cultura europeia e brasileira. Essas peças eram apresentadas nas festas de Formatura das professorandas do Santa Rita e do Francisca Mendes e exigiam artísticos cenários, cantos e danças acompanhadas por piano, violino, outros instrumentos e coral, o que exigia a participação das coirmãs. Irmã Siegfrieda motivava as educandas para a reflexão sobre textos bíblicos e literários e estimulava a interpretação e a arte de declamar. Costumava utilizar obras dos mestres da pintura como instrumento para observação e análise criteriosa de cores e formas. Foi Superiora do Comissariado do Nordeste, Coordenadora da fraternidade do Santa Rita e Mestra de Candidatas à Vida Religiosa. Foi mestra de Juvenistas, Mestra de Postulantes e Mestra de Noviças. Foi Conselheira provincial. Aos domingos, preparava as juvenistas-catequistas para ministrarem Catecismo na periferia de Areia. [...] Distinguiu-se por seu espírito de oração, capacidade de ouvir, atenção às pessoas, principalmente aos pobres, grandeza de espírito e capacidade de integrar gerações e mentalidades diferentes. [...] Faleceu em Areia, no dia 21.05.1985.⁴⁰

O texto acima enfatiza o que Irmã Ana reforça em seus relatos, sobre a habilidade artística da Irmã Siegfrieda Heinrich (ver figura 32), sobretudo na elaboração e desenvolvimento de peças teatrais, um diferencial por ela estabelecido nas instituições escolares por onde atuou. As festas promovidas no CNFM tinham grande repercussão devido a atuação da religiosa, que se encarregava das

⁴⁰ Relato exposto em quadro afixado na recepção principal do CNFM, sem indicação de referência bibliográfica, tendo sido, provavelmente, escrito por Irmãs Franciscanas de Dillingen das províncias pelas quais passaram as religiosas referenciadas.

apresentações teatrais. Cabe destacar que a freira atuava em diversas frentes, educativas, religiosas e sociais, como refere o texto. Tendo sido sua mestra no Noviciado, Irmã Ana reporta a ela uma afeição filial, afirmando ter-lhe herdado muitos traços de sua personalidade, destacando nela a sua humildade.



Figura 32: Ir. M. Siegfrieda Heinrich. Foto sem data.
Fonte: Arquivo do CNFM

Não só no CNFM de Catolé do Rocha - PB, mas também no Colégio Santa Rita de Areia – PB, a ação de Irmã Siegfrieda foi destacada. Com relação a este último, afirma Sendra (2007, p. 160):

O Colégio ganhou fama, não só pelos trabalhos manuais, como também pelo ensino de qualidade e as peças teatrais desenvolvidas

de ano para ano. As festas de formatura da Escola Normal tornaram-se famosas pela beleza artística e pela mensagem que transmitiam. Irmã Siegfrieda Heiinrich escrevia peças teatrais, combinando elementos da cultura europeia e brasileira que eram representadas pelas alunas com desenvoltura e beleza.

Sobre Ir. M. Eleonore Brumm, a Franciscana inspirada na música, na ginástica, no desenho e na pintura, descreve-se:

Nasceu no dia 19.11.1916, em Otterbach, município de Keiserslautern, Alemanha. Em 06.08.1938, consagrou-se a Deus, na Congregação da Irmãs franciscanas de Dillingen.

Juniorista, ofereceu-se para trabalhar no Brasil. Chegou ao Nordeste no dia 30.01.1939. Integrava a 3ª turma de Irmãs pioneiras. Meses depois, em Catolé do Rocha-PB, fundou com coirmãs o Colégio Normal Francisca Mendes, onde permaneceu até 1977. Foi Mestra de Internato e Coordenadora Pedagógica do Primário. Dedicou-se à formação de professoras. Lecionou Desenho, Música, Religião, Ginástica, Metodologia de Ensino e Prática de Ensino. Orientava as professorandas com relação aos conteúdos programáticos e à metodologia, promovendo inovações úteis para a vida. Usou a música, a ginástica e a dança como instrumentos de sensibilização das jovens para a vivência do belo e da harmonia ao participarem das peças teatrais nas Festas de Formatura. Pintava os cenários e desenhava os figurinos. Foi Adjunta da JEC — Juventude Estudantil Católica. Nos finais de semana dedicava-se à catequese na periferia de Catolé. Lecionou no Colégio Técnico Dom Vital, pertencente aos Franciscanos Capuchinhos. Conciliadora, auxiliava o frade diretor na prática da justiça e de uma educação libertadora. Com muita criatividade e dedicação, preparou jovens alunas e Irmãs para alfabetizar crianças carentes, em Areia e operários nas Frentes de Trabalho, durante a grande seca, em catolé do Rocha. Foi Conselheira Provincial, Coordenadora da Fraternidade e Coordenadora Provincial, em três períodos consecutivos, de 1971 a 1983.

Eleita Provincial, em 1971, foi para o Santa Rita, deslocando-se entre Areia e Catolé, para ministrar aulas de Prática de Ensino. [...] Priorizou o estudo e a formação das coirmãs, com vistas à missão, estimulando-as para a inserção e o trabalho entre os pobres. [...] Transferiu o Noviciado da casa Provincial para a periferia da cidade. Faleceu em Areia, no dia 25.12.1999.⁴¹

⁴¹ Relato exposto em quadro afixado na recepção principal do CNFM, sem indicação de referência bibliográfica, tendo sido, provavelmente, escrito por Irmãs Franciscanas de Dillingen das províncias pelas quais passaram as religiosas referenciadas.

Ir. M. Eleonore Brumm (ver figura 33) fora uma das maiores referências da trajetória profissional de Irmã Ana, confiando-lhe tarefas de orientação do trabalho pedagógico das normalistas, quando do seu retorno do Noviciado em Areia, em 1962. Percebe-se que, aos poucos, prepara a discípula para assumir a administração geral do CNFM, o que enfim acontece em 1977, quando do término de sua graduação em Pedagogia, pela UFPB. A religiosa alemã teve marcante atuação educativa em Catolé do Rocha, como se observa no registro biográfico, tendo sido diretora do CNFM por muitos anos, além de outras ocupações educacionais e próprias a sua Ordem Religiosa. Dotada de habilidades artísticas, como também descrito no texto, Irmã Eleonore se encarregava da confecção dos figurinos das peças teatrais apresentadas no colégio, trabalhando em parceria com a Irmã Siegfrieda Heinrich. Desenvolvia, ainda, bailados, danças e apresentações de ginástica artística que conquistaram a admiração da sociedade local. Preparou a professora Lenilda Maria de Andrade Targino para dar continuidade a este trabalho no CNFM, tendo esta atuado por muitos anos no colégio e desenvolvido inúmeras apresentações artísticas, estando atualmente aposentada da atividade docente.



Figura 33: Ir. M. Eleonore Brumm. Foto sem data.
Fonte: Arquivo do CNFM

Sobre Ir. M. Engelsindis Holfelder, transmissora da arte dos trabalhos manuais em Catolé do Rocha e a irmã fundadora que mais tempo ficou no CNFM, relata-se:

Nasceu no dia 23.06.1907, em Hüttenbach-Baviera, Alemanha. Em 10.06.1933, consagrou-se a Deus, na Congregação da Irmãs franciscanas de Dillingen.

No dia 28.05.1938, chegou ao Nordeste do Brasil, integrando a 2ª turma de Irmãs pioneiras, enviadas para a missão no Nordeste brasileiro. Após alguns meses de adaptação em Areia-PB, foi para Catolé do Rocha-PB, integrando o grupo das irmãs, que iniciaram o Colégio Normal Francisca Mendes, no dia 02.03.1939. Permaneceu aí até o final de sua vida. Inicialmente, era responsável pela sacristia da Capela. Por vários anos, lecionou Matemática, Contabilidade, Datilografia, Religião e Caligrafia. Sua maior atuação foi como professora de Trabalhos Manuais, em que havia se especializado na Alemanha. Mais tarde, preparou professoras para auxiliá-la no ensino dessa matéria, no Curso Primário. Ajudou Irmã Justitia nos trabalhos de ampliação do prédio escolar. Foi Coordenadora da Fraternidade, e neste período, empreendeu várias construções, prolongando os dois pavimentos da ala transversal à fachada do Colégio. No 1º andar, aposentos para as irmãs. Construiu cisterna, caixa d'água, Salão Pax, auditório, sala de Música e o Prédio São José.

De 1968 até o dia em que deixou suas atividades, assumiu a função de Tesoureira e responsabilizou-se pelo setor de pessoal do Colégio. Nessa região de clima quente e muitas vezes atingida pelas secas, deu tudo de si para o bom funcionamento do colégio. [...] Era especialmente atenciosa com professoras e funcionários da casa e compreensiva com os jovens, inclusive com as jovens Irmãs. [...] Faleceu em Catolé do Rocha, no dia 04. 11. 1987.⁴²

Com relação à atuação de Ir. Engelsindis Holfelder (ver figura 34), faz-se necessário destacar o seu espírito empreendedor, pois, conforme descrito no texto, atuou decisivamente na ampliação do CNFM, contribuindo para que o colégio adquirisse a estrutura que tem hoje (ver figura 35⁴³), ampliado consideravelmente, em

⁴² Relato exposto em quadro afixado na recepção principal do CNFM, sem indicação de referência bibliográfica, tendo sido, provavelmente, escrito por Irmãs Franciscanas de Dillingen das províncias pelas quais passaram as religiosas referenciadas.

⁴³ A figura não contém o complexo arquitetônico do CNFM em sua íntegra. Nela, faltam o ginásio coberto e o espaço referente ao teatro mencionado, denominado de Salão Pax, ambos dispostos do lado esquerdo do colégio. Embora a fotografia não possibilite a visualização completa do que hoje é o CNFM, pode-se por meio dela perceber a significativa expansão em relação a sua estrutura original.

comparação à modesta estrutura original. Em 48 anos de trabalho dedicado ao CNFM, notabilizou-se, dentre tantas outras ocupações, como professora de trabalhos manuais, tarefa que posteriormente entregou aos cuidados de outras educadoras, como a Irmã Stella Ximenes, que ainda hoje atua no colégio nesta função. Contudo, presume-se que o maior legado de sua atuação resida nas obras arquitetônicas que empreendeu e que hoje formam o conjunto do maior colégio da cidade de Catolé do Rocha. O teatro denominado Salão Pax (Figura 36), palco de muitas apresentações artísticas, culturais e teatrais, sem dúvida, pode ser descrito como um grande diferencial do CNFM. Em minha época escolar, tive a oportunidade de participar de várias apresentações, assim como de assistir a inúmeras outras nesse local. Lembrome da Ir. Engelsindis ainda trabalhando, sempre em uma sala reservada, a tesouraria escolar, onde atendia aos pais dos alunos, recebendo os pagamentos das mensalidades escolares e das assinaturas da Revista Família Cristã, periódico de circulação nacional voltado para a evangelização e para a promoção humana, por muito tempo divulgado junto à comunidade escolar do CNFM.



Figura 34: Ir. M. Engelsindis Holfelder. Foto sem data.

Fonte: Arquivo do CNFM



Figura 35: Estrutura arquitetônica atual do CNFM. Foto sem data.
Fonte: Arquivo do CNFM



Figura 36: Teatro Salão Pax do CNFM. Foto sem data.
Fonte: www.catoleneuws.com.br/plugins/p2_news/printarticle.php?p2_articleid=7814

Por fim, sobre Ir. M. Urbana Schubert, a religiosa dedicada às atividades domésticas e à arte de cozinhar, registra-se:

Nasceu no dia 18.03. 1907, em Schering-Baviera, Alemanha. Em 18.04.1933, consagrou-se a Deus, na Congregação da Irmãs franciscanas de Dillingen.

No dia 05.06.1937, chegou ao Nordeste do Brasil, integrando a 1ª turma de Irmãs pioneiras, enviadas para iniciar a missão em Areia-PB. Excelente cozinheira, trabalhou na Fraternidade do Colégio Santa Rita, de 1937 a fevereiro de 1939. [...] Em 02.03.1939, Ir. Urbana integrou-se ao grupo de irmãs, que iniciaram o Colégio Normal Francisca Mendes, Catolé do Rocha-PB, onde permaneceu até 1965. Assumiu a direção e os trabalhos da cozinha.

Com muita fé, enfrentou os difíceis anos do início da missão em terras brasileiras, suportando a carência de recursos, a pobreza na alimentação, o racionamento d'água e a ameaça de seca. Acolhia com amabilidade e orientava as jovens candidatas à vida religiosa, ensinando-lhes a arte de cozinhar. Pertenceu à Fraternidade da Porciúncula, anexa ao Seminário dos Franciscanos da OFM, em Ipuana, Lagoa Seca-PB. Trabalhou, intensamente, na lavanderia do grande seminário e nos últimos anos de sua permanência nessa casa, ajudou também em outros trabalhos domésticos.

Em janeiro de 1980, voltou para o Francisca Mendes. Era amável, humilde e generosa. Tinha consciência da importância e da dignidade em exercer atividades domésticas. [...] Viveu em constante serviço e oração. Faleceu em Catolé do Rocha, no dia 17.12.1988.⁴⁴

É possível observar na atuação de Ir. M. Urbana (ver figura 37) que a dedicação, em especial, ao trabalho doméstico, teria sido a principal forma de ação missionária por ela assumida. A religiosa, inclusive, atuou no Seminário da Porciúncula (1951-1980), em Ipuarana – PB, um dos locais de ação da Província do Nordeste. As irmãs franciscanas auxiliavam os frades franciscanos onde se faziam presentes, estando atentas às necessidades da Igreja, colocando-se a serviço da educação, da assistência social, das ações pastorais e das vocações religiosas. O trabalho doméstico, inclusive, há muito era assumido por elas como parte de sua

⁴⁴ Idem

missão, como se constata no registro de Haas (2000, p. 181): “Em setembro de 1882, o arcebispo de Bamberg pediu Irmãs Franciscanas de Dillingen para o seu Seminário Diocesano. Queria que nossas Irmãs assumissem os trabalhos da cozinha, da lavanderia e da limpeza da casa.”



Figura 37: Ir. M. Urbana Schubert, segunda da esquerda para a direita. Foto sem data.
Fonte: Arquivo do CNFM

Como já dito, neste ponto não se pretende desenvolver um estudo prosopográfico acerca da história das cinco irmãs fundadoras do CNFM, até mesmo em virtude da escassez das fontes. Afinal, esse implicaria, evidentemente, uma investigação mais apurada, incluindo, conforme orienta Albuquerque Júnior (2012, p.21):

Inventário de traços socialmente comuns, pesquisa de regularidades na ação social, nos comportamentos, nos costumes, nos hábitos, cotejos de relações entre os homens de uma dada condição social, análise de padrões e códigos sociais que moldam um conjunto de vidas num dado momento e espaço, pesquisa de símbolos, linguagens, gestos, rituais que constituem um dado corpo social[...].

Não se constitui, tampouco, propósito desse trabalho, no sentido do recorte das histórias de vida aqui apresentadas, focalizar uma hagiografia, ou seja: “a narrativa da trajetória de um ser em busca da divindade, da metamorfose de um ser terreno em um ser celeste, da conversão, da obstinação, dos sacrifícios, da entrega, das renúncias de uma vida que resolve trilhar o caminho do Senhor”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p.17). Não se deseja, ainda, nem com relação às cinco Irmãs destacadas, nem com relação à própria Irmã Ana, incorrer no que Pierre Bourdieu (1986) convencionou de ilusão biográfica, a qual seria a narrativa de uma vida marcada por continuidades, algo imutável ao longo do tempo e já previsível, determinado na História.

O que pensar então sobre a Irmã Ana do presente? (ver figura 38).



Figura 38: Irmã Ana na atualidade. Foto sem data.
Fonte: Arquivo do CNFM.

Penso que o mais razoável seria inferir que ela é um ser singular, porque único, um sujeito com “rosto, carne e sangue” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p.27).

Também não deixa de ser plural, porque movida por fluxos sociais e culturais de seus espaços-tempos, e, certamente, pelas influências advindas de seus diversos grupos-referência. Porém, sempre inacabada, sempre em adaptação, mas sem uma ruptura total consigo mesma, haja vista ter uma identidade solidificada, a qual construiu e apresenta a si e aos outros.

CAPÍTULO 4 – A PRÁXIS DE IRMÃ ANA

4.1 Círculo de atuação educativa: CNFM, Catolé do Rocha, Paraíba

Refletir sobre a atuação educativa de Irmã Ana ou sobre a de qualquer outro profissional da docência impõe considerar as especificidades inerentes a sua identidade pessoal, que, por conseguinte, particularizam o seu fazer educativo, a sua *práxis*⁴⁵. Nesse campo torna-se arriscado conceber generalizações, apesar de que numa trajetória de vida e/ou de atuação profissional se percebem marcas e influências do contexto sociocultural e das experiências de formação que se referem ao objeto do estudo.

Ao perscrutar a vida de Irmã Ana e de tantos outros educadores que compõem hoje o rol dos estudos historiográficos em educação seus pesquisadores mormente se deparam com a subjetividade presente em cada um deles. E, apesar da dificuldade que impõe tal característica ao desenvolvimento das pesquisas, aponta um elemento essencial à compreensão histórica nas investigações do campo: a unicidade irrepetível de cada professor. Para Nóvoa (1995, p. 9):

Houve um tempo em que a possibilidade de estudar o ensino, para além da subjetividade do professor, foi considerada um sucesso científico e um passo essencial em direção a uma ciência objectiva da educação. Mas as utopias racionalistas não conseguiram pôr entre parêntesis a especificidade irreduzível da acção de cada professor, numa óbvia relação com as suas características pessoais e com as suas vivências profissionais. [...]

⁴⁵ *Práxis* é a atividade concreta pela qual os sujeitos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva[...] É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa de reflexão, de autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática. (Konder, 1993, p. 115)

Considerando a importância desse elemento no estudo das vidas de professores, no capítulo anterior se enfocou a construção identitária de Irmã Ana, examinando-se os caminhos de sua formação escolar e a ação dos grupos-referência nesse processo. Neste capítulo as fontes analisadas revelarão como se deu e ainda se dá a ação educativa desse sujeito no contexto em que tem estado inserido ao longo de sua história, dando a conhecer um círculo de pertencimento e contribuição relacionado ao fazer docente.

Era noite do dia vinte e sete de fevereiro do ano de 1962 quando Irmã Ana chega ao CNFM. A chegada se constitui, de fato, um retorno, contudo, com significado de início. Ao término do período de quatro anos de internato no Ginásio Santa Rita⁴⁶ da cidade de Areia-PB, que se iniciara em 1958, ano em que ingressara no convento como candidata à vida religiosa, é transferida para o Colégio Normal Francisca Mendes, em Catolé do Rocha-PB, após a emissão dos seus votos consagrados. Apesar do cansaço da viagem Irmã Ana relata que naquele dia não acompanhou as coirmãs, colegas de viagem, para o momento de descanso. Recorda que passara direto para a sala de trabalho das irmãs franciscanas atuantes na instituição, procurando já inteirar-se das novas tarefas a serem desempenhadas.

Inicialmente cotada para trabalhar na secretaria do colégio, passaria poucos dias nesta função, pois fora logo designada para ensinar a disciplina Higiene e Puericultura no 4º Normal Regional. Apesar de não ter simpatia pela matéria disse que a assumiu sem questionar, afinal acabara de chegar do Noviciado, onde bem exercitara o trabalho e a obediência. Inclusive, a obediência, a pobreza e a castidade

⁴⁶ Para conhecer mais sobre a história do Ginásio Santa Rita, atual Colégio Santa Rita de Areia -PB, consultar: CORREIA, Maria Ivete Martins. Educação católica, gênero e identidades: O Colégio Santa Rita de Areia na História da Educação Paraibana (1937-1970). 2010. 366f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. E ainda: ASSIS, Francymara Antonino Nunes de. Práticas Educativas no cariri paraibano: histórias e memórias da educadora Estelita Antonino de Souza (1947-1991). 2014. 242f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

constituem-se enquanto votos solenes de sua Ordem Franciscana, desde sua origem. (HAAS, 2000, p. 44)

As primeiras Irmãs Franciscanas de Dillingen enviadas para a missão no Nordeste brasileiro chegaram na cidade de Areia no ano de 1937, enfrentando muitos obstáculos nessa empreitada, entre eles, as dificuldades com a língua. Passados, no entanto, alguns anos das religiosas em terras brasileiras, o Governo Geral das Franciscanas de Dillingen começa a se preocupar em inspirar novas vocações, afinal, para a congregação: “um dos critérios a serem considerados ao assumir uma missão seria verificar se aquele lugar era promissor para vocações.” (SENDRA, 2007, p. 164). Desse modo, no ano de 1947 a Santa Sé autoriza a instituição do primeiro Noviciado das Irmãs de Dillingen em solo brasileiro, situado em Areia-PB, sendo que as primeiras candidatas lá chegaram em 1946. Sendra (2007) chama a atenção para a preocupação da Superiora Geral, Irmã Gonsalva Staudarcher em exortar as irmãs alemãs a considerarem a cultura de origem das noviças, não as forçando a assumir o comportamento e a postura próprios de uma outra cultura. Em suas palavras: “Como vocês todas sabem, a Santa Sé permitiu que em Areia fosse aberto o primeiro Noviciado. [...] Vocês não devem e não podem esperar que as brasileiras mudem o seu jeito para a maneira de ser alemã.” (SENDRA, 2007, p. 164).

É possível deduzir que houve um intercâmbio cultural, envolvendo muitos aspectos, entre as mestras alemãs e as aprendizes brasileiras, provavelmente tendo aquelas o cuidado de não forçar um processo de inculturação⁴⁷. Contudo, como condutoras da ação educativa é de se considerar que as marcas de sua própria formação alemã, como a sisudez, o rigor na disciplina e na pontualidade, e, ainda, os preceitos de seus dogmas religiosos, fossem realçados nessa convivência. Sobre a postura das Irmãs de Dillingen, Irmã Ana recorda: “Naquele tempo, pra gente cumprimentar uma irmã não era com um abraço, as irmãs alemãs não eram acostumadas a abraços, então era a mão e a gente beijava[...] Hoje não, as irmãs

⁴⁷ Processo que corresponde à assimilação por grupos ou indivíduos de costumes, valores, preceitos, normas, enfim, do que é próprio a uma determinada cultura que não a sua de origem.

alemãs têm o costume das brasileiras também, mas no começo era uma distância” (Ir. MAFQ. Entrevista em 01/10/2016). Nesse ponto, reforça-se a ideia de que houve um intercâmbio, uma troca de costumes e valores culturais, um processo de aprendizagem recíproco entre alemãs e brasileiras.

No período que passara no noviciado em Areia, Irmã Ana, paralelamente às obrigações religiosas, realizara o Curso Pedagógico em nível de Segundo Grau. Desde o término do Normal Regional, realizado no CNFM, aguardava por uma oportunidade de exercer o magistério, o que somente, de fato, acontecera em 1955, quando após algumas experiências como professora substituta na instituição, finalmente é convidada por Irmã Justitia Kastner, diretora do colégio à época, para ocupar a vaga aberta com a saída da professora Alta França que se mudara para o sul do país. Passa assim a lecionar no 2º Ano Primário, ministrando todas as matérias, exceto a matemática que ficava sobre a regência da freira alemã Hildegard Montejka, conhecida no colégio como Irmã Adelaide. Nos horários dessas aulas ocupava-se com outras turmas no ensino do Desenho. Durante três anos vivencia essa rotina de trabalho, até a entrada no Convento de Areia, no ano de 1958.

Importa destacar que Irmã Ana desde os seus dezessete anos havia confessado à Irmã Engelsindis Holfelder o desejo pela vida religiosa, desejo que já nutria desde os seus quatorze anos de idade, porém somente manifesto ao dezessete, como relata em trecho de entrevista:

Entrevistadora: E como foi essa decisão assim, que influência a senhora acha que recebeu para tomar essa decisão aos catorze anos de idade?

Entrevistada: Eu não sei, é... meus pais sempre foram muito piedosos, não é? [...] Deus é que me atraiu, não é? Deus que me atraiu. Eu me lembro que eu via Irmã Eleonore e sentia que ela tinha muitos trabalhos, mas isso não me amedrontou, eu pensava eu posso ajudar. [...] Mas eu tomei a minha decisão com catorze anos e ninguém tirou mais da minha cabeça, só que eu nunca disse a ninguém.... Depois eu terminei aqui no colégio e eu estudava datilografia com Irmã Engelsindis e uma vez ela conversando e meu irmão estava no seminário e ela disse se eu não queria ser religiosa, foi a única pergunta. Aí eu não tinha mais como esconder, eu já tinha dezessete anos, foi a primeira vez que eu disse a Irmã Engelsindis. Aí depois ela passou para minha irmã e aí chegou lá em casa e foi o chororó lá de casa. Mas eu só cheguei a entrar no convento com vinte e dois anos

porque meus pais não deixaram, pai logo achou que eu era muito jovem, então eu só entrei com vinte e dois anos e tive a paciência de esperar, de catorze... quando eu decidi com dezessete até vinte e dois são cinco anos, não é? (Ir. MAFQ. Entrevista em 01/10/2016)

Maria da Conceição Moita, refletindo a partir de Pineau (1983), destaca que a formação é um processo pessoal e singular, que se dá em tempos e espaços limitados e precisos, mas que, além disso, movimentava vários polos de identificação do sujeito, constituindo-se enquanto ação vital de construção de si próprio. (MOITA, 1995, p.114)

A passagem por Areia foi intensa. Autorizada pelos pais a ingressar no Convento das Franciscanas de Dillingen como candidata à vida religiosa, Irmã Ana submeteu-se no Ginásio Santa Rita a uma espécie de vestibular, um exame de todas as disciplinas básicas, a fim de continuar os estudos em nível de Segundo Grau, o Curso Pedagógico, que após o seu término conferia à concluinte o direito de exercer o magistério no curso primário. Sobre essa experiência, em seus escritos (auto)biográficos relata:

Junto à formação para a vida religiosa, fazia o Curso Pedagógico. [...] Tive excelentes professores, inclusive as Irmãs Franciscanas de Dillingen, alemãs, das quais mais uma vez podia receber excelentes conhecimentos pedagógicos, preparando-me para o magistério. Nesse período em Areia, 1958 a 1961, também exercia o magistério no turno da tarde, aulas de Desenho ao Curso Primário, pois o Pedagógico funcionava pela manhã. (Ir. MAFQ. Escritos (auto)biográficos, 2016)

O Ginásio Santa Rita de Areia-PB fora administrado, anteriormente à chegada das Irmãs de Dillingen, por religiosas da Sagrada Família do ano de 1911 a 1920, ficando por um tempo inativo. (SENDRA, 2007, p. 158). Em 1939 o colégio é assumido pelas freiras alemãs, tendo como diretora a Irmã Illuminares Allger. Desde o início, a instituição contava com Curso Primário, Curso Normal Livre de quatro anos, além de internato, que funcionou até a década de 1970. (SENDRA, 2007, p. 161)

De acordo com as fontes consultadas as franciscanas de Dillingen se esforçaram para imprimir na localidade sertaneja uma educação esmerada, que incluía, além das disciplinas do currículo, o ensino da arte e da música, não deixando

de infundir na cultura local, a sua própria cultura de origem. Segundo Sendra (2007, p. 160):

Como alemãs, as Franciscanas de Dillingen valorizavam a ordem, a pontualidade, a disciplina no porte e no andar, o gosto pela arte e pela música [...] O colégio ganhou fama, não só pelos trabalhos manuais, como também pelo ensino de qualidade e as peças teatrais desenvolvidas de ano para ano.[...]

Com uma bagagem mais sólida de conhecimentos voltados para o magistério e o desejo sempre manifesto de ensinar, Irmã Ana, já pertencendo à Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen na Província do Nordeste, a Província de Nossa Senhora Medianeira das Graças, retorna de um intenso período de preparação em Areia e instala-se no Colégio Normal Francisca Mendes, assumindo as tarefas religiosas e educacionais a ela confiadas, passando, em pouco tempo, a lecionar Matemática no Ginásio, Desenho no Ginásio e Normal, Higiene e Puericultura no 4º Normal Regional e Ensino Religioso no 3º Ano Primário. Ela recorda que não fora fácil assumir todo esse trabalho, pois a sua formação era para o Curso Primário, mas destaca que sempre tivera o apoio e orientação das irmãs alemãs e que o fato de gostar do que fazia foi fundamental para o seu êxito e realização profissional. Paralelamente à realização dos trabalhos, não deixava também de buscar aprimoramentos, participando de cursos voltados para a área da educação, iniciativa hoje chamada de busca por uma formação contínua ou permanente.

Como a carência de professores para ensinar as diferentes matérias do currículo ginásial se fazia presente na Paraíba, alguns cursos eram ofertados com a finalidade de capacitar professores e conceder-lhes o registro de ensino da matéria cursada, o que se dava por meio da aprovação em exames de suficiência⁴⁸. No ano

⁴⁸ O exame de suficiência constituiu-se como medida emergencial adotada pelo Ministério da Educação e Saúde (MÊS), por meio do Decreto-Lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946 (BRASIL, 1946), com vistas a minimizar a defasagem de professores para atuarem no Ensino Secundário, haja vista que o número de faculdades de Filosofia, especializadas na formação de professores para esse nível de ensino, eram insuficiente no país.

de 1965, com o intento de conseguir o registro de professora de Matemática para o 1º Ciclo Ginásial, Irmã Ana realiza, na capital paraibana, o 1º Curso de Preparação Intensiva de Professores de 1º Ciclo, promovido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal da Paraíba, em convênio com a Diretoria de Ensino Secundário, do Ministério da Educação e Cultura. Teve a duração de um semestre letivo, estendendo-se de 1º de julho a 1º de dezembro do ano de 1965. Como já lecionava a matemática, com o término do curso e recebimento do registro passou a ensinar a disciplina de “forma legal”, como relata em seus escritos biográficos. Na figura 39 se confere o seu certificado de conclusão.



Figura 39: Certificado do 1º Curso de Preparação Intensiva de Professores de 1º Ciclo, realizado em João Pessoa- PB. Ano de 1965.

Fonte: Arquivo pessoal de Irmã Ana

Paralelamente a este curso, participa de outro então realizado no Instituto de Educação da Paraíba, com duração de uma semana e dirigido a professores do Curso Normal. O curso fora ministrado por professoras de Belo Horizonte e, na ocasião, participou em companhia de Irmã Eleonore Brumm, umas das irmãs alemãs responsável pela administração do CNFM. Daí surgiu a oportunidade para a

realização de um curso mais aprofundado em Belo Horizonte, no ano de 1966, oferecido pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, por meio do Centro Regional de Pesquisas Educacionais João Pinheiro /Divisão de Aperfeiçoamento de Professores (CRE-DAP), curso que sempre é referenciado por ela como um momento importante de sua formação profissional, conferindo-lhe, de acordo com suas palavras, um aprofundamento teórico-prático “similar ao de uma especialização”. Sobre esse episódio de sua trajetória, expõe:

[...] Fui convidada pela coordenadora Profa. Riza de Araújo Porto para fazer um curso de Metodologia da Matemática em Belo Horizonte no próximo ano. Ela incentivou Ir. Eleonore para que eu fosse, conseguiu que eu tivesse bolsa, licença na SEC-PB, viagens, tudo foi gratuito para mim. [...] Foi realmente neste curso da CREP-DAP, que me “especializei” em Didática da Matemática, além de cursar também as Didáticas de Estudos Sociais e Ciências, Prática de Ensino, Supervisão... Este curso me valeu para o desempenho como professora de todas as Didáticas e Prática Pedagógica que trabalhei em todas as turmas do Curso Pedagógico do Colégio Normal Francisca Mendes, além da Orientação Pedagógica que efetuei neste colégio e no 8º CREC de Catolé do Rocha, como supervisora das supervisoras, de 1977 a 1980. (Ir. MAFQ. Escritos (auto)biográficos, 2016)

É possível perceber que as oportunidades surgem, mas que a jovem educadora não as refuta, demonstrando empenho em ampliar a sua formação profissional. Depreende-se que Irmã Ana não estava acomodada em seu lugar, talvez se sentisse insegura quanto às cada vez maiores exigências relacionadas ao colégio que crescia em procura e representação na localidade e adjacências, talvez pelo próprio espírito cristão, que a fazia se sentir responsável em buscar aprofundamento teórico-prático para melhor contribuir com o mister educacional assumido, ou, mais provavelmente, por uma mescla de motivos. É fato que, paulatinamente, vai-se dando um amadurecimento com relação aos conhecimentos, com relação à atuação profissional, sobretudo junto ao Curso Pedagógico, e com relação às próprias percepções, como relata em momento de entrevista:

Entrevistadora: Eu queria que a senhora contasse um pouquinho como foi essa experiência no Curso Pedagógico.

Entrevistada: Pra minha pessoa foi maravilhosa porque eu ensinava aquilo que gostava mesmo, não é? É interessante, quando eu era aluna do Pedagógico, lá em Areia, eu nem pensava de um dia ser professora de didática, não era matéria tão querida. Mas depois que eu assumi, depois que eu fiz esse curso em Belo Horizonte, eu tinha vontade de ensinar até às criancinhas da alfabetização. Depois que eu fiz o curso, eu voltei toda entusiasmada. E eu procurei trabalhar e inovar a parte metodológica. (Ir. MAFQ. Entrevista em 27/06/2017)

Como deixa claro em seu relato, uma das experiências de formação mais significativas para si fora o curso de aperfeiçoamento de professores realizado em Belo Horizonte - MG, de maio a dezembro do ano de 1966, ainda em sua caminhada de formação, mas já também de atuação profissional. Nele pôde cursar diversas disciplinas com cargas horárias variando entre 12 a 137 horas, conforme se verifica em seu certificado de conclusão (Figuras 40 e 41).

Cursos frequentados pelo Professor		Duração em semanas	Número de horas
Básico			
P.E. 700- Psicologia da Aprendizagem)		9	42
P.E. 701- Psicologia Evolutiva) Psicologia		10	48
P.E. 710- Testes, Medidas e Avaliação) Educacional		10	47
Especialização			
M. 600 - Curso Básico de Didática da Matemática		29	137
M. 605 - Matemática para Professores Primários		19	90
M. 615 - Matemática no Currículo da Escola Primária		10	48
M. 620 - Seminário em Didática da Matemática		10	94
.....			
Escolha			
C. 200 - Didática das Ciências Naturais		10	48
C.S.310 - Currículo e Supervisão na Escola Primária		10	48
C.S.315 - Prática de Ensino na Escola Normal		10	47
E.S.400 - Didática de Estudos Sociais		10	47
Formação Geral			
Arte		9	42
Catequética		2	10
Português		10	25
Recreação		8	12
Técnica de Estudo		9	42

O bolsista destacou-se nos seguintes cursos:

M. 600 - Básico de Didática da Matemática.....	MB-8
M. 605 - Matemática para Professores Primários	0-9
M. 615 - Matemática no Currículo da Escola Primária.....	MB-8
M. 620 - Seminário em Didática da Matemática	MB-8
E.S.400 - Didática de Estudos Sociais	0-10
C. 200 - Didática de Ciências Naturais	MB 2

Figura 40: Grade Curricular do Curso de Aperfeiçoamento realizado em Belo Horizonte-MG. Ano de 1966.

Fonte: Arquivo pessoal de Irmã Ana

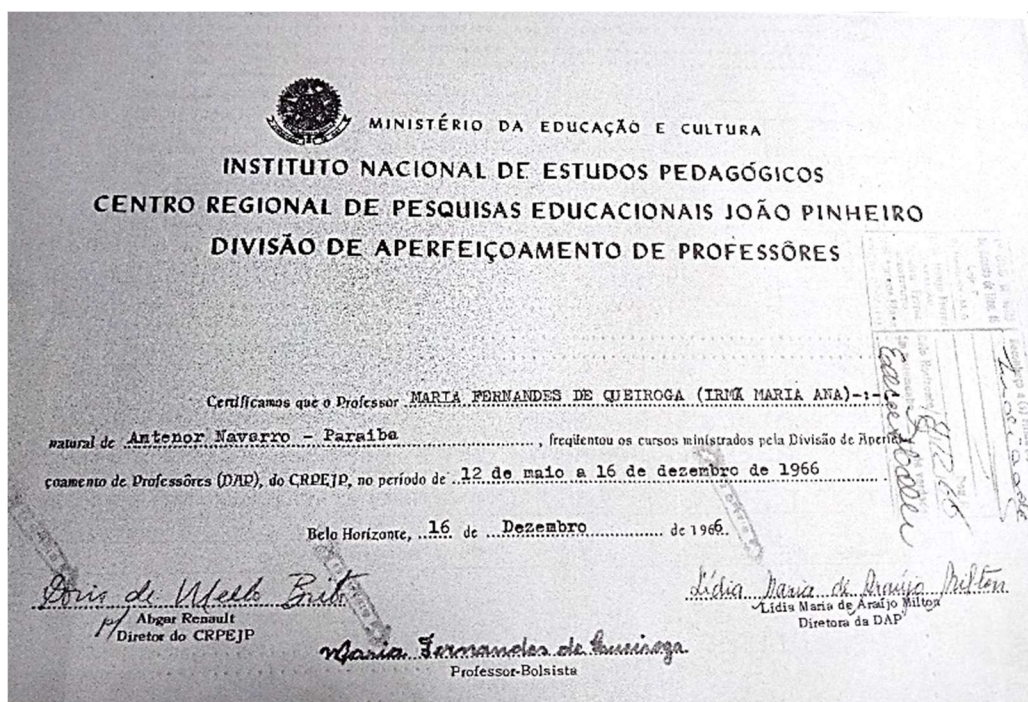


Figura 41: Certificado do Curso de Aperfeiçoamento realizado em Belo Horizonte- MG. Ano de 1966.
Fonte: Arquivo pessoal de Irmã Ana.

Foram sete meses de preparação intensiva, englobando estudos em Didática da Matemática, Didática de Estudos Sociais e Didática das Ciências Naturais, Prática de Ensino na Escola Normal, Currículo e Supervisão na Escola Primária e Psicologia Educacional, dentre outras áreas do conhecimento, nos quais pôde interagir com os professores ministrantes das diversas disciplinas e também com os professores participantes que, assim como ela, estavam em busca de aprofundamento teórico para atuarem em seus espaços profissionais. Para Freire (1996, p. 16):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-
fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo
buscando, repercurando. Ensino porque busco, porque indaguei,
porque indago ou me indago. Pesquiso para constatar, constatando,
intervento, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o
que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Em seus relatos, Irmã Ana destaca que o curso lhe valeu para o desempenho como professora de todas as didáticas e da prática pedagógica em que atuou em

todas as turmas do Curso Pedagógico do CNFM, assim como da orientação pedagógica que desenvolveu neste colégio e no 8º Centro de Supervisão (órgão vinculado à Secretaria de Educação do Estado da Paraíba) de Catolé do Rocha, como supervisora das supervisoras de ensino, de 1977 a 1980. Com relação a este trabalho de orientação pedagógica junto às supervisoras locais vinculadas ao estado, enfatiza a parceria com Gercina de Freitas Lopes, professora a quem confiou a regência da didática da matemática no Curso Pedagógico do CNFM e que também participava do processo de avaliação das professorandas no estágio supervisionado da instituição. (Ir. MAFQ. Escritos (auto)biográficos, 2016).

O processo de construção de uma identidade profissional, segundo Moita (1995, p. 115):

É uma construção que tem uma dimensão espaço-temporal, atravessa a vida profissional desde a fase da opção pela profissão até à reforma, passando pelo tempo concreto de formação inicial e pelos diferentes espaços institucionais onde a profissão se desenrola. É constituída sobre saberes científicos e pedagógicos como sobre referências de ordem ética e deontológica. É uma construção que tem a marca das experiências feitas, das opções tomadas, das práticas desenvolvidas, das continuidades e descontinuidades, quer ao nível das representações, quer ao nível do trabalho concreto.

Nesse sentido, percebe-se a partir da análise das fontes, que Irmã Ana, paulatinamente vai dando corpo à sua prática docente, assumindo novas funções profissionais, delegando atribuições a outros colaboradores do mister de formação professoral e educacional, desenvolvido não somente em nível do CNFM, mas, inclusive, da rede de ensino estadual. Lança mão dos conhecimentos adquiridos nos espaços de formação, ao mesmo tempo em que vai em busca de novos saberes e de atualização profissional.

Do curso de Belo Horizonte a educadora guarda um caderno de quase trezentas páginas manuscritas em frente e verso. A primeira página, condizendo com a sua identidade religiosa, traz uma prece voltada para o início do trabalho (Figura 42), nas demais constam anotações sobre as unidades de ensino das várias disciplinas cursadas, englobando aspectos históricos e teóricos concernentes a cada área, metodologias de ensino, avaliação, preparo do professor, prontidão da criança

para a aprendizagem, planos de aula e exercícios de fixação, dentre outros apontamentos (Figuras 43, 44, 45, 46, 47, 48 e 49).

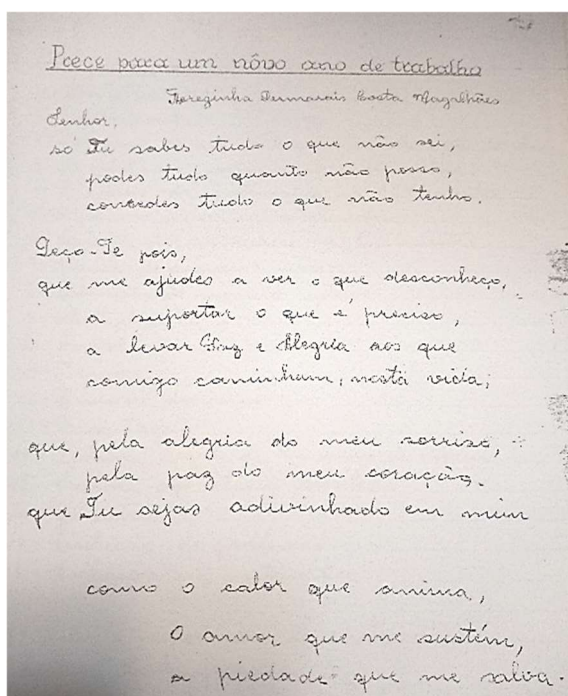


Figura 42: Prece para o trabalho. Belo Horizonte- MG.
 Fonte: Caderno de Irmã Ana

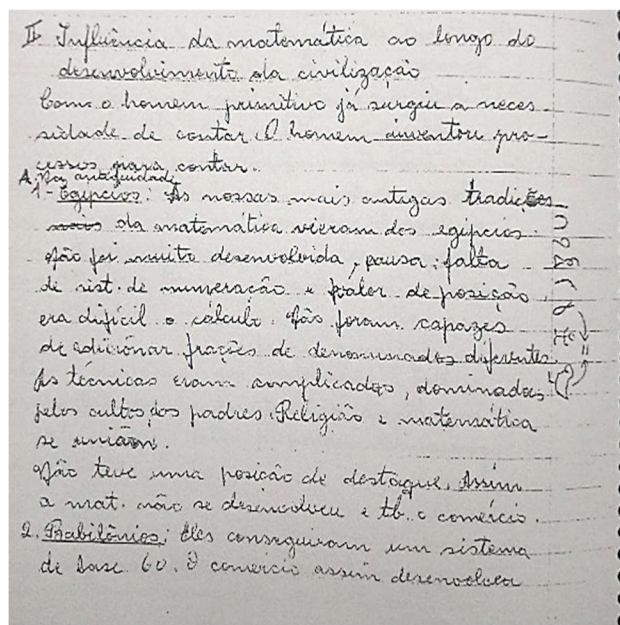


Figura 43: Influência da matemática na história. Belo Horizonte- MG.
 Fonte: Caderno de Irmã Ana

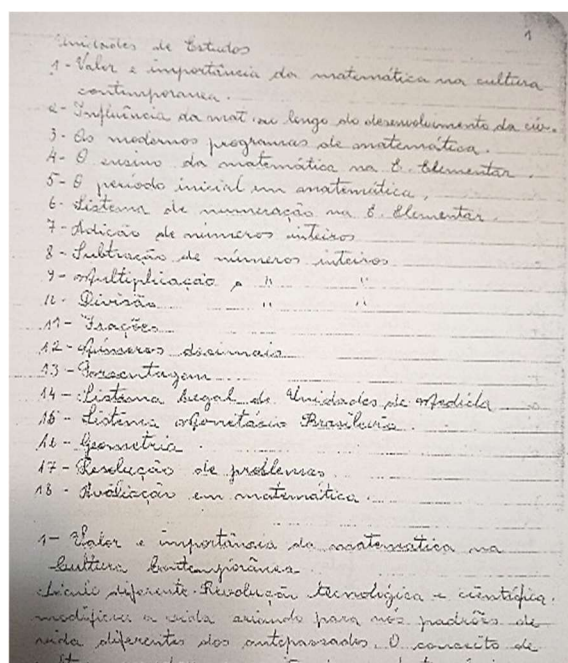


Figura 44: Unidades de estudo da matemática. Belo Horizonte – MG. Ano de 1966.
 Fonte: Caderno de Irmã Ana.

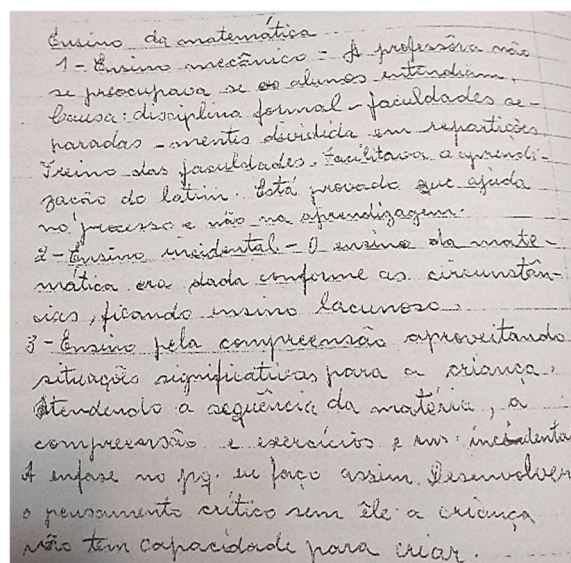


Figura 45: Metodologias de ensino da matemática. Belo Horizonte – MG. Ano de 1966.
 Fonte: Caderno de Irmã Ana

Avaliação:
 A avaliação deve ser contínua.
 Todos aqueles implicados no ensino educacional. A própria criança deve avaliar. e. A professora, outras pessoas, os pais.
 Os boletins são o registro da avaliação. Não rebocear no na prova.
 Ser vigilante para não entrar a parte "afetiva". Ser bem parcial.
 Não avaliar ao o programa. Não avaliar, avaliar o programa etc.
 O aluno deve conhecer sua avaliação.

Figura 46: Como deve ser a avaliação. Belo Horizonte – MG. Ano de 1966.
 Fonte: Caderno de Irmã Ana

O preparo do professor:
 1. Conhecer o que vai ensinar: conhecer bem o conteúdo que vai ensinar. conhecer as motivações de quem vai estudar. Atualizar-se, aperfeiçoar-se, frequentar cursos, seminários. Aberto a novas, largas horizontes. Precisamos crescer. Não saber. Informar-se do que acontece.
 2. Conhecer a quem vai ensinar: há a psicologia evolutiva para bem conhecer a criança. A criança é um ser único, potencial e diferente. A professora deve

Figura 47: Como deve ser o preparo do professor. Belo Horizonte – MG. Ano de 1966.
 Fonte: Caderno de Irmã Ana

IV Prontidão:
 A. O que é: condição de preparação do organismo para receber um estímulo ou determinadas estímulos.
 B. De que depende:
 1. das experiências que a criança possui (criança da rua e da escola).
 2. os interesses especiais, desenvolvidos.
 3. da maturidade biológica e mental.
 C. Áreas de prontidão:
 1. social - capacidade de conviver com os outros, de receber ordens, conviver com pessoas diferentes.

Figura 48: A prontidão para a aprendizagem. Belo Horizonte – MG. Ano de 1966.
 Fonte: Caderno de Irmã Ana

Dificuldades encontradas na Escola Primária:
 1. Orientação insuficiente do programa.
 2. Ausência de material didático.
 3. Distribuição inadequada do conteúdo nas várias séries.
 4. Desconhecimento das técnicas de avaliação.
 5. Falta de preparo do professor.
 6. Métodos antiquados.
 7. Ensino sem acesso a descobertas e relações numéricas.
 8. Falta de flexibilidade.

Figura 49: Dificuldades Encontradas na Escola Primária. Belo Horizonte – MG. Ano de 1966.
 Fonte: Caderno de Irmã Ana

O material é denso, um verdadeiro compêndio de como deve ser a prática de ensino, orientando o professor formador de novos professores às especificidades da ação docente, às dificuldades inerentes ao trabalho, ao conhecimento e transmissão das novas metodologias de ensino, à necessidade de utilização de recursos audiovisuais para uma maior assimilação dos conteúdos pelos alunos, à autenticidade de seus ensinamentos, à importância do diálogo entre as disciplinas (Figura 50), conceito atualmente chamado de interdisciplinaridade⁴⁹ e de grande destaque na teoria pedagógica contemporânea.

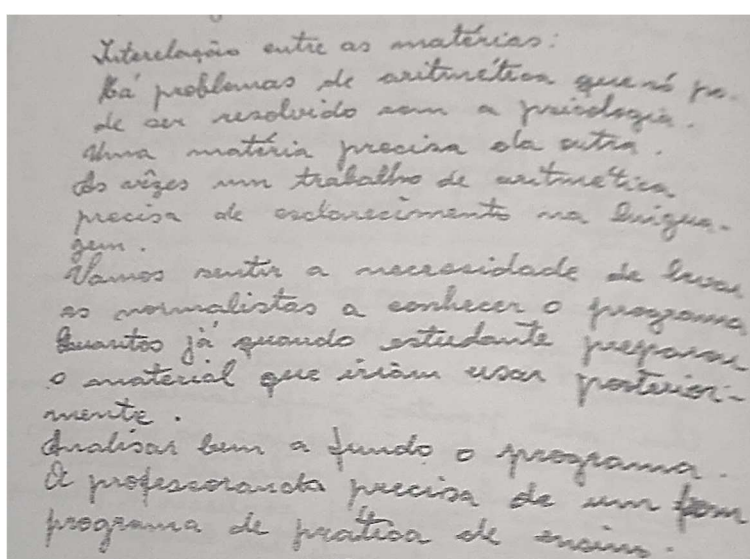


Figura 50: Interação entre as matérias. Belo Horizonte – MG.
 Ano de 1966.
 Fonte: Caderno de Irmã Ana

A referência ao diálogo entre as diferentes disciplinas aparece de forma superficial, no entanto, considerando o ano de sua elaboração, representa um ponto

⁴⁹ O conceito de interdisciplinaridade fica mais claro quando se considera o fato trivial de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de confirmação, de complementação, de negação, de ampliação, de iluminação de aspectos não distinguidos (BRASIL, 2000, p.75)

importante, haja vista a ampliação do conceito de interdisciplinaridade ocorrida nas últimas décadas do século XX nos estudos em educação, propondo discussões profícuas quanto à sua empregabilidade em sala de aula. Para Morin (2000, p. 82):

Toda evolução é fruto do desvio bem-sucedido, cujo desenvolvimento transforma o sistema onde nasceu: desorganiza o sistema, reorganizando-o. As grandes transformações são morfogêneses, criadoras de formas novas que podem constituir verdadeiras metamorfoses.

As orientações inscritas no material apontam para a necessidade da professora em formação, a normalista, ter pleno conhecimento do programa a ser ensinado em cada série a fim de poder atuar eficientemente, inclusive dialogando com as diversas disciplinas do currículo. Traz a avaliação como um processo que deve ser contínuo, considerando os vários momentos de interações e aprendizagens, chamando a atenção para a importância de o aluno ter o conhecimento de como ela acontece e ainda mais, dele próprio se auto avaliar. Outro ponto em destaque diz respeito à necessidade de, de forma prévia, o professor preparar os materiais didáticos a serem utilizados nas aulas. Já as dificuldades apresentadas giram em torno, sobretudo, da falta de preparo dos professores no que concerne ao desconhecimento dos programas de ensino e das técnicas de avaliação, ausência de materiais didáticos, falta de flexibilidade no planejamento e execução das aulas, emprego de métodos antiquados que não promovem o interesse dos alunos e o acesso às descobertas.

A maior parte dos escritos se refere ao ensino da matemática, destacando-se: o valor e a importância da disciplina na cultura contemporânea; a necessidade de que este ensino se dê pela compreensão e não de forma mecânica, de forma que seja considerada a aprendizagem do aluno e que esta se desenvolva a partir de situações significativas; a ampliação curricular, oferecendo à criança a oportunidade de conhecer melhor áreas da matemática essenciais à solução de problemas próprios do mundo atual. Algumas anotações do caderno lançam luz sobre os pontos destacados:

Vivemos hoje uma cultura nova, de cunho científico por excelência. Teria a ciência se desenvolvido sem a matemática? A medicina, química, foguetes e nós mesmos, falando na nossa economia? A

matemática impulsionou o desenvolvimento da ciência e essa, por sua vez, impulsionou o desenvolvimento da matemática. (lr. MAFQ. Caderno de anotações didáticas, 1965)

E ainda:

O currículo está mudando para atender às necessidades deste século. Para atender melhor às diferenças individuais, possibilitando o desenvolvimento do raciocínio, para as diferentes possibilidades, as diferentes capacidades de diferentes indivíduos. (lr. MAFQ. Caderno de anotações didáticas, 1965)

Os trechos apontam para uma profunda reflexão não somente sobre o valor do conhecimento matemático no desenvolvimento humano, sobretudo, no século XX, mas também sobre a importância da renovação curricular no sentido de uma maior aproximação com os educandos, de se considerar as diferenças individuais e de que os processos de ensino e de aprendizagem sejam, realmente, portadores de significado.

No período em que Irmã Ana realiza o Curso de Aperfeiçoamento para Professores, a educação estava sob a égide da LDB 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Considerando que cada época traz em seu bojo manifestações sociais e culturais próprias à forma como pensa e se organiza a própria sociedade e que nos discursos legais se compilam determinados pensamentos e se institucionalizam as deliberações do poder em voga, a elaboração e aprovação dessa lei mobilizaram diversos setores da sociedade civil e dos poderes políticos no sentido da renovação e modernização do campo educacional, havendo, no entanto, grandes tensões e interesses conflitantes. Cabe destacar neste processo a atuação de muitos educadores brasileiros que desde a época do lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova lutavam pela educação pública, laica e gratuita, como é o caso do baiano Anísio Teixeira.

No que tange ao ensino primário, a LDB 4.024/61 determinava a obrigatoriedade de que todas as crianças ingressassem no ensino regular aos sete anos de idade e estabelecia, em seu Artigo 25, a finalidade desse grau: "O ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão

da criança e a sua integração no meio físico e social.” (BRASIL, 1961). Quanto ao aspecto curricular explicitava, no Artigo 26, que o ensino deveria ser ministrado em, no mínimo, quatro séries anuais, podendo os sistemas de ensino ampliarem a sua duração em até seis anos. Chama a atenção o fato de que a Lei trazia apenas um artigo sobre o tema, sem maiores referências quanto às diretrizes curriculares para o ensino primário. Creditava-se, assim, aos estabelecimentos de ensino e aos professores a tarefa de elaborar a proposta curricular a ser executada. Na prática, a primeira LDB não trouxe muitos avanços. Um dos investimentos a ela atribuídos diz respeito à expansão da formação de professores em nível normal, destinados a atuarem no ensino primário.

O momento histórico era de conturbação política e social, pois após um período de certa redemocratização com governos mais comprometidos com as reformas populares e a intervenção e “radicalização de muitos intelectuais, professores e estudantes, que estavam mobilizados para programas de educação popular, alfabetização de adultos e educação de base” (SANFELICE, 1986, p. 48), em abril de 1964 se dá no país um Golpe de Estado com a deposição do então presidente João Goulart. A partir desse fato todas as medidas reformistas são revistas, a repressão e o controle são instituídos no Brasil, inclusive na educação, que se torna um meio para a difusão dos preceitos nacionalistas, de forma a referendar a ordem vigente e cercear qualquer insurgência revolucionária. Aos poucos, a pedagogia tecnicista implantada pelo novo governo vai suplantando os ideais de um ensino crítico e problematizador. Para Saviani:

[...] a partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torna-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico (SAVIANI, 2009, p. 11).

Nesse contexto nacional de turbulências Irmã Ana segue conduzindo a sua própria formação educacional em paralelo com a atuação profissional e vida religiosa. Terminado o curso em Belo Horizonte retorna ao Colégio Normal Francisca Mendes,

assumindo a regência de várias didáticas no Curso Normal e dando continuidade à tarefa de orientação junto aos professores, ação confiada e acompanhada pela Irmã Eleonore Brumm, a quem se refere como mestra e amiga. Em uma de nossas conversas, relata:

Irmã Eleonore foi um grande, um grande...foi uma grande força para mim. Foi muito amiga, não só foi minha professora, mas foi também minha amiga, de convivência. Você uma vez me perguntou sobre a convivência com as irmãs, eu tive uma convivência muito boa, graças a Deus, tenho convivência também boa atualmente. Agora, de Irmã Eleonore, a prática pedagógica eu comecei juntamente com ela, ela me levava, ela me confiou correção do estágio e depois do estágio eu a acompanhava. Quer dizer que foi quase como uma...posso dizer estágio para mim, entende? Porque depois que ela saiu e que eu fiquei só, eu continuei[...] (Ir. MAFQ. Entrevista em 30/11/2017)

Até este ponto da história de Irmã Ana fica claro o quanto de influência ela recebeu das Irmãs Franciscanas de Dillingen, fundadoras do CNFM. Tendo com elas convivido diretamente, inicialmente como normalista, posteriormente como noviça da mesma ordem religiosa e em seguida professora de diversas disciplinas no colégio e orientadora dos estágios supervisionados do Curso pedagógico, deixa transparecer em seus relatos de memória o quanto foi importante para si todo o conhecimento transmitido por elas, sobretudo a confiança, o acompanhamento e os ensinamentos da Irmã Eleonore Brumm, religiosa com quem relata ter convivido mais de perto, muitas vezes emocionando-se ao dela recordar-se em momentos de nossas entrevistas. Sobre ela, ainda declara:

Ela confiou muito em mim (choro). [...]Ela me introduziu assim na parte metodológica trabalhando junto comigo e antes de fazer o curso em Belo Horizonte ela já me dava as apostilas e eu já comecei a orientar professoras confiada por ela, sem eu ter feito o curso específico. Então achei o máximo de confiança! E no começo, depois que eu voltei de Belo Horizonte, ela já me dava os trabalhos das meninas para corrigir, mesmo que eu não era ainda professora ainda de prática, mas eu já ajudava na correção e eu já ia para sala de aula com ela. Quer dizer, eu me fortifiquei com ela na prática, na prática pedagógica. (Ir. MAFQ. Entrevista em 30/11/2017)

Da análise dos dois trechos se percebe que houve um investimento da Irmã Eleonore Brumm no sentido de capacitar a jovem religiosa e professora para as tarefas mais complexas do trabalho pedagógico. A relação referenciada por Irmã Ana pode ser compreendida como uma transmissão cotidiana de saberes teóricos e práticos, uma formação intensiva que exigiu esforços de ambas as partes. Não se pode dizer, nesse ponto, que a freira alemã tivesse já a intenção de confiar à jovem franciscana a condução do colégio, como de fato o fez, em 1977. Mas depreende-se que havia não somente uma relação de confiança, mas também de afinidade, possivelmente, de identificação.

Com relação às irmãs fundadoras, outra referência marcante é a da Irmã Siegfrieda Heinrich. Irmã Ana se refere a essa religiosa como a uma segunda mãe, tendo sido sua mestra no período em que fora candidata à vida religiosa no noviciado em Areia-PB, ajudando-lhe, segundo sua própria interpretação, a formar a sua personalidade. Com ela estudou: Filosofia, Psicologia, História da Educação e Sociologia. Moita (1995, p.115) esclarece que a construção da identidade, ou seja, a construção de si próprio, é um processo de formação. Nele, cada pessoa, permanecendo a mesma e assim se reconhecendo ao longo de sua história, se forma e se transforma, sempre em interação. A identidade, ainda, de acordo com Dubar (2005) nunca é dada, ela sempre é construída e deverá ser (re)construída. Sendo assim, ela depende de fatores de formação para que possa ser efetivada enquanto constituição individual e coletiva.

Devido à falta de professores habilitados em Catolé do Rocha, no ano de 1971 Irmã Ana é convidada para lecionar a matemática em turmas do 1º e do 2º Científico no Colégio Estadual Obdúlia Dantas. Assume mais essa tarefa em adição as que executa no CNFM e logo em seguida é contratada pelo Estado, desempenhando esta função naquele colégio por dois anos seguidos, pois em 1973 passa no vestibular da Universidade Federal da Paraíba para cursar Pedagogia⁵⁰. Tendo que estudar na

⁵⁰ O Curso de Pedagogia do Campus I da UFPB foi criado em 1949, por força da Lei Estadual nº 341, tendo sido autorizado pelo Decreto nº 30.909 de 1952 e reconhecido pelo Decreto Presidencial nº 38.146, de 1955. Em seu início esteve vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e, em

capital consegue que o seu contrato com o Estado seja transferido para a Escola Estadual Sesquicentenário, localizado em João Pessoa, lecionando lá matemática por um período de quatro anos. Sobre a sua experiência como professora nessa escola refere-se de forma positiva, afinal lecionava a matéria que mais gostava. Recorda, contudo, de um episódio que a constrangeu um pouco, num dos raros momentos em que se reporta ao universo da intimidade: nessa escola, um jovem aluno passou a demonstrar-lhe demasiado afeto e, não sabendo se ele nutria algum tipo de paixão, preferiu passar a dar suas aulas na escola em outro turno. Pensativa, declara: “Parece que estou vendo a cara dele. Hoje deve ser um homem de bem[...], mas foram muitos alunos que passaram por mim.” (Ir. MAFQ. Entrevista em 30/11/2017)

Fazer o Curso de Pedagogia, pode-se dizer, foi o coroamento para o exercício de sua prática profissional. Na Academia, segundo ela, teve excelentes professores e havia bastante socialização de conhecimentos a partir de trabalhos em grupos. Recorda que quando chegou o momento de realizar atividades sobre a temática “Unidades de Trabalho” tinha o diferencial de já ter exercitado o conteúdo durante o curso realizado em Belo Horizonte, tendo sido para ela bem mais fácil que para as demais colegas da graduação passar por esta etapa do programa, tornando-se, inclusive, coordenadora do grupo. Havia, no seu caso, o diferencial da prática. Sobre esse ponto recorda:

1969 passou a fazer parte da então Faculdade de Educação até a sua extinção. Em 1976 passou a fazer parte do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e com a criação do Centro de Educação da UFPB, em 1979, passou a dele fazer parte. Em seu currículo original o Curso formava o Especialista em Educação: o Administrador Escolar, o Orientador Educacional e o Supervisor Escolar. Com a Resolução Nº 13/96 do CONSEPE o seu currículo foi reestruturado, passando a conferir o grau de Licenciado em Pedagogia também para o Magistério em Educação Infantil e Ensino Fundamental. Assim, passou a oferecer 04 (quatro) áreas de aprofundamento que o aluno deverá cursar no último período: Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Normal, Magistério em Educação Especial, Magistério em Educação de Jovens e Adultos e Supervisão Escolar e Orientação Educacional. Para maiores informações sobre o Curso de Pedagogia da UFPB, consultar: <<https://sigaa.ufpb.br/sigaa/verProducao?idProducao=467908&key=ebfbad305e5ac92ac69679ac833a5361>>

Eu me lembro que quando foi para a apresentação do trabalho a professora dividiu em grupos e cada grupo deveria apresentar. Então, depois ela dispensou os outros grupos da apresentação, mas não o meu, ela quis que apresentasse, não é? E, modéstia à parte, eu apresentei muito bem e minhas colegas também apresentaram, porque nós trabalhávamos juntas, não é? Aí eu acho que a prática que eu já tinha, o curso de Belo Horizonte foi muito bom, e a prática que eu já tinha antes de ir para a faculdade, eu acho que isso colaborou. (Ir. MAFQ. Entrevista em 30/11/2017)

Durante o tempo em que se dedicou ao Curso de Pedagogia Irmã Ana nunca abandonou o trabalho no CNFM, nem mesmo mentalmente, segundo ela. O trabalho de orientação das professoras do Curso Normal era prioridade para a educadora e religiosa, por isso, aproveitava todas as oportunidades para se fazer presente no colégio. Quando havia aulas ou dias livres ou quando sua presença podia ser dispensada, logo conversava com a diretora da escola em que lecionava sobre a possibilidade de sair e seguia para Catolé do Rocha. Sobre o exposto, declara: “A diretora era muito boa... Então eu vinha, fazia a minha bolsa, dava aula à tarde e na hora do ônibus eu saía e chegava aqui de madrugada. Aí eu dava aulas ou orientava as professoras.” Na época em que realiza o Curso de Pedagogia na capital paraibana, Irmã Ana deixa de usar o hábito religioso, roupa específica aos que optam pela vida consagrada, passando a usar vestes comuns, mas discretas, de acordo com a representação assumida. A intenção da ação seria a de não ser vista com diferença.

Irmã Eleonore Brumm, nesta época, era a responsável pela administração do Colégio, mas também era provincial, ou seja, havia sido eleita para coordenar todas as irmãs da província, no caso, a província do Nordeste, Província Franciscana de Nossa Senhora Medianeira das Graças, cuja sede fica em Areia. Dividia-se, assim, entre as demandas do colégio e as obrigações da ordem religiosa, mas contava com a ajuda direta de Irmã Ana, sobretudo como colaboradora dos trabalhos de orientação das professoras, mas também como professora de várias didáticas do Curso Pedagógico. O que se transparece ao analisar os discursos de Irmã Ana é que Irmã Eleonore, por confiar na jovem discípula, preparava-a para assumir a administração do CNFM, conforme denota o trecho da entrevista:

Entrevistadora: Ela transmitiu, assim, os saberes? A senhora considera que ela transmitiu os saberes dela para a senhora? É mais ou menos isso?

Entrevistada: É [...]E eu sentia que ela tinha muita confiança em mim e eu também confiei. Ela teve tanta confiança em mim que ela me dizia os erros, sabe? Ela me reclamava quando eu não acertava, mas nem por isso eu ficava com raiva. Ela não deixava passar...então isso a gente vai crescendo, quando a gente escuta que não está certo, que está fazendo errado e corrige, aí a gente cresce.

Entrevistadora: Isso no trabalho ou na vida religiosa?

Entrevistada: No trabalho, na vida religiosa. Eu convivi com ela aqui em Catolé até ir para faculdade, voltar da faculdade, em 77. Ela ficou assumindo aqui a escola mesmo como provincial, enquanto eu terminava. Então, quando eu terminei e fui transferida para aqui ela me entregou a matrícula já feita. Aí foi para a casa provincial porque ela era a provincial. (Ir. MAFQ. Entrevista em 30/11/2017)

Em dezembro de 1976 Irmã Ana conclui o Curso de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba, com habilitação para Administração Escolar, Supervisão Escolar e Prática Pedagógica, recebendo o registro conferido pela Inspeção Técnica de Ensino da Paraíba para ensinar a Psicologia da Educação, a Sociologia da Educação e a Didática Geral. Em janeiro de 1977, Irmã Eleonore Brumm entrega a Irmã Ana a administração do Colégio Normal Francisca Mendes e desloca-se para Areia, após trinta e oito anos de efetivo trabalho naquela instituição de ensino.

Neste ponto, a partir dos relatos da educadora se evidencia o empenho de Eleonore Bumm em preparar Irmã Ana para dar continuidade à linha de trabalho educacional e confessional estabelecida pelo grupo das pioneiras irmãs alemãs, as Franciscanas de Dillingen, do qual fazia parte. Fica claro também a dedicação de Irmã Ana a este mister, trabalhando com afinco, recebendo os aconselhamentos com humildade e pondo em prática os ensinamentos advindos dessa convivência. Os processos de construção da identidade profissional de Irmã Ana como professora, supervisora, coordenadora e administradora escolar e o de sua identidade pessoal como mulher, como religiosa e ainda como guardiã do CNFM têm a marca de muitos grupos, mas também de indivíduos em especial. De acordo com Moita (1995, p. 116):

O processo de construção de uma identidade profissional própria não é estranho à função social da profissão e do profissional, à cultura do grupo de pertença profissional e ao contexto sociopolítico em que se

desenrola. Mas a minha hipótese geral é que essa identidade vai sendo desenhada não só a partir do enquadramento intraprofissional, mas também com o contributo das interações que se vão estabelecendo entre o universo profissional e os outros universos socioculturais.

Ao longo de seu percurso de atuação profissional é possível afirmar que Irmã Ana desenvolve uma *práxis* educativa consistente, não apenas reproduzindo os conhecimentos recebidos, mas construindo, aprimorando, transformando e compartilhando saberes em sua trajetória de formação e atuação no campo educacional. Em um de nossos momentos de entrevistas, pergunto-lhe:

Entrevistadora: Quais foram as didáticas que a senhora ensinou neste percurso do Magistério, do curso Pedagógico?

Entrevistada: Didática geral não sei nem quantos anos eu ensinei. A minha especialização era em didática da matemática, mas eu ensinei didática de ciências, didática de estudos sociais, didática de linguagem... [...]eu ensinei todas as didáticas e coordenei, trabalhei na prática pedagógica até o último ano. (Ir. MAFQ. Entrevista em 27/06/2017)

Irmã Ana especializou-se, por mais de meio século, na formação docente. Desde o seu regresso do noviciado em Areia, o ano de 1962 até o último ano de funcionamento do Curso Pedagógico, 2015, foi professora de várias didáticas e desde 1977 até 2015 esteve à frente da coordenação dos estágios supervisionados dos professores formados na instituição. Sempre com rigor pedagógico corrigia as unidades de ensino elaboradas pelos/as alunos/as daquele curso e ainda acompanhava de perto as aulas ministradas pelos aprendizes. Guarda consigo alguns modelos de unidades de ensino elaborados por ela própria ou sob sua orientação. (ANEXO H).

Durante a sua gestão administrativa, dividia-se entre as atividades burocráticas e a coordenação educacional do colégio, incluindo o Ensino Fundamental e o Curso Normal. Estando à frente do processo de escolha dos docentes desses níveis de ensino, acompanhava a atuação professoral, orientando o trabalho dos professores

ou mesmo excluindo-os do quadro profissional do colégio, tarefa que considera difícil, conforme narra em entrevista:

[...] Agora, o difícil, que eu acho, é quando a gente tem necessidade de dispensar alguém. Isso como administradora, isso para mim é pesado. Conduzir a pessoa para saber que está sendo colocada fora é o que pesa mais. Eu sempre digo: colocar, contratar novos, é difícil para escolher, não é? E às vezes nem tem para escolher, mas é gratificante quando é para entrar, mas quando é para demitir é difícil pra gente dizer e dizer o porquê, é difícil. (Ir. MAFQ. Entrevista em 30/11/2017)

Muitos professores passaram pelo CNFM, deixando também as suas marcas na educação local. Provavelmente nem todos se identificaram com a proposta de trabalho lá desenvolvida, com as exigências emanadas de uma instituição confessional católica. Sempre observados, avaliados, decerto alguns não passaram pelo crivo dessas exigências, o que o trecho acima me leva a considerar. Contudo, existem ainda na instituição docentes que lá permanecem há várias décadas. Continuam lecionando ou prestando outros serviços, em sintonia com o lugar. O Curso Normal já não existe no colégio e seus professores, provavelmente, encontraram outros caminhos. Alguns se aposentaram ainda no decurso do funcionamento do curso, após toda uma vida dedicada à docência. Alguns já são falecidos. Durante o tempo em que Irmã Ana esteve à frente da direção do colégio, quarenta e três professores, considerando-se períodos de atuação diversos, compuseram o quadro de docentes do Curso Normal do CNFM. Seus nomes estão descritos no quadro 3⁵¹.

PROFESSORES QUE ATUARAM NO CURSO NORMAL DO CNFM ENTRE 1977 E 2015
--

Maria Ana Fernandes de Queiroga (Irmã Ana)
--

Benedita Ferreira Arnaud

⁵¹ Os dados referentes ao tempo de atuação de cada professor, assim como a disciplina lecionada por cada um não foram fornecidos pelo setor administrativo responsável pelas informações.

Ivanosca Diniz Soares
Irene Gomes de Alencar
Lenilda Maria de Andrade Targino
Evilásio Ferreira da Silva
Iracema Ximenes de Matos (Irmã Stella)
Maria Tarcísia Barreto
Divanildes Garcia de Almeida
Antônio Benjamin Filho
Francisca Mascilena de Brito (Irmã Flávia)
Gercina de Freitas Lopes
Berta Azevedo da Silva
Maria Sueli de Andrade
Maria Irene Aguiar de Vasconcelos
Maria Auxiliadora da Silva Guimarães
Maria Grangeiro de Oliveira (Irmã Letícia)
Hildegard Montejka (Irmã Adelaide)
Neuza Barbosa Alves (Irmã Inês)
Maria do Céu Barreto Fixina
Iracy Barbosa de Almeida (Irmã Iracy)
Zilda Maria Ribeiro
Raimunda Gonçalves de Almeida (Irmã Maria dos Anjos)
Terezinha de Paiva Lisboa (Irmã Benigna)
Maria Salete Alves
Maria Lourdes de Freitas (Irmã Fernanda)
Cleonice Dantas
José Clementino Neto
Elvira Alves da Rocha
José Pereira Filho
Josenilton Tenório Nascimento
Antônia Limeira da Silva Andrade
Maria da Luz Lira Martins
Karla Patrícia de Sousa
Adriana Marques do Nascimento
Josenira Medeiros Maia
Janailma Vieira da Silva
Elizângela Bezerra da Silva
Maria Gorete Alves
Ana Cristina Lira de Sousa Xavier
Quércia Nassara Silva Benjamin
Laisa Saraiva
Valdilene Diniz

Quadro 3: Professores que atuaram no Curso Normal do CNFM entre 1977 e 2015.
Fonte: Dados do setor de administração escolar do CNFM.

Com relação à Irmã Ana, é possível afirmar que todo esse tempo de dedicação à educação e ao CNFM, se revela fecundo, no sentido que adquiriu experiências e aprendizados, ao mesmo tempo que colaborou com a formação de muitos professores, os quais foram, por sua curiosidade própria, mas também a partir dos conhecimentos adquiridos em interação, construindo novos saberes inerentes à prática educativa. Como afirma Freire (1996, p. 13): “Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.”

Ao longo desses anos, de acordo com dados de matrículas obtidos na secretaria do colégio, foram alunos/as⁵² ou receberam orientações da educadora em tela um número de 1345 professores formados na instituição, conforme se constata no quadro 4.

ANO	NÚMERO DE PROFESSORES FORMADOS PELO CURSO NORMAL DO CNFM DE 1962 A 2015
1962	26
1963	27
1967	14
1969	19
1970	12
1971	31
1972	54
1973	59
1974	35
1975	56
1976	36
1978	47
1979	34
1980	36
1981	24

⁵² De acordo com dados coletados no CNFM, um número de seis professores do sexo masculino concluiu o Curso Normal no CNFM ao longo de sua história.

1982	33
1983	52
1984	51
1985	33
1986	30
1987	48
1988	41
1989	48
1990	31
1991	22
1992	29
1993	30
1994	34
1995	34
1996	30
1997	20
1998	17
1999	13
2001	27
2002	22
2004	19
2005	29
2006	38
2007	27
2008	24
2010	16
2015	15
TOTAL	1345 PROFESSORES

Quadro 4: Número de professores formados pelo Curso Normal do CNFM de 1962 a 2015.

Fonte: Dados da secretaria escolar do CNFM

É possível afirmar, não somente a partir dos relatos de professoras que foram alunas de Irmã Ana, mas também pela minha própria experiência como aluna do Curso Pedagógico de 1989 a 1991, que muitos foram os conhecimentos pedagógicos apreendidos com essa educadora. Desde a elaboração das unidades de ensino, o cuidado com a coerência entre conteúdos programáticos, objetivos, metodologias e avaliação da aprendizagem até a preparação dos recursos didáticos de forma que o ensino pudesse se mostrar mais atrativo e eficiente, tudo isso era orientado e acompanhado por ela. A desenvoltura na ministração das aulas no período do estágio

supervisionado era outro ponto que merecia atenção e orientação de Irmã Ana e das demais professoras responsáveis pela condução dessa etapa. Ademais, 1345 professores formados direta ou indiretamente por esta educadora é um número expressivo, que merece a consideração de se destacar a sua contribuição no cenário da profissão docente de Catolé do Rocha, da Paraíba e, possivelmente, de outras localidades geográficas para onde migraram alguns daqueles, fazendo-se de fato professores, atuando nas redes educacionais públicas ou privadas e de alguma forma contribuindo com a formação humana de muitos outros sujeitos. Se assumir a educação foi para Irmã Ana mais do que assumir uma profissão, foi assumir uma missão, conforme os preceitos de sua ordem religiosa e talvez por isso ainda, aos 83 anos de idade, não tenha se permitido parar, não se pode negar o seu empenho científico, a sua busca contínua por conhecimentos que subsidiassem a sua ação, podendo-se refletir esta a partir da asserção de Freire (2007, p. 22): “se o meu compromisso é realmente com o homem concreto, com a causa de sua humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia, com as quais me vou instrumentando para melhor lutar por esta causa”.

Da tarefa de administração do CNFM, desde que a assumira em 1977 até o ano em que definitivamente a entregou, 2017, precisou ausentar-se por curtos espaços de tempo. Segundo ela, totaliza 36 anos de efetivo trabalho nesta função. No ano de 1994 realizou uma viagem à Roma e em seguida à Alemanha, passando alguns meses em casas de sua Congregação Religiosa, além da visita à Casa-mãe.⁵³ O intuito seria adquirir a fluência na língua alemã, o que relata não ter logrado êxito. Foram sete meses fora do Brasil, período que lhe proporcionou bons momentos (como assistir celebração eucarística presidida pelo Papa João Paulo II e visitar vários lugares sagrados, como o túmulo de São Francisco de Assis) e novas experiências, destacando o encantamento com o trabalho realizado pela congregação junto à educação infantil. Com o retorno ao Brasil, em 1995, é transferida para a comunidade

⁵³ Sede geral da Ordem Franciscana de Dillingen, localizada na região da Baviera, Alemanha.

religiosa do Instituto João XXIII, a fim de exercer a animação da fraternidade em João Pessoa. Como já declarado, incapaz de tirar o foco das atividades do CNFM, funda, neste mesmo ano, com a licença e o apoio das irmãs responsáveis pela administração, a Educação Infantil na instituição.

Em seus relatos afirma que as irmãs franciscanas nunca se propuseram, anteriormente, a instalar o trabalho com a Educação Infantil em respeito ao Frei Marcelino de Santana, frade capuchinho fundador do Colégio Técnico Dom Vital (CTDV), instituição tradicional na cidade. Sempre houve grande parceria e respeito das duas partes e um dos destaques do referido colégio era, na época, essa modalidade de ensino, então chamada de Jardim de Infância. Irmã Ana constata, contudo, que já caminhando para o final do século XX, outras escolas particulares já estavam em funcionamento em catolé do Rocha, estabelecendo-se ampla concorrência no setor educacional e, tendo ela despertado o desejo pela atuação com as crianças dessa fase escolar após passar por experiências estimulantes na Alemanha, ponderou que estabelecer a Educação Infantil no CNFM não se constituiria mais uma atitude desrespeitosa com o frade amigo, mas sim uma oportunidade de também contribuir com a educação das crianças. Dessa forma, em dezembro de 1994 é fundado no colégio o Jardim da Infância Irmã Eleonore Brumm (Figura 51), sendo o seu efetivo início datado de 02 de fevereiro de 1995.

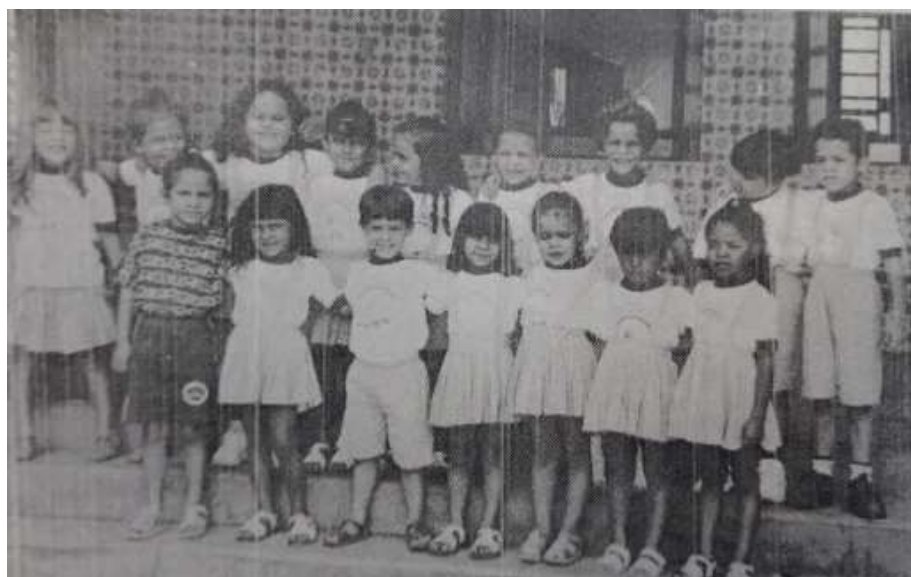


Figura 51: Jardim da Infância Irmã Eleonore Brumm, CNFM. Foto sem data.
Fonte: Arquivo de Irmã Ana

Na primeira unidade de ensino, além dos conteúdos do currículo de ciências, linguagem, prontidão para a matemática, dentre outros, são enfocados o despertar para gestos e atitudes de respeito às diferenças, de amizade, de cuidado com os seres vivos, com a natureza, consigo e com os outros. Um ensino/aprendizado que transcende o que, comumente, está contido nos livros didáticos. Segundo Freire (1996, p. 23):

É uma pena que o caráter socializante da escola, o que há de informal na experiência em que se vive nela, de formação ou deformação, seja negligenciado. Fala-se quase exclusivamente do ensino dos conteúdos, ensino lamentavelmente quase sempre entendido como transferência do saber.

Atualmente a Educação Infantil está consolidada no colégio. Funciona em uma ala específica adaptada às necessidades das crianças desse nível de ensino, com salas atrativas, além de espaço externo com parque infantil e piscina. Em 2017 Irmã Ana completou 36 anos como diretora do CNFM, conforme já mencionado. Com relação ao tempo de atividade professoral diz ter perdido a conta, mas analisando-se os seus relatos e outras fontes, como o seu *Curriculum Vitae* (ANEXO I), é possível calcular mais de meio século dedicado à docência. Neste documento, emitido no ano de 2002, constam o exercício de trinta atividades profissionais, sem contar a direção do CNFM. Com relação aos cursos de aperfeiçoamento na área da educação e teologia somam 39 participações, afora os diplomas e títulos, descritos no quadro 4. Ressalta-se que o documento, desatualizado, não faz referência à presença em cursos, congressos e seminários mais recentes, que ela, ainda atualmente, dentro de suas possibilidades, faz questão de participar, tendo participado, por exemplo, neste ano de 2019 de um curso em Salvador, na Bahia, realizado pela Editora Positivo, cujo material didático é adotado pelo colégio há 20 anos.

No *curriculum* também não estão contidos o Diploma de Cidadã Catoleense, recebido no ano de 1982 e o Título de Honra ao Mérito concedido pelos serviços prestados à coletividade, ambos outorgados pela Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha-PB. (ANEXO J). Uma curiosidade com relação ao Diploma de Cidadã

Catoleense é que foi entregue a Irmã Ana sem as devidas assinaturas das autoridades responsáveis e durante esse tempo todo ela não buscou a retificação desse erro. No Quadro 5 observa-se a relação dos diplomas e títulos de Irmã Ana na área Educacional, constantes em seu *Curriculum Vitae*.

DIPLOMAS E TÍTULOS DE IRMÃ ANA NA ÁREA EDUCACIONAL
Professora Regente de Ensino Primário - 1952
Professora de Ensino Primário - 1960
Professora registrada em Matemática junto ao MEC desde 1966 – Registro nº D 43.581
Professora registrada em Didática Especial de Matemática e Prática de Ensino – 2º Ciclo – Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba – Departamento de Educação Média – Inspeção Técnica – 1970 – Registro nº 054
Especialista de Educação: Administração escolar – 1º e 2º Graus; Supervisão Escolar – 1º e 2º Graus. Registro nº 32.399 – Secretaria de Apoio Administrativo – Delegacia Regional (DR-2)
Professora de 2º Grau em: Psicologia da Educação, Sociologia da Educação e Didática. Registro “L” – nº 6.078 – Ministério da Educação e Cultura – Delegacia Regional (DR-2)
Professora habilitada para lecionar Ensino Religioso nos cursos de Ensino Médio – 1987.

Quadro 5: Relação dos diplomas e títulos de Irmã Ana na área Educacional
Fonte: Curriculum Vitae de Irmã Ana

Dos professores formados no CNFM muitos atuam no campo da educação, no próprio colégio ou em outras escolas públicas ou privadas de Catolé do Rocha, das cidades circunvizinhas ou mesmo de localidades mais distantes. Provavelmente muitas são as histórias possíveis de serem contadas da convivência com Irmã Ana e dos conhecimentos construídos com ela, tanto na área pedagógica como com relação

ao ensino religioso. Algumas professoras deram os seguintes depoimentos sobre a época em que foram suas alunas:

[...] lembranças boas. Com o seu amor e dedicação estava sempre pronta para atender nossos problemas e logo, logo estavam solucionados. (MA. Janeiro de 2019)

Minha professora, nos três anos do Curso Normal. As lembranças são as melhores, da professora criativa e inteligente. (E. Janeiro de 2019)

A convivência com Irmã Ana sempre foi maravilhosa. Pessoa que sempre respeitava cada uma, mesmo com suas diferenças. (AC. Janeiro de 2019)

Irmã Ana foi minha professora no Curso Normal. Sempre muito realista e segura, nos anos do Curso Normal ela trabalhou a educação na teoria e na prática pedagógica. Seu principal ensinamento foi não podemos ser professor se não amarmos a profissão. (A. Janeiro de 2019)

Lembro que em uma aula de Ensino Religioso ela falava sobre a cruz que cada um de nós deve carregar como cristãos. Criei coragem, interrompi a aula e perguntei se era correto uma mulher suportar um marido violento e infiel. Eu, me sentindo meio rebelde, disse que como mulher não carregaria essa cruz. Ela não me repreendeu, ao contrário, respondeu que não havia casado, mas que também não carregaria. (MF. Abril de 2019)

Nos depoimentos de memória é possível perceber o comprometimento de Irmã Ana com o trabalho educativo. A formação de professores e a formação cristã sempre foram prioridade para ela como se percebe nos seus relatos, nos depoimentos de outros sujeitos e na análise das fontes. Não significa afirmar que nunca tenha cometido erros, provavelmente tenha sim e talvez até deixado alguma marca negativa em alguns dos que passaram por ela. Ela mesma assim se percebe: “[...] ninguém é tão sábio que não tenha erros, eu penso. Eu não posso dizer que faço tudo muito bom, nós temos nossas falhas, são falhas humanas. (Ir. MAFQ. Entrevista em 30/11/2017). Importante essa autoavaliação, que deveria ser prática constante de todo educador. Conforme sentença Freire (1996, p. 10), é preciso: “[...] fazer tudo o que possamos

em favor da eticidade, sem cair no moralismo hipócrita e ao gosto reconhecidamente farisaico.”

A educadora também passou por momentos de dificuldades com alunos/as, enfrentando situações de indisciplina, de desrespeito. Recorda que passou por uma situação extremamente difícil com uma turma de alunas, fato ocorrido já há bastante tempo, mas que continua vívido em sua memória. Algumas alunas, no início de sua prática docente, não a aceitavam como professora e demonstravam um comportamento hostil, não se interessando pelas aulas, conversando de forma proposital. Confessa que chegou ao ponto de pensar em não dar mais aulas à turma, mas após muito refletir, continuou o trabalho. Mas ao final do relato, em mais um momento de autoavaliação, pondera:

[...] Mas de um lado elas tinham razão porque elas queriam muito bem à professora anterior e durante o ano eu fui substituí-la, então, é difícil para um adolescente. Agora, eu para superar isso aí não foi fácil também não porque eu estava principiando o ginásio, eu cheguei depois do noviciado, só tinha ensinado a pequenos aí fui ensinar a maiores, havia a dificuldade pessoal. (Ir. MAFQ. Entrevista em 27/06/2017)

Quanto à percepção da mulher na sociedade costuma sempre destacar o papel maternal, mesmo na docência, como uma qualidade nata feminina e que as crianças têm a necessidade dos cuidados maternos, embora na escola esse se dê de uma outra forma, mas que não deixa de contribuir com a formação do ser. Percebe-se, no entanto, que não abre mão da dignidade devida à mulher, não concebendo, como não poderia deixar de ser, a violência e o desrespeito a esta.

Aos oitenta e três anos de idade, Irmã Ana continua firme em sua atuação no colégio, são muitas as tarefas que desempenha relacionadas à administração, à contabilidade e à parte pedagógica. No início de 2018 passou a direção administrativa para Irmã Joselma Rodrigues, que há algum tempo vinha sendo por ela preparada para assumir esse cargo. A diretoria pedagógica é exercida por Ana Cristina de Sousa Xavier e a vice-diretoria por Diva Alves Bezerra. Há, ainda, vários coordenadores, colaboradores, professores e auxiliares que trabalham para o bom funcionamento

escolar, contudo, ela é sempre requisitada para orientações, aconselhamentos, conversas com alunos e pais. Indagada se gosta do trabalho que realiza, responde com firmeza:

[...]Pedagógico? Eu gosto. Eu me formei para...como administradora escolar, hoje chama de gestora que eu acho feio, eu sou administradora escolar e supervisora também porque eu me formei em supervisão, além do curso em Belo Horizonte. Eu gosto. Quando eu estudava, fazia o Pedagógico, já até disse hoje, eu nem gostava muito das didáticas, mas agora eu gosto, gosto muito mesmo. O que eu passei para vocês eu passei com toda alma e coração. (Ir. MAFQ. Entrevista em 27/06/2017)

É possível dizer que Irmã Ana não se permite parar o trabalho que realiza, afinal, tem atuado de várias maneiras, mas sua representação como guardiã do Colégio Normal Francisca Mendes é sempre posta em destaque.

4.2 O Curso Normal do CNFM: do vigor ao declínio

O Colégio Normal Francisca Mendes funciona atualmente com todas as turmas dos três seguimentos de ensino da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Contudo, o Curso Pedagógico ou Normal como é mais referenciado, não existe mais na instituição. A última turma de professores formada foi em 2015 e desde então não houve número de matrículas suficiente para formar uma turma. Aos poucos, a procura pelo curso foi diminuindo até praticamente desaparecer. É o que constata Irmã Ana em nossos diálogos, transparecendo ser esta uma de suas maiores frustrações. Diz que se o cenário se modificasse e houvesse novamente procura pelo curso ela teria coragem de, ainda nos dias de hoje, reimplantá-lo. Ressalta que o colégio continua habilitado legalmente para oferecer esse ensino, contudo, não há interesse por parte da sociedade, nem por parte dos poderes públicos.

Desde a sua fundação, no ano de 1939, o CNFM ofereceu a formação para o magistério. Inicialmente como curso denominado Normal Livre, em seguida o Normal regional, ambos correspondentes ao que hoje se convencionou de Ensino Fundamental. Em 1965, com a implantação do Curso Pedagógico, a formação passa a corresponder ao Ensino de 2º Grau e, a partir da LDB nº 9394/96, com a mudança de nomenclatura dos níveis de ensino, configurou-se como Curso Normal em Nível Médio, com a exigência de quatro anos de formação profissional. A nova matriz curricular do curso passou a exigir uma carga horária de 4.560 horas/aula, com a obrigatoriedade de uma regência de 320 horas/aula. Dessa forma, cada cursista necessitaria de desenvolver a sua regência com o número de horas estipulado, o que não seria tarefa fácil, considerando-se que as professoras titulares do Ensino Fundamental do colégio teriam que ceder muito tempo de sua sala de aula. Comprometida com a missão primeira do CNFM em formar professores e sabedora da importância social dessa formação, esforçou-se para manter o Curso Normal, adequando-o às novas exigências e, assim, concebeu, no ano de 2005, um projeto ao qual denominou Flor de Mandacaru.

Com esse projeto, Irmã Ana almejava resolver o problema da regência para as estagiárias do Curso Normal, possibilitando-lhes a experiência profissional necessária e, ainda, abrir as portas do colégio para acolher crianças oriundas das classes menos favorecidas. Em suas palavras:

[...] Este projeto recebeu o nome de “Flor de Mandacaru”, são as crianças, lindas flores, que irão sair dos bairros da cidade para nossa escola, as quais queremos acolher com muito carinho e admirá-las como fazemos com as flores do pé de mandacaru do nosso jardim. (IMAFQ, 2005)

Assim, foram abertas turmas no colégio para atender as crianças incluídas no perfil descrito, cujos pais eram informados no ato da matrícula sobre as especificidades do projeto. De acordo com a proposta a ser desenvolvida, as estagiárias não seriam as titulares das turmas, haveria uma professora titular que as acompanharia, servindo de apoio didático e psicológico às cursistas. A elaboração das unidades de ensino era acompanhada pela orientadora pedagógica, sendo esta

responsável, ainda, por observar a execução das aulas, realizando uma avaliação crítica que pudesse favorecer a atuação docente das estagiárias. O projeto Flor de Mandacaru funcionou de 2005 a 2013, tendo sido encerrado, segundo Irmã Ana, devido à falta de adesão de novas candidatas ao Curso Normal e, ainda, aos seus altos custos de execução.

Esgotada as tentativas, constata, por fim, a falta de êxito em manter o funcionamento do curso no colégio devido à baixa procura por ele e ao desinteresse das alunas, o que se revela em fragmento de uma entrevista:

[...] Em 2015 foram só quinze. Começou gratuito desde o 2º Médio, 2º Normal. O 1º Ano era básico, quer dizer que quem tinha o Científico ou o Ensino Médio já entrava como 2º Ano porque eu coloquei as matérias pedagógicas a partir do 2º Ano. Então gratuito, desde o 2º Ano. E no próprio 2º Ano simplesmente: não, fulano não vem mais não, fulano não vem mais não, fulano não vem mais não. Não vieram nem aqui agradecer, ou pelo menos dizer, não precisava nem agradecer. (Ir. MAFQ. Entrevista em 27/06/2017)

Percebe-se na narrativa a expressão de um desencanto, afinal, a formação para o magistério está impressa em sua própria identidade e o mesmo não mais acontece com outros sujeitos. Segundo Irmã Ana, há um movimento de desprestígio, e conseqüente declínio, do magistério na conjuntura atual e isso tem conseqüências, pois num futuro próximo haverá uma carência de professores no Ensino Fundamental, os chamados polivalentes⁵⁴. Os jovens de hoje estão desmotivados para a docência devido ao processo de desvalorização dessa profissão. Discorrendo sobre o que propõe a nova reforma do Ensino Médio quanto à inclusão da formação técnica e profissional no currículo, ela evidencia a sua angústia:

⁵⁴ Denominação que se refere aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, responsáveis por ministrar as disciplinas básicas do currículo escolar: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências. A expressão professor polivalente, surgida no século XIX, não mais aparece na legislação brasileira atual. Contudo, os docentes desse seguimento de ensino, na prática, continuam atuando como polivalentes. (PIMENTA et al., 2017, p. 17)

[...] E agora, a nova lei pede, exige, não é só pedir, prescreve, não é?... que tem que ter profissão dentro do curso. São cinco coisas que são obrigatórias: Língua Portuguesa, a Matemática, Ciências Naturais, Ciências Humanas e uma Técnica Profissional. É isso que eu estou começando a mudar na nossa matriz curricular e a minha dificuldade é essa profissão, porque o nosso colégio é Colégio Normal Francisca Mendes que eu ainda não cancelei, mas a minha dúvida é se eu botar só o Curso Normal esse pessoal que vem fazendo o Ensino Médio vai embora daqui, entendeu? Eu estou com essa dificuldade. (Ir. MAFQ. Entrevista em 27/06/2017)

O depoimento revela um dilema, o desejo de resgatar o Curso Normal ao mesmo tempo da constatação de sua obsolescência na atualidade. Todo um saber fazer aperfeiçoado ao longo do tempo não pode, assim, ser passado adiante. O ensino das várias didáticas, da própria técnica ou arte de ensinar não mais é possível no CNFM. Para a educadora de longa data, a ausência é sentida. O magistério parece figurar como uma joia que, pela falta de polimento, deixou de reluzir. Segundo Bosi (1994, p. 82):

[...] Quando a sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-o para a margem, a lembrança de tempos melhores se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual só parece significar se ela recolher de outra época o alento.

Do tempo áureo do Curso Normal⁵⁵ Irmã Ana guarda muitas lembranças. Recorda também, com saudosismo, do seu tempo de atuação com as turmas lotadas de alunos, das várias implementações feitas ao longo do tempo, de como gostava de lecionar... Suas memórias trazem à tona um passado esgotado no presente, mas que

⁵⁵ Para conhecer mais sobre o Curso Normal do Colégio Normal Francisca Mendes, consultar SOUSA, Maria Cleide Soares de. Dissertação COLÉGIO NORMAL FRANCISCA MENDES; CAMINHOS DA ESCOLA NORMAL EM CATOLÉ DO ROCHA/PB – 1939 A 1959. Arquivo digital, Biblioteca Central UFPB, 2012.

compõe a sua história, a história do colégio, a história dos muitos professores formados naquela escola. Em momento de entrevista, revela:

Gosto tanto do Magistério que queria muito bem e ensinava com muita alegria. O Pedagógico, teve um tempo que nós fizemos...tínhamos o 4º Normal, Estudos Adicionais, nós tínhamos aula à noite aqui, por um período de dois anos nós tivemos esse curso aqui. Quem fazia esse 4º Normal podia ensinar ao 5º Ano, que era a 5ª Série do Ginásio...5ª e 6ª, parece que era até a 6ª. Tinha licença, foi por volta de 1978. Sei que nós recebemos a licença, fizemos o projeto e tínhamos os Estudos Adicionais que era um estudo que dava direito àquelas alunas concluintes ensinarem no Ginásio. Era a falta de professores formados, né, naquela época. E eu fui professora, me lembro que fui também professora de Psicologia da Aprendizagem. Era à noite, duas turmas. À noite era um movimento aqui no colégio, era uma beleza, era muita gente. Mas nós tivemos muita gente no Curso Normal, mesmo durante o dia, turmas grandes, que enchia a sala, aí umas 70 pessoas. (Ir. MAFQ. Entrevista em 27/06/2017)

Os Estudos Adicionais a que se refere Irmã Ana seria a Habilitação Profissional de Magistério para 5ª e 6ª séries do então 1º Grau, compreendendo uma carga horária anual de 750 horas/aula, as quais eram ministradas, no CNFM, à noite. Essa modalidade funcionou no colégio por uns dois anos, tendo uma ampla adesão, inclusive de professores que já haviam concluído o Curso Normal, mas que voltaram para à sala de aula a fim de complementar a sua formação.

A formação de professores ocorreu por muito tempo por meio do Curso Normal, em nível de Ensino Médio. As crescentes mudanças na sociedade e as exigências desta por avanços, inclusive na área educacional, determinaram a implantação de legislações que nortearam novos caminhos para os docentes no Brasil. Segundo Pimenta (Et al, 2017, p. 17): “Elevar a formação desses professores para o nível superior foi uma conquista das lutas empreendidas pelos educadores e pesquisadores da área no início da década de 80.” Assim, a mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira estabelece que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil

e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (BRASIL, Lei nº 9.394, de 20/12/96, art. 62)

Ao entrar em vigor, a nova LDB estabelece, ainda, enquanto meta, que finda uma década, denominada Década da Educação, “somente serão admitidos (na Educação Básica) professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.” (BRASIL, Lei nº 9.394, de 20/12/96, art. 87, § 4º). Essa disposição causou um rebuliço à época da promulgação da LDB 9.394/96, com a correria de muitos docentes formados em nível médio para as universidades, levando à abertura de faculdades particulares de Pedagogia em todo o Brasil, algumas de qualidade questionável, desenvolvendo programas aligeirados, executados em finais de semana. Sobre o exposto, Irmã Ana se coloca:

Agora, o magistério foi desprestigiado pelos poderes públicos, poderes de legislativos, por aí, que quem vai fazer concurso, eu acho que eu já falei isso pra você, que faz o concurso quem tem faculdade, enquanto que a lei, até a atual, é que o profissional em educação é aquele que tem faculdade ou o 4º Normal em nível médio, artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases e, pelo que eu li, não se revoga isso ainda não. (Ir. MAFQ. Entrevista em 27/06/2017)

Provavelmente a Lei tenha colaborado com a extinção dos cursos normais em várias instituições do país, como no caso do CNFM, muito embora já tivessem perdido força e importância a partir de meados dos anos de 1970. De fato, a promulgação da LDB 9.394/96 acelerou seu processo de extinção, contudo, não sendo atingida ainda a meta referida, a formação de professores em nível médio permanece válida no Brasil, inclusive para a realização de concurso público para preenchimento de vagas de docência para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, não sendo, portanto, plausível a informação de que somente pode prestar concurso público os professores formados em nível superior.

A questão que hoje se faz primordial é se a preparação desses profissionais no ensino superior é satisfatória para que possam atuar eficientemente junto aos sujeitos da Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e também da Educação de

Jovens e Adultos (EJA), “em especial os da escola pública que, na atualidade, traduzem em seus cotidianos questões que envolvem e afligem a sociedade brasileira, marcadamente desigual, multifacetada e diversa.” (PIMENTA et al., 2017, p.19)

As memórias das salas de aula lotadas de professorandas, do burburinho nos corredores, das festas, dos desfiles, dos preparativos para os estágios supervisionados, dos jograis, dos passeios, do Hino da Normalista cantado com emoção no pátio, do ensino e estudo das várias didáticas, sobretudo, a sempre temida Didática da Matemática continuam vívidas na memória de Irmã Ana e de muitas jovens que se fizeram professoras no Colégio Normal Francisca Mendes. São memórias de um tempo que embora declinado, já longe no passado, não se esvai porque há sempre uma história para ser contada por alguém que a viveu ou a ouviu, uma fotografia para reviver um momento ou recontá-lo, um grupo que se reúne para celebrar e rememorar o vivido e, assim, a história se reescreve, porém não se refaz.

4.3 Impressões do presente

Por força das circunstâncias aqui descritas, Irmã Ana não atua mais no seu tão querido Curso Normal, mas continua ativa no CNFM, exercendo várias atividades educativas, administrativas e religiosas. É raro não a encontrar nos corredores do colégio recebendo e orientando os alunos ou em sua sala, dedicando-se a questões pedagógicas ou financeiras do colégio. Aos 83 anos de idade não pensa em parar, pelo menos não mentalmente, como diz ela. O corpo mais frágil pede um ritmo de trabalho menor, o que ela nem sempre obedece. Em uma de nossas entrevistas, em 2017, conversamos sobre a sua atuação escolar:

Entrevistadora: Qual o trabalho da senhora então? Educativo.

Entrevistada: Educativo? Eu tenho a coordenação pedagógica do Ensino Religioso, tenho a direção geral de toda a escola, tenho a parte de contabilidade, pagamentos, agora, eu sou ocupada o dia inteiro e entro pela noite. Tem as elaborações, elaboro tanto para o Ensino Religioso...essa semana quero ver se ainda faço uma carta para os pais. Essa parte geral. Eu queria dizer assim, não que eu exija, mas eu estou aqui centralizada, sabe? Ana Cristina é a diretora escolar,

tem autoridade, mas ela combina muita coisa comigo, eu participo de reuniões, dou minhas opiniões, estou com elas trabalhando, planejando, sabe? Se é uma festa, uma comemoração, uma coisa, nós planejamos e isso toma também tempo. [...] Às vezes certos problemas que elas me pedem ajuda. Às vezes é para conversar com uma mãe...ainda hoje teve um pai aqui que já veio ontem para eu dar uma declaração, aí eu tenho que autorizar, dizer o estilo para a secretária, toda a documentação é comigo para assinar.

Entrevistadora: Se sente cansada desse trabalho?

Entrevistada: Não sei se é do trabalho em si, mas é claro que eu sinto cansaço como pessoa humana. Trabalhar de manhã, de tarde e muitas vezes à noite, é claro, para quem tem 81 anos, não é? É trabalho, um trabalho mental.

Entrevistadora: Pensa em parar?

Entrevistada: Em parar? Penso. Parar a mente não, mas passar o cargo para a próxima, se Deus quiser, no próximo ano.

Entrevistadora: Já está preparando alguém para assumir essa função?

Entrevistada: No dia 30, portanto sexta-feira, eu completo trinta e seis anos de direção, não é de magistério não, magistério tenho mais conta não. Tenho uma pessoa, Irmã Joselma está se preparando para isso, ela já é a vice. (Ir. MAFQ. Entrevista em 27/06/2017)

De fato, quem conhece a realidade do CNFM sabe que Irmã Ana é uma peça fundamental em sua engrenagem. Mesmo com a idade avançada e problemas de saúde, está em constante atividade, considerando-se não somente as educativas, mas também às concernentes à vida religiosa. Em 2018 entregou a administração escolar a Irmã Joselma Rodrigues, freira e educadora jovem, que há um tempo já vinha se preparando para assumir essa função. As duas dividem a mesma sala de trabalho, afinal, a veterana é sempre requisitada e tem muito ainda a ensinar. Reservada, não faz alarde de tudo o que faz, mas todos no colégio reconhecem o seu esforço para o bom funcionamento da instituição.

No final de 2017 Irmã Ana recebeu uma homenagem da turma concluinte do 3º Ano do Ensino Médio, um cartaz para ser exposto no colégio (Figura 53). Em seu texto, os alunos falam de gratidão e reconhecimento por ela ter dedicado a maior parte de sua vida a educação, estando por tantos anos à frente do Colégio Normal Francisca Mendes. Ensejam, ainda, que possa transmitir a sua substituta todo o legado do amor, dedicação e coragem que sempre demonstrou e que a nova administradora venha a conduzir a escola seguindo os seus passos. O texto revela, nas entrelinhas, que os

alunos a veem como a guardiã do CNFM, aquela sempre alerta para dele cuidar, preservar e alçá-lo ao que é e representa para todos que dele fazem parte.



Figura 53: Homenagem a Irmã Ana. Catolé do Rocha, 09 de janeiro de 2019.

Fonte: Arquivo da autora.

O cartaz, no entanto, não fora exposto como desejavam os alunos. Irmã Ana o traz guardado e somente me mostrou porque conversávamos com Irene Gomes Alencar (professora de português aposentada e há mais de 50 anos secretária escolar do CNFM), que falou sobre essa homenagem, afirmando que deveria ser exposta, mas que Irmã Ana a mantinha escondida. Com alguma insistência, concordou em me mostrar. Na ocasião, perguntei-lhe por que algo tão bonito não estava exposto para

todos apreciarem, ao que respondeu não ser afeita a exibir méritos de sua própria pessoa. Percebi neste momento e em outros de nosso convívio que a religiosa faz a opção por externar humildade em suas atitudes, um traço peculiar de sua identidade pessoal e profissional.

Irmã Ana enfrentou dificuldades ao longo de seu percurso profissional, as enfrenta ainda nos dias atuais e são muitas. Afinal, o mundo hodierno é cenário de intensas transformações e inovações. O advento da Internet, por exemplo, tem causado impactos em todos os campos do conhecimento, assim como nas relações sociais e humanas. O pensamento pedagógico também continua em evolução, propiciando uma profusão de ideias, propostas e teorizações de como se ajustar à nova realidade informacional, de como usufruir de todo o potencial cibernético e, sobretudo, de como direcionar a educação, no sentido de que possa continuar formando, integralmente, cidadãos e cidadãs preparados para interagir eficazmente na sociedade. Irmã Ana sabe disso, diz ter uma mente aberta para o novo, mas que não é fácil lidar com tantas mudanças comportamentais dos alunos e das próprias famílias. Em um de nossos momentos de entrevista, desabafa:

[...]são trinta e seis anos e eu não consegui que os alunos deixassem, depois do recreio, a escola limpa. Isso para mim foi negativo. E teve uma época aí, um ano, que eu ouvindo de outra escola que distribuía isso com as turmas para manter a limpeza, eu inventei de fazer. Mas lolanda, eu ouvi má-criações de pais porque eu estava pedindo que grupos, vamos dizer, essa semana é essa turma quem vai ficar responsável pelo recreio, pra (Sic) deixar depois do recreio o pátio limpo. Mas foi muita má-criação! Isso significa que as famílias não estão apoiando a limpeza. Porque não é desonra nenhuma um aluno apanhar o papel de outro. (Ir. MAFQ. Entrevista em 30/11/2017)

Encontrar professores adequados para a docência, assim como demitir os que não se encaixam na tarefa, relata a administradora, é uma dificuldade de cada começo e final de ano. Diz que não é fácil para ela estar à frente dessa parte, mas reconhece ser necessário, afinal, os alunos são o termômetro do professor e isto não pode ser desconsiderado. Pondera que a inadimplência, que tem abatido muitas escolas particulares tem sido outro fator que gera preocupação e empecilhos ao bom funcionamento escolar. Manter o salário dos professores e funcionários em dia e a

manutenção de toda a estrutura do colégio são responsabilidades que dependem diretamente da receita financeira e quando os contratantes não honram com o pagamento das mensalidades gera uma série de complicações e mesmo embaraços, afinal, diz não ser fácil ter que cobrar a quem deve.

Realça também os muitos conflitos entre alunos e, ainda, com as famílias, tendo que intermediá-los ao longo de seus trinta e seis anos como administradora da instituição escolar. Algumas vezes ocorreram, segundo ela, problemas sérios, mas que com diálogo e discernimento, trabalhando em parceria com as outras irmãs e profissionais educativos, conseguiu solucionar.

Atualmente, Irmã Ana convive com poucas coirmãs de seu tempo: Irmã Stella Ximenes, por muitos anos professora de trabalhos manuais e que ainda continua atuando com alunas da primeira fase do Ensino Fundamental e Irmã Iracy Barbosa de Almeida, musicista que revelou muitos talentos musicais em suas aulas, inclusive do hoje compositor e cantor Chico César, mas que, devido a problemas de saúde, não mais atua nessa área. Outras coirmãs já não se fazem presentes: Irmã Rita Martins de Araújo, por muitos anos vice-diretora administrativa, após um longo período de convalescença, faleceu em 10 de março deste ano e Irmã Benigna Lisboa, professora de português e outras disciplinas, tendo enfrentado as agruras do Alzheimer, partiu há pouco, em 29 de abril, logo após o encerramento oficial das comemorações dos 80 anos do colégio. As duas dedicaram grande parte do tempo de suas vidas à igreja e à educação, deixando suas próprias marcas nesse campo. Com a doença, passaram vários anos na enfermaria do colégio, sendo cuidadas pelas colegas religiosas, mas nos últimos tempos estavam em Areia, na sede provincial, a fim de receberem melhor assistência médica, o que se deu até o falecimento de ambas.

No CNFM há também irmãs franciscanas mais jovens assumindo tarefas educativas e missionárias ligadas ao trabalho da congregação religiosa de Dillingen em terras catoleenses. Irmã Joselma Rodrigues da Silva, que recentemente, como já mencionado, recebeu a direção administrativa do CNFM que estava sob a responsabilidade de Irmã Ana, Irmã Edna Maria da Silva, coordenadora da comunidade religiosa local e outras que a estas se somam no auxílio e animação comum.

Recentemente, em 11 de abril deste ano, o CNFM completou 80 anos de fundação e história. Toda a comunidade escolar, incluindo irmãs franciscanas, professores, funcionários, círculo de pais e mestres, alunos e ex-alunos, assim como muitos representantes da sociedade e poder público local se mobilizaram para planejar e viabilizar as comemorações que duraram todo o mês de abril, tendo o seu encerramento acontecido no dia 27 deste.

Irmã Ana participou ativamente como membro da comissão organizadora do evento, concedendo também entrevistas aos alunos do colégio em Gincana Histórica, assim como em veículos de comunicação local, discorrendo sobre a história do CNFM. Durante todo o período de celebrações, o colégio foi agraciado com homenagens e melhorias, como a pintura de toda a sua fachada e espaço interno. Foram realizadas queima de fogos, gincanas, desfiles, missas em ação de graças, campanhas, apresentações de ex-alunos, exposições históricas, além da presença de alguns ex-alunos com certa evidência nacional na área em que atuam. O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin participou de uma roda de conversa, na noite de 26 de abril, ocasião em que Irmã Ana recebeu uma homenagem pelos muitos anos de prática educativa e por sua doação singular ao colégio. O cantor e compositor Chico César fez uma apresentação especial na festa de encerramento, realizada na noite de 27 de abril, dedicando-a à sua tia Maria Ambrosina, por muitos anos funcionária do CNFM e responsável por conseguir a bolsa de estudos com a qual pode ele estudar na instituição, agradecendo às Irmãs Franciscanas, na pessoa de sua primeira professora de música, Irmã Iracy Barbosa de Almeida, conforme se confirma em sua fala:

Boa noite! Eu quero dedicar essa minha apresentação nesse encontro a minha tia Maria Ambrosina que trabalhou durante muitos anos nesse colégio, nessa escola, e foi quem fez uma ponte para que eu pudesse vir aqui, ter uma bolsa de estudos e estudar nesse colégio tão bacana, que me ensinou tanto pra minha vida inteira. E quero agradecer a todas as freiras, na pessoa da minha primeira professora de música que está aqui, Irmã Iracy. Obrigada, Irmã! (CHICO CÉSAR. Catolé do Rocha, 27/abril/2019)

O convite contendo a programação do evento pode ser conferido na Figura 54, já alguns detalhes do evento serão apresentados em fotografias no último capítulo deste trabalho.

COLEGIO NORMAL FRANCISCA MENDES 80 ANOS EDUCANDO GERAÇÕES!

CONVITE
 Há oito décadas o Colégio Normal Francisca Mendes tem contribuído com a educação em Catolé do Rocha e região, unindo a transmissão da fé, ajudando na formação do humano e fraterno. 11 de abril de 2019 – 80 anos, trazemos à memória: o seu fundador Antônio Mendes Ribeiro, seu inspirador Pe. Joaquim de Assis Ferreira, as Irmãs Franciscanas de Dillingen, fundadoras e primeiras educadoras. Relembrando também todas as outras Irmãs Franciscanas de Dillingen, todos os funcionários que aqui trabalharam em prol da educação neste alto sertão paraibano. Os 80 anos será comemorado e celebrado com uma grande festa, cujo tema é: **FRANCISCA MENDES 80 ANOS EDUCANDO GERAÇÕES.**

A festa será comemorada com nossos alunos no dia 11 de abril. Teremos uma programação interna com os nossos alunos, semana festiva, de 22 a 24 de abril. Informamos também que de 25 a 27, será realizada a grande festa dos 80 anos com nossos ex-alunos, alunos, amigos, benfeitores, professores, funcionários e todas as Irmãs Franciscanas de Dillingen que atuam aqui e em outras cidades. Apresentamos a programação abaixo para a qual estamos lhe convidando a juntos nos alegrarmos e agradecermos a Deus por esta grande graça.

PROGRAMAÇÃO PARA DIA 11 DE ABRIL

- 8h - Realização de uma foto oficial de todos os alunos formando CNFM – 80 anos.
- 9h - Plantio de uma árvore comemorativa com 9º ano e 3ª série.
- 10h - Celebração Eucarística.
- 11h30min - Aposição da placa comemorativa do Jubileu de Carvalho. - Queima de fogos.
- 19h - Celebração Eucarística com os familiares dos nossos alunos e comunidade catoleense.
- 20h30min - Queima de fogos.

PROGRAMAÇÃO GERAL

- 22 DE ABRIL**
8h - Exposição histórica – memorial dos 80 anos (alunos do 6º ano ao Ensino Médio)
- 23 DE ABRIL**
8h - A vida da Francisca Mendes (alunos da Ed. Infantil ao 5º ano)
- 24 DE ABRIL**
8h - Celebração de Páscoa, com Missa, apresentação dos corais, juvenil e infantil, Lanche partilhado.
- 25 DE ABRIL**
19h - Lançamento do livro de Jackson Kakito - "Não te esquecerei jamais".
- 26 DE ABRIL**
16h - Desfile pelas principais ruas da cidade com a Banda Marcial 11 de Abril, alunos e ex-alunos, apresentações em frente ao Colégio e na Quadra de Esportes Irmã Ana Queiroga e Roda de conversa com Dr. Antônio Herman Benjamin.
- 27 DE ABRIL**
5h - Alvorada e queima de fogos
8h - Acolhida e visita aos stands
9h - Celebração da Santa Missa na capela do Colégio, presidida pelo Bispo
10:30 - Apresentações artísticas culturais dos alunos.
- Apresentação rítmica com 80 alunas na quadra de esportes.
14h - Apresentações artísticas e culturais
16h - Corte do bolo comemorativo.
21h - Festa dançante com tema dos anos 80 a caráter.
- 28 DE ABRIL**
19h - Missa na Paróquia Nossa Senhora dos Remédios

Convite

Figura 54: Convite e programação geral das comemorações pelos 80 anos do CNFM. Catolé do Rocha, abril de 2019.

Fonte: Arquivo do CNFM

O lançamento do livro *Não te esquecerei jamais*, da autoria do ex-aluno Jackson kakito pode ser destacado como uma das surpresas desse período de comemorações. Com uma escrita que mescla memórias, nostalgia e humor, o jovem escritor narrou vários episódios de sua trajetória escolar nas dependências da “casa da felicidade” e “colégio de vida”, como assim se refere ao CNFM, realçando momentos e personagens significativos em sua vida e reverenciando o colégio por sua história e resistência, como destaca o trecho seguinte:

O mundo muda e os costumes também. Hoje o planeta tem pressa e o relógio parece correr agoniado, sem dar tempo suficiente de formar uma fila, de cantar um hino de louvor ou nos dar cinco minutinhos de reflexão antes do recreio. O Francisca Mendes, em toda sua grandeza, resiste ao tempo e está sempre buscando resgatar esses bons hábitos, mesmo que a evolução do nosso mundo moderno não nos dê o privilégio de manter antigos costumes. A rotina do Francisca Mendes de minha infância, por mais que seja parecida, já não se repete nos dias de hoje. Mas o Velho Chica dá sempre um jeito de manter suas tradições. Antigos costumes se vão, novos costumes chegam. E não há dúvidas de que as crianças de hoje, quando adultas, sentirão saudades e se lembrarão com carinho dos momentos que passaram aqui neste grande colégio de vida. O Francisca Mendes se recicla a cada ano, mas mantém sua beleza, sua tradição e sua história. Mantém a sua essência. (KAKITO, 2019, p. 97)

Irmã Ana também segue mantendo a sua essência em sua prática educativa diária, ou melhor, em sua *práxis*. Sempre buscando, indagando, decidindo, ensinando e, é claro, aprendendo, como “[...] presença que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz, mas também do que sonha[...].” (PAULO FREIRE, 1996, p. 11)

CAPÍTULO 5 – ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS

5.1 O Fenômeno fotográfico

No meio historiográfico contemporâneo, sob influência das disciplinas que estudam o ser humano em sociedade, como a Sociologia e a Antropologia, há um destacado interesse por abordagens e metodologias que enfocam histórias de vidas, história oral, identidade e memória, nas quais a biografia aponta não somente a capacidade de apresentar a trajetória de uma vida singular, mas de possibilitar uma percepção mais acurada dos processos coletivos. Associados aos relatos orais e depoimentos de memória que fornecem indícios, quando não revelações de facetas socioculturais, assim como relações de poder e de outra ordem, estabelecidas em diversos contextos históricos, novos recursos documentais têm se constituído enquanto contributos essenciais para o enriquecimento das narrativas historiográficas, tais como as fotografias. Num movimento recente, estas têm ganhado evidência no meio acadêmico em diferentes campos do conhecimento, o que se deve, principalmente, ao embasamento possibilitado às pesquisas científicas. No entanto, algumas questões são suscitadas quanto ao seu uso, como apontam Ciavatta e Alves (2004, p. 7):

O que significa, em termos educacionais, o descentramento da cultura da palavra escrita, do texto, do livro, da continuidade articulada do discurso verbal, em favor da imagem, do seu fascínio e sedução, da emoção segmentada pela visão do momento, pelo impacto dos quadros que se sucedem, podendo cortar, em frações de segundos, das cenas mais doces ou mais sóbrias para a loucura da guerra e da morte, das grandes dores da humanidade? Qual a sua importância, seu potencial formativo da mente e da sensibilidade, da consciência aberta a uma leitura do mundo em suas múltiplas e complexas mediações sociais?

Com relação às possibilidades de uso das fotografias enquanto fontes históricas, necessário se faz considerar as crescentes transformações da sociedade, na qual, cada vez mais, também com relação às imagens, se impõem conceitos de

multiplicidade, pluralidade, diversidade e reprodutibilidade. Não obstante, deve-se primar pelo significado, por uma reflexão apropriada do fenômeno fotográfico em seu contexto e não de forma isolada, para que, a despeito da profusão de imagens veiculadas na contemporaneidade, se possa ir além do visual, do ilustrativo e, ainda, para não se incorrer no risco da distorção da realidade ou da falta de coerência e de propósito. Nesse sentido, alertam Ciavatta e Alves (2004, p. 10):

Do transbordamento da imagem para a vida, até em substituição à sensação de vida nos processos de intensa imersão nas formas virtuais, da abundância de formas e de temas, da premência do tempo acelerado em que somos impelidos a nos mover, surge uma pluralidade de usos e abordagens, de apreensão ou de pretensa suspensão dos valores, de uma entrega impensada aos significados que as imagens evocam.

Assim como as fotografias carregam histórias que podem ser revividas e recontadas a um simples reolhar, apresentam signos capazes de subsidiar análises reflexivas sobre os conflitos humanos e as relações exercidas em sociedade, residindo aí o seu contributo científico, o que a diferencia da arte. As fotografias evocam as memórias e são provas documentais das experiências vividas, no entanto, possibilitam leituras polissêmicas, as quais podem ser ativadas diversamente pelos indivíduos que as observam, sobretudo, se não estiveram presentes ou tomaram ciência dos momentos retratados. Porém, os sujeitos que participaram dos eventos fotográficos ou que sobre eles foram comunicados ou, ainda, sobre os quais se debruçaram investigativamente, poderão usar a fotografia, ancorada pela memória, pela experiência e/ou por suas próprias percepções e conhecimentos, para fazer leituras e, possivelmente, explicar fatos, estruturas e convenções de um passado vivido e/ou compreendido. De acordo com Mota (2014, p. 271):

Toda foto registra o tempo passado: a imagem que está na foto, neste instante, já se torna passado logo que acabou de acontecer, por outro lado, as imagens de fotos em tempos remotos podem ser resgatadas e transportadas para o tempo presente a partir do olhar do espectador. Nesta perspectiva, as fotografias se tornam fontes

documentais da memória pessoal/coletiva e percursos de (re)construção de narrativas autobiográficas.

O semiólogo francês Roland Barthes (1984) manifesta um desejo ontológico com relação à fotografia e faz, em seu livro *A Câmera Clara*, um estudo aprofundado a esse respeito, considerando aspectos que transcendem a técnica, as possibilidades de uso e a crescente expansão do artefato. O autor, pondo em dúvida a existência ou “gênio” próprio da fotografia, passa a investigar a sua essência, cogitando, inicialmente, que esta, caso haja, somente poderia estar relacionada ao que ela anuncia como novo, uma vez que, as classificações usuais (empíricas, retóricas ou estéticas) também poderiam aplicar-se a outras formas, mais antigas, inclusive, de representação. Nesse sentido, a fotografia é a reprodução de um evento único: “ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente.” (BARTHES, 1984, p.2-13).

A fotografia está colada a um referente, ao que ela de fato retrata, representa. Desse modo, constata o referido autor, que a fotografia, em si, é invisível: “não é ela que vemos.” (BARTHES, 1984, p. 16). Prosseguindo na tentativa de compreender o fenômeno fotográfico, não se deixa satisfazer pelas explicações técnicas ou sociológicas produzidas sobre ele, pois constata que nenhuma delas falava-lhe com “justeza” das fotos que lhe interessam, ou que lhe falam com prazer ou emoção. (BARTHES, 1984, p. 17). A partir dessa inquietação interior, busca em sua própria percepção do fenômeno e em “movimentos pessoais”, formular o “traço fundamental, o universal sem o qual não haveria Fotografia”. (BARTHES, 1984, p. 19). Nesse movimento, o semiólogo destaca que a fotografia pode ser objeto de três práticas/intenções/emoções: fazer, suportar e olhar. A estas, relacionam-se três elementos distintos aos quais denomina: o “*Operator*”, que seria o fotógrafo; o “*Spectrum*”, correspondente ao referente: aquilo, aquele ou aquela que é fotografado e o “*Spectator*”, incluindo todos os que consomem as fotografias em seus diversos suportes (álbuns, revistas, livros).

Considerando a sua não-experiência com a produção fotográfica, Barthes avalia não ser capaz de descrever a essência da emoção do “*Operator*”, apesar de

supor que esta esteja relacionada ao orifício da câmera que manuseia tecnicamente.

Em suas palavras:

Eu podia supor que a emoção do *Operator* (e portanto a essência” da Fotografia-segundo-o-Fotógrafo”) tinha alguma relação com o “pequeno orifício” (estênopo), pelo qual ele olha, limita, enquadra e coloca em perspectiva o que ele quer captar (surpreender). (BARTHES, 1984, p. 21)

Com relação à experiência do sujeito olhado, ressalta que o conhecimento desta ação por si já gera um comportamento artificial: “Ora, a partir do momento que me sinto olhado pela objetiva, tudo muda: ponho-me a posar, fabrico-me instantaneamente um outro corpo, metamorfoseio-me antecipadamente em imagem.” (BARTHES, 1984, p. 22). Nem sempre o resultado é o esperado e esse vir a ser passa, necessariamente, pelo fotógrafo. Sobre esse momento do evento fotográfico, reflete:

Vivo a angústia de uma filiação incerta: uma imagem — minha imagem — vai nascer: vão me fazer nascer de um indivíduo antipático ou de um “sujeito distinto”? Se eu pudesse “sair” sobre o papel como sobre uma tela clássica, dotado de um ar nobre, pensativo, inteligente, etc.! Em suma, se eu pudesse ser “pintado” (por Ticiano) ou “desenhado” (por Clouet)! No entanto, como o que eu gostaria que fosse captado é uma textura moral fina e não uma mímica e como a fotografia é pouco sutil, salvo nos grandes retratistas, não sei como, do interior, agir sobre a minha pele. Decido deixar flutuar em meus lábios e em meus olhos um leve sorriso que eu gostaria que fosse “indefinível” [...] (BARTHES, 1984, p. 23)

À emoção do “ser olhado” associam-se um conjunto de reações do sujeito fotografado que nem sempre culminam num efeito de leveza. A fotografia transforma o sujeito em objeto, ou seja, o referente que se mostra ou se percebe nem sempre é o que realmente é, a não ser que não seja comunicado do evento fotográfico. Segundo Barthes (1984, p. 25): “Imaginariamente, a fotografia representa esse momento muito sutil, em que, pra dizer a verdade, não sou nem um sujeito, nem um objeto: vivo então uma microexperiência da morte: torno-me verdadeiramente espectro.” Nesse sentido, considerando o peso dessa morte e a desapropriação que as leituras dos outros farão

de si, analisa enquanto “*Spectrum*” (sujeito do espetáculo, aquele que é olhado): “[...] a única coisa que suporto, de que gosto, que me é familiar, quando me fotografam, é o barulho da máquina [...]” (BARTHES, 1984, p.30)

Considerando-se já enquanto “*Spectator*”, confronta a multiplicidade de fotos que lhe vêm de todos os lugares, sem que as peça ou as procure, e que muitas, para si, não passam de imagens, sem um algo a mais, uma identificação qualquer. Algumas, muitas vezes, chegavam a provocar uma espécie de aversão. Compreendendo que não poderia simplesmente utilizar-se do critério do “gosto” ou “não gosto”, pondera:

Eu não podia, portanto, chegar a essa noção cômoda, quando se quer falar em história, cultura, estética, que é chamada de estilo de um artista. Eu sentia, pela força de meus investimentos, sua desordem, seu acaso, seu enigma, que a Fotografia é uma arte pouco segura, tal como o seria (se colocássemos na cabeça que iríamos estabelecê-la) uma ciência dos corpos desejáveis ou detestáveis. (BARTHES, 1984, p. 23)

Apesar de afirmar não acreditar em fotografias “vivas”, Barthes reconhece que algumas têm o poder de provocar uma atração, uma espécie de aventura. Para ele é essa sensação que faz a foto existir. Empenhado em aprofundar para si a essência desse fenômeno, não no sentido de um tema, mas “como uma ferida: vejo, sinto, portanto, olho, noto e penso”, chega a dois conceitos fundamentais em sua pesquisa: “*studium*” e “*punctum*”. (BARTHES, 1984, p. 39-46). O *studium* diz respeito aos aspectos presentes nas fotos e que são acionados a partir do conhecimento, da cultura que se possui. Segundo o autor:

É pelo *studium* que me interesso por muitas fotografias, quer as receba como testemunhos políticos, quer as aprecie como bons quadros históricos: pois é culturalmente (essa conotação está presente no *studium*) que participo das figuras, das caras, dos gestos, dos cenários, das ações. (BARTHES, 1984, p. 45)

O segundo elemento, nomeado por Barthes de “*punctum*”, palavra latina que significa ferida, picada, marca feita por instrumento pontudo, aparece em contraposição ao “*studium*”, já que não necessita ser buscada na foto, ou seja, não requer o acionamento de conhecimentos culturais. O “*punctum*”, para o autor “parte da cena, como uma flecha e vem me transpassar.” (BARTHES, 1984, p. 46). Nem sempre as fotos estão investidas de “*punctum*”, o que não se aplica ao “*studium*”. Sobre este, destaca:

Reconhecer o *studium* é fatalmente encontrar as intenções do fotógrafo, entrar em harmonia com elas, aprová-las, desaprová-las, mas sempre compreendê-las, discuti-las em mim mesmo, pois a cultura (com que tem a ver o *studium*) é um contrato feito entre os criadores e os consumidores. (BARTHES, 1984, p. 48)

Algumas fotografias carregam elementos que podem passar despercebidos pelo olhar de um observador, enquanto que para outro poderão constituir-se em pontos de atração e até mesmo de identificação, conferindo-lhe uma experiência de aventura. O “*punctum*” nada tem a ver com um detalhe intencional, ou seja, colocado propositalmente pelo fotógrafo, tem a ver com o que salta aos olhos do observante, do “*spectator*”, como que o efeito provocado por uma explosão. Para Barthes, assim é o “*punctum*”:

Um detalhe conquista toda minha leitura; trata-se de uma mutação viva de meu interesse, de uma fulguração. Pela marca de *alguma coisa* a foto não é mais *qualquer*. Esse *alguma coisa* deu um *estalo*, provocou em mim um pequeno abalo, um *satori*, a passagem de um vazio (pouco importa que o referente seja irrisório). (BARTHES, 1984, p. 77)

Em seu livro, Barthes apresenta um conjunto de fotografias por ele escolhidas, realizando a leitura de cada uma delas. Na foto de William Casby: “nascido escravo”, destaca o seu caráter testemunhal: “[...]pois aquele que vejo aí foi escravo: ele certifica que a escravidão existiu, [...] e o certifica, não por testemunhos históricos, mas por

uma ordem nova de provas.” (BARTHES, 1984, p.119). Uma única foto comentada por ele não é apresentada ao leitor, sendo a sua ausência assim justificada:

(Não posso mostrar a Foto do Jardim de Inverno. Ela existe somente para mim. Para vocês, não seria nada além de uma foto indiferente, uma das mil manifestações do “qualquer”; ela não pode em nada constituir o objeto visível de uma ciência; não pode fundar uma objetividade, no sentido positivo do termo; quando muito interessaria ao *studium* de vocês: época, roupas, fotogenia; mas nela, para vocês, não há nenhuma ferida.) (BARTHES, 1984, p. 110)

Contudo, a foto de sua mãe, denominada Foto do Jardim de Inverno, tem uma simbologia singular, pois representa, segundo Barthes, a essência da verdade que uma fotografia pode conter. Nela não há qualquer indício de falseamento ou artificialismo, transparecendo na imagem da mãe criança toda a constituição do ser que fora a sua mãe no decurso da vida, a sua face verdadeira. Toda técnica (luminosidade, enquadramento, nitidez, etc.), todo *studium* (modismos, convenções) ficam em segundo plano, cedem lugar ao *punctum* (a ferida). Muitas fotos encerram um interesse histórico (*studium*) comunicam uma “verdade”, transmitem determinados conhecimentos. Algumas são capazes de ir além, apresentam um “*punctum*” e por isso mesmo, animam, abalam ou ferem.

O semiólogo francês empreende uma reflexão aprofundada sobre a fotografia, mesclando elementos objetivos e subjetivos. Os conceitos que elabora lançam luz sobre o fenômeno fotográfico de uma forma singular. Ao final de sua análise fenomenológica, chega à conclusão que a essência da fotografia reside no estatuto da verdade, confirmando a sua tese inicial. Para ele:

A Fotografia não fala (forçosamente) daquilo que não é mais, mas apenas e com certeza daquilo que foi. Essa sutileza é decisiva. Diante de uma foto, a consciência não toma necessariamente a via nostálgica da lembrança (quantas fotografias estão fora do tempo individual), mas, sem relação a qualquer foto existente no mundo, a via da certeza: a essência da Fotografia consiste em ratificar o que ela representa. [...] Toda Fotografia é um certificado de presença. (BARTHES, 1984, p. 127-129)

Tomando por base o exposto até aqui e por referência a minha própria pesquisa, imagino que um trabalho mediado pela imagem possa contribuir com o campo da História da Educação, lançando luz sobre os sujeitos, as relações socioculturais e mesmo os processos educativos, no sentido de provocar uma discussão mais aclarada. As fotografias, conforme Barthes (1984), desconsiderando-se o recurso da falsificação, mais do que as palavras, conferem o certificado do real. Contudo, como enfatizam Ciavatta e Alves (2004, p. 11): “A imagem, por si, não oferece inteligibilidade, ela deve ser explicada.”

Poluída pelas banalizações, as superficialidades e o consumismo estético impregnados na sociedade presente, talvez a fotografia perca um pouco de sua essência, de sua capacidade reveladora e autenticadora, transformando-se num instrumento de ilustração, em grande parte, falseado. O que pode ser refletido em Barthes (1984, p. 174), quando diz: “O que caracteriza as sociedades ditas avançadas é que hoje essas sociedades consomem imagens e não crenças, como as do passado; são, portanto, mais liberais, menos fanáticas, mas também mais “falsas” (menos autênticas)”. Mas, evitando generalizações, a fonte imagética associada à narrativa memorialista confere um estatuto diferenciado: o estatuto da verdade.

5.1.1 Detalhes de uma vida

O *corpus* fotográfico nesta pesquisa reunido, mais que um *corpus* documental encerra corpos que falam de si, de suas experiências, do que realmente são e do representam. Possivelmente, cada “*Spectator*” poderá fazer uma leitura diferenciada das fotografias apresentadas, observando elementos referentes ao “*studium*” e, quem sabe, encontrando o seu “*punctum*”, pelo menos em algumas de modo especial, uma vez que este detalhe não se faz explícito na imagem fotográfica, muitas vezes até passando despercebido ao primeiro olhar, pois sempre é acionado por construtos subjetivos.

Selecionar as fotografias que seriam apresentadas neste trabalho não foi tarefa fácil. A biografada apresentou-me um acervo numeroso. Num único dia, reproduzi de

seus álbuns mais de cem fotografias. São oitenta e três anos de vida e muito para ser contado, em palavras, em imagens, em exemplos, mesmo em silêncios, pois esses identificam uma memória coletiva subterrânea de uma sociedade ou de grupos específicos dela da memória coletiva organizada transmitida ou imposta pelo Estado ou por uma sociedade majoritária. (POLLAK, 1989, 13-15)

Para a leitura das fotografias selecionadas optei por considerar um sentido cronológico inverso, partindo das fotografias do presente e que testemunham a Irmã Ana de hoje, ou seja, no contexto histórico e sociocultural do século XXI. Na sequência, fotos referentes ao século XX são expostas para que se adentre no conhecimento dessa vida, desse sujeito que foi e que, por isso, talvez seja irreconhecível para muitos nas imagens, mas que se encontra vivo, preservado no interior do seu próprio ser.

Inicialmente, com o intuito de embasar a análise aqui exposta, apresento duas fotografias (Figuras 55 e 56) que retratam um momento importante da pesquisa: a coleta das fontes. A biografada apresenta os seus álbuns de fotografias e, a meu pedido, posa para registrar o momento, mas uma das fotos documenta uma ausência de pose, uma imagem mais “natural”.



Figura 55: Irmã Ana posando com álbuns de fotos. Janeiro de 2019.
Fonte: Arquivo da autora



Figura 56: Irmã Ana fitando os álbuns de fotos. Janeiro de 2019.
Fonte: Arquivo da autora

Barthes (1984), refletindo sobre a questão da pose destaca o quanto esta pode fazer a diferença na percepção fotográfica, realçando, ainda mais, as intenções do fotógrafo. Nesse sentido, afirma:

Posando diante da objetiva (quero dizer: sabendo que estou posando, ainda que fugidamente), não me arrisco tanto (pelo menos por enquanto). Sem dúvida, é metaforicamente que faço a minha existência depender do fotógrafo. (BARTHES, 1984, p.23)

Como serei apreciado? Como serei lido? O que pensarão de mim? Essas são algumas das perguntas que nos fazemos ao posar para uma fotografia. As imagens, como provas da realidade mostram um sujeito que quer transmitir uma imagem leve de si (Figura 55) e que, na sequência, se deixa atrair pelos momentos vividos (Figura 56), mergulhar em suas memórias. Haverá *punctum* nessas fotos?

Irmã Ana continua ativa profissionalmente. Identifica-se com o trabalho escolar e se preocupa em orientar os alunos em vários aspectos: religiosidade, convivência fraterna, cuidados com o meio ambiente, responsabilidade com os estudos, ética, dentre outros. Nesse ano de 2019, por ocasião das festividades dos oitenta anos do CNFM dedicou-se, em especial, à divulgação da história do colégio, o que fez por meio de entrevistas concedidas em meios de comunicação e também na própria instituição, junto aos estudantes. Na Figura 57 apresento uma fotografia que a retrata em momento de narração dessa história.



Figura 57: Irmã Ana narrando aos alunos a história do CNFM. Catolé do Rocha, abril de 2019.

Fonte: Arquivo do CNFM.

A fotografia, enquanto estatuto da verdade, revela que Irmã Ana, além de suas muitas ocupações, cumpre, ainda, uma importante função social na velhice, que é a de transmitir às novas gerações a riqueza de um passado fugidio no tempo. Pela memória, essa faculdade que lhe é aguçada, constrói e dá a conhecer elementos importantes do passado do CNFM e da sociedade catoleense, que talvez por falta de estímulos ou de oportunidades, muitos jovens do local permaneçam a desconhecer. Segundo Bosi (1994, p.82):

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento de paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la, é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual.

Em seu livro, Barthes (1984), fazendo a leitura da fotografia de Koen Wessing: “Nicarágua, O exército em patrulha nas ruas, 1979.” (BARTHES, 1984, p. 41) e ao comentar o que lhe prende em uma fotografia, chama a atenção para a co-presença na imagem de dois elementos heterogêneos, descontínuos, uma vez que não pertenciam ao mesmo mundo, no caso, freiras e soldados. Essa co-presença que salta da foto seria o “*punctum*”, o detalhe que não necessita ser contrastado, pois ele mesmo assim se apresenta naturalmente. Segundo Barthes (1984, p.36) é o princípio da aventura que faz com que a fotografia tenha existência. Observando mais atentamente a Figura 57, percebo essa co-presença que parte da fotografia: a infância e a velhice, duas fases opostas da vida, neste caso, em harmonia. Compreendo que uma única fotografia pode dizer muitas coisas, dependendo do olhar do espectador, dos seus interesses, dos seus conhecimentos e, também, da sua própria subjetividade.

Dando sequência às fotografias selecionadas e reforçando que assim o foram pelo significado que detêm, trago a representação da Irmã Ana guardiã da memória

do CNFM. Na Figura 58, com sua câmera na mão, registra um dos momentos das comemorações dos oitenta anos do colégio. Nele, crianças apresentam caracterizadas o casal Antônio e Amélia Mendes Ribeiro, doadores do prédio em que funcionaria o colégio. Representam, ainda, as Irmãs Fundadoras, as cinco Franciscanas de Dillingen que chegaram em Catolé do Rocha para assumir o funcionamento do colégio. Não é raro encontrar Irmã Ana com a câmera a registrar as festividades ou momentos inerentes ao CNFM. Assim, além de divulgar a memória educacional e a história da instituição, ocupa-se também em coletar e arquivar essa história para que possa ser conhecida por outras gerações de estudantes ou outros sujeitos de alguma forma a ela vinculados.



Figura 58: Irmã Ana registrando momento de comemoração dos oitenta anos do CNFM. Catolé do Rocha, abril de 2019.

Fonte: Arquivo do CNFM

Das muitas fotografias a que tive acesso duas têm para mim um significado especial, além da presença de Irmã Ana ou da relação de referência direta a ela, objeto de minha pesquisa. A Figura 59, por exemplo, trouxe-me um *satori*, um abalo particular: nela vejo-me normalista. Uma jovem insegura com a escolha vocacional, mas que se deixava instruir por aquelas professoras também presentes na foto, em pé, da esquerda para a direita: Dona Maria Celi (*In Memoriam*), Dona Lenilda, Irmã

Fernanda, Gercina Freitas; sentadas, da esquerda para a direita: Irene Aguiar (*In Memoriam*), Irene Alencar e Irmã Ana. Quantas lembranças dessas figuras emblemáticas do Curso Pedagógico do CNFM e das colegas eclodiram dessa foto: a camaradagem (ou não), os aprendizados, os enfados, tanta coisa... O próprio momento retratado, a Tarde Literária, como lembro dos poemas declamados, de Augusto dos Anjos a Vinicius de Moraes: “Vês, ninguém assistiu ao formidável/ Enterro de tua última quimera [...]” e “[...]Que não seja imortal, posto que é chama/ Mas que seja infinito enquanto dure.” Essa fotografia, carregada de subjetividade para mim tem um “*studium*”: elementos culturais próprios dos anos 1990 (roupas, penteados, posturas, etc.) e, para mim, tem um “*punctum*”: quem realmente fui?



Figura 59: Professoras e alunas do Curso Pedagógico em Tarde Literária. Catolé do Rocha, início da década de 1990.

Fonte: Arquivo do CNFM

Em sua (auto)biografia Irmã Ana deixa explícita a grande admiração que sempre dedicou à Irmã Eleonore Bumm, uma das fundadoras do CNFM, mestra que lhe transmitiu conhecimentos pedagógicos e lhe confiou a tarefa de coordenar o Curso Pedagógico e substituí-la na administração do colégio. A figura 60 retrata um encontro

entre as duas e, ainda, Irmã Stella Ximenes. Rostos felizes. O que mais poderá representar essa fotografia: gratidão? Algumas questões podem ser cogitadas, mas nem sempre explicadas por meio de uma fotografia, principalmente quando envolvem aspectos subjetivos. Aqui, documentalmente, se comprova a materialidade de um encontro.



Figura 60: Irmã Ana e Irmã Stella em encontro com Irmã Eleonore Brumm. Foto sem data.
Fonte: Arquivo da biografada.

A sequência de imagens revela momentos de sua viagem à Alemanha, em 1994. A viagem, segundo seu relato, tinha o intuito de aprender a língua alemã, o que não conseguiu lograr êxito. No entanto, muitas foram as experiências advindas de momentos vivenciados na Alemanha e na Itália. As fotografias comprovam os lugares onde esteve e com quem esteve.



Figura 61: Fonte: Irmã Ana em Escola São Francisco, em Kaiserslautern, Rheinland-Pfalz – Alemanha.
Fonte: Arquivo da biografada.



Figura 63: Em companhia de um bandolim. Alemanha, abril de 1994.
Fonte: Arquivo da biografada.



Figura 62: Com o irmão, Monsenhor Gervásio, na parte mais antiga da Casa-mãe, em Diillingen, Alemanha. Abril de 1994.
Fonte: Arquivo da biografada.

A figura 64 traz uma Irmã Ana descontraída, que apesar da timidez por ela referida em sua (auto)biografia e da sua condição de religiosa, participa (caracterizada, inclusive) de um momento de animação cultural: quadrilha junina, no CNFM.



Figura 64: Fotografia de Irmã Ana dançando quadrilha junina. Catolé do Rocha, foto sem data.

Fonte: Arquivo da biografada.

A fotografia seguinte (Figura 65) traz a representação da educadora, muitas vezes mentora de como o colégio se apresenta à sociedade catoleense, representação solidamente construída ao longo das muitas décadas dedicadas à educação e à administração dessa instituição educacional da cidade de Catolé do Rocha. Na sequência de fotografias (Imagens 66 e 67) se percebe que a sua ação educativa ultrapassa os muros do colégio, buscando colaborar de forma mais ampla

com as questões sociais e com a formação humana, como se avalia em sua participação nos vários congressos da juventude de Catolé do Rocha.



Figura 65: Irmã Ana acompanhando o CNFM em desfile. Catolé do Rocha, foto sem data.

Fonte: Arquivo da biografada.



Figura 66: Juventude em ação no Primeiro Congresso de Jovens de Catolé do Rocha. Ano de 1985.

Fonte: Arquivo da biografada.



Figura 67: Irmã Ana, membro da comissão organizadora do 2º Congresso de Jovens de Catolé do Rocha. Ano de 1986.
Fonte: Arquivo da biografada.

Em mais de meio século de dedicação, inicialmente ao Curso Normal e em seguida ao Curso Pedagógico do CNFM, provavelmente, Irmã Ana muito ensinou e muito aprendeu. Afinal, esse tempo todo de atuação, ação, melhor, *práxis* educativa não se concebe sem o conhecimento advindo da busca, do preparo, da pesquisa, como reflete Freire (2003, p. 159):

Para mim é impossível compreender o ensino sem o aprendizado e ambos sem o conhecimento. No processo de ensinar há o ato de saber por parte do professor. O professor tem que conhecer o conteúdo daquilo que ensina. Então para que ele ou ela possa ensinar, ele ou ela tem primeiro que saber e, simultaneamente com o processo de ensinar, continuar a saber por que o aluno, ao ser convidado a aprender aquilo que o professor ensina, realmente aprende quando é capaz de saber o conteúdo daquilo que lhe foi ensinado.

Junto ao Curso Pedagógico Irmã Ana ministrou aulas, coordenou professores, orientou e avaliou professorandas nos estágios supervisionados, acompanhou e pôs em prática as modificações oriundas das legislações educacionais, organizou e dirigiu

solenidades de formaturas, assinou certificados de conclusão, dentre outras ocupações em que se fazia necessária. Indagada sobre a verdadeira contribuição da educadora para o CNFM e para a própria cidade de Catolé do Rocha, uma das professoras entrevistada nessa pesquisa resumiu a sua percepção nas seguintes palavras: “Pedra Fundamental para o CNFM, como para a nossa cidade. Uma educadora ímpar.” (ACBOM, 07 de janeiro de 2019). Não pretendo aqui enaltecer a educadora em tela, porém não devo desconsiderar o pensamento exposto pela professora entrevistada, que provavelmente o faz devido à proximidade profissional com Irmã Ana e refletindo sobre todo o seu tempo de contribuição educativa junto ao colégio e à própria cidade de Catolé do Rocha. Nas fotografias que seguem (Figuras 68 e 69), visualiza-se momentos desse trabalho específico realizado por Irmã Ana.



Figura 68: Professorandas atuando em Estágio Supervisionado do Curso Normal do CNFM. Catolé do Rocha, foto sem data.
Fonte: Arquivo da biografada.



Figura 69: Irmã Ana em solenidade de formatura da 24ª turma concluinte do Curso Pedagógico do CNFM. Catolé do Rocha, dezembro de 1992.
Fonte: Arquivo da biografada.

Ingressar na vida religiosa consagrada significa constituir uma nova família, mas não significa abandonar a sua família de origem. Esse pensamento foi externado por Irmã Ana por ocasião do velório de Irmã Benigna, em abril de 2019 e representa, possivelmente, a afeição e assistência que sempre dedicou à sua própria família. Na figura 70 é possível visualizá-la em momento familiar, com os pais Ana e João Adelino, já em idade avançada.



Figura 70: Irmã Ana com os pais, Ana e João Adelino na velhice. Catolé do Rocha, foto sem data.
Fonte: Arquivo da biografada

Como neste trabalho já exposto, há indícios que as irmãs fundadoras do CNFM, as franciscanas de Dillingen tenham percebido em Irmã Ana uma potencial continuadora de seu trabalho educativo no CNFM e a preparado para assumir essa tarefa. O fato é que assim ela se constituiu ao longo dos anos, cuidando, ainda hoje, do bom funcionamento do colégio, em muitos aspectos. Nas fotografias que seguem (Imagens 71 e 72) ela aparece na capela do CNFM, durante as comemorações dos quarenta anos da instituição, em pose individual e em companhia das irmãs fundadoras e da funcionária Maria Ambrosina, que recebera uma homenagem especial no evento. Importa destacar que desde o ano de 1977 Irmã Ana assumira a administração do CNFM, função lhe confiada por Irmã Eleonore Brumm após 38 anos de atuação no local. Há quarenta anos atrás, em 1979, no vigor da idade, Irmã Ana apresenta-se como figura de destaque, assumindo as muitas tarefas inerentes ao seu cargo e, provavelmente, estando também à frente da organização desse importante momento da história do colégio.



Figura 71: Fotografia de Irmã Ana durante evento religioso em comemoração aos 40 anos do CNFM. Catolé do Rocha, abril de 1979.
Fonte: Arquivo da biografada.



Figura 72: Fotografia de Irmã Ana durante evento religioso em comemoração aos 40 anos do CNFM, com as irmãs alemãs (da esquerda para a direita): Engelsindis, Justitia, Urbana e Eleonore e com a funcionária homenageada: Maria Ambrosina. Catolé do Rocha, abril de 1976. Fonte: Arquivo da biografada.

O ano de 1976 marca o término de sua formação superior e Irmã Ana participa da solenidade de Colação de Grau em Pedagogia, na Universidade Federal da Paraíba. De acordo com os seus relatos, fora um período de aprendizado, mas que também lhe exigira um esforço pessoal e profissional, uma vez que, além do deslocamento para a capital do estado, precisara desdobrar-se na realização das tarefas relacionadas ao curso, ao trabalho assumido no Colégio Sesquicentenário, mas também não deixando de lado, nem mesmo mentalmente, como ela própria afirma, as exigências do Curso Pedagógico do CNFM. Foram quatro anos de formação em nível superior e de atuação docente na escola estadual em que mantinha vínculo profissional, o que lhe conferira novas experiências que partiram, contudo, da sua própria procura, da sua busca. Nas palavras de Freire (2004, p. 142): “A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.” Em registro fotográfico (Figura 73), comprova-se o momento da formatura de Irmã Ana no curso de Pedagogia.



Figura 73: Fotografia de Irmã Ana durante o evento de sua formatura no curso de Pedagogia da UFPB. João Pessoa, dezembro de 1976.

Fonte: Arquivo da biografada

Anterior à sua formação em nível superior, Irmã Ana transpõe algumas etapas na busca por sua realização profissional e pessoal, conforme exposto neste trabalho. Desde cedo se descobre vocacionada para a vida religiosa, nutrindo grande admiração pelas religiosas de Dillingen, suas mestras no Curso Normal. Provavelmente o modo de vida delas, o meio em que estava inserida, tanto familiar como escolar, voltado sobremaneira para a religiosidade tenha contribuído de alguma forma para a sua escolha em ingressar na vida consagrada. São elementos muito subjetivos, difíceis de se compreender ou se explicar em uma pesquisa acadêmica. Contudo, irrefutável é o transcorrer do sujeito por esse caminho, que passa pela

convivência familiar; pelo ingresso e formação escolar no CNFM; pelo tempo como candidata à vida religiosa e o posterior ingresso no Noviciado, ambos em Areia-PB; pela emissão dos votos consagrados; pelas vivências como religiosa e como educadora cristã. Caminho que a traz ao que ela é hoje, mas que não pode ser definido em uma linearidade determinada, afinal, a vida é feita de caminhos e descaminhos, dúvidas, inquietações, sonhos, ilusões, frustrações e, claro, de escolhas. Segundo Ferrarotti (2010, p. 44): “[...] nosso sistema social encontra-se integralmente em cada um de nossos sonhos, delírios, obras, comportamentos. E a história desse sistema está contida por inteiro na história de nossa vida individual.” Tarefa difícil, no entanto, é compreender e explicar uma vida em sua completude. Mas as fotografias são como retalhos de vida, pois congelam os momentos, registrando não o que é, mas o que foi. Na sequência de fotos (Imagens 74 a 80) se apresentam mais alguns momentos referentes à vida de Irmã Ana.



Figura 74: Irmã Ana na infância, com os pais e o irmão Gervásio. Antiga Antenor Navarro-PB, atualmente São João do Rio do Peixe, final da década de 1930.

Fonte: Arquivo da biografada



Figura 75: Irmã Ana na adolescência (na primeira fila, primeira da esquerda para a direita) junto às colegas do Curso Normal do CNFM. Catolé do Rocha-PB. Provavelmente final da década de 1940 ou início da década de 1950.
Fonte: Arquivo da biografada.



Figura 76: Irmã Ana com a irmã, amiga de toda uma vida, Ana Sittour de Queiroga. Catolé do Rocha-PB.
Fonte: Arquivo da biografada



Figura 77: Irmã Ana na formatura do Curso Normal Regional. Catolé do Rocha-PB, 1952.
Fonte: Arquivo da biografada



Figura 78: Irmã Ana como candidata à vida religiosa, com colegas e Irmã Siegfrieda ao centro. Areia-PB, 1961.
Fonte: Arquivo da biografada



Figura 79: Em família, já após a emissão dos votos religiosos consagrados. Catolé do Rocha-PB, foto sem data.
Fonte: Arquivo da biografada.



Figura 80: Ausência sentida: Terezinha, a irmã falecida aos doze anos de idade, em outubro de 1951. Catolé do Rocha-PB, 1947.
Fonte: Arquivo da biografada

As fotografias registram momentos de vida vinculados a um tempo histórico específico, determinado por características referentes ao contexto econômico, sociocultural, político, religioso, enfim, ao contexto da época, de um modo geral. É certo que a fotografia revela apenas um fragmento da realidade passada, não sendo capaz de contê-la em sua completude. Essa ressalva, contudo, não lhe tira o estatuto do real, motivo pelo qual é considerada enquanto prova documental e fonte para a História. Para Kossoy (2001, p. 45):

Toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente. Se, por um lado, este artefato nos oferece indícios quanto aos elementos constitutivos (assunto, fotógrafo, tecnologia) que lhe deram origem, por outro o registro visual nele contido reúne um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento de espaço/tempo retratado.

Necessário se faz destacar a função das legendas nos álbuns de fotografias. Elas apresentam a síntese da imagem fotográfica, dando a entender o que de fato representa. Segundo Abreu (2014, p. 148):

A montagem de imagens com textos gera uma composição que vai da abertura que a imagem proporciona aos desvios e direcionamentos provocados pela legenda, permitindo idas e vindas, retornos e continuidades, derivas e associações. A legenda é o que faz a imagem adquirir um tipo de visibilidade.

Retomando os conceitos de Barthes (1984) em sua reflexão sobre fotografias, esse inventário de informações contidas nas fotos seria o que o semiólogo considera enquanto “*studium*” e que se relaciona diretamente ao contexto cultural visualizado. O “*punctum*”, conceito mais subjetivo relacionado ao elemento que causa certo abalo ao espectador, nem sempre é encontrado e encontrá-lo talvez consista em um exercício difícil, mas que compreendo como fascinante. Nesta pesquisa, de duas fotos em especial me saltaram esse elemento e a primeira já justifiquei. A segunda fotografia, apresentada na Figura 75, trouxe-me um elemento inesperado e que me atingiu

profundamente. Ao fitá-la, além da Irmã Ana normalista, reconheço a minha própria mãe entre as outras do grupo, algo que me causou surpresa e emoção. Assim como Barthes (1984) com a fotografia denominada Foto do Jardim de Inverno, vi na expressão da minha mãe jovem a mesma que sempre carregava consigo, sem muita alegria, difícil de decifrar, mas que, inexplicavelmente, representava a essência do que ela sempre fora para mim, a essência do mais puro amor da minha vida.

Quanta vida, quanta verdade, quanta emoção pode, afinal, produzir uma fotografia? Pergunta difícil de responder, afinal, elementos objetivos e subjetivos concorrem para o resultado. O que fica aqui claro e corresponde ao fim de toda a exposição realizada no capítulo é que a fotografia, enquanto fenômeno da imagem e estatuto do real, pode, sobretudo por esta última característica, ser utilizada como fonte para a pesquisa historiográfica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolvida no âmbito do Projeto Educação e Educadoras na Paraíba do Século XX: práticas, leituras e representações, do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a História da Educação da Paraíba – HISTEDBR/PB, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), esta pesquisa de doutoramento trouxe a lume a narrativa de vida da religiosa e educadora Maria Fernandes de Queiroga (Irmã Ana), descortinando as especificidades de sua *práxis* educativa e de sua constituição identitária pessoal e profissional.

A investigação neste trabalho desencadeada, considera as dimensões da “pessoa do professor”, da “prática do professor” e da “profissão do professor” (NÓVOA, 1992, p. 13), com a compreensão de que refletir sobre a atuação educativa de Irmã Ana ou sobre a de qualquer outro profissional da docência impõe considerar as especificidades inerentes a sua identidade pessoal, que, por conseguinte, particularizam o seu fazer educativo, a sua *práxis*. Ao perscrutar a vida de Irmã Ana e de tantos outros educadores que compõem hoje o rol dos estudos historiográficos em educação seus pesquisadores mormente se deparam com a subjetividade presente em cada um deles. E, apesar da dificuldade que impõe tal característica ao desenvolvimento das pesquisas, aponta um elemento essencial à compreensão histórica nas investigações do campo: a unicidade irrepetível de cada professor.

Levando em conta essa singularidade, o caminho percorrido até aqui enveredou pelas reentrâncias da constituição identitária e prosseguiu em seu objetivo de compreender a trajetória de vida de Irmã Ana enquanto pessoa e enquanto profissional da docência e, a partir dela, adentrar no conhecimento de sua prática educativa, problematizando-a e contextualizando-a aos elementos que se dão a ver nesse processo, quer sejam a influência do contexto sócio-histórico do seu tempo de formação; quer seja a influência dos grupos-referência de sua vida e de sua prática: família, Igreja, Grupos Estudantis, Irmãs Franciscanas de Dillingen, dentre outros; quer seja a relação de imbricamento com o Colégio Normal Francisca Mendes e, ainda, quer seja o seu processo próprio de busca e de autoformação. Algumas

questões se colocam face a questão de como uma pessoa se transforma em professor ou de como a sua ação pedagógica é influenciada pelas características próprias assumidas no decurso de cada vida particular. As respostas, no entanto, não chegam sem se considerar, ou melhor, sem se analisar os processos identitários de cada sujeito feito professor.

Analisar esses processos à luz da abordagem (auto)biográfica se constitui tarefa fascinante, acredito que como toda operação que conduz a um novo conhecimento ou que permite acrescentar novos elementos ao conhecimento historicamente já produzido, o que não significa que se consiga por meio dela um saber completo ou a pura verdade. Inclusive, talvez esse seja um dos grandes fascínios da biografia renovada: possibilitar essa abertura ao conhecimento, dando margem a respostas e ao mesmo tempo a novas perguntas, a novas problematizações.

O meu interesse pela vida da biografada, neste trabalho já exposto, tem a ver, também, com o interesse próprio de conhecer a mim mesma enquanto professora em formação, possivelmente enquanto pessoa, haja vista que as histórias de biógrafa e biografada se cruzam na trajetória da vida. Mas, sobretudo, considera um contexto mais amplo, ligado a um lugar que abriga não uma, mas muitas vidas. A cidade de Catolé do Rocha, no sertão da Paraíba, se funde em parte com o Colégio Normal Francisca Mendes e com a própria Irmã Ana, constituindo uma de muitas histórias de um arcabouço coletivo. Ao final, a inevitável pergunta se faz necessária como ponto de partida e de chegada: qual a verdadeira contribuição de Irmã Ana na educação de Catolé do Rocha e da Paraíba?

Seguindo esse itinerário e passando por todas as etapas da operação historiográfica, chego ao ponto de apresentar as considerações as quais o meu trabalho me permitiu chegar.

Palco de uma ocorrência inusitada, a pequena localidade de Catolé do Rocha, que recebe ao mesmo tempo uma Escola Normal para moças e jovens religiosas educadoras recém-chegadas da Alemanha, sua terra natal, passa a ver se formar em seu tecido social, a partir da década de 1940, um sem número de jovens normalistas que, em grande parte, fazem-se professoras. Recebendo a formação para o

magistério ancorada nos princípios da fé cristã e católica, muitas abraçam o mister professoral como uma missão evangelizadora. Provavelmente, esse seria um dos principais elementos a descortinar no retrato da biografada. Irmã Ana adere ao projeto missionário das Irmãs Franciscanas de Dillingen, identificando-se com os princípios e valores por elas defendidos e difundidos. Essa é uma marca que permanece íntegra e perceptível em sua *práxis* educativa. Não lhe sendo mais possível investir na formação direta de professores, haja vista a extinção do Curso Pedagógico no CNFM, não se permite, no entanto, parar. Mesmo com o peso dos seus 83 anos de idade, continua presença ativa junto à educação de crianças e jovens que compõem a comunidade escolar do colégio, atuando ainda como coordenadora pedagógica, assessora administrativa, além de outras tarefas inerentes à vida religiosa que precocemente abraçou.

Ao longo de sua trajetória de vida, em síntese, tendo escolhido o magistério por profissão e vocação missionária, constrói uma prática educativa baseada em pilares sólidos, envolvendo um contínuo investimento em aprimoramento profissional, que indo além dos conhecimentos adquiridos no degrau inicial do Normal Regional do CNFM, avança para o Curso Pedagógico em nível de 2º Grau realizado no Ginásio Santa Rita em Areia, em seguida no Curso de Pedagogia na UFPB, adquirindo então formação em nível superior. Posteriormente, e até os dias de hoje, realiza cursos de aperfeiçoamento na área educacional, ação que denota preocupação em estar atualizada profissionalmente e compromisso com o fazer educativo que realiza.

Nesse ponto, depreende-se que a educadora e freira traz consigo e repercute em sua prática educativa as marcas da educação recebida no seio familiar, nos anos de escolarização vivenciados, sobretudo, no Colégio Normal Francisca Mendes, e na convivência direta com as Irmãs Franciscanas de Dillingen, fundadoras da instituição educativa. Responsável pela formação de um número de professores que ultrapassa a casa do milhar, é possível ainda destacar que a atuação e ensinamentos dela tiveram e têm um alcance para além das fronteiras de seu lugar de ação, haja vista que muitos(as) alunos(as) formados(as) no CNFM migraram ou ainda migram para diferentes cidades do estado e até de outros estados, levando consigo os valores e aprendizados construídos nessa experiência educativa e os disseminando entre

outros sujeitos sociais com os quais interagem.

O século XXI com suas mudanças e desafios impõe atualização pedagógica e capacidade de adaptação aos novos saberes, aos novos hábitos e habilidades, sobretudo, os advindos com a Internet. Reciclar-se e ao mesmo tempo manter a essência é o que denota a prática de Irmã Ana. Percebe-se que ela participa de cursos de aperfeiçoamento educacional, congressos e outros eventos voltados para a atuação na atualidade, mas segue mantendo a sua identidade, diria não de educadora cristã, mas de cristã educadora, o que não lhe permite concordar com muitas atitudes consentidas no presente. Com o seu jeito, do seu jeito, procura orientar as crianças e jovens que estão ao seu redor a partir de princípios que lhe são caros e perenes. No dia-a-dia da rotina do grande colégio procura manter firmes as tradições solidamente construídas, decidindo, orientando, ensinando, ao mesmo tempo em que também se coloca aberta ao novo, buscando, indagando e aprendendo, sendo, como diria Freire (2004, p. 11): “[...] presença que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz, mas também do que sonha[...].”

Sem a dimensão da autoconsciência, acredito que Irmã Ana não seria quem é. É com ela e a partir dela que parece agir ou, ainda, que não para de agir. A reflexão consciente ou mesmo inconsciente do seu papel, do lugar que ocupa no colégio, na Igreja e na cidade a impulsiona. Se assumir a educação foi para Irmã Ana mais do que assumir uma profissão, foi assumir uma missão, conforme os preceitos de sua ordem religiosa, não se pode negar o seu empenho científico, a sua busca contínua por conhecimentos que subsidiassem a sua ação, podendo-se refletir esta a partir da asserção de Freire (2007, p. 22): “se o meu compromisso é realmente com o homem concreto, com a causa de sua humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia, com as quais me vou instrumentando para melhor lutar por esta causa”.

De acordo com a análise das fontes e por todo o exposto, acredito que as problematizações propostas neste trabalho foram em parte respondidas e registradas nos capítulos que o compõem, confirmando-se a tese defendida, a de que Irmã Ana teve uma atuação profissional destacada, sobretudo, na formação de professores da localidade de Catolé do Rocha-PB e de outras cidades do seu entorno, enquanto

coordenou e atuou no Curso Pedagógico do Colégio Normal Francisca Mendes (CNFM), colaborando com a formação de um número de 1345 professores, professoras em sua grande maioria. Fica claro, ainda, que há mais de meio século, a educadora e religiosa vem constituindo-se enquanto guardiã do referido colégio, assim como dos valores confessionais e saberes educacionais apreendidos por meio da convivência com diversos grupos-referência, sobretudo as Irmãs Franciscanas de Dillingen (Alemanha), ao mesmo tempo em que tem exercido o papel de divulgadora desses valores e saberes por meio de sua *práxis* educativa, viva e ativa, ainda na atualidade.

Conforme referendado por Dosse (2015), a abordagem (auto)biográfica além de respostas possibilita novas perguntas e novas formas de narrar uma história de vida. Fica aqui, portanto, o convite para que o sujeito Irmã Ana seja revisitado em sua história com outros olhares e outras formas de contar. É possível, por exemplo, analisar com maior profundidade as influências da educação religiosa difundida por Irmã Ana com sua *práxis*, na atuação de professores e professoras formados no Curso Pedagógico do CNFM. Um caminho contrário poderia ser revelado a partir da (auto)biografia de outra professora que mesmo formada no Curso Normal coordenado pelas Irmãs Franciscanas de Dillingen, não tenha pautado a sua prática pedagógica a partir do elemento religioso, estabelecendo-se um contraponto com a atuação de Irmã Ana. Considerando a questão da formação continuada, outra chave de leitura para uma nova pesquisa, poderia se buscar uma análise de como esse processo interferiu e ainda interfere na prática educativa de Irmã Ana, dentre tantas outras possibilidades de inquirição científica.

Da minha parte, consciente da impossibilidade de revelar um retrato em toda sua essência e de condensar uma vida numa narrativa, comungo com Adler (2000, p. 13-14): “[...] tentei, antes, fazer uma narrativa entre outras narrativas possíveis. A narrativa possível de uma vida.”

REFERÊNCIAS:

ABREU, Leandro Pimentel. **O inventário como tática: a fotografia e a poética das coleções**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

ADLER, Laure. **Entretien sur la biographie**. Carnets Séguier, 2000.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O significado das pequenas coisas: História, prosopografia e biografemas**. In: Grafia da vida: Reflexões e experiências com a escrita biográfica/ Alexandre Avelar e Benito Bisso Schimidt, (organização). São Paulo: Letra e Voz, 2012.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. - 8ª edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AMORIM, Nadia Fernanda Maria de. **Mulher solteira: do estigma à construção de uma nova identidade**. Maceió: EDUFAL, 1992.

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **A implantação da Escola Normal da Parahyba do Norte oitocentista: entre o real e o ideal de progresso social**. In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. CURY, Cláudia Enrgler (Orgs.) Histórias da Educação da Paraíba: Rememorar e Comemorar. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.

AVELAR, Alexandre & SCHMIDT, Benito Bisso (organização). **Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica** São Paulo: Letra e Voz, 2012.

BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX**. Trad. de Luiz Antônio de Oliveira Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara: nota sobre a fotografia**. Trad. Júlio de Castro Guimarães. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**; tradução Zuleide Alves Cardoso Cavalcante, Denise Maria Gurgel Lavallée; revisão científica Maria da Conceição Passegi, Márcio Venâncio Barbosa. – Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BICUDO, Joaquim de Campos. **O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação** – de 1931 a 1941. São Paulo. 1942.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOMENY, Helena. **Três decretos e um ministério: a propósito da educação brasileira no Estado Novo**. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999

BORGES, Vavy Pacheco. **Ruy Guerra: paixão escancarada**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Nas pegadas de um leão: notas de pesquisa sobre a vida de Ruy Guerra**. In: *Grafia da vida: Reflexões e experiências com a escrita biográfica*/ Alexandre Avelar e Benito Bisso Schmidt, (organização). São Paulo: Letra e Voz, 2012.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **Ideologia e contraideologia: temas e variações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOTO, Carlota. **Alfabetização: entre o método fônico e o construtivismo, a necessidade de reconstruir o debate**. *Jornal da USP*, 03/05/2019. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/alfabetizacao-entre-o-metodo-fonico-e-o-construtivismo-a-necessidade-de-reconstruir-o-debate/>> Último acesso em: 25/06/2019.

BOURDIEU, Pierre. **L'illusion biographique**. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales* (62/63): 69-72, juin 1986.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

_____. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005.

_____. **História e teoria social**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CAMARGO, Aspásia. **Quinze anos de história oral: documentação e metodologia**. Apresentação da primeira edição. In: ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CARINO, Jonaedson. **A biografia e sua instrumentalidade educativa. Educação e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 67, p. 153-182, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **A história hoje: dúvidas, desafios e propostas**. In: Estudos históricos. Rio de Janeiro: Publicações ANPOCS, vol. 7, nº. 13, maio/jun, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. - 2. ed.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

_____. **A História em Migalhas: dos Annales à Nova História**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Tradução: Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. 2.ed. Lisboa: Editora Presença Ltda, 1985.

FERRAROTTI, Franco. **Sobre a autonomia do método biográfico**. In: Nóvoa, António; Finger, Mathias. O método (auto)biográfico e a formação. Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 30ª ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Coleção Leitura.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 35 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GABRIEL, Gilvete de Lima. **Narrativa autobiográfica** como prática de formação continuada e de atualização de si: os grupos-referência e o grupo reflexivo na mediação da constituição identitária do docente. 1.ed. Curitiba, PR:CRV, 2011.

GONÇALVES, Chico César. **À Guisa de Introdução**. IN: Ana Lúcia Gomes de Melo ... [et al.], organizadores. *Catolé do Rocha em muitas lentes*. João Pessoa: Gráfica JB, 2013, p. 11.

HAAS, Ir. Michaela, OSF. **História das Irmãs Franciscanas de Dillingen**. Duque de Caxias - RJ: Editora da Prov. da Divina Providência no Brasil, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1993.

ISIDRO, Thaís Jussara de Oliveira Guedes. **Nilza Fernandes de Sousa: tessituras de memórias de uma educadora de Mamanguape (1954-1985)**. João Pessoa, 2018. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE/PPGE

JOSSO, Chistine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

KONDER, L. (1993). **O futuro da filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KAKITO, Jackson. **Não te esquecerei jamais**. 2019.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. Edição revista.

KULESZA, Wojciech Andrzej. **Para além da conversa**. In: VASCONCELOS, José Gerardo e NASCIMENTO, Jorge carvalho do. (orgs). *História da educação no nordeste brasileiro*. Fortaleza, CE: UFC, 2006, p. 182-189.

LE GOFF, Jacques. **Comment écrire une biographie historique aujourd'hui**. *Le Débat*, 54, p. 48-53, 1989.

_____. **Documento/Monumento**. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984.

_____. **Jornal Libération, 7.10.1999**.

_____. **História e Memória**. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura (1887-1945)**. São Paulo: Editora Ática, 1984.

LIMA, Natércia Suassuna Dutra Pereira. **Catolé do Rocha e sua História**. IN: Ana Lúcia Gomes de Melo ... [et al.], organizadores. *Catolé do Rocha em muitas lentes*. João Pessoa: Gráfica JB, 2013, p. 133-153.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. Trad. Telma Costa; Revisão Manuel A. Resende e Carlos Cruz – 2ª Edição, Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Porto, Portugal, Publicações Escorpião, 1989.

MACHADO, Charliton José dos Santos. **Mulher e Educação: história, práticas e representações**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932) E DOS EDUCADORES 1959. AZEVEDO, F. de. ... [et al.]. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2010.

MADELÉNAT, Daniel. **La biographie**. Paris: PUF, 1984.

MARTINS, Maria Fernanda. **Os tempos de mudança: elites, poder e redes familiares, séculos XVIII e XIX**. In: FRAGOSO, João Lins R.; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Org.). Conquistadores e Negociantes: história das elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, Séculos XVI a XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 a. p. 403-434.

MEDEIROS, Edna Maria Ribeiro de. **Um Olhar Geográfico**. IN: Ana Lúcia Gomes de Melo ... [et al.], organizadores. Catolé do Rocha em muitas lentes. João Pessoa: Gráfica JB, 2013, p. 133-153.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2000.

MOITA, Maria da Conceição. **Percursos de formação e de trans-formação**. In: Nóvoa, António(Org.).Vidas de professores.Porto(Portugal):Porto Editora. 2. ed., 1995.p.111-140.

MOTA, Kátia Maria Santos. **As imagens fotográficas e o universo da memória pessoal na pesquisa (Auto)Biográfica**. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; ARAÚJO, Mairce da Silva (Org.). Pesquisa (auto)biográfica: fontes e questões. Curitiba: CRV, 2014. p. 271-284.

NEVES, Lucília de Almeida. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques. (Orgs.). **História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1988, 3 vols.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e as histórias da sua vida**. In: NÓVOA, Antônio (Org.) **Vida de professores**. Tradução de Maria dos Anjos Caseiro e Manoel Figueiredo Ferreira. Porto: Porto Editora, 1992.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Barreto de. **Um colégio no alto da cidade**. In: Ana Lúcia Gomes de Melo ... [et al.], organizadores. **Catolé do Rocha em muitas lentes**. João Pessoa: Gráfica JB, 2013, p. 133-153.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Vidas compartilhadas. Cultura e relações intergeracionais na vida cotidiana**. 2ª. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

PARAHYBA DO NORTE, Província da. **Anexo E, Instrução Pública**, - Directoria da Instrução Pública em 30 de junho de 1884. [Eugenio Toscano de Britto] In: Relatório com que o exm. sr. dr. José Ayres do Nascimento abriu a Assembleia Legislativa Provincial desta província no dia 1 de agosto de 1884 e officio com que passou a administração ao exm. sr. dr. Antonio Sabino do Monte. Parahyba, Typ. Liberal, 1884. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/pari.htm>. Acesso em: 20 jun. 2018.

PASSEGI, Maria da Conceição. **Narrar é humano! Autobiografar é um processo civilizatório**. In: Passeggi, Maria da Conceição; Silva, Vivian Batista da (Org.). **Invenções de vidas, compreensão de itinerários e alternativas de formação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PÉCAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo: ática, 1990.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. 2.ed. Tradução por Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. CURY, Cláudia Enrgler (Orgs.) **Histórias da Educação da Paraíba: Rememorar e Comemorar**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. CURY, Cláudia Enrgler. ANANIAS, Mauricéia. (Orgs.) **Histórias da Educação Brasileira: experiências e peculiaridades**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido. Et al. **Os cursos de licenciatura em pedagogia: fragilidades na formação inicial do professor polivalente**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 43, n. 1, p.15-30, jan./mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v43n1/1517-9702-ep-43-1-0015.pdf>. Acesso em: 13/05/2019.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p.3-15.

_____. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

RAMOS, Severino. **Agripino: o Mago de Catolé**. João Pessoa: A UNIÃO, 1991.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Editora Cortez, 1986.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2009.

SEGAL, Myraí Araújo. **Espaços de autonomia e negociação: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial (1855-1875)**. João Pessoa, 2017. Orientadora: Profa. Dra. Serioja R. C. Mariano. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

SENDRA, Ir. Suely Rubens. (2007) **Irmãs Franciscanas de Dillingen: da expansão ao hoje de nossa história**. Duque de Caxias – RJ, província da Divina Providência no Brasil/ Petrópolis, Sermograf.

SHARPE, Jim. “**A História vista de baixo**”. In: BURKE, Peter. A escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

SOARES, Magda. **Alfabetização: A Questão dos Métodos**. São Paulo: Contexto, 2016.

SOUSA, Maria Cleide Soares de. **Colégio Normal Francisca Mendes: caminhos da escola normal em Catolé do Rocha /PB (1939-1959)**. João Pessoa, 2012. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE/PPGE

SOUZA, Ney de. **Ação Católica, militância laica no Brasil: méritos e limites**. Revista de Cultura Teológica – V. 14 – N. 55 – Abr/Jun 2006. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/viewFile/15033/11226>> Último acesso: jun. 2019.

STONE, Lawrence. **Prosopografia**. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rsp/article/view/31689/20209>>. Último acesso: ago. 2014.

TAYLOR, Charles. ***El multiculturalismo y la política del reconocimiento***. México, Fondo de Cultura Económica, 1994.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Histórias de educação física na escola**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

ANEXOS

Anexo A – Entrevistas com Irmã Ana

Entrevista 1**Realizada em 23/06/2016**

Entrevistadora: Então Irmã, com relação aqui a esta parte: “na atualidade, nos estudos que focalizam as relações das mulheres e suas influências sobre o campo educacional, estão cada vez mais presentes: as reflexões trazidas por essa nova configuração do campo da história, e o interesse pela vida de educadoras que no passado romperam paradigmas, deram origem à este projeto de pesquisa que tem como objeto de estudo a trajetória profissional e a atuação educacional e religiosa da educadora Maria Fernandes de Queiroga, Irmã Ana, Ordem São Francisco, dentro de um contexto sócio histórico específico, compreendido entre a segunda metade do século XX até a atualidade, como a senhora atua. Com relação ao rompimento de paradigmas, o que é que a senhora pensa? Com relação à sua formação, com a sua escolha profissional e religiosa?

Entrevistada: Como jovem, adolescente né, aos 13 anos, eu, vim estudar aqui no Colégio Normal Francisca Mendes, para fazer o Curso Normal. Nós não tínhamos outra opção, eu fiz o meu primário naquele tempo no único grupo que tinha, que era o Antônio Gomes, ali na praça, que hoje é prédio da prefeitura, não é? Então depois que terminei lá o quinto ano, vim nas férias fazer uma prova para ver se podia ir cursar o Curso Normal Regional, que era de quatro anos. E numa prova eu passei com boas notas, e comecei minha trajetória aqui no Colégio Normal Francisca Mendes, aos 13 anos. Aí fiz o Normal Regional, recebi o diploma de professora do Curso Primário, foram quatro anos, e após o curso eu não tinha logo um emprego. Substituí Maria Céli, professora que era vizinha, quando ela precisava, e depois quando ela teve licença gestante da primeira filha. Aí eu fui convidada pela Diretora daquela época, Irmã Justítia. Eu me identifiquei, sabe? Com a profissão, mesmo que naquele tempo a gente não tinha uma escolha, porque não existia outra, né? Para a classe feminina daquela época, só existia o Curso Normal aqui. O primário, era até o quinto ano. Aí depois tinha pessoas que ainda cursavam o exame de admissão, mas quando a gente fazia aquela prova de exame de admissão nas férias, passava logo para o primeiro ano, e eu me arrisquei, passei e fiz o Curso Normal, gostando do Curso Normal.

Entrevistadora: Mas a senhora sentiu em algum momento algum desejo de fazer diferente, de ter feito outra coisa?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Não sentiu?

Entrevistada: Não. Naquele tempo também não tínhamos... nem os meios de comunicação facilitavam a gente ter uma perspectiva...

Entrevistadora: Diferente.

Entrevistada: Diferente, não é? Os homens não tinham terminado o Leão XIII, que ficaram prejudicados. E as mulheres tinham o colégio Francisca Mendes, que só foi construído para moças, o plano inicial foi esse, então era colégio feminino.

Entrevistadora: Todos podiam estudar no início, no colégio, todas as moças, ou havia, assim, uma seleção?

Entrevistada: Bem, todas que queriam. A seleção para entrar no Curso Normal, era essa prova. Ou ter estudado o exame de admissão aqui no colégio, era no sexto ano.

Entrevistadora: Mas ele já era pago?

Entrevistada: Já era pago.

Entrevistadora: Já era pago, não é?

Entrevistada: Já era pago, meu pai quem pagou.

Entrevistadora: E quem não podia, no caso, pagar aqui, tinha uma opção?

Entrevistada: Não, não tinha não. Não existia bolsa de prefeitura nem de Estado naquela época.

Entrevistadora: E na cidade, existia uma outra opção?

Entrevistada: Não, não existia.

Entrevistadora: Não existia nenhuma outra escola? Nenhum grupo desses que hoje existe?

Entrevistada: Catolé do Rocha, Iolanda, não tem ideia do tamanho de Catolé naquele tempo. Vir lá de baixo aqui para o colégio, era muito distante. Entendeu? Não tinha... A cidade era pequena, e a única opção para os homens, anteriormente, era o Leão XIII. Fechou o Leão XIII mais uma vez, como historiado naquele livro, Catolé em Muitas Lentes, e teve a abertura do colégio Francisca Mendes, em 1939.

Entrevistadora: Então só estudava quem realmente pudesse pagar?

Entrevistada: Só.

Entrevistadora: Certo.

Entrevistada: A não ser, eu não sei se naquele tempo, que as Irmãs...

Entrevistadora: ... conseguiram alguma forma de dar uma abertura?

Entrevistada: Que desse mesmo, não é? Por generosidade. Mas que não tinha nenhuma forma de bolsa. Isso no começo.

Entrevistadora: Não tinha uma forma institucional?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Mas a senhora também não sabe se havia, assim, alguma forma delas oferecerem, né?

Entrevistada: É, é.

Entrevistadora: Pelo tempo...

Entrevistada: Agora o que eu sei, depois dos tempos, é que elas tinham um internato, e depois elas receberam jovens, pra... não eram internas...eram internas porque viviam aqui no colégio, mas essas jovens não pagavam, mas pagavam com seu trabalho. A gente chamava, era chamado, meninas da casa. Mas isso eu não sei em que ano foi. Eram chamadas meninas da casa. Elas trabalhavam gratuitamente, recebiam toda subsistência, e recebiam também estudo. Não faziam parte do internato. Elas tinham a sala de refeitório separado, e naquele tempo que era muito fechado, não vinham aqui junto com as Irmãs não, mas eram meninas da casa.

Entrevistadora: A senhora lembra de alguém? Daquela época?

Entrevistada: Naquela época... A Irmã Iraci estudou aqui depois, mas acho que ela já veio como... não como menina da casa... mas já veio como candidata, não é? Era bem jovem. É... eu não me lembro agora dos nomes.

Entrevistadora: Assim, pelo tempo, não é?

Entrevistada: É. Agora tem...

Entrevistadora: Pode ser que alguém ainda até esteja com vida, não é?

Entrevistada: É. Teve, hoje a Irmã, era Francisca que ela também viveu muito tempo aqui, morou aqui, cresceu aqui, estudou... e depois resolveu ser religiosa. Ela hoje trabalha no Ceará, é religiosa.

Entrevistadora: Certo....

Entrevistada: Mas eu acho que ela foi uma dessas meninas da casa, sabe? Maria Ambrosina, não foi para o estudo, foi mesmo para o serviço da casa. É tia de Chico César. Ela também viveu aqui com as Irmãs, no começo, bem no começo. Aí era para trabalhar.

Entrevistadora: Ela ainda é viva?

Entrevistada: Ela morreu faz um ano ou dois anos... Maria Ambrosina...

Entrevistadora: Sei... É tia de Chico César?

Entrevistada: Tia. Através dela foi que Chico César estudou aqui. Ela foi quem pediu a bolsa para Chico César, e eu fui quem deu a bolsa a Chico César.

Entrevistadora: Interessante.

Entrevistada: Do segundo ano, ele entrou aqui no segundo ano...

Entrevistadora: No segundo ano?

Entrevistada: Aí foi até o oitavo.

Entrevistadora: Irmã Ana, onde e quando a senhora nasceu?

Entrevistada: Nasci em Antenor Navarro, hoje é São João do Rio do Peixe, no dia 03 de fevereiro de 1936. Em casa. Era uma casa particular, naquele tempo não tinha hospital, né.

Entrevistadora: Qual a história da sua família? A sua origem?

Entrevistada: A origem da minha família é Uiraúna. O núcleo da minha família, família Queiroga... Fernandes...Adilino...Vieira... todos da minha família, né... Então, meus pais... meu pai era do Sítio chamado Moça Branca, e minha mãe, da Quixaba. Então minha origem é da Quixaba. Os dois são primos. Eram primos, né, já são... (falecidos)

Entrevistadora: Na Paraíba?

Entrevistada: Paraíba, é Paraíba, Uiraúna. É pertinho de Antenor Navarro. Uiraúna pertencia a Antenor Navarro, depois se emancipou. Mas a origem, o tronco da minha família, é aí.

Entrevistadora: Fale um pouco da sua experiência em família, destacando as origens e influência dos familiares, em sua vida anterior e atual.

Entrevistada: Bom, minha família... a minha experiência em família, foi muito boa. Meus pais sempre foram bem casados, né, 73 anos, comemoraram de casamento, aí depois foi que minha mãe faleceu. Eu vivi numa família simples, pobre, honesta. Meus pais, todos dois, trabalhavam. Meu pai era funcionário dos Correios e Telégrafos, por isso fez barraco em Catolé do Rocha, e minha mãe era costureira e dona de casa. Muito hábil, não é? Ela fazia tudo muito ligeiro. Minha origem é simples, minha casa

não tinha luxo, nem meus pais, não é? já se vê porque, porque ele era funcionário e uma dona de casa...

Entrevistadora: Uma dúvida me surgiu agora, sendo a sua mãe costureira, a senhora nunca sentiu interesse em seguir esse ofício, ou ela nunca quis que a senhora seguisse?

Entrevistada: Eu aprendi na realidade... minha mãe, eu ajudava minha mãe... naquele tempo não tinha máquina específica para... a gente chamava chulear, as calças, não é? Costurava calça masculina, então eu aprendi a costurar, a fazer o chuleado da calça, enquanto minha irmã mais velha aprendeu a fazer as casas, tudo manual. Até minha irmã mais nova também aprendeu a costurar... minha mãe não nos criou "vagabundeando", vamos usar essa palavra feia né, nós tínhamos sempre tarefas, nós ajudávamos a minha mãe. Agora, eu costurei quando eu estava preparando meu enxoval para o convento, eu mesma costurei e botei a perder minhas blusas (risadas) porque eu mesma queria fazer, não é? Ia fazendo... Eu sempre fui muito tímida, e não ia mandar pra costureira, eu mesma fui fazer. E quando eu cheguei no convento, no primeiro tempo, também me botaram para costurar. Só que eu tinha que estudar e me formar, e não me dediquei a isso. Mas minha mãe me colocou numa casa de uma amiga nossa, para eu aprender a bordar na máquina. Então eu aprendi a bordar na máquina, fiz muita coisa na minha casa...para minha casa... nas férias, nós não tínhamos tempo de estar, vagabundeando assim na rua...Eu trabalhava, e bordava também na mão, aprendi aqui no colégio...

Entrevistadora: Tinha habilidade, assim, pra costura, mas não, assim, quis ter esse ofício?

Entrevistada: Não, não como ofício.

Entrevistadora: Outra pergunta Irmã, quais irmãos ou outros familiares, exerceram influência sobre a sua formação?

Entrevistada: Eu acho mais minha irmã, porque nós convivemos vinte e dois anos. Os outros saíram, eu era pequena, né. Então eu acho minha irmã, Ana Sittour de Queiroga, foi quem teve mais influência, assim, na minha formação. Da família, não é? Além de meu pai e minha mãe.

Entrevistadora: É possível rememorar momentos do tempo de infância, dessa convivência, tem algum momento, assim, que lhe foi marcante, que a senhora acha que possa destacar?

Entrevistada: Talvez os brinquedos atrás da casa, atrás do muro... Tinha muros às portas naquela rua, não é?... Ali nós brincávamos de boneca, e criança pobre sempre

arranjava fazer tipos de bonecas e de coisas, não é? De casinha que a gente chamava, brinquedos de casinha... Aí tinha minhas amigas ali vizinhas, tinha muitas vizinhas, a gente brincava, e tinha minha irmã menor também, com Sittour a diferença era de seis anos, mas da minha outra irmã, a diferença era apenas de três anos, então nós brincávamos.

Entrevistadora: Qual a formação da sua família?

Entrevistada: Olha, meu pai e minha mãe nunca estiveram em uma escola, eles aprenderam a ler e escrever pelos pais, os pais é que passavam de geração em geração. E meu pai, como gostava muito de aprender, ele ia para a roça, eles tinham que trabalhar na roça, ele levava as cartas do padre da família, ele chamava de Padre Bernardino, ele ia lendo essas cartas, para aprender. E uma vez, deve ter sido no roçado, uma cobra pegou meu pai, e naquele tempo tinha uma, não é regime, um tempo de parada em casa, de resguardo, não é? Para não morrer, tem que ter... Então ele aproveitou esse tempo de repouso de quinze dias, aí foi que ele estudou mais em cima dessas cartas. Então ele aprendeu, ele escrevia muitas cartas, lia, leu a Bíblia acho que mais de uma vez, lia livro de filosofia e tudo. Minha mãe contava que ela não queria estudo, e chorava e choramingava porque ia para o estudo, assim, com os pais, e que um parente, não sei quem foi, disse "Deixa essa menina de mão!", mas ela ainda, quando eu estava nas primeiras letras, ela ainda me ensinava alguma coisa, não é? Mãe não se dedicou. Quando noiva, fez versos pra o meu pai, só que quando se casou queimou esses versos e nós não tivemos acesso, não é? É pena. Mas ela não se dedicou. Ela se dedicou mais aos trabalhos domésticos e à parte de costureira.

Entrevistadora: E a formação, assim, religiosa... sempre foram católicos também?

Entrevistada: Ah sim, sempre. A minha família é essencialmente católica. Meu irmão é o vigésimo oitavo padre da família. E depois dele, tem outros sobrinhos de pai, sobrinhos de mãe, sacerdotes. E o núcleo da minha família é a católica, de maneiras que Uiraúna, que era o núcleo da minha família, quando chegava um protestante lá, ninguém alugava casa, então os protestantes iam embora. Hoje, não. Hoje a cidade cresceu, já não é mais só da nossa família, eu acredito que tenha igrejas protestantes, mas antigamente não tinha. Então meu pai e minha mãe eram pessoas de muita fé, e nos ensinaram essa fé.

Entrevistadora: Quais lembranças da casa materna permanecem vivas em sua memória?

Entrevistada: Lembrança de quê?

Entrevistadora: Da casa materna.

Entrevistada: Ah, sim. É tanta coisa... Porque... (risadas) só um... É... Já que você falou na parte religiosa, as novenas que meu pai tirava, mês de maio, além de assistirmos na igreja, nós também celebrávamos em casa, diante do santuário que nós tínhamos, e meu pai rezava e nós acompanhávamos, eram muito compridas, muito compridas. E isso eu participei também, como religiosa, quando eu ia, dia das mães, depois do almoço, já sabia que ia para essa novena. Então são memórias que não vão se apagar tão... Eu tenho memórias muito bonitas. Meu pai, por exemplo, escrevendo numa máquina de datilografia, escrevia para muitos amigos, enquanto minha mãe já ficava no pé junto ao rádio, mas nem botava para escutar, ficava ali, silenciosa, ninguém sabe o tanto que ela rezava, não é? E depois quando surgiu essa televisão a cores, eu tomei emprestado uma de uma pessoa amiga pra eles assistirem, mas foi uma copa, minha mãe se interessou... Aí depois eu fiz o possível pra comprar, com o dinheiro deles mesmo, porque eu manuseava o dinheiro deles. Eles, na velhice, eu quem manuseava o dinheiro para comprar a televisão. Essa televisão ainda está aqui. Minha irmã fez tudo pra que eu ficasse com essa televisão. Tinha uma de preto e branco, ela mandou para meu irmão, em Campina, e ela disse, “não, foi Irmã Ana quem comprou essa televisão”, mas eu não comprei com meu dinheiro, comprei com o dinheiro deles, não é? É uma televisão que está ali, lá dentro.

Entrevistadora: E sua juventude? Quais momentos foram importantes, decisivos ou conflituosos? Consegue rememorá-los?

Entrevistada: A minha juventude... fui uma juventude, eu posso dizer, muito tranquila, ao lado de meus pais e da minha irmã. Quando eu saí para a vida religiosa, eu tinha 22 anos, não é? E nós tínhamos grupos, principalmente minha irmã, não era tanto eu, nós nos reuníamos na casa de Cedi Marques, e na área... ali... aí reunia as pessoas amigas, então foi uma juventude muito sadia, não é? Mas para conversar... Ou ficávamos com sua sogra, que eram mais amigas... Maria Inês, que era prima, ficávamos conversando no patamar da igreja. Eu não gostava muito era de ir à praça, era a praça Sérgio Maia. Às vezes eu ia. Também não gostava dos bailes, eu ia acompanhando minha irmã e minha mãe, mas era tudo bem mais cedo. Eu tive uma juventude realmente muito sadia. Participei... era Filha de Maria, e depois da Fundação da JICA, aqui em Catolé do Rocha, que era Cedi, Sittour, eu, Socorro Sá, Lourdinha Barreto, era um grupo culto, era Raimundinha de Seu Dózio... então nós fazíamos o grupo da JICA – Juventude Independente Católica, que foi um momento muito bom, nós íamos pra reuniões fora de Catolé do Rocha, e conviver com outras pessoas não é? Então foi um momento muito sadio, e como Filha de Maria, nós tínhamos a obrigação de trabalhar na catequese... Minha irmã trabalhava no bairro chamado Baixa da Cachorra, não é? Ali entrada pra Brejo dos Santos, e eu era dispensada porque o padre me entregou à cruzada eucarística. Mas mesmo assim, eu tendo a cruzada eucarística, eu ainda acompanhava minha irmã aos domingos

para dar o catecismo. Então eu tinha, como Filha de Maria, a obrigação de orientar, de ensinar toda... e conduzir a cruzada eucarística aqui na cidade. Eu tenho uma foto disso.

Entrevistadora: A senhora se referiu inicialmente à duas irmãs, e agora a senhora se refere, me parece, só a uma irmã. São duas, ou uma só?

Entrevistada: Aliás, que eu conheci, foram duas irmãs. Uma mais velha do que eu, seis anos, não é? E a outra mais nova, três anos. Só que, quando eu tinha 15 anos, minha irmã mais nova, tinha 12, ela faleceu. Ela vinha doente desde os 6 anos, e uma noite a gente foi acordada já com meu pai no meu quarto, foi um momento muito triste na minha família. Primeira vez que eu conheci, assim, a morte dentro de casa. Foi muito doloroso, para toda a família.

Entrevistadora: É possível fazer um resumo dessas fases, dessas experiências em um relato, incluindo, se possível, fotografias e outros documentos? Pra a senhora me entregar posteriormente.

Entrevistada: Isso que eu falei? É, vários relatos eu tenho, eu tenho fotografias da minha família, agora antigamente não tinha muita foto. Mas eu tenho a foto da família, que está também a minha irmã mais nova, que é o retrato de formatura de Sittour, em que estava toda a família reunida, naquela casa do lado de cá da igreja, nós morávamos ali. Então tenho uma foto ali que está também a minha irmã mais nova. E eu tenho a foto dela no meu quarto, uma foto ampliada, não é? Ela tinha seus 6 anos, por aí.

Entrevistadora: Qual era a idade dela Irmã Ana?

Entrevistada: Ela morreu com 12 anos. Mas adoeceu pelos 6 anos.

Entrevistadora: Irmã... a senhora citou alguns nomes, de algumas pessoas que foram suas contemporâneas na juventude. Algumas dessas pessoas moram aqui ainda em Catolé?

Entrevistada: Sim. Socorro Sá... é da minha juventude. Cedi morreu, Lurdinha Barreto mora em João Pessoa, Raimundinha nunca mais veio aqui, ela mora em João Pessoa. Aí tinha as filhas de... aquele Nunes, não é? Que era carpinteiro. Djanira, também, foi do meu tempo... A outra, Mazinha... foi do meu tempo...

Entrevistadora: Alguma pessoa em especial, assim, que possa compartilhar essas memórias dessa época, a senhora indicaria?

Entrevistada: Socorro Sá.

Entrevistadora: Muito obrigada.

Entrevista 2**Realizada em 1/10/2016**

Entrevistadora: Irmã Ana, com relação à sua formação educacional, eu gostaria de fazer algumas perguntas. Quais lembranças a senhora tem das primeiras experiências da sua formação educacional? Do aprendizado das primeiras letras? Em quais escolas estudou?

Entrevistada: Me vem à memória a minha primeira professora, Zulmira Pires Fernandes, inclusive casada com um tio segundo meu, e minha madrinha de consagração. Ela foi a minha... a professora com quem eu fui alfabetizada. Alfabetização naquele tempo, era de cobrir letras, é totalmente diferente de hoje. Às vezes eu fico pensando como é que eu aprendi. Mas, a minha lembrança, eu era muito pequena, pelos meus cálculos eu tinha talvez uns 5 anos, e como sempre fui tímida, minha irmã era quem ficava comigo, porque eu era criança, aqui em Catolé do Rocha, e minha irmã Sittour era quem me levava pra escola, e pra eu ficar na escola ela ficava na porta da sala de aula, isso eu me lembro muito bem. E os cadernos, não tínhamos cadernos bonitos, feitos agora, como é hoje. Eram folhas de papel ao maço, que era comprado e era cortado ao meio, para fazer essa outra posição de caderno. Eu me lembro, minha professora tinha a letra muito bonita, e tinha de cobrir as letras dela. E cheguei a ser alfabetizada. Eu me lembro do meu primeiro livro, que estava com minha irmã, que tinha comprado o livro, e passamos, minha irmã conversando com Maria Céli, e Maria Céli falava sobre esse livro, que era tão cheiroso e tudo. Minha mãe era analfabeta, mas nas minhas leituras, quando eu precisava saber de alguma coisa, eu me dirigia pra minha mãe, que ela me ensinava. São lembranças assim, que eu tenho, e no livro tinha “o menino bate bola, bate bola o menino”, quando eu estava já né... Outras coisas, assim, do livro, eu não decorei não, mas essa frase eu me lembro bem, que... “o menino bate bola, bate bola o menino”, é repetição, não é? Esse foi o meu primeiro ano, eu não me lembro... existia naquele tempo uma cartilha, que tinha uma mão, e que cada dedo da mão era uma vogal, a, e, i, o, u, mas eu não me lembro que usei essa cartilha não, eu lembro desse livro...

Entrevistadora: Em quais escolas a senhora estudou?

Entrevistada: Da alfabetização até o quinto ano, eu estudei na Escola Antônio Gomes, que hoje o prédio se transformou na prefeitura. Ali era o único grupo escolar que existia aqui. Tinha a escola particular de Dona das Dores, mas eu nunca estudei com ela não, eu estudei no grupo. E... me lembro muito bem da estrutura da escola, as salas de aula... parece que eu estou vendo, uma sala, duas... outra sala da frente, grande, que, quando eu fiz o quinto ano, a sala era dividida em duas partes, duas turmas, uma no canto, outra no outro, era na frente da escola, era a primeira sala,

depois tinha outra no meio, tinha a diretoria, aí tinha o espaço lateral, pra recreio, e nós recreávamos também numa parte bem embaixo, que hoje ainda existe, na prefeitura, aquela parte debaixo, lá tinha jogos, às vezes festas, de Catolé, era lá embaixo... É fora disso aqui, mas eu vou dizer, cantoras iam para lá. A cidade era muito pequena naquele tempo, muito pequena. Então a escola única do Estado era essa daí, porque tinha o Leão XIII, fechou, não é? Isso já, acho que foi em 1942, por aí, e ainda me lembro um pouco dos alunos do Leão XIII, apresentando... mas isso é fora a pergunta, não é?

Entrevistadora: A senhora lembra qual foi o ano que a senhora começou a estudar no Antônio Gomes?

Entrevistada: O ano mesmo, não... mas eu, eu... pera aí um pouquinho, porque aí deixa eu fazer a contagem... Eu terminei o quinto ano com 12, aí fez 13, em fevereiro já podia estudar aqui, no colégio... 12, o quarto com 11, o terceiro, com 10, o segundo, com 9, o outro segundo com 8... aí tinha primeiro ano, A, B e C. Eu sei que eu passei do B pra o C no meio do ano. Primeiro ano C, e primeiro ano, porque o B e o C eu fiz num ano só... Aí conta aí quantos anos... 12, 11, 10... 9, 8, 7, 6... deve ser 5 anos mesmo, não é?

Entrevistadora: Sim, mas o ano em que a senhora...

Entrevistada: Pronto, aí eu terminei em 49, 48... Não é, 49 eu entrei no colégio, terminei 48, 47... 46, 45, 44, 43, deixa eu contar aqui *risadas*, quinto, 43 né, grave aí... quinto, quarto, terceiro, segundo... o segundo eu repeti, que minha mãe me botou pra repetir, não é? Mesmo eu tendo passado no segundo... 43 não é? Então 42, o primeiro ano C, aí C e B foi no mesmo ano... e o primeiro ano...

Entrevistadora: 41?

Entrevistada: Mas 41 eu tinha quantos anos? Eu nasci em 36.

Entrevistadora: 36... A senhora tinha 5 anos de idade.

Entrevistada: 5 anos, não é?

Entrevistadora: A senhora não falou que começou com 5 anos de idade?

Entrevistada: Com 5 anos, foi.

Entrevistadora: Então... com certeza deve ter sido, não é? Provavelmente deve ter sido, não é?

Entrevistada: Foi, aí tinha A, B, C... eu passei do B, tiraram os mais fortes e botaram no C, aí eu passei para o C. Aí depois foi o segundo ano.

Entrevistadora: Então a senhora começou em 1941... no colégio Antônio Gomes...

Entrevistada: Não, em 41 não. Em 41 eu estava chegando aqui em Catolé, com 5 anos. Então deve ter sido 42.

Entrevistadora: E esse Colégio Antônio Gomes era um colégio público?

Entrevistada: Não era colégio não, era um grupo escolar.

Entrevistadora: Ah, era um grupo escolar, e era público? Era mantido pelo Estado?

Entrevistada: Público, era estadual.

Entrevistadora: Estadual.

Entrevistada: Hoje o Antônio Gomes passou pra outra escola...

Entrevistadora: Sei... continua existindo?

Entrevistada: E o Antônio Gomes do Estado passou a ser o João Suassuna, aqui em cima, foi construído o João Suassuna... aí em vez de continuar o nome Antônio Gomes, acabou-se aquela escola lá, e passou para o João Suassuna. Aí só não sei os anos...

Entrevistadora: Ou seja, mudou-se o nome da escola?

Entrevistada: Aí mudou de nome, e construíram outra escola, que botaram o nome de Antônio Gomes.

Entrevistadora: Entendi. E a senhora... esse grupo, ele era misto? Estudavam meninos e meninas?

Entrevistada: Misto. Era.

Entrevistadora: E aí no caso, ia até o quinto ano?

Entrevistada: Até o quinto ano. No quinto ano nós éramos seis mulheres e um homem: Hermano Santiago.

Entrevistadora: Eram poucos alunos assim?

Entrevistada: Era.

Entrevistadora: Cada ano?

Entrevistada: E Aldina foi minha professora, era diretora naquele tempo, e professora... ela disse, na minha turma, se eu bem me lembro: "vou dizer à Madre

Superiora que nenhum tem condições de fazer o exame de admissão nas férias”, porque a gente tinha que fazer o exame de admissão para passar pra o Normal.

Entrevistadora: Que era pra o Francisca Mendes?

Entrevistada: E eu teimei e estudei sozinha... Gervázio ainda estudou um pouco comigo, eu não tive, assim... só me lembro de Gervázio que pouco estudou comigo... Eu vim e passei, passei em segundo lugar.

Entrevistadora: E outros que estudaram lá, seus contemporâneos, os outros alunos, algum passou?

Entrevistada: Vieram três: Eu, Silvanira e Darci.

Entrevistadora: Que interessante.

Entrevistada: Terezinha era da família Rocha, prima de Irene Rocha, a família foi embora pra a Bahia, e não me lembro mais quem era, éramos seis... Osanira não podia estudar porque era protestante, Hernando não podia estudar que era homem, três... Então nós três, Silvanira, Darci e eu teimamos e viemos e passamos, e fizemos o Normal todas juntas. Eram as três amigas, e continuamos amigas. Agora não me lembro da outra, quem era.

Entrevistadora: Irmã, a senhora falou que uma não pôde vir porque era protestante, então no caso, naquela época...

Entrevistada: As irmãs não aceitavam...

Entrevistadora: As irmãs não aceitavam? Sendo de outra religião... mas era por que havia uma proibição da própria igreja?

Entrevistada: Não, conceito daquele tempo mesmo, não é? Filha de Sinhozinho, grande comerciante, a mãe já tinha morrido, e o pai depois casou... Mas Osanira foi a minha primeira amiga quando eu cheguei em Catolé do Rocha. A casa dela era de frente à casinha que nós morávamos, ali naquelas... hoje é onde tem Elsa... ela já está aproveitando aquelas casas e ampliando pra trás, você não conhece não, não é do seu tempo... Era uma casinha daquela de frente a de Seu Sinhozinho, que ainda existe. E eu era pequena, ela pequena, e fizemos logo amizade de criança. Não sei quantos anos ela estudou junto comigo, mas que ela terminou comigo, e depois ela se tornou católica, casou-se com um católico... Eu me lembro do batismo dela...

Entrevistadora: Foi a que não pôde vir na época porque era protestante, não é? Mas que era sua amiga?

Entrevistada: É, é.

Entrevistadora: Certo.

Entrevistada: Foi o ano passado ou foi o ano retrasado, tinha uma vez, Ozanira estave aqui comigo, e eu ainda reconheci. Foi uma alegria muito grande. Tem uma irmã dela que sempre se comunica comigo quando a gente se encontra, Bebé, e aí... ela veio, foi um encontro muito feliz que eu tive, minha primeira amiga.

Entrevistadora: A senhora lembra alguns professores daquela época, professores que lhe foram marcantes? Consegue lembrar alguns fatos especiais?

Entrevistada: Eu tive a filha da minha primeira professora, Lourdinha Pires, foi minha professora no 3º Ano. Eu me lembro de uma coisa marcante, que eu não tinha dificuldades em mapas e eu fui trelosa porque uma colega foi pro mapa e eu peguei e fui ensinar errado e ela brigou comigo e disse que ia me botar na diretoria (risos). O outro marcante foi do 5º Ano quando Aldina de Almeida disse que nenhuma de nós tínhamos a capacidade, isso também marcou. Mas nós teimamos e fizemos e passamos, inclusive passei no segundo lugar para o Curso Normal. Aí lembro muito também de Aída Maia que foi minha professora no 2º Ano, o 2º Ano que eu fiz pela segunda vez, não é? Ela trazia material pra gente, era professora de Arte, material pra gente recortar, revistas e coisas do tipo, me lembro muito dela. Me lembro também de Dona Consuelo Rocha, era uma professora muito querida nossa, da turma e ela foi, eu não sei se ela ia embora ou se ia deixar a nossa turma, e nós pequenos mesmo nos reunimos e fomos até a casa dela, coisa de criança que quer bem mesmo, eu não sei que coisas foram tão interessantes que a gente queria muito bem né, e ela ia nos deixar. Me lembro ainda de Rita Henriques foi também, mas não me lembro mais o que ela ensinou.

Entrevistadora: Todas eram mulheres, as professoras?

Entrevistada: Não. Teve um professor, Cleodon, que era diretor e também deu aulas no 2º Ano. No 1º e 2º Ano que eu fiz ele era professor. E eu me lembro que uma vez eu cheguei atrasada na sala de aula e ele brigou comigo, me lembro dele no quadro, não é? E aí nessa época Madrinha Zulmira era diretora porque no final do ano, foi um ano que eu tive muitas dores de cabeça, não sei porque até hoje, e faltei bastante aulas. Então professor Cleodon era professor, e ele também foi diretor, não sei se foi meu diretor, mas eu me lembro desses dois diretores.

Entrevistadora: A senhora lembra se ele era catoleense, se veio de fora?

Entrevistada: Não, ele veio de fora. Madrinha Zulmira também não era catoleense, não sei por que ela veio para aqui.

Entrevistadora: E a senhora falou que fez o exame de admissão e começou a estudar aqui, acho que na recém fundada escola Francisca Mendes, não sei se já era colégio naquela época?

Entrevistada: Era colégio. Era Escola Normal Regional Dona Francisca Henriques Mendes.

Entrevistadora: E como foi assim essa mudança? A senhora tem alguma lembrança assim dessa mudança? É porque a senhora estudara até o 5º Ano no Grupo, o Antônio Gomes e aí veio para o Francisca Mendes. E tem alguma lembrança de como foi esse processo, se foi fácil, se a senhora gostou, ou quais as diferenças que a senhora percebeu?

Entrevistada: Olha, o sonho acho que de toda jovem naquele tempo era estudar nessa escola e, meu pai não podia botar duas, né, colocou Sittour e Sittour terminou em 48, coincidiu que eu também terminei em 48 no Grupo, aí eu podia... meu pai podia o que pagava para Sittour pagar para mim.

Entrevistadora: Após o término? Tudo foi bom?

Entrevistada: (risos) Eu não tive dificuldade nenhuma de adaptação porque era uma coisa que eu já desejava, assim como minha irmã desejou muito eu também desejei. Agora meu irmão nunca pode estudar aqui porque era homem, não é? E teve de repetir o 5º Ano porque não tinha outra escola para ele aqui. Ele, apesar de ser muito inteligente, ele teve que fazer o 5º Ano duas vezes só pra não sair dos estudos, e meu pai não podia colocá-lo... ele queria ser padre, então, coitado, ele teve que repetir. Ele nunca estudou aqui, mas foi um dos coroinhas daqui.

Entrevistadora: A senhora lembra como era o espaço escolar aqui dessa escola naquela época, no seu início e a metodologia aplicada à época?

Entrevistada: O espaço escolar era bem menor, o que tinha a construção era parte, não total como está agora, da frente, em forma de T né, frente e essa parte que nós temos aqui atrás. O local que nós estamos aqui era os sanitários e tinha o refeitório, era uma sala grande e o refeitório, essa sala que hoje é a biblioteca até a secretaria era uma sala grande, única, onde o internato estudava à tarde, e na frente eram umas salas de aula que antigamente eram os dormitórios do internato, mas depois foi construído e o dormitório veio para essa outra parte. Mas quando a escola aumentou muito o número de alunos, já no meu tempo, nós tínhamos aula até nos alpendres.

Entrevistadora: Isso em que ano?

Entrevistada: Entre 49 e 52, que eu terminei em 52. Me lembro muito bem da aula de trabalhos manuais, aí após a escada tínhamos a carteira conjugada, umas pretas,

tinha outras marrons, e aí nós tínhamos aula de trabalhos manuais, eu me lembro muito bem, Irmã Engelsindis ensinava trabalhos manuais.

Entrevistadora: As professoras eram só as Irmãs de Dilingen?

Entrevistada: Não, na minha época já tinha professoras leigas, leigas no sentido de não ser religiosas, mas a maioria era constituída de irmãs, de maneira que eram poucas professoras de fora que ajudavam. Mas desde o começo tinha professores de fora. Tinha Zulmira Pires e Dr. Normando que era professor aqui e ajudou muito as irmãs no começo. E professor meu de português foi Dr. Fernando Araújo, professora minha de história, era história geral, além de Irmã Eleonore ela passou para Maria do Céu Medeiros que era ex-aluna interna e também muito capaz e veio ser candidata e também foi professora nossa.

Entrevistadora: E o número de alunos? A senhora tem uma ideia de quantas alunas por turma?

Entrevistada: A minha turma era de 26 alunas. Havia o internato e muitas jovens de fora vinham estudar aqui, inclusive de Cajazeiras. Padre Américo Sérgio Maia era muito amigo da escola e já não estava mais em Catolé, estava em Cajazeiras e ele trazia. Então na minha turma, no 4º Ano entraram várias jovens no 4º Normal. Até o 3º nós éramos 17, mas no 4º normal nós éramos 26.

Entrevistadora: Era muito cara a mensalidade àquela época, assim, para a Catolé da época, a sociedade, em relação ao nível socioeconômico, era cara?

Entrevistada: Eu não me lembro muito bem quanto custava as prestações. Eu só sei que meu pai apesar de ser pobre nunca atrasou. Quando ele recebia o dinheiro, tanto com minha irmã e depois comigo, ele passava logo pra nós.

Entrevistadora: Porque o seu pai era funcionário?

Entrevistada: Era funcionário público federal, não é? Ele era dos Correios e Telégrafos. Mas as irmãs nunca cobraram muito caro. Em catolé ainda hoje continua que quando a gente dá um passo fora sente como que é praticamente quase de graça.

Entrevistadora: É um trabalho também de voluntariado a senhora quer dizer?

Entrevistada: É um trabalho missionário, as irmãs tinham um trabalho de missionárias, elas eram sempre pobres, pobres.

Entrevistadora: Também gostaria de saber como foi, que a senhora contasse um pouco mais sobre essa experiência com as Irmãs franciscanas de Dillingen, como elas

influenciaram em sua formação educativa, quais lembranças dos seus ensinamentos ficaram marcados em sua memória.

Entrevistada: Olha, eu já conhecia as irmãs à distância, não é? E conhecia porque minha irmã relatava as coisas daqui da escola e elas passavam com as internas para o banho, iam para a igreja, eu já observava até como Irmã Eleonore rezava com toda piedade. Meu primeiro contato foi assim à distância, mas depois que eu passei a estudar aqui foi um contato de professora para aluna, que naquele tempo os alunos tinham uma certa distância e naquele tempo, pra gente cumprimentar uma irmã não era com um abraço, as irmãs alemãs não eram acostumadas a abraços, então era a mão e a gente beijava, era muito interessante, não é? Hoje não, as irmãs alemãs têm o costume das brasileiras também, mas no começo era uma distância. Eu me lembro muito bem de uma vez que eu precisei de um lápis na sala de aula e para mim foi uma honra muito grande quando Irmã Eleonore me emprestou a caneta dela. Ah! Foi uma honra muito grande! São gestos que a gente não esquece.

Entrevistadora: E, assim, elas por terem sido recém-chegadas da Alemanha e por terem outros costumes como a senhora falou, outra língua também, havia dificuldade de compreensão das alunas com relação aos ensinamentos delas?

Entrevistada: No meu tempo mais não porque elas já tinham mais de dez anos aqui, então elas já falavam bem o português, inclusive uma ensinava a parte do português, a redação, Irmã Siegfrieda, era muito sábia em português, era minha professora de português, professora de redação e fazia as correções.

Entrevistadora: A senhora conviveu, eram cinco as fundadoras?

Entrevistada: Sim, eu convivi com todas cinco.

Entrevistadora: Quais eram os nomes?

Entrevistada: Primeiro a diretora e superiora naquele tempo era Irmã Gonzalez, tinha Irmã Engelsindis, Irmã Siegfrieda, irmã Urbana e Irmã Eleonore, não sei se já disse. Gonzalez, Urbana, Engelsindis, Eleonore e Siegfrieda. Elas eram muito ligadas, as duas, e eu queria muito bem a essas duas.

Entrevistadora: Quais?

Entrevistada: Eleonore e Siegfrieda.

Entrevistadora: E por que a senhora queria tanto bem a essas duas?

Entrevistada: Eu estudei várias matérias com Irmã Eleonore, ela me ensinava desenho, eu gostava muito de desenho, eu gostava muito e gosto, não é? DE desenhar, essa parte artística... Ensinava música, eu nunca tive voz, mas eu gostava

da teoria, eu tirava notas ótimas em teoria enquanto a tua mãe tinha a maior dificuldade porque envolvia matemática, não é? E eu gostava e sempre gostei da matemática. Ensinou também pedagogia. Irmã Siegfrieda ensinou português e eu tinha muita dificuldade em escrever naquele tempo, eu sinto que me desenvolvi muito depois a parte de escrita, mas naquele tempo eu tinha pouca criatividade e eu era sempre tímida.

Entrevistadora: A senhora ainda gosta de desenhar?

Entrevistada: Gosto, só não tenho tempo, mas não desenho, não sou assim artista de desenhar livremente tudo não. Até ontem eu peguei num cartão que é o retrato daquele quadro que tem de São Francisco lá na frente, fui eu que recortei, eu gosto muito de recortar. Eu tive duas professoras excelentes de desenho, aqui foi irmã Eleonore e lá em Areia, Irmã Rafaela, que era uma artista e aprendi mais ainda. E com Irmã Eleonore nós tínhamos que aprender desenho geométrico, ampliações, pintura à aquarela né, foi um tempo muito proveitoso sabe, com ela. Trabalhos manuais eu gostava e gosto muito, só não tenho tempo de fazer, era com Irmã Engelsindis, aqui, em areia foi com Irmã Trautlinde e com irmã Filomena.

Entrevistadora: A senhora falou que quando veio estudar aqui, no caso, só aceitavam moças, não havia rapazes, não é?

Entrevistada: Mas naquele tempo.... Eu sei que o primeiro aluno homem foi Antônio, aquele que foi governador, Mariz, Antônio Mariz, foi o primeiro aluno homem. Tem uma foto do colégio, aqui no colégio, que tem os meninos, uma foto dos primeiros homens: Luiz Andrade, eu me lembro bem, teve um menino de Aldo Porto, eu não sei qual deles, tem uma foto, importante aquela foto.

Entrevistadora: Foram nos primeiros anos da escola?

Entrevistada: Não, já não foram nos primeiros anos não, porque a escola foi construída para moças, porque existia o Leão XVIII que era para homens e infelizmente o Leão XVIII fechou. Objetos do Leão XVIII vieram para aqui pro colégio, ainda tem um resto de mesa acolá que foi do Leão XVIII, no gabinete de física também deve ter alguma coisa, nós tínhamos aquelas carteiras conjugadas, talvez vocês tenham estudado nelas, individual e conjugadas antigas, não sei se ainda tem algumas guardadas que foram do leão XVIII.

Entrevistadora: Mas, aí quando fechou o Leão XVIII, esses rapazes, aí foi nessa época que vieram, que abriu?

Entrevistada: Não. Infelizmente os homens ficaram sem ter condições para eles, não é? Que eu disse que meu irmão não podia nem estudar aqui, enquanto que as mulheres foram beneficiadas depois da abertura do colégio, antes eram as mulheres...

Entrevistadora: Então as mulheres se tornaram mais cultas do que os homens naquela época?

Entrevistada: Porque as mulheres antigamente elas iam para Cajazeiras: Aldina, Dona Edimar... elas estudaram em Cajazeiras, era uma dificuldade, não é? E Edimar foi professora minha também, mas não no Grupo... não me lembro se foi no Grupo.

Entrevistadora: Então assim, com relação a essa época, essa época de meados do Século XX, como a senhora lembra da sociedade catoleense, dessa relação desses estudantes do Leão XVIII que eram rapazes e das moças que eram do Francisca Mendes, na perspectiva das relações de gênero, homem e mulher? Como era? Havia as diferenças dos papéis masculinos e femininos? As moças daqui eram preparadas para quê? Os rapazes lá eram preparados para quê? A senhora tem essa leitura?

Entrevistada: Do Leão XVIII eu era muito pequena, eu só me lembro de um 7 de Setembro, que eu morava ali naquela rua da prefeitura antiga, eu me lembro de um encontro ali, de jovens, de farda branca, isso é o que me lembro, eu era muito pequena. Agora aqui no colégio eu já entrei com treze anos, eu acho que o relacionamento masculino e feminino era de muito respeito, não existia a proximidade que existe hoje. Um noivo pegar na mão da noiva isso era muito difícil, era coisa muito rara, o namoro era à distância. Agora como jovens, eu e minha irmã nos reuníamos na casa de Dona Paula Marques, mas era uma roda de amigos, masculino e feminino, normalmente, conversando normalmente.

Entrevistadora: A senhora relembra se havia assim algum tipo de preconceito naquela época?

Entrevistada: Entre rapazes e moças?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: Me lembro não. Havia respeito, não é?

Entrevistadora: E com relação à cor e também à situação econômica? A sociedade se relacionava, jovens daquela época, os estudantes se relacionavam bem mesmo sendo de cores, de raças diferentes e também de situação econômica diferente? A senhora relembra alguma coisa disso?

Entrevistada: Talvez entre famílias alguma distância havia. Mas eu me lembro do meu pai mesmo sendo pobre ele visitava o rico daqui que era Chico Sérgio, era amigo dele.

Otília, filha, era minha colega aqui na escola. Aqui na escola era pobre e rico tudo misturado.

Entrevistadora: Tratamento igual e o relacionamento igual?

Entrevistada: Ou moreno ou branco a gente.... Eu não me lembro que fazia distinção não, sabe? Por exemplo, famílias amigas, meu pai tinha muitos amigos aqui e quando eles iam fazer uma visita os filhos também iam.

Entrevistadora: A senhora conta que a sua irmã mais velha a quem a senhora se referiu várias vezes, ela se casou. E a senhora seguiu a vida religiosa. Havia uma influência daqui, das irmãs, das educadoras de Dillingen no sentido de as moças seguirem a vida religiosa ou ao matrimônio? Como era?

Entrevistada: Elas não viviam assim perguntando se vai ser ou não vai ser religiosa, não é? Sittour quando estudava teve um tempo que ela dizia que ia ser religiosa, mas passou, passou. E, eu nunca dizia, com catorze anos... eu entrei aqui com treze, mas com catorze eu decidi a ser religiosa.

Entrevistadora: E como foi essa decisão assim, que influência a senhora acha que recebeu para tomar essa decisão aos catorze anos de idade?

Entrevistada: Eu não sei, é.... meus pais sempre foram muito piedosos, não é? Aprendi a rezar com minha mãe, não é? E na minha casa a gente ou ia para a igreja ou rezava em casa e aqui no colégio a gente também tinha as nossas aulas de ensino religioso e éramos até obrigadas a assistir à missa do domingo aqui. Nós tínhamos uma farda especial para a missa do domingo e a gente morava lá embaixo, mas subíamos o alto e vínhamos assistir a missa porque tinha um capelão aqui. Eu não sei se toda essa estrutura religiosa familiar e também o exemplo das irmãs... Deus é que me atraiu, não é? Deus que me atraiu. Eu me lembro que eu via Irmã Eleonore e sentia que ela tinha muitos trabalhos, mas isso não me amedrontou, eu pensava eu posso ajudar. Então com treze anos eu terminei o 1º Normal e tinha terminado com doze lá no Antônio Gomes e lá o prefeito Rosadinho deu um prêmio pra quem tirasse o primeiro lugar, eu sei que eu peguei uma parte desse prêmio e aqui no colégio ele deu relógio a Maria do Céu que era excelente e eu tinha muita vontade de ter relógio aí eu pensei eu posso ter um relógio, não pensava que as irmãs precisavam ter relógio ou não, não é? Aí eu pensava em ter esse relógio... isso é besteira, não é, pra botar aí? (risos) Mas são detalhes. Mas eu tomei a minha decisão com catorze anos e ninguém tirou mais da minha cabeça, só que eu nunca disse a ninguém.... Depois eu terminei aqui no colégio e eu estudava datilografia com Irmã Engelsindis e uma vez ela conversando e meu irmão estava no seminário e ela disse se eu não queria ser religiosa, foi a única pergunta. Aí eu não tinha mais como esconder, eu já tinha dezessete anos, foi a primeira vez que eu disse a Irmã Engelsindis. Aí depois ela

passou para minha irmã e aí chegou lá em casa e foi o chororó lá de casa. Mas eu só cheguei a entrar no convento com vinte e dois anos porque meus pais não deixaram, pai logo achou que eu era muito jovem, então eu só entrei com vinte e dois anos e tive a paciência de esperar, de catorze... quando eu decidi com dezessete até vinte e dois são cinco anos, não é?

Entrevistadora: Nesse meio tempo a senhora continuou a sua formação do magistério?

Entrevistada: Nesse meio tempo eu trabalhei no comércio um ano e substituí Maria Celi aqui várias vezes enquanto ela tinha licença gestante, no outro ano eu trabalhei no comércio, foi em 54. Meu irmão mais velho botou um comércio para o meu irmão que tinha muitos filhos e mesmo sem gostar de comércio eu trabalhei. Fui convidada nesse ano a trabalhar num cartório que era de Adonias, hoje é o 2º Cartório. Minha irmã trabalhava no de Benedito Rodrigues e ele pediu para ela me conquistar, mas ela disse que não ia porque sabia que eu não queria. E Chico Sérgio me convidou para trabalhar num escritório que minha irmã tinha trabalhado e eu também agradei, mas quando Irmã Justitia me chamou para ensinar aqui no colégio, surgiu uma vaga que Alta França que ensinava no 2º Ano foi morar no Sul com os pais, aí eu nem perguntei quanto iria ganhar, eu logo aceitei.

Entrevistadora: A senhora nunca se sentiu atraída para o matrimônio?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Nunca pensou em casar, ter uma família?

Entrevistada: Não, porque quando tinha padres que vinham de fora e faziam conferências para as jovens, eu participava e tinha consciência de que o namoro era a preparação para o casamento, como com catorze anos eu me decidi pela vida religiosa, então eu nunca procurei namorar.

Entrevistadora: Irmã, pra finalizar essa parte da formação educacional, eu preciso que a senhora também faça um resumo em forma de relato, mas para entrega posteriormente sobre a sequência da sua formação para o exercício do magistério: onde iniciou, como deu prosseguimento e quais foram as suas influências em sua formação pedagógica e posterior prática educacional. Quais teóricos a senhora relembra que tiveram uma marcante influência na sua prática pedagógica, na sua posterior prática pedagógica. Como o nosso tempo já se esgotou eu vou deixar essas questões para que a senhora faça um relato escrito e me entregue posteriormente. Muito obrigada por sua atenção.

Entrevista 3**Realizada em 27/06/2017**

Entrevistadora: Como era Catolé nesse período?

Entrevistada: Aspectos sócio-culturais predominantes no município de Catolé do Rocha? Bom, Catolé era, 1939 eu não estava, mas na era de 40, né, era uma cidade simples, onde as crianças podiam andar sem companhia na rua, ainda brincávamos de roda e à noitinha, grupos, né: crianças e jovens, a gente brincava. Também os vizinhos se encontravam à noite para conversar, né, na calçada... Tínhamos aqui uma difusora, sabe o que é difusora? Hoje dizem é o som.

Entrevistadora: Móvel, né?

Entrevistada: É. Tinha um locutor que ficava passando as músicas ou atendendo alguém que pedia, aniversário, alguma coisa assim. Aí em determinado horário tinha que desligar. Energia elétrica era um motor que ainda existe lá na entrada do Corrente. É reservado, graças a Deus que ainda conservam. Aí lá, a energia, quem cuidava, dava um sinal para as pessoas correrem para suas casas e chegarem com em casa. Dava o primeiro sinal, segundo sinal.

Entrevistadora: Isso à noite?

Entrevistada: É. À noite. Bom, existia vizinhança que se conhecia. Eu conheço gente daquele tempo que eu era criança, que eu sei o nome ainda. Hoje a gente não conhece mais todo mundo aqui em Catolé, vamos dizer assim, é pouca gente que a gente conhece e que mantém contato. Mas naquele tempo, não. Nos conhecíamos mutuamente, não é? Uma coisa que os meus pais também costumavam fazer era visitar um ao outro. Não na hora que morresse um, mas visitar para conversar. Aí meu pai ia para a casa de Chico Sérgio conversar. Ia para a casa do morador do pai de Zeno Fixina pra conversar, pra se encontrar.

Entrevistadora: Compadres, né?

Entrevistada: É. Ia pra casa dos pais de Maria dos Anjos, dos pais de Dr. Hugo. A gente ia pra lá, éramos amigos. Ia pra conversar. As pessoas paravam para conversar. Eu acho que isso faz parte do aspecto sócio-cultural.

03: 36 aos 4: 20- Interrupção da entrevista

Entrevistada: Sim, então eu acho que a parte social era bastante diferente da nossa. Quando eu já era jovem, então já tinha o passeio lá na praça Sérgio Maia, passeava pra lá e prá cá. Só que eu não gostava muito, porque não estava dentro das minhas...

Mas que as jovens iam para conversar, se encontrar, passear até determinado horário, não é? Tinha os horários de chegar em casa, mesmo homem.

Entrevistadora: Como era que as famílias, assim, aumentavam? As moças casavam sempre assim por indicação dos próprios familiares naquela época ou já tinha essa coisa de escolher livremente? Como que a senhora lembra?

Entrevistada: Escolher?

Entrevistadora: Sim, a questão dos noivos, dos casamentos? Tinha muito da indicação das famílias?

Entrevistada: Dos pais? Não. Tinha não.

Entrevistadora: Já era mais livre?

Entrevistada: Eu sei que os meus irmãos eles é quem escolhiam. Eles escolheram. Meu irmão, quando nós viemos para cá, meu irmão já era noivo, nem veio morar aqui, só veio nos trazer. E depois teve os outros seguintes que cada um escolheu sua noiva e minha irmã custou muito a se casar, não se agradava por certo. Casou com um que veio de fora. Mas não havia. Agora, meu pai... não era tudo...

Entrevistadora: Tinha uma seleção, não é? Passava por uma avaliação?

Entrevistada: É. Teve namorado de minha irmã que meu pai não aceitou de jeito nenhum. Mas ela foi muito obediente e graças a Deus depois se casou muito bem. Mas não havia isso não. Agora os namoros eram realmente sérios. Não era brinquedo de namoro como hoje. Hoje é bem diferente, não é?

Entrevistadora: Eu li num livro, não sei se foi no “O Mago de Catolé”, sobre João Agripino, que as famílias, teve um desentendimento aqui entre as duas famílias, Suassuna e Maia, e que começou devido a um namoro que não era aceito pela família.

Entrevistada: Isso eu não sei. Isso foi fora do meu tempo, não é?

Entrevistadora: Aí, assim, eu fiquei pensando, será que isso era uma prática comum?

Entrevistada: É claro que tinha naquele tempo moças que precisavam fugir porque o pai não queria o casamento, não é?

Entrevistadora: Era mais comum, não é?

Entrevistada: É. Era mais comum fugir. Mas não era todo casamento que era fugido não.

Entrevistadora: E a política? Como era a política, irmã? Era, assim, naquela época, já tinha as eleições?

Entrevistada: Tinha. A política tinha aqui, quando eu era criança, adolescente, por aí, eram dois partidos: UDN e PSD e tinha os dois chefes políticos. UDN era do lado dos Maia e PSD do lado de Dr. Sandy.

Entrevistadora: Dr. Sandy era a oposição?

Entrevistada: É

Entrevistadora: Como era essa oposição? Tinha muitas brigas ou era mais amigável?

Entrevistada: Brigas... Acho que se distanciavam. Talvez como naquele tempo como católicos e protestantes também se distanciavam, não é?

Entrevistadora: Questão de ideologia, não é?

Entrevistada: É. Ideologia. Porque, quando nós chegamos aqui, por exemplo, os protestantes tinham sofrido a derrubada da igreja, né. Não sei se derrubou totalmente não, mas estragou muita coisa. Quando eu cheguei aqui, os protestantes lá da praça Sérgio Maia.

Entrevistadora: Como assim? Derrubaram que igreja?

Entrevistada: Não derrubaram a igreja toda, mas estragaram muita coisa.

Entrevistadora: Eles que derrubaram ou derrubaram a deles?

Entrevistadora: Não, os católicos que agrediram...

Entrevistadora: Foi mesmo, irmã? Não sabia não desse fato.

Entrevistada: Isso eu era muito pequena não sabe, não dá pra...

Entrevistadora: Rememorar, não é?

Entrevistada: É. Agora a política era muito forte. Tinha a ala feminina e se gritava, se vestia de cores. Também era muito forte como também é hoje. Agora, era perigosa porque as urnas não eram eletrônicas como as de hoje.

Entrevistadora: Então tinha maior possibilidade de fraude, não é? Isso é histórico.

Entrevistada: Eu sei que o meu irmão contou de uma... de Américo, José Américo, não é? Que veio para aqui e o outro não queria e ele bradou ali na praça: Américo! Era Dom Américo Maia, não é? Eu queria muito bem a ele. E José Américo veio para aqui e juntaram a cavalaria, mas aí José Américo não teve medo e gritou ali na praça:

Américo! E foi dizendo as coisas. O que eu não gosto de política é essa abertura demais de dizer as coisas com o outro assim. Mas, o aspecto social, político...

Entrevistadora: E o econômico? Como era Catolé naquele tempo em termos de economia. De que as pessoas viviam?

Entrevistada: Tinha muita agricultura. Tinha as feiras que o pessoal vinha vender no mercado, como hoje tem, mas hoje vem muita coisa de fora, mas naquele tempo, por exemplo a melancia, hoje já é um processo de ter muita melancia. Naquele tempo era raro, era o que dava no roçado no tempo do inverno. Milho verde só no tempo do inverno, né. Feijão verde... Quer dizer, hoje a gente já vive em outra época diferente. Então, quando terminava a safra, aí tinha o algodão, aí tinha usina algodão aqui de beneficiar o algodão, se exportava o algodão. Os caminhões de algodão nas alturas, eu me lembro, né. E que tinha do inverno que a gente podia comer era o jerimum, a melancia, o maxixe, tudo o que vinha por conta do inverno. Então quer dizer que a gente dependia muito do inverno.

Entrevistadora: Como eram as relações de trabalho, Irmã Ana? As relações de trabalho, Catolé do Rocha era muito agrícola, né?

Entrevistada: É. Não havia tantas fábricas como existem hoje. Então...

Entrevistadora: Essa relação patrão, empregado, no campo, era tranquila? Aqui já havia sindicatos?

Entrevistada: Era. Meu pai, por exemplo, era funcionário, mas ele sempre tinha uma roça que hoje é cemitério, era o terreno de Seu Terto, a gente chamava Terto Sapateiro, era um hectare e tinha outro lá no pé da serra que era de Chico Sérgio. Isso era independente. O que partia era o algodão. Podia plantar as outras coisas, né, o que era para partir com o patrão, o dono da terra, era o algodão. Então meu pai vendia o algodão ao Chico Sérgio, a parte dele. E era nesse tempo que as pessoas podiam ir para o comércio e comprar roupa.

Entrevistadora: Tanto patrão como empregado?

Entrevistada: É. Tanto patrão como empregado. Aí meu pai colocava pessoas para limpar o mato, né. Aí tinha um bom relacionamento como eu disse, meu pai ia visitar um que trabalhou pra ele, ele ia visitar, não como patrão, mas como amigo. Era diferente, não era patrão, não tinha carteira assinada, ele trabalhava para ganhar o dinheiro, né, por aqueles dias, aqueles momentos que...

Entrevistadora: isso também fazia com que muita gente também não estudasse, não era Irmã Ana?

Entrevistada: Ah era!

Entrevistadora: Porque se dedicava ao trabalho, né?

Entrevistada: Era. Aí tinha aqueles que eram comerciantes, os que eram comerciantes de carne, por exemplo, tinha o açougue, separado, aí tinha o mercado central que hoje é aquela praça que não terminam, né, ali era o mercado central, um dos mercados. Quando a gente chegou, onde tem o fórum hoje, fórum não, a Assembleia dos Vereadores, ali era o mercado, quando a gente chegou estavam demolindo, ainda tem uma parte, aquela rua onde tem agora a grande loja de Rio do Peixe que continua uns quartos pequenos, ali era o antigo mercado, depois foi demolido e foi construído esse outro onde é praça, aí finalmente no tempo de S. José Sérgio ele construiu esse aqui em cima e no tempo de Dr. Leomar ele construiu aquele outro lá embaixo que é diária, né. É, a vida social era diferente, era bem mais simples.

Entrevistadora: E a questão religiosa era dividida entre católicos e protestantes?

Entrevistada: Aqui só tinha uma igreja protestante e a igreja matriz, a capela do colégio que depois virou sala de aula. Essa capela (atual) só foi construída em mil novecentos...terminada, inaugurada, consagrada, sagrada né? O bispo veio sagrar, em 1960. Pra você ver que capela tinha a igreja matriz, a capela do Monte e a igreja São José, a capela São José é das mais antigas capelas daqui porque queriam fazer a zona de prostituição pra lá e o pessoal do Corrente se juntou, aí vem a união, a união faz a força, e o pessoal fez festa e construiu a igreja, evitou que se colocasse lá a zona de prostituição.

Entrevistadora: Interessante, Irmã Ana.

Entrevistada: Não sabia disso não? Então tinha zona aqui atrás do colégio... Mas agora não existe mais isso, é parte mais grã-fina que é motel, né. Existe prostituição, existe, talvez muito mais né?

Entrevistadora: Em outros moldes, em outros modelos, né?

Entrevistada: É. E as modas, a parte social, custava muito a chegar aqui em Catolé. Até chegar uma revista pra ter os modelos mais novos, isso custava. Eu lembro minha mãe dizendo “Quando termina lá no Rio é que começa a moda aqui!” Hoje é diferente, os meios de comunicação eram muito limitados, o rádio, aqui tinha o rádio que era de S. Granjeiro, aí o meu pai ia pra lá pra ouvir o noticiário, se reuniam para ouvir as notícias, isso era motivo de encontro. Era muito diferente a vida social muito mais simples, muito mais amizade assim...não sei, isso eu não posso medir a amizade não, tem muita gente uma amiga da outra. Mas era diferente...

Entrevistadora: Os costumes, né?

Entrevistada: Os motivos de aproximação. Comércio não existia os supermercados, era as bodegas.

Entrevistadora: Eu acho que hoje também existe mais desconfianças entre as pessoas do que antigamente, não é?

Entrevistada: É, as pessoas confiavam. Não tinha banco, pessoas particulares emprestavam dinheiro à outra à juros. Acho que essa parte social tá bom, não é?

Entrevistadora: Está bom.

Entrevistada: Economia...

Entrevistadora: Quais nuances do intercâmbio cultural estabelecido entre as irmãs franciscanas de Dillingen e os catoleenses pode ser destacado?

Entrevistada: É claro que elas vinham com uma cultura de um país já desenvolvido, né, e, eu acredito que dentro das próprias aulas que davam isso foi desenvolvendo. Mas, por exemplo, aqui em Catolé do Rocha a parte de teatro, a parte de música, as irmãs introduziram. O ensino de violino, de piano, de acordeão, isso tudo era aqui no colégio, era um ponto cultural. E festa de formatura era um dia de festa na cidade, em cada casa que tinha uma concluinte era uma festa que convidava os amigos para um almoço! Quantas vezes eu fui com os meus pais que eram convidados para esse almoço. Era um almoço porque à tarde era a formatura, então recebia-se o convite para essa formatura aqui no colégio.

Entrevistadora: Era um evento social.

Entrevistada: Um evento social e cultural porque as irmãs elaboravam peças. Irma Siegfrieda que era a que passou até 1950 aqui em Catolé, ela elaborava peças como por exemplo Iracema, a peça Naiá, a Índia.

Entrevistadora: Iracema de José de Alencar?

Entrevistada: Sim. Ela elaborou, Iracema a virgem dos lábios de mel. Então entrou aqui as alunas praticando o coro falado, dois coros, um declamava uma parte o outro declamava outra parte. E, dentro dessa festa tinha também a dança, aqui (aponta para uma foto), no meu tempo, aqui sou eu, aqui o grupo de dança. Eu era o dia coroadado do Sol.

Entrevistadora: O dia coroadado do Sol?

Entrevistada: É. Isso foi em 49, em 49, né.

Entrevistadora: isso elas trouxeram de lá, da Europa?

Entrevistada: É, bom, deve ser costume de lá, né?

Entrevistadora: Aqui não havia?

Entrevistada: Aqui foi introduzido o coro falado, danças. Lenilda que fez tantas danças aí, mas ela aprendeu com quem?

Entrevistadora: era isso que eu ia perguntar, essa dança artística que aqui sempre foi referência também foi influência delas?

Entrevistada: Foi, foi influência. Eu vou dizer uma coisa que eu acho, o pessoal passar pano úmido na sua casa...era varrido com vassoura, mas as irmãs faziam limpeza aqui com água, foi introduzido.

Entrevistadora: Não era costume daqui?

Entrevistada: Que eu me lembre da minha casa não. Depois é que foi introduzido.

Entrevistadora: Foi uma inovação que elas também trouxeram?

Entrevistada: Era uma coisa muito simples, mas tanto que eu me lembro que na minha casa se passava vassoura, era piso de tijolo e passava vassoura só. Mas aí depois foi introduzido essa outra parte. É muita coisa que nós aprendemos com as irmãs. Eu acho também na parte educativa, de dizer bom dia, boa tarde, essas coisas. Também a parte patriótica, né. Aqui nós cantávamos o hino nacional todo dia! Terminava a aula de doze horas, como o sol era muito quente, aqui na galeria, formadas, nós cantávamos o hino nacional. Tocar hoje é difícil pra até a gente formar esse povo. Uma vez na semana o hasteamento da bandeira e esses últimos dias com o São João já foi relaxado, né. Mas eu acho que foi muita coisa que nós aprendemos, sabe? A parte manual, por exemplo, trabalhos manuais, por que que o povo daqui faz crochê, faz tricô, borda ponto cruz?

Entrevistadora: Nada disso sabia?

Entrevistada: Foi tudo com a gente, aprendeu com as irmãs.

Entrevistadora: Não havia antes?

Entrevistada: Antes eu não me lembro não. Também eu era pequena, né, quando eu cheguei aqui. Mas, quem passou por aqui aprendeu essas artes manuais, bordar, os vários tipos, ponto cruz ou outros pontos, fazer crochê, tricô artístico que é quando você faz e depois coloca num arco, esses arcos ninguém conhecia isso aqui, muita coisa.

Entrevistadora: Pintura também?

Entrevistada: Pintura, ah! Ampliar, eu aprendi, de um desenho pequeno a gente fazia um desenho grande ampliando. Pintar à tinta aquarela eu aprendei com Irmã Eleonore. As tintas, essa coisa todinha como se forma as cores. Perspectiva, a gente ia, parece que foi no primeiro ano do Normal, nós fomos para a estrada para entender e ver a perspectiva, que o mais distante vai se tornando mais estreito. Isso eu aprendi aqui e não me esqueci mais. Desenhos geométricos, desenhos na perspectiva, fazer uma casa na perspectiva... a casa como se faz hoje é só um quadrado.

Entrevistadora: Essa questão de se mostrar a coisa prática, não é?

Entrevistada: Ah sim, pois você veja que até pra ver a perspectiva numa estrada a gente foi mesmo.

Entrevistadora: A questão dos frutos que a senhora havia falado, que elas ensinavam como era concretamente o fruto seco...

Entrevistada: Ah sim. As flores, desenhar ao natural, pau ' arco, por exemplo. Eu digo que foi da fundação porque minha irmã já desenhou um pau d'arco, tinha no caderno dela um pau d'arco já pintado à aquarela, pau d'arco uma árvore. Aqui tem uma foto que tem Irmã Eleonore embaixo da árvore (aponta para uma foto).

Entrevistadora: É o pau d'arco?

Entrevistada: O pau d'arco, esse aqui (aponta para a foto). A gente aprendeu muita coisa.

Entrevistadora: E naquela época só havia aqui em Catolé o Grupo Antônio Gomes e o Leão XVIII?

Entrevistada: O Leão XVIII estava fechado. Fechou por um tempo, depois no tempo de Padre Serrão ele tentou abrir, eu sei até que Sittour (irmã) ainda ensinou lá, era masculino, né. Aí depois quando chegou Frei Marcelino, era um tempo mais moderno, que ele começou aí a construção.

Entrevistadora: A senhora acha que elas inovaram também com a questão metodológica, de trazer para a população, para os que podiam estudar aqui no colégio, essa metodologia mais a partir do concreto?

Entrevistada: Acho que sim. Porque antes tinha a escola de Dona das Dores que era ainda palmatória. Eu morei não muito distante de lá, era a mesa e ao redor da mesa os alunos ficavam, né, e no sábado tinha a sabatina, que tinha os bolos também, bolos de palmatória, não é bolo de comer não. E ninguém nem...pai já colocava lá que era pra...

Entrevistadora: Receber mesmo?

Entrevistada: Hoje a gente não pode nem pegar na mão de um mais forte porque a ...

Entrevistadora: Tá agredindo?

Entrevistada: É, era bem diferente. Quer dizer, eu conheci Donas das Dores, nunca fui aluna dela, mas eu sabia que a metodologia dela era assim.

Entrevistadora: Era mais decorativa, não era?

Entrevistada: Era muito aceita, muito aceita naquela época. Agora com as irmãs é claro que não teve essa metodologia, nunca ouvi falar.

Entrevistadora: Trouxeram também...era outro tipo de cultura que elas de certa forma trouxeram, não é?

Entrevistada: Era outro tipo de cultura. Eu sei que em muito tempo do ensino aqui o método era o método fônico, ouviu falar? Aí era: "O cachimbo de Seu Benedito fazia pei, pei, pei!" Era ensinando o p. Eu não aprendi por este método, eu até hoje não sei que método foi. O meu método era de cobrir as letras, né. Madrinha Zulmira era a minha professora e alfabetizadora, eu me lembro que a gente cobria as letras, ela fazia um caderno. Outra coisa que eu tenho muita vontade até de adotar, não sei nem se é errado, é...não vou mais adotar porque estou no fim da minha carreira, mas, a caligrafia...eram conhecidas as letras boas aqui. Hoje quase a gente não lê as letras dos alunos. Por isso eu acho...vou fazer como Maria Céli: "Uma coisa foi Catolé antes do Francisca Mendes ou antes das irmãs chegarem e Catolé depois." Eu me lembro de Maria Celi fazendo essa divisão: antes e depois. Agora depois, agora, atualmente, são muitas escolas, outras escolas, não é mais...

Entrevistadora: A população aumentou também, né?

Entrevistada: A população aumentou, vieram as escolas oficiais, outras escolas particulares surgiram, né?

Entrevistadora: Também tem uma abertura maior para que todos possam estudar, não é?

Entrevistada: É. E os professores já são...já têm outra formação, é tudo...é diferente. Os próprios alunos têm outra formação, é bem diferente. Nós que bebíamos do que era oferecido aqui.

Entrevistadora: Quais as suas percepções sobre as relações de gênero, sobre o papel do homem e da mulher na sociedade?

Entrevistada: Atual?

Entrevistadora: Antigamente e atual. A senhora pode fazer esse contraponto?

Entrevistada: E será que eu vou saber, menina?

Entrevistadora: Vai.

Entrevistada: Eu acho que antigamente havia mais respeito de um gênero para outro, haja vista até que os namoros eram em casa, um namorado, até no tempo de Sittour, um noivo a dar a mão, dar o braço...hoje tudo é agarrado, muito diferente. A diferença é grande, não sei nem dizer o grau, sabe? Aquilo que você perguntou, se cada um escolhia o seu namorado? Se escolhia, mas se respeitava mutuamente. Uma jovem que saísse grávida era absurdo. Hoje, se aceita numa boa. Que acontecia, acontecia, mas era mais raro. Hoje o tanto de mães solteiras, de mães que se separam, que separam e veem as dificuldades dos filhos. É muito difícil. Escola hoje é muito difícil porque estamos numa sociedade totalmente diferente.

Entrevistadora: Mas as mulheres, naquela época, elas já trabalhavam, elas tinham possibilidades de trabalho? Como era essa questão do trabalho?

Entrevistada: Pra quem?

Entrevistadora: Nessa época, nesse início da segunda metade do século XX como era a questão do trabalho nessa perspectiva de gênero? As mulheres, quais eram as possibilidades?

Entrevistada: Aqui na cidade?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: Era de ensinar, trabalhar no comércio... Eu trabalhei no comércio, mas antes de mim já tinha, mas não tanto. As moças tinham uma vida mais simples, mais caseira.

Entrevistadora: O que que uma mulher poderia, vamos dizer assim, almejar, naquela época em termos de ascensão ou de satisfação pessoal, profissional? Se pensava dessa forma?

Entrevistada: Olhe, quem era rica, que podia ir para outra cidade, aí podia ir. As que moravam no sítio, que os pais podiam, botavam internas aqui. Antes daqui elas iam para Cajazeiras, que tem a Escola Nossa Senhora de Lourdes.

Entrevistadora: Já havia?

Entrevistada: Já, uma das mais antigas que tem por aqui. Mas eu acho que muitas mulheres não podiam se realizar mesmo, muitas faziam o primário, vir para o colégio depois fazer o Normal...não tinha opção não.

Entrevistadora: Até ensinar depois também era difícil, né?

Entrevistada: É.

Entrevistadora: Porque naquela época era por indicação, não é isso? Os empregos?

Entrevistada: É os contratos pelo Estado.

Entrevistadora: Não havia concurso, né?

Entrevistada: Não, não havia. Aí era mais por prestígio político.

Entrevistadora: Então até o trabalho em si era difícil?

Entrevistada: Era, era difícil.

Entrevistadora: Tinha que ter um conhecimento, um apadrinhamento, não é?

Entrevistada: Era. Depois é que, por exemplo, cartório, minha irmã trabalhou num cartório. Acho que eu já escrevi sobre isso, eu não quis, não era a minha opção.

Entrevistadora: Vamos falar da senhora. No caso a senhora, enquanto mulher, pessoa e mulher, como se via naquela época? A senhora tinha já as suas escolhas, não é isso?

Entrevistada: É, porque eu vivi numa casa simples, minha mãe costureira, meu pai funcionário público federal, naquele tempo, correios e telégrafos, e nós tínhamos uma vida muito simples em casa, sabe? Luxo, se fazia uma festa aí se tinha sempre um vestido novo, isso era praxe, a missa da padroeira de nove horas era a missa dos vestidos novos.

Entrevistadora: Um desfile?

Entrevistada: Ah, isso era uma novidade, todo mundo não ia ter um vestido velho nesse tempo, né. Sim, eu como mulher que você perguntou...

Entrevistadora: Havia uma distinção também, assim, os pais já faziam uma distinção: o filho homem tinha um destino pré-estabelecido, a filha mulher...?

Entrevistada: Não. Na minha casa não tinha não. Bem, os filhos homens na minha casa era pra ser alfaiates, um ensinava ao outro. O mais velho aprendeu a arte de carpinteiro, mas depois sentiu que era prejudicial à saúde, tinha muita poeira, né. Ai

então ele deu um móvel para uma outra pessoa ensinar a arte da costura. Então ele foi alfaiate e ensinou aos meus outros dois irmãos a serem alfaiates. E meu pai como não podia mandar Gervásio para o seminário, queria mandar para a alfaiataria, mas ele dizia: “Eu não vou ser alfaiate, meu pai só que os filho pra (risos), agora me lembrei, pra ser alfaiate e casar com professora!” Porque todos três eram casados com professoras. Casar com professora era muita coisa naquele tempo, né. Mas, eu digo assim, a vida social e doméstica era tudo muito mais simples.

Entrevistadora: Acho que não se chegava nem a pensar nessas questões: isso é de homem, isso é de mulher...era uma coisa meio que natural?

Entrevistada: É. Os homens viviam na casa do pai, obedecendo os pais, até se casar. Horário de chegar em casa, os homens tinham, não ficavam até meia-noite na rua não. O baile era bem pertinho da minha casa e nove horas, se meu irmão não chegasse, o que dançava, né, meu pai ia buscar e eles obedeciam. Quer dizer, hoje é muito difícil.

Entrevistadora: Mas também tinha casamentos, assim, desestruturados, não era irmã, naquela época, já?

Entrevistada: Sim, isso aí acho que tinha...

Entrevistadora: Porque a gente sabe que tinha essas relações também...

Entrevistada: Mas não tanto como agora, que se troca de mulher e de homem como se troca de roupa. Isso não tinha não, havia mais comedimento. Eu acho que havia mais respeito, eu acho.

Entrevistadora: Tolerância também, não é? As mulheres toleravam, assim, pelos costumes.

Entrevistada: É. Meus irmãos, pelo menos, se casaram porque se casaram mesmo...Que mais? Conflitos, contradições foram significativos em seu percurso profissional?

Entrevistadora: O que a senhora pode destacar que foi mais difícil nesse seu percurso, nessa sua trajetória profissional?

Entrevistada: Iolanda, eu tive no meu percurso profissional, eu tive uma turma só, eu nem sei se devia dizer isso ou guardar segredo, mas não vou dizer qual foi a turma não. Teve uma turma que me deu muito trabalho, que chegou uma vez ao ponto de dizer não vou mais entrar nessa turma. E depois me pediram muito e eu terminei cedendo e entrando. Foi uma única turma.

Entrevistadora: Mas por qual motivo? Assim, o que é que foi tão difícil no trabalho com essa turma?

Entrevistada: Comportamento. Eu sou dessas que eu não sei dar aula sem ninguém prestar atenção, sem ter a atenção, sabe?

Entrevistadora: Então já foi mais recente, né?

Entrevistada: Eu tenho muita dificuldade de eu estar dando aula, preparar a minha aula e fulano, cicrano e beltrano conversando. Eu procuro conquistar o máximo possível para a atenção. Então teve essa turma que tinha umas pessoas difíceis.

Entrevistadora: Irmã Ana, só para registrar, isso faz parte do presente ou foi mais...

Entrevistada: Não, isso já foi como religiosa.

Entrevistadora: Então, isso foi no recorte temporal ainda do início da sua trajetória ou já mais do presente?

Entrevistada: Não, isso foi antes de ser diretora, de assumir a direção.

Entrevistadora: Então foi logo no início da sua trajetória?

Entrevistada: Porque eu fui professora muitos anos. Eu só assumi a direção depois que eu terminei a faculdade, em 77.

Entrevistadora: Então foi antes da direção isso aí? E marcou a senhora?

Entrevistada. Foi. Ah, me marcou pra vida inteira.

Entrevistadora: Era uma turma numerosa?

Entrevistada: No primeiro ano que eu ensinei, na turma tinha um menino que era, não era, como é que eu posso dizer...mentalmente...

Entrevistadora: Tinha deficiência?

Entrevistada: Tinha comportamento extra...de pular carteira e de tudo, foi difícil, mas era criança, era diferente. Mas, depois de pessoas já no ginásio em diante...

Entrevistadora: Essa turma que a senhora se refere foi do primário ou foi do Curso Pedagógico?

Entrevistada: Essa turma foi até o terceiro Pedagógico.

Entrevistadora: Essa turma que a senhora falou? Porque a senhora disse que ensinou as séries iniciais, né, e ensinou também o Curso Pedagógico.

Entrevistada: É porque a essas alturas, com a idade que eu estou, muita gente já passou por mim, sabe Iolanda? Passou como? Como aluno, aluna, passou como professores por causa da coordenação pedagógica, passou como aluna do Pedagógico, passou como aluno de ginásio, como aluno de Científico, porque eu ensinei também o Científico, eu ensinei no Estado, né.

Entrevistadora: A senhora ensinou no Estado? A senhora ensinou aqui em Catolé em quais escolas?

Entrevistada: No Estadual. Eu ensinei 1º e 2º Científico, dois anos. Aí depois eu fiz vestibular e fui cursar Pedagogia. E eu ensinava numa escola estadual, Sesquicentenário, lá.

Entrevistadora: João Pessoa. Durante o período (do curso de Pedagogia), né?

Entrevistada: É. Estudei por quatro anos.

Entrevistadora: Como foi essa experiência no Sesquicentenário?

Entrevistada: Eu ensinava matemática, matéria que eu gosto. Foi boa.

Entrevistadora: Só ensinava matemática?

Entrevistada: É. Só que tinha um menino, não sei se era apaixonado por mim, o que era, aí eu mudei de turno. Parece que eu estou vendo a cara dele. Hoje deve ser um homem de bem, né. Mas foram muitos alunos que passaram por mim.

Entrevistadora: Mas voltando para essa dificuldade que a senhora relatou, era uma turma então de Magistério, de Pedagógico?

Entrevistada: Foi de Magistério, mas começou no ginásio.

Entrevistadora: Sim, foi porque a senhora ficou com essa turma? A senhora foi dando continuidade?

Entrevistada: É. Foi trabalhosa, me fez de...

Entrevistadora: Foi um desafio?

Entrevistada: Mas de um lado elas tinham razão porque elas queriam muito bem à professora anterior e durante o ano eu fui substituí-la, então, é difícil para um adolescente. Agora, eu pra superar isso aí não foi fácil também não porque eu estava principiando o ginásio, eu cheguei depois do noviciado, só tinha ensinado a pequenos aí fui ensinar a maiores, havia a dificuldade pessoal.

Entrevistadora: Isso a senhora acha que foi um marco?

Entrevistadora: Não. Eu acho que não foi um comportamento por maldade, mas fui eu que não as soube conduzir. Eu penso, sabe? Na minha maneira de ser, de agir. Eu podia...eu penso, que elas me deram trabalho, deram...

Entrevistadora: Eram mulheres toda a turma?

Entrevistada: Eram mulheres, tinha nenhum homem não. Mas elas tinham um motivo afetivo, sabe? É diferente. Mas isso foi ruim porque perdurou. Mas foi a única turma, graças a Deus. Que existe em cada turma aqueles que dão trabalho, existe. Mas a gente sabendo contornar, né? Eu estava sendo nova no Magistério, não tinha ainda a faculdade também.

Entrevistadora: A senhora se sentiu, em algum momento da sua trajetória, se sentiu cansada, desestimulada, sentiu vontade de desistir?

Entrevistada: Desistir do Magistério?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada. Não. Eu ainda tenho coragem que ainda essa semana dei aula, semana passada.

Entrevistadora: Deu aula de quê?

Entrevistada: Foi de religião. Foi substituindo Irmã Joselma. Mas é muita inquietação, grupinhos, é inquieto, é da época. Eles não param, entendeu? Não é por maldade, nem nada não, é porque é diferente. Quer dizer, pra eu ensinar agora ao público, assim, de adolescentes, isso fica difícil pra mim, na minha idade. Nem também sou tão bem aceita como se chegar uma professora mais jovem, né? Isso aí é normal. Agora, ao Curso Normal eu ensinei até 2015.

Entrevistadora: Era isso que eu ia perguntar à senhora agora, porque em uma das últimas conversas que nós tivemos a senhora disse que todas as turmas do Magistério, do Curso Pedagógico aqui do colégio passaram pela senhora.

Entrevistada: Passaram.

Entrevistadora: Eu queria que a senhora contasse um pouquinho como foi essa experiência no Curso Pedagógico.

Entrevistada: Pra minha pessoa foi maravilhosa porque eu ensinava aquilo que gostava mesmo, né. É interessante, quando eu era aluna do Pedagógico, lá em Areia, eu nem pensava de um dia ser professora de didática, não era matéria tão querida. Mas depois que eu assumi, depois que eu fiz esse curso em Belo Horizonte, eu tinha vontade de ensinar até às criancinhas da alfabetização. Depois que eu fiz o curso, eu

voltei toda entusiasmada. E eu procurei trabalhar e inovar a parte metodológica. Você passou por mim, não é?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: Mesmo eu não estando em Catolé eu vinha. Quando eu fazia faculdade, eu vinha trabalhar aqui, uma semana, ou orientar professoras...eu nunca me desliguei do Francisca Mendes de 77 até agora. Não, de 77 não, de 62, quando eu vim pra cá. Desligar, mentalmente, nunca. E de ação, não é só de mentalmente não, porque quando eu fazia faculdade eu vinha, quando eu podia sair de alguma coisa na faculdade, aulas ou dias livres, aí eu via também lá na escola a possibilidade de sair, a diretora era muito boa...então eu vinha, fazia minha bolsa, dava aula à tarde e na hora do ônibus eu saía e chegava aqui de madrugada. Aí ou eu dava aulas ou orientava professores.

Entrevistadora: Quais foram as didáticas que a senhora ensinou neste percurso do Magistério, do curso Pedagógico?

Entrevistada: Didática geral não sei nem quantos anos eu ensinei. A minha especialização era em didática da matemática, mas eu ensinei didática de ciências, didática de estudos sociais, didática de linguagem. (momento de interrupção da entrevista)

Entrevistadora: Repita por favor.

Entrevistada: Eu ensinei todas as didáticas e coordenei, trabalhei na prática pedagógica até o último ano. Trabalhei juntamente com...antes de fazer o curso em Belo Horizonte eu ajudei Irmã Eleonore, ela já me confiou até orientar professores. Irmã Eleonore foi um grande, um grande...foi uma grande força para mim. Foi muito amiga, não só foi minha professora, mas foi também minha amiga, de convivência. Você uma vez me perguntou sobre a convivência com as irmãs, eu tive uma convivência muito boa, graças a Deus, tenho convivência também boa atualmente. Agora, de Irmã Eleonore, a prática pedagógica eu comecei juntamente com ela, ela me levava, ela me confiou correção do estágio e depois do estágio eu a acompanhava. Quer dizer que foi quase como uma...posso dizer estágio para mim, entende? Porque depois que ela saiu e que eu fiquei só, eu continuei, né. Mas eu fui passando também, como diretora eu não podia assumir mais turmas. Antes eu podia assumir tudo, né, as várias didáticas, eu era toda para o magistério, pra sala de aula, minha função era sala de aula. Apesar de ter sido vice-diretora, mas não deixei de ensinar.

Entrevistadora: Irmã Ana, a senhora acha que de alguma forma elas escolheram a senhora pra dar continuidade a essa tarefa delas ou foi algo ocasional?

Entrevistada: Não sei, eu acho que...Eu cheguei aqui em Catolé eu ensinei até higiene e puericultura. Eu vim para trabalhar na secretaria no lugar de Irmã Margarida e isso aí durou poucos dias porque já me botaram pra outra coisa, aí veio mudança de horário porque eu entrei nessa turma para substituir. Eu estudava com Irmã Gertrudes pra poder ir dar aula, não tinha tanta segurança na matemática...isso talvez tenha influenciado. Só que eu gosto da matéria, sempre gostei. Aí, não sei, foram me entregando e eu nunca disse não. Na noite que eu cheguei aqui, as duas minhas irmãs que vieram comigo foram dormir e eu fui já para a sala de trabalho das irmãs e naquele dia Irmã Francisca já disse que eu ia ensinar higiene e puericultura. E eu que vinha do noviciado, de bem obediente, sem questionar, não questionei, assumi.

Entrevistadora: Não podia questionar, irmã?

Entrevistada: Podia. Claro que todo mundo pode...Mas, eu assumi e dei conta graças a Deus.

Entrevistadora: Como era ensinar higiene e puericultura naquela época?

Entrevistada: Olhe, eu ia ensinar ao 4º Normal Regional. Eu tinha terminado o curso Pedagógico e tinha estudado essa matéria que nem era muito querida minha, né, mas eu estudava e ia ensinar.

Entrevistadora: Porque também foi um movimento, né, um contexto, época das doenças, das epidemias e aí a necessidade de modificar os hábitos da população. Tudo isso, né? As disciplinas, de certa forma, seguiam um ritmo, não é irmã?

Entrevistada: É. Eu sei que eu seguia aquele livro, estudava mais, e ensinei, trouxe até Dona Julita para mostrar a como dar banho em criança.

Entrevistadora: Havia uma curiosidade, uma vontade de aprender essas questões? A senhora lembra?

Entrevistada: Não me lembro muito não. Foi uma turma do 4º Normal...Eu trabalhei bem.

Entrevistadora: O Curso Pedagógico teve um período de muita projeção, não é, aqui em Catolé do Rocha, foi referência na região?

Entrevistada: Foi, muito.

Entrevistadora: E Entrevistadora: ele foi, de certa forma, ao longo do tempo, decaindo, né irmã?

Entrevistada: É. Depois desse Normal Regional que teve o Pedagógico, Irmã Eleonore foi a Belo Horizonte fazer um curso, depois as professoras de lá vieram dar cursos em

João Pessoa e a coordenadora, não sei que simpatia ela teve comigo, pediu muito e falou com Irmã Eleonore — ela era a minha mestra, né, tinha sido minha mestra — pra que eu fosse fazer esse curso. Então eu recebi bolsa do Estado.

Entrevistadora: Foi o de Belo Horizonte?

Entrevistada: Esse de Belo Horizonte, recebi bolsa. Bom, mas voltando ao Magistério, ao Pedagógico, eu não sei...eu gosto tanto do Magistério que queria muito bem e ensinava com muita alegria. O Pedagógico, teve um tempo que nós fizemos...tínhamos o 4º Normal, Estudos Adicionais, nós tínhamos aula à noite aqui, por um período de dois anos nós tivemos esse curso aqui. Que fazia esse 4º Normal podia ensinar ao 5º Ano, que era a 5ª Série do Ginásio...5ª e 6ª, parece que era até a 6ª. Tinha licença, foi por volta de 1978. Sei que nós recebemos a licença, fizemos o projeto e tínhamos os Estudos Adicionais que valia, era um estudo que dava direito àquelas alunas concluintes ensinarem no Ginásio. Era a falta de professores formados, né, naquela época. E eu fui professora, me lembro que fui também professora de Psicologia da Aprendizagem. Era à noite, duas turmas. À noite era um movimento aqui no colégio, era uma beleza, era muita gente. Mas nós tivemos muita gente no Curso Normal, mesmo durante o dia, turmas grandes, que enchia a sala, aí umas 70 pessoas. Agora, o Magistério foi desprestigiado pelos poderes públicos, poderes de legislativos, por aí, que quem vai fazer concurso, eu acho que eu já falei isso pra você, que faz o concurso só pode quem tem faculdade, enquanto que a lei, até a atual, é o profissional em educação é aquele que tem faculdade ou o 4º Normal em nível médio, artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases e, pelo que eu li, não se reprova isso ainda não.

Entrevistadora: E houve também uma grande divulgação não é, nesse sentido...

Entrevistada: É, mas não obedecem, não obedecem essa parte. E agora, a nova lei pede, exige, não é só pedir, prescreve, né, que tem que ter profissão dentro do curso. São cinco coisas que é...cinco que são obrigatórias: língua portuguesa, a matemática, ciências naturais, ciências humanas e uma técnica profissional. É isso que eu estou começando a mudar na nossa matriz curricular e a minha dificuldade é essa profissão, porque o nosso colégio é Colégio Normal Francisca Mendes que eu ainda não cancelei, mas a minha dúvida é se eu botar só o Curso Normal esse pessoal que vem fazendo o Ensino Médio vai embora daqui, entendeu? Eu estou com essa dificuldade.

Entrevistadora: É porque, hoje em dia, é como a senhora falou, também tem o movimento de desprestígio devido à não valorização salarial. Um professor formado, no Brasil, ele ganha 50% de um profissional de outra área. Então um jovem não vai querer mais fazer uma formação para ser professor.

Entrevistada: É, mas o futuro vai nos dizer quando acabar essas professoras do Ensino Fundamental, chegar à idade de não mais ensinar, quem é que vai ensinar?

Entrevistadora: Vai haver uma carência.

Entrevistada: Aqui mesmo para o nosso colégio. Quem é que vai ensinar? Já são dois anos que nós não temos Curso Normal.

Entrevistadora: O último foi em 2015. Formou quantos professores em 2015?

Entrevistada: Em 2015 foram só quinze. Começou gratuito desde o 2º Médio, 2º Normal. O 1º Ano era básico, quer dizer que quem tinha o Científico ou o Ensino Médio já entrava como 2º Ano porque eu coloquei as matérias pedagógicas a partir do 2º Ano. Então gratuito, desde o 2º Ano. E no próprio 2º Ano simplesmente: não, fulano não vem mais não, fulano não vem mais não, fulano não vem mais não. Não vieram nem aqui agradecer, ou pelo menos dizer, não precisava nem agradecer.

Entrevistadora: Uma justificativa, não é?

Entrevistada: É. Então...eu não sei mais o que você me perguntou.

Entrevistadora: Qual a análise que a senhora faz, a senhora já falou um pouco, mas o que a senhora pode dizer da sua prática pedagógica hoje, atual? E das mudanças educacionais que estão em curso, que com a virada do século chegaram, se instalaram e, que análise a senhora faz da sua prática educativa atualmente e dessas mudanças?

Entrevistada: Eu já estou fora (risos), não tenho mais nenhuma classe, né, não estou atuando.

Entrevistadora: Qual o trabalho da senhora então?

Entrevistada: O meu?

Entrevistadora: Educativo?

Entrevistadora: Educativo. Eu tenho a coordenação pedagógica do ensino religioso, tenho a direção geral de toda a escola, tenho a parte de contabilidade, pagamentos, agora, eu sou ocupada o dia inteiro e entro pela noite. Tem as elaborações, elaboro tanto para o ensino religioso...essa semana quero ver se ainda faço uma carta para os pais. Essa parte geral. Eu queria dizer assim, não que eu exija, mas eu estou aqui centralizada, sabe? Ana Cristina é a diretora escolar, tem autoridade, mas ela combina muita coisa comigo, eu participo de reuniões, dou minhas opiniões, estou com elas trabalhando, planejando, sabe? Se é uma festa, uma comemoração, uma coisa, nós planejamos e isso toma também tempo, né?

Entrevistadora: É um trabalho, um trabalho educativo.

Entrevistada: É, nós trabalhamos...ou às vezes certos problemas que elas me pedem ajuda. Às vezes é pra conversar com uma mãe...ainda hoje teve um pai aqui que já veio ontem para eu dar uma declaração, aí eu tenho que autorizar, dizer o estilo para a secretária, toda a documentação é comigo pra assinar.

Entrevistadora: Se sente cansada?

Entrevistada: Ah?

Entrevistadora: Se sente cansada desse trabalho?

Entrevistada: Não sei se é do trabalho em si, mas é claro que eu sinto cansaço como pessoa humana. Trabalhar de manhã, de tarde e muitas vezes à noite, é claro, para quem tem 81 anos, né. É trabalho, um trabalho mental.

Entrevistadora: Pensa em parar, Irmã?

Entrevistada: Ah?

Entrevistadora: Pensa em parar?

Entrevistada: Em parar? Penso. Parar a mente não, mas passar o cargo para a próxima, se Deus quiser, no próximo ano.

Entrevistadora: Já está preparando alguém para assumir essa função?

Entrevistada: No dia 30, portanto sexta-feira, eu completo trinta e seis anos de direção, não é de magistério não, magistério tenho mais conta não. Tenho uma pessoa, Irmã Joselma está se preparando para isso, ela já é a vice. Porque nós temos a direção escolar desde 1999 que eu reassumi, porque estava Irmã Inês e eu estava em João Pessoa na coordenação da comunidade, em 98 eu vim para aqui, em 99 Inês pediu pra sair, aí no meio do ano foi me proposta a continuar e eu assumi, reassumi, então foi no dia 30 de junho que eu reassumi, de 99, mas de maneira diferente, que eu não seria só diretora, mas teria uma outra diretora para assuntos escolares. Não foi fácil porque nem eu sabia como era isso, não tinha experimentado, nem quem assumiu, foi Irene Aguiar, aí ficava muito difícil. (Interrupção da entrevista) Não foi fácil no começo, mas depois a gente foi se ajustando. Ana Cristina é a terceira diretora escolar porque Irene Aguiar adoeceu e pediu a Carla. Carla ficou também sete anos e pediu pra sair e está Ana Cristina, não sei mais quantos anos. E...De maneira que eu deixei a diretoria lá e vim para outra sala para não interferir em certas coisas, mas nós trabalhamos juntas. Precisa, certas coisas, fazer o horário, fazer não sei o quê, conversar com um aluno, mandar chamar pai de aluno...

Entrevistadora: A senhora pretende parar esse trabalho no próximo ano mesmo?

Entrevistada: Espero.

Entrevistadora: E tem projeto?

Entrevistada: O projeto é Irmã Joselma.

Entrevistadora: Não, pra senhora?

Entrevistada: Não, aí o que vou fazer depois depende da província. Se me deixar aqui eu tenho um trabalho para fazer, a parte pedagógica aí pra cuidar.

Entrevistadora: A senhora gosta desse trabalho?

Entrevistada: Pedagógico? Eu gosto. Eu me formei para...como administradora escolar, hoje chama de gestora que eu acho feio, eu sou administradora escolar e supervisora também porque eu me formei em supervisão, além do curso em Belo Horizonte. Eu gosto. Quando eu estudava, fazia o Pedagógico, já até disse hoje, eu nem gostava muito das didáticas, mas agora eu gosto, gosto muito mesmo. O que eu passei para vocês eu passei com toda alma e coração.

Entrevistadora: E continua passando, não é? Porque a senhora continua nesse trabalho aqui, prático, né?

Entrevistada: Não sei, enquanto precisa...Eu estou dando aulas a um aluno que está fazendo, como é que a gente chama? Está fazendo um ano depois que ia levar pau, né? Como é que a gente chama isso? Agora me foge.

Entrevistadora: É...Dependência, não é?

Entrevistada: É, dependência, em religião, amanhã eu tenho aula, individual. Mas, eu sempre gostei de ensinar, de maneira que eu perdi de trabalhar ganhando bem porque eu não queria trabalhar num cartório, trabalhar num escritório. Eu não quis, mas me foi oferecido. Aí quando foi oferecido o magistério eu assumi com todo gosto, não perguntei nem quanto iria ganhar. E o que eu estava dizendo ontem a uma pessoa aqui, o povo da cidade nem sabe, nós irmãs não ganhamos nenhum tostão. Eu como diretora-presidente sou proibida de receber qualquer remuneração. É, a diretoria toda é sem remuneração por causa dos fins filantrópicos. Agora eu posso receber como professoram mas tirar da escola para pagar, por exemplo Irmã Joselma que está ensinando a duas turmas, não recebe nenhum centavo. Nós irmãs vivemos das nossas aposentadorias.

Entrevistadora: É importante registrar isso, Irmã.

Entrevistada: Nós vivemos das nossas aposentadorias.

Entrevistadora: E as que não são aposentadas, as mais jovens? As que não recebem como a senhora falou da Irmã Joselma?

Entrevistada: São sustentadas por nós.

Entrevistadora: Mas pela aposentadoria de vocês ou pela congregação?

Entrevistada: Não, pela aposentadoria. Nós temos duas doentes que as aposentadorias não dão para tudo, só com cuidadores a gente gasta muito mais. É muito difícil a pessoa prostrada, né. E temos duas irmãs que não são aposentadas, mas elas trabalham, são nossas irmãs.

Entrevistadora: E não podem receber da escola?

Entrevistada: Poder pode, mas tem dinheiro para pagar a elas?

Entrevistadora: Não tem? A escola não está bem?

Entrevistada: Não tem. Tem pai, Iolanda, que só pagou a matrícula. O dinheiro do São João eu entreguei a Diva, terminei de entregar hoje para poder terminar de pagar aos professores. O povo aí fora não sabe, mas a inadimplência é grande. Já faz um mês ou mais de um mês que Diva disse que a inadimplência já estava em setenta e um mil.

Entrevistadora: Aumentou, Irmã, com essa questão da crise econômica do país?

Entrevistada: Não, já vem, já vem.

Obs: Nesse momento a entrevistada pede para terminarmos a entrevista porque precisa participar do ofício (momento de oração).

Entrevista 4**Realizada em 30/11/2017**

Entrevistadora: Conte um pouco da história da doação do monumento do Cristo que inicialmente foi colocado na praça de frente o colégio.

Entrevistada: Antigamente não era praça, não é? Era Campo aberto, cemitério. Mendes Ribeiro recebeu, chama Senhor dos Passos, o Cristo carregando a cruz, ele recebeu de um amigo dele da Espanha. O Cristo é feito em bronze, também a cruz que é rodeada de lâmpadas. Mendes Ribeiro já tinha construído o Colégio foi em 1942, 40 que ele fez, 40... 41. Como o colégio era a coisa querida dele mesmo porque quis perpetuar o nome da mãe, ele trouxe aqui construiu esse Monumento e foi colocado na praça do Colégio. Esse terreno pertencia ao colégio e depois virou praça pública e o Cristo estava menosprezado. Em 1992 eu também era coordenadora da comunidade, além de ser diretora e pedi licença à câmara municipal para retirar o Cristo da praça e colocar dentro do colégio, haja Vista que é nosso, temos documento de doação.

Entrevistadora: Do monumento?

Entrevistada: Sim

Entrevistadora: Foi doado então às irmãs?

Entrevistada: Ao Colégio, foi doado ao colégio e eu recebi licença verbal não tenho por escrito a licença, mas o Cristo é nosso tenho documentos aí que falam do Cristo. As imagens, Mendes Ribeiro doou.

Entrevistadora: Existe uma versão que diz que este Cristo foi doado ao padre Américo
Entrevistada: que eu saiba nunca soube disso porque existe adoração ali eu posso lhe mostrar

Entrevistadora: Ou foi doado a cidade por ocasião da... Eu Li em algum lugar, não sei se da ordenação de Padre Américo...

Entrevistada: É, a ordenação de Padre Américo foi em 1945, coincide mais ou menos com a idade do monumento. Mas o que eu sei é que foi doação de um amigo de Mendes Ribeiro a Mendes Ribeiro. Então como o colégio era a menina dos olhos de Mendes Ribeiro ele trouxe e colocou no pátio do colégio.

Entrevistadora: Externo?

Entrevistada: Aqui era pátio do colégio, a única entrada, e o Cristo está olhando para o colégio Então como estava menosprezado com atos inconvenientes aqui, a praça era escura, a cruz comportava dentro do interior abelhas, ninguém cuidava...

Entrevistadora: A cruz era de madeira, é de madeira Cruz?

Entrevistada: A cruz é de metal.

Entrevistadora: Mas as abelhas entravam?

Entrevistada: Porque a cruz era oca, então encontraram abertura e fizeram morada.

Entrevistada: Ele chegou a ser pichado, esse Monumento, quando estava do lado externo?

Entrevistada: não. Tinha um altazinho desse lado que dá para o colégio onde se podia celebrar missa, mas missa de costas. Então em 1992 eu não quis mais esse altar porque não se celebrava mais missa de costas.

Entrevistadora: Missa de costas? Como assim?

Entrevistada: Missa de costas. O padre ficava de costas para as pessoas. Ah! Você não alcançou essa época! Menina, estou muito velha!

Entrevistadora: Por que, irmã, o padre ficava de costas para o povo?

Entrevistada: O rito da igreja era esse, e era em latim as missas. Quando ele ia dizer: “o Senhor esteja convosco, contigo”, ele virava para o povo e dizia “orater”, não, quando dizia “orai irmãos” era “orater frater” É.. Não sei a pronúncia exata... Ele se virava uma vez ou outra para o povo. Quando na consagração, ele de costas para o povo, levantava a hóstia acima da sua cabeça.

Entrevistadora: Para que o povo pudesse ver.

Entrevistada: Pudesse adorar.

Entrevistadora: Interessante...Então, assim, foi mais a questão do descuido com o Monumento, né, que fez com que as irmãs tomassem a decisão...

Entrevistada: Iniciativa

Entrevistadora: A iniciativa de trazer o monumento para dentro do colégio? E essa iniciativa na verdade foi encabeçada pela senhora, não é?

Entrevistada: Foi. Nós aproveitávamos pedras daqui para construção. Você viu né lá nas fotos?

Entrevistadora: Porque na verdade teve que quebrar né?

Entrevistada: Teve que quebrar.

Entrevistadora: Quebrou e refez do mesmo jeito, não é?

Entrevistada: E aí você vê nas fotos os operários subindo e ele é muito pesado. Nós temos a estação elétrica que fica dentro e lá no refeitório fica o interruptor que liga.

Entrevistadora: E algumas pessoas chegaram a criticar até meios de comunicação essa iniciativa de retirar o monumento desse espaço externo e público para o espaço privado do colégio.

Entrevistada: Falam tanto que as pessoas que vinham de viagem, naquele tempo que vinham a cavalo, paravam para rezar. Mas ninguém empata que qualquer pessoa possa entrar aqui e rezar. Ele está bem conservado, não é? Aqui dentro. Nós plantávamos ao redor deste monumento.

Entrevistadora: Está dentro do Jardim, não é?

Entrevistada: É. Olhe lolanda, esse Cristo é nosso por que está escrito como doação de Mendes Ribeiro. Tem a doação das imagens, inclusive do Cristo, Senhor dos Passos. Enquanto eu for viva e puder dizer uma palavra ele não sai de dentro não, porque é nosso, ou público. As irmãs... o Mendes Ribeiro não cercou por fora e... Mas Catolé era muito pequena, não precisava cercar. E as irmãs também depois não tiveram dinheiro para cercar. Agora a gente aguenta todo o barulho que vem dessa praça. Uma parte dessa praça fazia parte do colégio.

Entrevistadora: Do terreno do colégio?

Entrevistada: Ele botou (o monumento) no pátio do colégio. Mendes Ribeiro quis botar, quis não, botou no pátio do colégio, de frente à porta principal do colégio.

Entrevistadora: Então, na verdade, o que houve, depois com o progresso da cidade, foi que este pátio não foi conservado como parte do colégio, não é?

Entrevistada: Foi.

Entrevistadora: Certo.

Entrevistada: Era muito bonito.

Entrevistadora: Eu queria agora que a senhora voltasse nessa parte: Mendes Ribeiro construiu o colégio com recursos próprios. E toda a parte de construção ele administrou pessoalmente?

Entrevistada: Não ele não administrou pessoalmente. Como Natanael Maia, Dr. Ioiô, era muito amigo, ele entregou a responsabilidade para ele, mas deu o dinheiro. Tem uma foto que tem um monte de dinheiro, naquele tempo também não tinha banco, não é?

Entrevistadora: E o terreno da escola é que foi doado?

Entrevistada: Já li num canto que foi doado pela prefeitura. Se não foi doado ele (Mendes Ribeiro) comprou à prefeitura, não é? Mas acho que foi doado.

Entrevistadora: Então irmã o colégio foi construído em 1939 e posteriormente...

Entrevistada: Antes começou a construção. Em 1937 foi o lançamento da pedra fundamental e o Mendes Ribeiro colheu muitas impressões dos amigos muitos amigos naquele livro que eu já te mostrei.

Entrevistadora: Em 1939 foi concluído?

Entrevistada: Em 1939 foi concluído e as irmãs já estavam aqui, mas não chegaram a propriamente se instalarem porque não estava terminado. Mas começaram as aulas no casarão encostado à coletoria.

Entrevistadora: De quem era o casarão?

Entrevistada: Bom eu não sei se eram os mesmos donos porque foi Dona Queta e Marçal de Freitas quem reconstruiu o casarão. Naquele tempo era um Palacete. Mas na época em que as irmãs se instalaram lá não era primeiro andar nem nada.

Entrevistadora: Mas já era desse casal?

Entrevistada: Isso eu não sei.

Entrevistadora: Mas aí depois o colégio passou por algumas ampliações não é isso? Uma delas foi a construção da Capela.

Entrevistada: Olha, o que Mendes Ribeiro fez foi a parte da frente e de trás, em forma de T, tudo em primeiro andar. O piso do primeiro andar em vez de ser de pré-moldado ou de cimento armado era em madeira. Então a madeira com o tempo estraga e irmã Justitia, que morava aqui, ela que empreendeu o trabalho. Eu sei que naquela época o João Agripino, não sei se na época era Ministro ou se era Senador, eles tinham cotas para doar. Eu sei que João Agripino foi um dos benfeitores, de dirigir, de colocar dinheiro que ele recebia.

Entrevistadora: Para a construção da Capela?

Entrevistada: Da Capela não, para a reconstrução, de maneira que nós temos a foto de João Agripino lá...

Entrevistadora: Da fachada do colégio? A senhora fala porque mudou a fachada?

Entrevistada: Sim, da fachada porque mudou a fachada, não é? Da antiga para essa outra. A capela foi depois, eu não sei dizer quem ajudou, eu sei que nós professoras ajudávamos angariando meios para construção do altar em mármore. Ainda existe aqui no colégio um quadro, está um pouco estragado, em homenagem às pessoas que ajudaram com donativos para Capela.

Entrevistadora: A senhora lembra a época em que foi construída a capela?

Entrevistada: A benção, né, a sagração da Capela foi em 1960

Entrevistadora: Ou seja, em 1960 a capela já estava concluída?

Entrevistada: E foi colocado um quadro dentro da Capela, escrito com letras góticas, agradecendo as doações, ao povo que ajudou.

Entrevistadora: Então quem contribuiu para a construção da Capela foi a própria sociedade? E as irmãs também?

Entrevistada: Ah! Com certeza!

Entrevistadora: E no caso da reforma da fachada da escola, inclusive que contou com ajuda do então deputado, ou governador João Agripino. Na época era deputado?

Entrevistada: Não, não! Ou era Senador ou Ministro. Porque eles recebem cotas para distribuir, beneficiar alguma entidade.

Entrevistadora: A senhora lembra a época dessa reforma da fachada?

Entrevistada: Foi exatamente a época em que eu estava em Areia. Fiquei em Areia de 58 a 61, em 62 eu vim para aqui. Aí já estava tudo construído. Quando eu entrei no convento em 58 eu deixei o colégio antigo e quando eu voltei em 62 já tinha sido feita a reforma. A capela já era constituída, que eu ajudei a...

Entrevistadora: A levantar recursos?

Entrevistada: É, a levantar recursos. Pouquinho porque eu não tenho jeito para essas coisas não, para pedir eu não sei pedir não.

Entrevistadora: Não sabe pedir não, irmã?

Entrevistada: Não pedir dinheiro, assim, eu nunca fui... mas eu saí com outra pessoa em comissão para outras cidades para a gente angariar recursos. Nós fomos até em Jatobá, isso eu me lembro. Era uma outra professora.

Entrevistadora: E pediam às pessoas?

Entrevistada: Naquele tempo tinha isso de sair de loja em loja pedindo às pessoas. Mas eu nunca fui jeitosa para isso, até para cobrar... isso me custa muito.

Entrevistadora: É mesmo, irmã?

Entrevistada: É.

Entrevistadora: Porque é difícil, não é? Administrando uma escola tem que cobrar, não é?

Entrevistada: infelizmente a gente precisa cobrar quando o povo tem a responsabilidade e não assume.

Entrevistadora: Quando a senhora estudou, quando começou a estudar aqui no colégio tinha que pagar mensalidade. Havia alguma estudante que não pagasse? Que tivesse bolsa?

Entrevistada: Olha, eu não sei daquele tempo o problema de bolsa. Eu sei que o meu pai pagou da minha irmã e quando ela terminou foi que eu entrei no colégio. Mas pagando, não é?. Agora, com o tempo é que foram entrando outras pessoas. Tinham meninas que eram chamadas meninas da casa. Viviam internas no colégio, além do internato que pagava, essas não pagavam e recebiam alimentação, mas pagavam com trabalho. Elas (as irmãs) não precisavam colocar funcionários. Elas (as meninas) é que realizavam o trabalho, o trabalho básico de limpeza, essa parte... compensando o estudo.

Entrevistadora: Lembra a época das meninas da casa?

Entrevistada: Eu não sei bem, lolanda. Eu sei que eu já era religiosa aqui e que existia esse tipo, que vinham meninas para aqui. Quando eu era candidata em Areia também não havia muitos funcionários não, nós candidatas, 30 jovens, 30 jovens que têm força, íamos compensar alimentação e tudo que recebíamos

Entrevistadora: Que era gratuito também, não é? Não pagava?

Entrevistada: Não. Quem era candidata, não é? E também as meninas da casa que não pagavam. Agora, se tinha externa gratuita, isso eu não sei. Porque nós recebemos a filantropia, se não me engano, em 1976 e a partir daí nós tínhamos obrigação de dar bolsas de acordo com as leis governamentais. Aí nós damos as bolsas e

atualmente não podemos nem exigir trabalho nenhum, é gratuidade. Nós temos muitas bolsas de estudo.

Entrevistadora: Então na sua casa, no seu caso específico, estudou primeiro a sua irmã?

Entrevistada: Foi.

Entrevistadora: Fez o Curso Normal?

Entrevistada: Normal.

Entrevistadora: E depois a senhora fez?

Entrevistada: é. O nosso primário, naquele tempo, foi feito no Grupo.

Entrevistadora: Que era público?

Entrevistada: É. só existia aqui em Catolé o Antônio Gomes, que hoje é o prédio onde funciona a prefeitura. Eu acho que eu já lhe disse isso. E o colégio. O Leão Treze fechou por um período. Depois teve um padre aqui que começou isso, está no livro de Catolé também. Depois, em 59, quando Frei Marcelino chegou que em vez de Leão Treze ele colocou o nome de Dom Vital. Conseguiu terrenos e aí começou a escola masculina. Primeiro era feminina que não tinha, aí o padre Assis sugeriu que Mendes Ribeiro construísse uma escola para moças e depois o Leão Treze parou aí foi a parte masculina que ficou sem escola, porque aqui era só feminino, não é? Mas atualmente nas diversas escolas é masculino e feminino junto.

Entrevistadora: irmã Ana, quais influências e referências de seu grupo familiar a senhora considera que estão presentes em sua prática educativa, em sua atuação?

Entrevistada: Pensando no meu pai, a parte de honestidade (emoção), sinceridade. Minha mãe também, a parte de alegria, minha mãe era muito alegre. Mesmo da convivência com a vizinhança, essa convivência que eles tinham com a vizinhança, a maneira de acolher as pessoas. Meu pai também acolhia muito as pessoas. Eu acho que eu herdei alguma coisa deles, muita coisa. A sinceridade, minha mãe era muito sincera.

Entrevistadora: A parte da disciplina a senhora acha que também tem, assim, alguma referência familiar? Como a senhora vê essa questão?

Entrevistada: Disciplina? Porque na minha casa nós obedecíamos muito, assim, aos dois, não havia assim desobediência e o meu pai, jamais ele ia dormir sem nós estarmos em casa. Minha mãe já ficava para nos acolher. Meu pai se deitava e minha mãe só entrava quando nós duas já estávamos em casa, isso no final da minha estadia

em casa, não é? Nesse ponto ele era... Mesmo quando eu era pequena eu me lembro que o meu irmão, o único que dançava, né, ele só ia dormir quando ele chegasse, se ele não chegasse ele ia buscar. Naquele tempo 9 horas era o máximo. Eu acho que determinado rigor, exigência, eu devo ter pegado de casa, não é? Na vida religiosa eu não tenho muitas dificuldades, assim, em fazer as coisas quando me pedem ou querem. Eu acho que só pode ser herança. Questão financeira na minha casa, se não podia comer carne também não comia. Meu pai não comprava fiado a ninguém. Eu acho que já contei o fato de que ele foi comprar pão e tinha visita em casa e ele levou o dinheiro graúdo, mas a padaria não tinha troco e ele só tinha miúdo que dava para um pão e ele chegou em casa com um pão, aí minha mãe que tinha que voltar, pegar dinheiro miúdo e voltar para pegar o pão porque tinha visita em casa, né. Quer dizer meu pai não devia a ninguém. Isso também eu faço o possível, é difícil, assim, na escola eu me preocupo quando a gente não pode pagar a tempo como está sendo esse ano. Mas não por conta própria, enquanto eu posso eu quero pagar. Na rua também comprar fiado é muito difícil, a prestação também é muito difícil. Eu dividi agora uma compra e quando ele vier trazer a mercadoria eu vou pagar a outra parte. Eu não sei, essa daqui também (aponta para a foto da irmã), a minha irmã era semelhante. Sabe, economia. Estragar as coisas, não conheci isso na minha casa. Outra coisa também, por exemplo, ver um papel no chão com mensagem religiosa, esses calendários, meu pai apanhava, não deixava, assim, no chão e coisas pequenas assim jogar fora eu faço a mesma coisa sabe eu pego esse pedaço em uma folha de papel que eu podia jogar no lixo toda, mas se tem uma parte em branco eu corto para usar. Quando eu recebo coisas que uma parte vai para o lixo, uma parte eu guardo. Economia, pronto, chegou a palavra, isso eu peguei dos meus pais.

Entrevistadora: A senhora considera que consegue transmitir isso aos seus alunos, para as pessoas que convivem com a senhora? Que leitura a senhora faz, assim, hoje?

Entrevistada: Com os alunos eu digo assim: não estrague a água, feche a torneira, a água preciosa... Eu não aguento ver coisa estragada. Eu penso que veio do berço, não é? Isso também me ajuda tanto na vida religiosa como na profissional, porque se eu fosse estragada... Toda noite, é rara noite que eu não venha. Ontem mesmo eu estava muito cansada, mas só fui me deitar depois que fui olhar se os sanitários estavam apagados, as lâmpadas, não é?... apagadas, e se as torneiras não estavam pingando. Eu passo a mão debaixo de cada torneira, cada noite. Eu acho que é, não sei, senso de economia. É isso, na minha casa não tinha estrago. Sempre fomos pobres, mas estragados não. Outra coisa também, meu pai costumava, quando chegava com o salário, fazer compra para o mês todo do que precisava, que se pode guardar. Às vezes ele comprava até coisas que dava para um ano. Eu gosto de comprar coisas que deem logo para um ano aqui na escola, não é? Mesmo que depois

falta, não é?... porque a gente não tem assim certo. Mas, por exemplo, papel eu não compro de resma, eu compro logo que dê para um ano. Eu comprei no começo do ano. Também não compro fiado. Apareceu feira de papel no preço bom, mas como eu não estou podendo eu não comprei. Infelizmente posso até comprar mais caro, mas eu não podia comprar fiado, porque também a pessoa que ia me vender também precisa receber.

Entrevistadora: irmã Ana, quais influências e referências das irmãs fundadoras a senhora considera que estão presentes na sua prática educativa? A gente falou das influências familiares, outro grupo que foi significativo na sua história foi o grupo das irmãs fundadoras com as quais a senhora conviveu. Então, quais referências delas a senhora acha que estão presentes em sua vida, em sua prática, sobretudo em sua prática Educativa?

Entrevistada: A irmã que eu convivi, vamos dizer mais de perto (emoção), foi a irmã Eleonore. Ela confiou muito em mim (choro)... Eu convivi com as outras, mas essa aqui eu convivi como aluna e depois como orientadora. Ela me orientava quando eu ensinava e quando eu me tornei religiosa e vim para Catolé ela confiou muito em mim. Na prática pedagógica eu entrei e eu trabalhava junto com ela. Aquela foto que você viu se eu não estava na sala, mas era naquela sala que eu trabalhava. Tem uma foto que eu estou presente, nós trabalhávamos juntas.

Entrevistadora: Como? A senhora era orientadora das professoras?

Entrevistada: Nós duas.

Entrevistadora: A senhora e a Irmã Eleonora?

Entrevistada; Ela me introduziu assim na parte metodológica trabalhando junto comigo e antes de fazer o curso em Belo Horizonte ela já me dava as apostilas e eu já comecei a orientar professoras confiada por ela, sem eu ter feito o curso específico. Então achei o máximo de confiança. E no começo depois que eu voltei de Belo Horizonte ela já me dava os trabalhos das meninas para corrigir, mesmo que eu não era ainda professora ainda de prática, mas eu já ajudava na correção e eu já ia para sala de aula com ela. Quer dizer, eu me fortifiquei com ela na prática, na prática pedagógica.

Entrevistadora: Ela transmitiu, assim, os saberes? A senhora considera que ela transmitiu os saberes dela para a senhor? É mais ou menos isso?

Entrevistada: É. E eu sentia que ela tinha (pausa)... eu quero muito bem a ela. E eu sentia que ela tinha muita confiança em mim e eu também confiei. Ela teve tanta confiança em mim que ela me dizia os erros sabe? Ela me reclamava quando eu não acertava, mas nem por isso eu ficava com raiva. Ela não deixava passar...então isso

a gente vai crescendo, quando a gente escuta que não está certo, que está fazendo errado e corrige, aí a gente cresce.

Entrevistadora: Isso no trabalho ou na vida religiosa?

Entrevistada: No trabalho, na vida religiosa. Eu convivi com ela aqui em Catolé até ir para faculdade, voltar da faculdade, em 77. Ela ficou assumindo aqui a escola mesmo como provincial, enquanto eu terminava. Então, quando eu terminei e fui transferida para aqui ela me entregou a matrícula já feita. Aí foi para a casa provincial porque ela era a provincial.

Entrevistadora: O que significa ser provincial? Explique.

Entrevistada: Provincial é a coordenadora de todas as irmãs da província. Nós somos divididas em províncias. Tem o conselho geral e tem um conselho provincial.

Entrevistadora: O conselho geral é o que fica lá na Alemanha?

Entrevistada: Fica na Alemanha e é eleito de 6 em 6 anos o representante das irmãs e nós damos sugestões.

Entrevistadora: Aí provincial abrange?

Entrevistada: Uma província. Aqui por exemplo a casa mãe da nossa província é Areia, o Colégio Santa Rita. Agora a provincial está morando numa casa que foi construída em Campina Grande, mas a casa mãe mesmo continua sendo Areia.

Entrevistadora: Aí abrange?

Entrevistada: É ela com seu conselho que distribui as irmãs para as diversas casas.

Entrevistadora: Da Paraíba? Ou mais?

Entrevistada: Mais.

Entrevistadora: Do Brasil?

Entrevistada: Do Brasil não. Bom, se por exemplo a nossa província resolver abrir uma casa, como já abriu, lá em Marajó, aquelas irmãs pertencem a essa província. Então nós formamos províncias, assim como seja um estado, um território. Aqui fala de pessoas, grupos. Nós pertencemos a um grupo que se chama província e para esse conjunto de pessoas tem uma diretoria eleita por nós.

Entrevistadora: Na época, então, ela (Irmã Eleonore) ocupava esse cargo maior?

Entrevistada: Ela ocupava esse cargo maior aqui na província. Ela foi seis anos e depois foi reeleita 6 anos e depois foi mais seis anos que precisou licença da geral.

Entrevistadora: Era sempre a escolhida?

Entrevistada: Seis anos não, não! Desculpe! Seis anos é a geral! 4 anos, ela foi 12 anos então como provincial. Em vez de ela ir morar em Areia ficou morando aqui, aí quando eu voltei ela foi, não é?

Entrevistadora: Então a madre Eleonora é a que a senhora considera que foi assim a influência mais significativa?

Entrevistada: Dessa parte pedagógica eu acho que ela teve mais influência. Mas eu tive uma professora de didática também muito boa lá em Areia. Ela já faleceu também. Eu a Visitei na Alemanha.

Entrevistadora: Como era o nome dela?

Entrevistada: Iluminaris. Ela tinha uma capacidade fora de série! Porque ela ensinava e dirigia a escola.

Entrevistadora: Ela dirigia em Areia, o Colégio de Areia?

Entrevistada: Ela nunca foi daqui. Então eu estudei o Normal, Pedagógico, Segundo Grau, em Areia como candidata. E ela também me orientou, Iluminaris. Porque no meu ano de noviciado eu ensinei. Então ela era minha orientadora pedagógica. Mas eu não tive a intimidade, não é?... como eu tive com irmã Eleonore. Irmã Siegfrieda, aquela baixinha lá (aponta para a foto na parede da sala) como também considerava Irmã Eleonore, Irmã Siegfrieda como uma segunda mãe para mim.

Entrevistadora: Segunda?

Entrevistada: Mãe. Porque eu estudei aqui com a Irmã Siegfrieda, ela ensinava a parte de Filosofia, Psicologia, História da Educação, Sociologia. Ela foi a minha mestra de candidata e foi a minha mestra de noviciado. Então ela ajudou muito assim na minha personalidade.

Entrevistadora: Como a senhora descreve a sua personalidade?

Entrevistada: Isso é difícil... Bom não sei se eu posso dizer assim (momento de interrupção com a entrada de uma funcionária). Eu não sei se cabe aí temperamento à personalidade.

Entrevistadora: É um componente, não é?...também? Eu acredito que seja um componente também.

Entrevistada: é. O pessoal diz que eu não sou tímida, mas eu sou. Eu sei que sou. Agora eu venço. Já venci muito. Passando também 36 anos dirigindo uma escola (risos). Mas eu sou uma pessoa, acho que sou simples, modesta, mas tenho timidez, não é? Gosto de confiar nas pessoas, eu acho que faz parte da minha personalidade, não é? Que mais? Gosto das coisas corretas. Eu não gosto de ser assim muito rigorosa.

Entrevistadora: A senhora não se considera muito rigorosa?

Entrevistada: não. Eu prefiro o diálogo do que a imposição.

Entrevistadora: A senhora acha que é inato ou que a senhora de certa forma aprendeu isso ao longo de sua vida?

Entrevistada: Eu acho que é inato. Eu não gosto, eu não me sinto bem quando eu grito para um aluno, para um professor principalmente. Eu não gosto, não me sinto bem, agora procuro ser justa. Eu sinto que não tenho também muita facilidade de me fazer logo amiga das pessoas, eu sou reservada.

Entrevistadora: Tem alguma coisa que a senhora acha que poderia ser diferente? Que a senhora, de certa forma, alguma coisa na sua personalidade que a senhora gostaria que fosse diferente?

Entrevistada: Não. Até agora não recebi muita reclamação de ser como sou. E se eu ferir uma pessoa acho que sou capaz de pedir desculpas. Pegar um menino e gritar, assim, é meio raro, sabe? Às vezes a gente diz umas coisas e alguma vez eu tive que gritar para aluno, sabe (para ser ouvida)? Mas isso, assim, me chateia, não gosto. Não gosto do que fiz. Eu gosto muito mais de parar e conversar. E quando há, por exemplo, briga entre alunos, junto os dois para conversar, para contar, isso cada um, e levar a um acordo. Eu não sei se isso é personalidade, mas é tudo da minha pessoa em si. Por exemplo, você viu agora, isso é espontâneo: Diva chegou me entregando (o envelope). Ela tem, assim, muito respeito e recebeu da contabilidade e ela veio logo me entregar, quando uma parte é para ela. Também muito honesta, não é?... mas eu imediatamente confiei nela (pediu que a funcionária retirasse a parte dela). Eu confio nas pessoas e ai de mim se não confiasse porque como conduzir essa casa, essa escola sem confiar nas pessoas, não é?

Entrevistadora: Irmã Ana que outros grupos além do grupo familiar, além do grupo das irmãs fundadoras com as quais a senhora conviveu, quais outros grupos a senhora considera que também tiveram destaque em sua formação e atuação educativa?

Entrevistada: Eu já participei desde jovem de grupos, assim, da igreja. Fui Filha de Maria, catequista, mas o grupo que mais me influenciou foi a Ação Católica.

Entrevistadora: Fale um pouco desse grupo.

Entrevistada: Nós tínhamos aqui em Catolé o grupo de independentes que se chamava JIC-Juventude Independente Católica. Eu e minha irmã nós fizemos parte e tinha aqui no colégio (agora eu morava na minha casa) o JEC e eu não podia ser mais da JEC porque era Juventude Estudantil e eu já tinha terminado. Mas precisava de um membro adulto com os jovens. Cedy Marques fez um tempo e depois eu fui uma das que trabalhou no grupo. Foi um trabalho muito bonito e nós participávamos de encontros e eu me admirava como as pessoas no encontro grande, com muita gente, como algumas pessoas livremente se colocavam em pé e falavam. Eu me lembro de um encontro lá em Campina Grande e eu sentia que não tinha essa coragem, eu sei que sou tímida para me levantar assim livremente, estar num grupo de discussão eu sou... Talvez não chegue, assim, ideias que eu possa discutir. Agora quando estou no grupo em que eu estou coordenando, aí eu entro e dou minhas opiniões. Aqui na igreja tem o grupo da pastoral que eu participei e ainda sou convidada a participar, mas ultimamente eu não pude, mas eu sinto que os outros são muito mais abertos para falar, não me chega, assim, ideias na hora para falar ou às vezes quando chega... uma vez eu falei uma coisa que... eu é que estava errada...mas, é...

Entrevistadora: O que a senhora acha que aprendeu de significativo com esse grupo, que trouxe para a sua prática pedagógica? Com esses grupos, a senhora citou dois grupos.

Entrevistada: Não, esse aqui eu já tinha minha prática antes, esses grupos que eu estou falando, quer dizer, da JIC eu não sei, talvez a maneira de trabalhar em grupo ou de ...

Entrevistadora: Partilhar das ideias? Seria isso?

Entrevistada: É porque nós fazíamos um trabalho, tipo de estar conversando com você e você não percebia que eu estava levando você a melhorar, a JIC, a Ação Católica, era um trabalho muito conscientizador, que eu podia lhe conscientizar sem lhe impor, quer dizer, manter uma conversa individual com as pessoas de maneira que eu estivesse trabalhando aquele assunto que estava sendo trabalhado no grupo. Isso é muito importante, sabe? Era um trabalho muito importante da Ação Católica.

Entrevistadora: Outros grupos? A senhora passou pela faculdade de Pedagogia, a senhora tem uma longa história na educação, então, esse grupo acadêmico teve também alguma influência na sua prática? Como a senhora avalia?

Entrevistada: É, o estudo acadêmico claro que teve...muita influência. Eu tive bons professores, eu peguei bons professores...eu estudava...e tínhamos também trabalhos em grupo. Agora uma coisa era que às vezes tinha grupo que eu tinha que

está puxando. Quando foi o trabalho sobre unidade de trabalho a professora tinha feito o mesmo curso que eu em Belo Horizonte, na faculdade e as outras que não tinham feito o curso Pedagógico era muito difícil para elas, então eu me tornava assim coordenadora, sabe?

Entrevistadora: Isso na faculdade?

Entrevistada: Sim, na faculdade.

Entrevistadora: A senhora de certa forma chegava com um diferencial da experiência, não é?

Entrevistada: Da prática...é porque eu já tinha muita experiência. Eu me lembro que quando foi para a apresentação do trabalho a professora dividiu em grupos e cada grupo deveria apresentar. Então, depois ela dispensou os outros grupos da apresentação, mas não o meu, ela quis que apresentasse, não é? E, modéstia à parte, eu apresentei muito bem e minhas colegas também apresentaram, porque nós trabalhávamos juntas, não é? Aí eu acho que a prática que eu já tinha, o curso de Belo Horizonte foi muito bom, e a prática que eu já tinha antes de ir para a faculdade, eu acho que isso colaborou.

Entrevistadora: O curso de Belo Horizonte? Que referências desse curso a senhora pode descrever?

Entrevistada: Eu penso que eu já fiz por escrito, não é? Mas eu posso repetir. Esse curso para mim foi um dos mais valiosos da minha vida. Porque abriu horizontes para as didáticas, para a prática pedagógica. As professoras eram muito cultas e... também exigiam trabalhos da gente e apresentações... era um curso que era exigente e que aprendemos muito, muito com ele.

Entrevistadora: E o que a senhora pode falar do seu grupo profissional atual?

Entrevistada: Toda a escola?

Entrevistadora: Que constitui o seu grupo profissional atual.

Entrevistada: Certo. Da minha parte eu sinto que tenho um bom relacionamento com eles, acredito que não tenha ninguém que se alterou comigo. Agora, o difícil, que eu acho, é quando a gente tem necessidade de dispensar alguém. Isso como administradora, isso para mim é pesado. Conduzir a pessoa para saber que está sendo colocada fora é o que pesa mais. Eu sempre digo: colocar, contratar novos, é difícil para escolher, não é? E às vezes nem tem para escolher, mas é gratificante quando é para entrar, mas quando é para demitir é difícil pra gente dizer e dizer o porquê, é difícil. Cada fim de ano fica pesado, sabe? Agora quanto ao meu

relacionamento com eles eu acho que tem sido positivo. Mas é bom que você escute alguns deles.

Entrevistadora: A senhora considera que aprende também?

Entrevistada: Se eu aprendo?

Entrevistadora: Sim. Considera que aprende também, que modifica um pouco a sua prática a partir da interação com esse grupo? Como a senhora vê esse aspecto?

Entrevistada: Eu tenho muito relacionamento com a diretora escolar e com a vice que é Diva porque nós nos entendemos muito bem. Elas gostam muito que eu veja as coisas, eu também gosto. Hoje eu fiz a carta (comunicação aos pais), mas antes de entregar à mecanografia eu mostrei a elas. Eu gosto de mostrar às pessoas, principalmente quem entende mais do português para não sair erros de português. Já com Irmã Joselma, há dois anos que nós estamos nos relacionando e tenho um bom relacionamento com ela, também mostrei.

Entrevistadora: A senhora aceita as ideias também?

Entrevistada: É, eu aceito as correções.

Entrevistadora: A senhora fala as correções do português?

Entrevistada: Português ou de modificar os termos, sabe? Hoje mesmo aconteceu, eu estava escrevendo e ela deu uma sugestão e pude terminar.

Entrevistadora: Mas eu pergunto, a senhora se considera uma pessoa aberta ou tem dificuldade para aceitar ideias?

Entrevistada: Não, tenho dificuldade não. Eu gosto. Porque ninguém é tão sábio que não tenha erros, eu penso. Eu não posso dizer que faço tudo muito bom, nós temos nossas falhas, são falhas humanas. E quando se trata de organização, agora, esse ano, nós conseguimos formar a diretoria do Círculo de Pais e Mestres que estava parada e eles se reúnem e dão sugestões e nós acolhemos e está sendo muito bom, vão até nos ajudar nas matrículas, já fizeram reunião essa semana e acho que vão ajudar também nessa noite natalina.

Entrevistadora: Isto foi iniciativa da senhora ou foi de alguém da escola e que a senhora acolheu?

Entrevistada: O fato de fazer o Círculo de Pais e Mestres?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: Não, isso já vem...o Círculo de Pais e mestres nosso já tem muitos anos, eu não sei dizer mais qual foi o ano que começou. Foi comigo, o início foi comigo. E nós tivemos e depois outros grupos, é que é de dois em dois anos...aí houve paradas, não é?... e uma parada foi de cinco anos...

Entrevistadora: Irmã Ana, assim, nesse tempo todo de atuação educativa quais dificuldades, conflitos, inquietações ou contradições que lhe foram significativas neste tempo todo de atuação profissional?

Entrevistada: Inaudível (não entende a pergunta)

Entrevistadora: Não, nesse tempo de atuação profissional como educadora, como professora, como administradora do colégio, quais dificuldades, conflitos, contradições a senhora consegue destacar?

Entrevistada: Olhe, o problema de manter a escola limpa. Eu digo são trinta e seis anos e eu não consegui que os alunos deixassem, depois do recreio, a escola limpa. Isso para mim foi negativo. E teve uma época aí, um ano, que eu ouvindo de outra escola que distribuía isso com as turmas para manter a limpeza, eu inventei de fazer. Mas lolanda, eu ouvi má-criações de pais porque eu estava pedindo que grupos, vamos dizer, essa semana é essa turma quem vai ficar responsável pelo recreio, pra deixar depois do recreio limpo. Mas foi muita má-criação! Isso significa que as famílias não estão apoiando a limpeza. Porque não é desonra nenhuma um aluno apanhar o papel de outro. Nós temos cestos de lixo por todo canto, mas ainda fica muito sujo. E a gente só consegue quando coloca como tarefa na gincana, aí termina o recreio limpo. Quer dizer, eles têm condições, só não praticam. Eu não sei quantas vezes eu me abaixei, mesmo sem poder, para apanhar papel do chão. Agora eu também quando vejo que têm alunos perto aí eu peço e eles fazem. [...] Eu já estou com oitenta e um anos e problemas de coluna, mas isso aqui eu vou sair e não consegui e acredito que a minha sucessora também não vai conseguir porque são hábitos que tem que se formar desde pequeninos, quando o hábito não é formado aí fica muito difícil. Isso eu não consegui: formar hábitos de higiene nos alunos. A gente pede nas gincanas: tem que entregar as carteiras limpas, paredes, tudo limpo. Fazem e gastam dinheiro e tudo por causa da gincana, não é porque ficam conscientes não, eu acredito que não, porque continuam fazendo no outro ano. É...eu não sei, não sei se atendi à sua pergunta.

Entrevistadora: Bom, eu perguntei quais dificuldades...

Entrevistada: Isso para mim foi dificuldade!

Entrevistadora: ...conflitos, inquietações ou contradições lhe foram significativos em seu percurso profissional?

Entrevistada: Agora já teve conflitos pesados aqui, mas que nós conseguimos solucionar na base do diálogo. Dois alunos e, claro, duas famílias. Então, com o diálogo, todos juntos, eu e a vice-diretora, não tinha naquele tempo diretora escolar, éramos nós mesmas que agíamos. Mas nós conseguimos, graças a Deus que não houve assim mais coisas. Mais de uma vez ocorreram problemas sérios, mas que a gente conseguiu resolver com diálogo com as famílias. Em trinta e seis anos apareceram muitos, não é? Mas vamos dizer, não ficaram indiferentes uns aos outros e fizemos a conciliação, sempre na base do diálogo.

Entrevistadora: E as dificuldades na administração da escola, quais a senhora destaca?

Entrevistada: Dificuldade às vezes de encontrar o professor adequado e às vezes a gente encontra, experimenta e depois vê que não deu certo. Isso para mim é uma dificuldade de cada final de ano e começo de ano, eu já disse das demissões e agora também de encontrar pessoas novas. Outra dificuldade também muito grande que está abatendo acho que muitas escolas é a inadimplência. A inadimplência prejudica muito a escola e é difícil fazer cobrança, isso é muito difícil. Mas apesar de ser difícil eu tenho pessoas que fazem para mim porque pela minha timidez seria ainda mais difícil. Se eu tivesse de falar com todos os pais inadimplentes...eu falo através de carta.

Entrevistadora: É alto o percentual de inadimplência?

Entrevistada: É muito alto! Até outubro nós tínhamos em todas as turmas inadimplentes.

Entrevistadora: Em todas as turmas?

Entrevistada: Têm inadimplência. Do Jardim...Maternal 2 até o 3º Médio. A inadimplência é grande. Isso dificulta demais porque cobrar e ser cobrado é muito difícil. Pra quem vai cobrar e pra quem está recebendo a cobrança é... vamos dizer, pontos de choque, assim. Isso dificulta muito e eu agradeço à diretora escolar que tem um jeito especial. A que vai me substituir também tem o seu jeito especial para fazer isso.

Entrevistadora: Irmã Ana, a senhora é uma educadora, como já destacou, com trinta e seis anos de vida dedicados à profissão docente e à educação. Aqui também na escola nós temos uma presença marcante de educadoras, de mulheres que atuam na educação. Para a senhora, qual a importância do papel feminino para a sociedade, no passado e atualmente?

Entrevistada: No passado? Não num passado muito longínquo, né? No meu tempo?

Entrevistadora: No passado, digamos de meados do século XX até atualmente. Como a senhora vê esse papel, o que a senhora destaca?

Entrevistada: Eu acho que é de grande importância, principalmente nas turmas de crianças porque a mulher tem o jeito maternal e isso é muito importante: saber lidar com a criança. Porque as professoras estão fazendo o papel de mãe, não é?... sendo numa outra direção, mais livresca, mas não deixa também de ensinar quanto à maneira de ser. E nas nossas professoras nós podemos constatar esse jeito, principalmente na Educação Infantil. Também nós temos crianças muito carinhosas, crianças que chegam para nós e querem se abraçar e a gente abraça. Aí eu acho que a mulher tem um papel muito importante na educação. Agora os nossos professores também são muito queridos pelos alunos.

Entrevistadora: E hoje em dia, de certa forma, está tendo uma abertura, inclusive, um novo pensamento, um novo olhar para essa questão, no sentido de que o homem também pode desempenhar bem esse papel, não é?... de educador?

Entrevistada: É. E teve um professor que saiu daqui que eles (os alunos) sentiram muito, mas ele teve um outro emprego melhor. Quando foi na formatura ele é quem foi o paraninfo. Significa que queriam muito bem. Agora eu só quero dizer uma coisa, que o aluno é o termômetro do professor. Eu já tive de colocar professor para fora, demitir, pelo termômetro do aluno. Eles chegam para a gente e dizem como está e a gente sente quando a turma não...ou quando o professor ou a professora não está correspondendo. Às vezes são os pais que chegam porque os alunos dizem em casa.

Momento de interrupção.

Entrevistada: Eu estou aqui me confessando (risos).

Entrevista 5 Realizada em 08/01/2019

Entrevistadora: Irmã Ana, com relação a retirada do Monumento Cristo Senhor dos Passos, como é mais conhecido da antiga praça Mendes Ribeiro que ficava defronte ao colégio e, especificamente, com relação às críticas de alguns setores da sociedade de que esta retirada foi uma ação arbitrária das Irmãs, que deveriam ter dialogado melhor com os setores públicos e com a própria sociedade local, qual a sua percepção, o que a senhora pode responder sobre essa questão?

Entrevistada: Foi em 1982 que nós tiramos, as Irmãs, mas eu sou a responsável porque era na minha gestão. O monumento Senhor dos Passos que a gente chama era de frente a nossa escola, é nosso porque foi doado pelo Mendes Ribeiro, isso nós temos em escritura e estava muito malcuidado, as abelhas tomando conta da cruz, os enxames tomando conta da cruz. Ele tinha uma iluminação na cruz, como tem aqui dentro e também pela...os jovens inescrupulosos, vamos dizer assim, que tinham seus namoros aí, menosprezando a imagem religiosa. Então nós pedimos à Câmara Municipal, infelizmente eu não exigi por escrito, mas antes de retirar eu pedi licença à Câmara. Me deram licença, mas não me deram por escrito. E nós fizemos com operários às nossas custas, não posso dizer igual porque ninguém é igual a ninguém, mas aproveitamos até as pedras para fazer a reconstrução no nosso pátio interno. Então, os motivos foram este e porque a imagem era nossa e não estava bem cuidada, estava no nosso pátio externo que também virou público porque as Irmãs não tinham dinheiro para construir até lá e essa parte nós perdemos. Ele quis colocar no pátio externo do colégio, o Mendes Ribeiro, então esse terreno, eu suponho, pertencia também a nós. Mas com o desenvolver da cidade, começaram a passar os carros e então se tornou, finalmente via pública.

Entrevistadora: Irmã Ana, eu gostaria de saber se nessa época, se houve... se posteriormente a esse pedido à Câmara Municipal se houve algum diálogo da gestão pública com as Irmãs, se procuraram as Irmãs no sentido de manter o Cristo no local, de garantir maiores cuidados ou de alguns setores da sociedade, se na época, alguém da sociedade local procurou as Irmãs e pediu para que não retirasse, se houve algum movimento nesse sentido, na época?

Entrevistada: Nenhum movimento, nenhum. Nós tiramos, reconstruímos, inauguramos aqui dentro, ninguém, ninguém. A primeira vez que eu ouvi crítica, assim, foi realmente do jornal...Sertão?

Entrevistadora: Contraponto.

Entrevistada: E não recebi nem esse Contraponto. Alguém me emprestou e eu li. Depois tem naquele livrinho, não sei se é da Igreja Matriz, que fala sobre isso. E naquele livro também Catolé do Rocha em muitas lentes. Mas nem eles que escreveram, nem quem escreveu falou nada conosco, o que falaram já falaram por escrito.

Entrevistadora: Posteriormente?

Entrevistada: Posteriormente.

Entrevistadora: Na época ninguém procurou, ninguém deu uma sugestão, nada?

Entrevistada: Não. E você viu o documento de doação de Mendes Ribeiro, todas as imagens e Senhor dos Passos ele coloca.

Entrevistadora: Irmã Ana, a senhora também relata a questão da retirada de um obelisco que havia sido colocado na mesma praça, por volta de 1964 em homenagem às comemorações dos 25 anos de fundação do Colégio e da chegada das Irmãs aqui em Catolé do Rocha. Esse obelisco fora colocado na mesma praça Mendes Ribeiro e a senhora relata que estava sendo destruído o obelisco, quando também as Irmãs tiveram uma atuação nesse sentido. A senhora pode relatar esse acontecimento?

Entrevistada: Esse obelisco foi construído em homenagem ao Colégio e às Irmãs Fundadoras pelos 25 anos de atuação na educação em Catolé do Rocha. Foi até assim como uma surpresa que estavam construindo, exatamente nos 25 anos, em 1964. E Frei Marcelino com estudantes, eles quem fizeram o movimento por conta deles, não sei quem financiou não, mas eu acho que foi o próprio grupo que estava interessado, não é? E nem chegaram a colocar a dedicatória, as letras estão guardadas aqui e, um belo dia, a gente começou a ver, ouvir as pancadas demolindo o obelisco. Ele tinha um pedestal muito bonito e começaram pelo pedestal, de maneiras que quando a gente percebeu e quando o coração sofreu, falamos com a autoridade e eu não me lembro se eu pedi licença para tirar, tirar a parte superior, o obelisco mesmo e trazer para o Colégio. Eu sei que trouxemos por conta própria, uma ...me falta a palavra agora...um guindaste. Soubemos que estava um guindaste trabalhando lá em São Bento, então nós pedimos e esse guindaste veio por nossa própria conta. Então pelo menos licença nós tivemos para trazer aqui para dentro de casa, mas não tínhamos condições. O meu pensamento era de repor, de colocar, mas na época eu não tinha condições pelo valor que me disseram para reconstruir, então ele ficou muito tempo deitado no chão aqui dentro de casa, no muro nosso e somente depois, acho que foi em 2004 que a Irmã Superiora da casa estava na construção da nossa cisterna e ele foi reerguido atrás da capela com um pequenino pedestal que não chega nem na sombra do que ele era. Mas pelo menos ficamos com o obelisco.

Entrevistadora: Conseguiram resgatar, não é?

Entrevistada: É. Está aqui servindo de, quem viveu naquele tempo, servindo ainda de memória dos 25 anos, aqui internamente para nós.

Anexo B – Documentos Comitê de Ética



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) BIOGRAFADA

Esta pesquisa, desenvolvida no campo da História da Educação e no âmbito dos estudos (auto) biográficos, a qual se intitula “**Retrato histórico-biográfico de uma educadora e religiosa sertaneja: Maria Fernandes de Queiroga (Irmã Ana OSF)**”, vincula-se ao Programa de Pós- Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e será desenvolvida pela doutoranda Iolanda de Sousa Barreto, sob a orientação do Professor Doutor Charlinton José dos Santos Machado (UFPB).

Este estudo tem por **objetivo geral**: Compreender a organização sociocultural e educacional catoleense a partir da análise da trajetória profissional e de vida de Maria Fernandes de Queiroga (Irmã Ana OSF), no recorte temporal analisado. Os **objetivos específicos** são: a) revelar o retrato (auto)biográfico de Maria Fernandes de Queiroga; b) analisar a trajetória de vida e atuação profissional da educadora em destaque; c) analisar as influências advindas da convivência com as Irmãs franciscanas de Dillingen; d) investigar as implicações do contexto sócio-histórico e das relações com o cristianismo na prática educativa de Maria Fernandes Queiroga (Ir. Ana OSF); e) registrar historicamente a sua contribuição para a construção da sociedade letrada catoleense desde meados do século XX até a atualidade.

A relevância acadêmica deste projeto é reforçada pelo desenvolvimento de atividades no âmbito da memória histórica local e regional. Nesta perspectiva, a história de Maria Fernandes de Queiroga (Irmã Ana OSF) será construída através da revelação de suas próprias memórias em forma de narrativas, com enfoque principal sobre a sua prática educativa. A pesquisa inclui riscos mínimos, dentre os quais: sentir remorsos ou ter lembranças de fatos desagradáveis diante das possíveis questões que serão feitas. O participante poderá contar com assistência médica especializada caso ocorram danos à sua saúde física e/ou mental e, ainda, a qualquer momento desistir de sua participação na pesquisa, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo ou penalidade.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Assim, diante do exposto e do esclarecimento de questionamentos inerentes à pesquisa, solicito, cordialmente, à Maria Fernandes de Queiroga, que se digne conceder a sua autorização para o desenvolvimento desse estudo, assinando o termo que segue:

Declaro que tive pleno conhecimento das informações que li e que foram lidas para mim, descrevendo o projeto de pesquisa supramencionado e que, estando de posse de minha plenitude mental e legal, ao ter discutido com a pesquisadora Iolanda de Sousa Barreto (PPGE/UFPB) sobre os objetivos e critérios teórico-metodológicos que embasarão o estudo, aceitei participar enquanto objeto dessa pesquisa, prestando as informações necessárias, disponibilizando fontes e materiais dos quais disponha e que sejam relevantes para o bom desenvolvimento desse trabalho científico, assim como autorizando a divulgação parcial e final dos resultados. Ficou claro também a questão dos riscos, assim como a possibilidade de a qualquer momento me recusar a continuar participando da pesquisa em referência, sem penalidades e/ou prejuízos, retirando, caso queira, o meu consentimento. Ficou claro, ainda, que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso à pesquisa em qualquer tempo. Concordo, assim, voluntariamente, em participar da pesquisa intitulada "Retrato histórico-biográfico de uma educadora e religiosa sertaneja: Maria Fernandes de Queiroga (Irmã Ana OSF). Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura da pesquisadora responsável

Catolé do Rocha, 17 de maio de 2018.

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CIDADE UNIVERSITÁRIA
Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

IOLANDA DE SOUSA BARRETO
Endereço: RUA SÃO GONÇALO, 712
Bairro: MANAÍRA CEP: 58.038-331
UF: PB Município: JOÃO PESSOA
Telefone: (83) 30426889/ 86701622



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PROFESSORAS(ES) PARTICIPANTES

Esta pesquisa, desenvolvida no campo da História da Educação e no âmbito dos estudos (auto) biográficos, a qual se intitula “**Retrato histórico-biográfico de uma educadora e religiosa sertaneja: Maria Fernandes de Queiroga (Irmã Ana OSF)**”, vincula-se ao Programa de Pós- Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e será desenvolvida pela doutoranda Iolanda de Sousa Barreto, sob a orientação do Professor Doutor ~~Charlinton~~ José dos Santos Machado (UFPB).

Este estudo tem por **objetivo geral**: Compreender a organização sociocultural e educacional catoleense a partir da análise da trajetória profissional e de vida de Maria Fernandes de Queiroga (Irmã Ana OSF), no recorte temporal analisado. Os **objetivos específicos** são: a) revelar o retrato (auto)biográfico de Maria Fernandes de Queiroga; b) analisar a trajetória de vida e atuação profissional da educadora em destaque; c) analisar as influências advindas da convivência com as Irmãs franciscanas de Dillingen; d) investigar as implicações do contexto ~~sócio-histórico~~ e das relações com o cristianismo na prática educativa de Maria Fernandes Queiroga (Ir. Ana OSF); e) registrar historicamente a sua contribuição para a construção da sociedade letrada catoleense desde meados do século XX até a atualidade.

A relevância acadêmica deste projeto é reforçada pelo desenvolvimento de atividades no âmbito da memória histórica local e regional. Nesta perspectiva, a história de Maria Fernandes de Queiroga (Irmã Ana OSF) será construída através da revelação de suas próprias memórias em forma de narrativas, com enfoque principal sobre a sua prática educativa. A pesquisa inclui riscos mínimos, dentre os quais: sentir remorsos ou ter lembranças de fatos desagradáveis diante das possíveis questões que serão feitas. O participante poderá contar com assistência médica especializada caso ocorram danos à sua saúde física e/ou mental e, ainda, a qualquer momento desistir de sua participação na pesquisa, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo ou penalidade.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Entrevistas com outros sujeitos que conviveram e/ou convivem com a referida educadora também far-se-ão necessárias para o desenvolvimento desse estudo, motivo pelo qual se pede, através deste instrumento, a autorização dos(as) entrevistados(as), tanto para a gravação das entrevistas como para a posterior divulgação dos resultados parciais e finais deste em eventos da área de Educação e História da Educação, podendo publicá-los em livros, revistas, anais e outros meios de publicação científica, assinando o termo que segue:

Declaro que tive pleno conhecimento das informações sobre a pesquisa supramencionada e que, de forma voluntária, aceitei dela participar, concedendo entrevistas e autorizando sua gravação em áudio, e, ainda, disponibilizando fontes e materiais dos quais disponha e que sejam relevantes para o bom desenvolvimento desse trabalho científico, assim como autorizando a divulgação parcial e final dos resultados. Ficou claro também que a minha participação é isenta de despesas e que, caso deseje desistir da participação na pesquisa em referência, poderei retirar o meu consentimento, sem quaisquer penalidades e/ou prejuízos. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura da pesquisadora responsável

Catolé do Rocha, ____ de _____ de 201__.

COMITÉ DE ÉTICA EM PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CIDADE UNIVERSITÁRIA
Endereço: UNIVERSITARIO S/N CEP: 58.051-900
Bairro: CASTELO BRANCO
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

IOLANDA DE SOUSA BARRETO
Endereço: RUA SÃO GONÇALO, 712 CEP: 58.038-331
Bairro: MANAÍRA
UF: PB Município: JOÃO PESSOA
Telefone: (83) 30426889/ 86701622



INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A BIOGRAFADA

1. Onde e quando a senhora nasceu?
2. Qual a história da sua família? A sua origem?
3. Quais lembranças a senhora tem das primeiras experiências da sua formação educacional? Do aprendizado das primeiras letras? Em quais escolas estudou?
4. A senhora lembra como era a metodologia aplicada no Colégio Normal Francisca Mendes (CNFM) à época de sua formação pedagógica?
5. Como se deu o início de sua prática educativa?
6. Que análise faz do contexto sócio histórico do século XX em Catolé do Rocha e na Paraíba em relação à educação?
7. Quais referências e influências do seu grupo familiar estiveram e estão presentes em sua prática educativa?
8. Quais referências e influências das Irmãs Franciscanas de Dillingen, as fundadoras do CNFM, estiveram e estão presentes em sua prática educativa?
9. Para a senhora, qual a importância do papel feminino para a sociedade, no passado e no presente?
10. Quais dificuldades, conflitos, inquietações ou contradições lhe foram significativas em seu percurso profissional?



INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES PARTICIPANTES

1. Fale um pouco sobre a sua convivência profissional com Irmã Ana.
2. Há quanto tempo convive com ela?
3. Foi seu/sua aluno/aluna no Curso Pedagógico do Colégio Normal Francisca Mendes (CNFM)? Que lembranças tem dessa época?
4. Que percepção tem da atuação educativa de Irmã Ana?
5. Quais atividades Irmã Ana desempenha atualmente no CNFM?
6. Como descreve a personalidade de Irmã Ana? Faz alguma crítica sobre a sua atuação educativa?
7. Para você qual a verdadeira contribuição de Irmã Ana para o CNFM e para a cidade?

Anexo C – Parecer de Autorização do Comitê de Ética

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Retrato histórico-biográfico de uma educadora e religiosa sertaneja: Maria Fernandes de Queiroga (Irmã Ana OSF)

Pesquisador: IOLANDA DE SOUSA BARRETO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 86738518.2.0000.5188

Instituição Proponente: CENTRO DE EDUCAÇÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.782.415

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa egresso do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO do CENTRO DE EDUCAÇÃO da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA da aluna IOLANDA DE SOUSA BARRETO, sob orientação do Prof. Dr. Charlton José dos Santos Machado.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral:

Analisar a trajetória profissional e de vida de Maria Fernandes de Queiroga (Irmã Ana OSF), destacando as contribuições de sua prática educativa e nuances da organização sociocultural e educacional catoleense, no recorte temporal pesquisado.

Objetivos específicos:

- Analisar as influências advindas da convivência com as Irmãs Franciscanas de Dillingen em sua formação docente e prática pedagógica, assim como sua própria influência na formação de outras/os professoras/es que realizaram o Curso Normal na instituição na qual atuou e atua como gestora e professora.
- Revelar o retrato (auto) biográfico de Maria Fernandes de Queiroga.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

Continuação do Parecer: 2.782.415

- Investigar as implicações do contexto sócio-histórico e das relações com o cristianismo na prática educativa de Maria Fernandes Queiroga (Ir. Ana OSF).
- Contribuir com a constituição do campo da História da Educação paraibana.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos são mínimos para os participantes da pesquisa, dentre os quais: sentir remorsos ou ter lembranças de fatos desagradáveis diante das possíveis questões que serão feitas a respeito da trajetória educativa.

Benefícios:

Contribuir com a constituição do campo da História da Educação paraibana.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto apresenta coerência científica, mostrando relevância para a academia, haja vista a ampliação do conhecimento, onde se busca, principalmente, analisar a trajetória profissional e de vida de Maria Fernandes de Queiroga (Irmã Ana OSF), destacando as contribuições de sua prática educativa e nuances da organização sociocultural e educacional catoleense, no recorte temporal pesquisado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos de Apresentação obrigatória foram anexados tempestivamente.

Recomendações:

RECOMENDAMOS QUE A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENCAMINHE AO CEP/CCS/UFPB, ATRAVÉS DE EMENDA, SOLICITAÇÃO DA INCLUSÃO DO NOME DO ORIENTADOR CHARLINTON JOSÉ DOS SANTOS MACHADO NA EQUIPE DE PESQUISA.

RECOMENDAMOS TAMBÉM QUE AO TÉRMINO DA PESQUISA, A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENVIE AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE

FEDERAL DA PARAÍBA, RELATÓRIO FINAL E DOCUMENTO DEVOLUTIVO COMPROVANDO QUE OS DADOS FORAM DIVULGADOS JUNTO À INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO ONDE OS MESMOS FORAM COLETADOS, ATRAVÉS DE NOTIFICAÇÃO, PARA OBTENÇÃO DA CERTIDÃO DEFINITIVA.

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.782.415

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

TENDO EM VISTA O CUMPRIMENTO DAS PENDÊNCIAS ELENCADAS NO PARECER ANTERIOR, SOMOS DE PARECER FAVORÁVEL A EXECUÇÃO DO PRESENTE PROJETO, DA FORMA COMO SE APRESENTA. SALVO MELHOR JUÍZO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1085588.pdf	16/07/2018 21:15:45		Aceito
Outros	Termo_de_Anuencia.pdf	16/07/2018 21:10:34	IOLANDA DE SOUSA BARRETO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_doutorado.pdf	16/07/2018 21:08:59	IOLANDA DE SOUSA BARRETO	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	16/07/2018 21:04:18	IOLANDA DE SOUSA BARRETO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	16/07/2018 20:59:07	IOLANDA DE SOUSA BARRETO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Term_de_Consentimento_outros_participantes.pdf	22/05/2018 21:15:40	IOLANDA DE SOUSA BARRETO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_Consentimento_Biografada_corrigido.pdf	22/05/2018 21:09:25	IOLANDA DE SOUSA BARRETO	Aceito
Outros	Certidao_projeto.pdf	13/03/2018 17:26:31	IOLANDA DE SOUSA BARRETO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer 2.782.415

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 24 de Julho de 2018

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

Anexo D – Escritos (Auto)biográficos de Irmã Ana

DADOS BIOGRÁFICOS

María Fernandes de Queiroga (Ir. M. Ana, OSF)

A pedido de Iolanda de Sousa Barreto, estou escrevendo esta auto-biografia para ajudá-la no seu doutorado.

Sou a décima filha do casal João Adelino de Queiroga e Ana Fernandes de Queiroga. Agradeço a Deus por ter me dado pais maravilhosos, verdadeiros católicos, que educaram seus filhos de maneira muito cristã não só com palavras mas com testemunho de vida. Eles tiveram onze filhos, a saber: Maria Sittour de Queiroga, que faleceu com 06 anos de idade, José Honor de Queiroga, Walter Fernandes de Queiroga, Antenor Fernandes de Queiroga, João Queiroga, Ana Sittour de Queiroga, João de Queiroga, Tereza Fernandes de Queiroga, Gervásio Fernandes de Queiroga, Maria Fernandes de Queiroga e Terezinha Fernandes de Queiroga, que faleceu aos 12 anos de idade, deixando-nos muita tristeza e saudades. Avós paternos: José Adelino da Silva e Ana Correia de Queiroga; avós maternos: José Antonio das Chagas e Ana Fernandes Moreira. Não conheci nenhum dos avós.

Nasci em 03 de fevereiro de 1936, em Antenor Navarro (hoje tem o nome de São João do Rio do Peixe) – Paraíba, onde vivi até setembro de 1941, com todos os irmãos vivos, era nesta época 6 irmãos, pois, Terezinha nasceu em 1939. Apesar de muito criança, ainda relembro da minha primeira infância vivida em Antenor Navarro. A casa onde nasci, muito simples, aconchegante porque ali morava minha família querida. Vivíamos na alegria da simplicidade de uma família sertaneja, amando-nos mutuamente, minha mãe mulher laboriosa, além dos trabalhos domésticos, ajudava a manter a casa pelos trabalhos de costuras que fazia, enquanto meu pai, apesar de ser agricultor nato, teve de diminuir este trabalho ao assumir um emprego federal nos Correios e Telégrafos. Foi por causa desta atividade que por pressão política foi transferido para Catolé do Rocha, cidade considerada inferior a Antenor Navarro naquele ano de 1941. Relembro que quando meu pai vinha do seu trabalho no Correio, eu corria para abraçá-lo. Foi nesta demonstração de carinho que o meu pai, sem querer, trazia germes de uma doença, existente em crianças filhas do telegrafista, residentes no mesmo prédio e assim contraí o grupe, doença que podia ter me levado à morte se não tivesse sido imediato cuidado, o que relembro bastante. Relembro também das brincadeiras diurnas e noturnas, com outras crianças e com minha irmã Sittour. Antenor Navarro me faz lembrar das cheias do Rio do Peixe, inundando a cidade; o trem de carga que só chegava à noite e que eu não podia ver, só ouvia os comentários, pois, tinha de ir dormir antes da sua chegada. Relembro algumas pessoas daquela cidade, que possivelmente já estão na eternidade. Tenho muita recordação da nossa “grande” viagem de transferência para Catolé do Rocha. Caminhão de cabine aberta, onde mãe e nós menores vínhamos sentados, meu

pai já tinha vindo bem antes, meu irmão mais velho veio nos acompanhando, mas não iria morar conosco pois iria se casar. Em cima do caminhão vinha toda nossa bagagem, e possivelmente os irmãos maiores. 13 de setembro de 1941, a tarde estávamos chegando, paramos em frente a uma casa perto do mercado central da época, eu com um ovo na mão, pois enjoava, desci naquela rua, logo uma criança da casa em frente fez amizade comigo. Os poucos móveis foram levados e arrumados na nova morada. Que decepção de modo especial para minha mãe. A casa era pequena demais, para oito pessoas. Estávamos acostumados a uma casa, simples mas bem ampla, agora ao contrário, casa sem espaço para os poucos móveis. Aqui viramos peregrinos, de casa alugada para outra alugada, procurando melhora, até que um dia, em 1952, meu pai pode comprar duas casas conjuntas que reformadas deram a casa final para a nossa vida em Catolé do Rocha, onde meus pais viveram até a morte. Uma coisa muito importante sempre aconteceu nas diversas casas por onde passamos, sempre tivemos vizinhos maravilhosos. Deus sempre faz maravilhas. Que boa perseguição que nos trouxe para Catolé do Rocha. Povo acolhedor! Mesmo aposentado, meu pai não saiu mais desta terra. Aqui cresci, estudei no antigo Grupo Escolar Antonio Gomes, fazendo todo o curso primário. Depois estudei na Escola Normal Francisca Mendes. Aos 22 anos deixei meu lar, para atender aos apelos de Deus que me conduzia à Vida Religiosa Consagrada. Assim, com o consentimento dos meus pais, fui para a cidade de Areia-Paraíba, entrando como candidata para um dia me tornar religiosa. Dia 11 de fevereiro de 1958, acompanhada do meu irmão Antenor e minha irmã Sittour, fui acolhida pelas Irmãs Franciscanas de Dillingen, no convento de Areia. Não foi fácil a despedida em casa com meus pais, bem como da minha única irmã Sittour com a qual convivi todo período que vivi em família. Fomos sempre unidas, nos amávamos muito.

Oh que saudades que tenho, da aurora da minha vida, da minha infância querida” ... brincando de roda e de casinha atrás da minha casa com crianças vizinhas, onde podíamos brincar sem nem susto, sem brinquedos comprados, com animais feitos de buchas verdes, de bebê feito de tijolos envolvidos em retalhos. Brincar de casinha...brincar com crianças amigas. À noite deitar a cabeça no colo de minha mãe, sentadas com vizinhas a conversar e eu a ouvir e cochilar...

Formação Educacional: Aos 06 anos de idade comecei minha formação educacional em escolas, pois a formação educacional se começa em casa, segundo Piaget, aos seis meses no ventre materno, já começa o desenvolvimento cognitivo. Foi no antigo Grupo Escolar Antonio Gomes, que iniciei os meus estudos ditos na época “curso primário” (prédio hoje reformado, onde estar sendo a Prefeitura Municipal). Como sempre fui tímida, nos primeiros tempos, precisava minha irmã ficar na porta da sala de

aula para que eu pudesse permanecer na escola. Minha primeira professora, bem conhecida minha, madrinha Zulmira Pires Fernandes, casada com meu tio segundo, Cirino Fernandes, portanto não precisava ser “olhada por minha irmã”. Lembro-me que aprendi a escrever cobrinho as letras feitas no caderno pela professora. Nem sei mesmo como aprendi a ler, sei apenas que nunca aprendi a soletrar, por isso penso que não foi este o método da minha querida professora. Lembro que na época existia uma cartilha que tinha uma mão aberta e para cada dedo uma vogal. Mas não sei por que eu não tive esta cartilha. Lembro-me do meu primeiro livro que fui comprar junto com minha irmã, e minha mãe ensinava-me a ler quando lhe perguntava. Fui alfabetizada, 1º ano A, 1942, no ano seguinte era o 1º ano B, lembro-me que durante o ano letivo, foi criado o 1º ano C, tirando alunos mais adiantados para formar a turma, assim fui fazer parte desta nova turma, B e C, no mesmo ano letivo – 1943. Em 1944, fui para o 2º ano. Professor Cleodon. Faltei muitos dias de aula, porque tinha muita dor de cabeça. No final do ano, minha madrinha Zulmira, que era diretora na época, disse a minha mãe que eu ia passar com notas baixas, aconselhando que eu repetisse o ano. Minha mãe apesar das poucas letras que possuía, concordou e assim eu fiz o 2º ano mais uma vez. Lembro-me da minha professora de Artes – Aida Maia. Eu tinha um caderno bem escrito por minha irmã, com os assuntos do ano anterior, assuntos difíceis na época, como o rio São Francisco, minhas colegas nem acreditavam que já tinha estudado o que estava escrito. Foi bom repetir este ano, pois, no 3º ano, podia obter ótimos resultados e na vida estudantil inteira, não tive nenhuma reprovação anual. Quero relembrar outras professoras Consuelo Rocha, Edmar Barreto Rocha, Lourdes Pires Fernandes, Francisca Gomes, Aldina Pires de Almeida.

Formação para o Magistério: Em 1949, chegou a hora desejada de ingressar na Escola Normal Dona Francisca Henriques Mendes, assim chamada na época. Havia terminado o curso primário no Grupo Escolar. Agora, nas férias enfrentar o Exame de Admissão para poder fazer o Curso Normal Regional, de quatro anos e receber diploma de professora primária. Foi ousado, pois, a nossa professora do 5º ano, acredito desanimada com o aproveitamento dos 07 alunos havia dito que iria dizer a Madre Superiora que nenhum tinha capacidade de passar no “exame de admissão” que para nós naquele tempo, era como hoje o “vestibular”. Eu e mais duas colegas enfrentamos e conseguimos aprovação. Que alegria! Foram quatro anos onde podíamos saborear o néctar dos conhecimentos de vários professores, de modo especial das Irmãs Franciscanas de Dillingen, fundadoras desta instituição de ensino. Fazer o Curso Normal naquela época, em Catolé do Rocha era o máximo que uma jovem poderia conseguir para sua formação intelectual, religiosa, humana. Nossas mestras transmitiam valores que jamais se apagarão da vida de cada uma. A formação recebida nos despertou

o gosto pelo magistério. Ensinar aonde? Contratos de quem? Era difícil! Entretanto sempre aparece uma luz... Minha vizinha ensinava no "colégio" assim intitulado o colégio das freiras, então quando ela não podia vir dar suas aulas, ela me pedia para fazer. Assim fui experimentando e ficando ainda unida a esta instituição de ensino. Na licença gestante desta minha vizinha Maria Celi Fixina, fui convidada pela diretora para substituí-la. Que bom três meses de mais experiências. Infelizmente no ano seguinte não havia lugar para mim. Aconteceu que meu irmão mais velho, querendo ajudar meu outro irmão que tinha muitos filhos, colocou para ele uma casa comercial com roupas para homens. Então fui trabalhar no comércio como auxiliar. Foi um ano de esforço, pois, não gostava de comércio. Neste mesmo ano, fui chamada para trabalhar como "caixa" numa firma de uma fábrica em Catolé, não aceitei. Depois fui convidada para trabalhar no Cartório do 2º Ofício. Também não aceitei. Realmente não me sentia apta para tais trabalhos. Afinal em 1955 surgiu uma vaga para ensinar na Escola Normal Francisca Mendes. Fui escolhida para ensinar no 2º ano primário, menos a matéria Matemática que foi dada por Ir. Adeleide e nestes horários eu trabalhava com outras turmas dando aulas de Desenho. Assim trabalhei três anos. Neste tempo estava decidida a abraçar a Vida Religiosa Consagrada. Aos 22 anos, após receber licença dos meus pais, fui para Areia, como candidata. Também chegou a minha vez de continuar os estudos a nível de segundo grau: Curso Pedagógico. Para tanto devia me submeter a um exame de todas as matérias básicas: "como vestibular". Assim junto à formação para a vida religiosa, fazia o Curso Pedagógico, formação para o magistério para exercer no curso primário. Tive excelentes professores inclusive as Irmãs Franciscanas de Dillingen, alemãs, das quais mais uma vez podia receber excelentes conhecimentos pedagógicos, preparando-me para o magistério. Neste período em Areia, 1958 a 1961, também exercia o magistério, no turno da tarde, aulas de desenhos ao curso primário, pois, o Curso Pedagógico funcionava pela manhã. Em 1961, com outra Irmã do meu noviciado assumi as aulas do 2º ano primário, orientada pela diretora e coordenadora pedagógica, a excelente professora de didática e prática pedagógica Irmã M. Iluminaris. Em fevereiro de 1962, fui transferida, após a emissão dos votos religiosos, para o Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha-PB. Aqui vinha para auxiliar na Secretaria da escola, durou pouco tempo esta atividade, ensinar matemática no ginásio, desenho no ginásio e Normal, Higiene e Puericultura ao 4º Normal Regional e Ensino Religioso ao 3º ano primário. Não foi fácil assumir tudo isto, pois, a minha formação era para o Curso Primário, mas na matemática orientada por Ir. Gertrudes pude vencer. Então como religiosa comecei minha atividade na Educação, amando ao magistério fui me realizando profissionalmente. Os anos foram se passando e fui continuando como professora de matemática em todo ginásio. Participei de três curso de

CADES promovido para a formação de professores que não tinham habilitação para ensinar as diferentes matérias do currículo ginásial e não tendo outros formados podiam fazer exames de suficiência após o curso e receber o registro de professor naquela disciplina. Eu não tinha ainda condições para esses exames, precisava me preparar melhor e a CADES que era com professores do Sul, não teve continuidade. Foi então criado um curso pela SEC-PB, no Liceu Paraibano, ainda para suprir a insuficiência de professores formados, com a duração de um semestre letivo, no qual os participantes no final podiam receber o registro de professor da matéria cursada. Devia ir em busca deste curso, para assim poder ensinar legalmente. Enfrentei, era o 2º semestre de 1965. Adquiri muitos conhecimentos, não só da matemática como de outras matérias que faziam parte deste curso. Graças a Deus que pude receber o registro de professora de Matemática para o 1º ciclo. Paralelo a este curso, durante uma semana, foi realizado no Instituto de Educação, um curso, envolvendo as metodologias, acredito trazido pela SEC-PB, com professoras de Belo Horizonte, que ministravam o CRE-DAP naquela cidade mineira, oferecido a professores do Curso Normal. Então com Ir. Eleonore participei de algumas aulas e fui convidada pela coordenadora Profª Riza de Araújo Porto para fazer um Curso de Metodologia da Matemática em Belo Horizonte no próximo ano. Ela incentivou Ir. Eleonore para que eu fosse, consegui que eu tivesse bolsa, licença da SEC-PB, viagens, tudo foi gratuito para mim. Com outras companheiras da Paraíba, inclusive duas de Catolé, (Lourdes Barreto e Sedy Marques) fui enfrentar este curso. Foi realmente neste Curso da CREP-DAP, que me "especializei" em Didática da Matemática além de cursar também as Didáticas de Estudos Sociais e Ciências, Prática de Ensino, Supervisão... Este curso me valeu para o desempenho como professora de todas as Didáticas e Prática Pedagógica que trabalhei em todas as turmas do Curso Pedagógico do Colégio Normal Francisca Mendes, além da Orientação Pedagógica que efetuei neste colégio e no 8º CREC de Catolé do Rocha, como Supervisora das Supervisoras, em 1977 a 1980.

Em 1971, pelo registro que tinha da disciplina Matemática, pela falta de professor habilitado em Catolé do Rocha, fui convidada para ensinar Matemática no Colégio Estadual Obdúlia Dantas, aos alunos do 1º e 2º Científico. Não foi fácil, pois já estava com uma carga horária no "Francisca Mendes" e devia enfrentar estes alunos no turno da noite, mas venci. Recebi logo contrato do Estado e trabalhei dois anos, pois em 1973, passando no vestibular da Federal, fui transferida para a Escola Sesquicentenário em João Pessoa, onde trabalhei quatro anos ensinando a matemática.

Em dezembro de 1976 terminei a Faculdade em Pedagogia, com habilitação para Administração Escolar, Supervisão Escolar e Prática Pedagógica que me deu a possibilidade de Ensinar a Psicologia da Educação, Sociologia da

Educação e Didática Geral. De todos tenho o registro conferido pela Inspectoria Técnica de Ensino da Paraíba. Em janeiro de 1977, foi meu retorno para o Colégio Normal Francisca Mendes, pois havia terminada meus estudos universitários. Neste ano foi-me confiado o trabalho de Administração Escolar do Colégio Normal Francisca Mendes. Ir. M. Eleonore Brumm, batalhadora do ensino, mesmo sendo provincial, ficou sendo o ponto de equilíbrio pedagógico, dinamizando esta escola, entregou-me a direção desta escola e assim pude ir morar na casa provincial em Areia, após 38 anos de atividade no Colégio Normal Francisca Mendes. Deu tudo de si para educar crianças e jovens. Enfrentando a lacuna deixado por ela, assumi com alegria e responsabilidade a tarefa que me foi solicitada. Junto à Administração Escolar, ensinava no Curso Normal as diferentes matérias pedagógicas, orientava professoras de modo especial do “curso primário”, além da coordenação da comunidade religiosa. Fui transferida do Sesquicentenário de João Pessoa, para o 8º Centro de Supervisão, hoje 8º CREC, para trabalhar orientando a parte pedagógica das Supervisoras. Com Gercina Freitas, fizemos a equipe de Supervisão Intermediária entre a Supervisão Geral de João Pessoa e a Equipe de Supervisoras de Catolé do Rocha. Orientei também parte do Ensino Religioso para professores. Isto durou três anos, sendo depois colocada à disposição do Colégio. Durante 18 anos fiquei como Administradora Escolar neste colégio, sendo que estive ausente em 1994 por alguns meses, pois estive em Roma e Alemanha em casas da nossa Congregação, tentando aprender a língua alemã, mas infelizmente não cheguei a dominá-la. Foi uma boa experiência, viver no estrangeiro por sete meses. Em 1995 fui transferida para a Comunidade religiosa do Instituto João XXIII, exercendo a animação religiosa da fraternidade. Não atuei na escola. Neste mesmo início de ano com a permissão das Irmãs do Colégio N. Francisca Mendes fundamos nesta escola a Educação Infantil. Tornei-me orientadora pedagógica da professora que assumiu as atividades com as crianças. Vinha de João Pessoa, sempre que necessário para esta função. Graças a Deus, temos hoje – 2016 – um excelente Curso de Educação Infantil. Em síntese: Estou com 35 anos de Administração Escolar (gestora), ainda continuo como orientadora pedagógica, fui professora até 2015, no Colégio Normal Francisca Mendes, em 2015 fiquei como Administradora Escolar das outras duas escolas da nossa Província: Colégio Santa Rita e Instituto João XXIII, para que estas instituições funcionasse, deleguei poderes aos Diretores Escolares.

Anexo E – Texto Colégio Normal Francisca Mendes: Histórico e Finalidade

COLÉGIO NORMAL FRANCISCA MENDES

HISTÓRICO E FINALIDADE

Graças as lágrimas de um filho, surgiu a idéia de construir um colégio para moças, em Catolé do Rocha – PB. O Coronel Antônio Mendes Ribeiro, querendo perpetuar o nome de sua mãe, perguntou ao Pe. Joaquim de Assis Ferreira, o que deveria fazer. Ele respondeu: construa uma escola para moças. Assim fez o Coronel Antônio Mendes Ribeiro, que com recursos próprios, em 1937 deu início à construção de uma escola que passou a ser chamada Escola Normal Dona Francisca Henriques Mendes, hoje, Colégio Normal Francisca Mendes. A construção só terminou em 1939, sendo doada à Mitra Diocesana de Cajazeiras.

Enquanto em Catolé do Rocha se dava a construção desta escola, em 1937, na Alemanha Nazista se dava o fechamento de escolas confessionais, dando margem às Irmãs Franciscanas de Dillingen emigrarem para o Brasil. Chegaram até ao Nordeste. Foram solicitadas para assumirem a educação no Colégio Santa Rita – Areia – Paraíba.

As Irmãs Franciscanas de Dillingen, aceitaram também o convite para o trabalho educativo na cidade Catolé do Rocha. Foi assim que em 02 de março de 1939, chegaram as primeiras irmãs alemãs, para iniciar esta atividade educativa que é também missionária. Formar professoras cristãs nesta região sertaneja, eis o grande desafio, motivado pelo desejo de levar a mensagem de Jesus Cristo às crianças e jovens.

Como o prédio que estava sendo construído ainda não estava pronto, as Irmãs pioneiras, Ir. M. Gonzalez Hermann, Ir. M. Siegfrieda Heinrich, Ir. M. Engelsindis Hölfelder, Ir. M. Urbana Schöberl e Ir. M. Irmolda Brumm, iniciaram as atividades escolares, no dia 11 de abril de 1939, numa casa grande, de esquina, vizinha à coletoria, à Avenida Venâncio Neiva, na praça Sérgio Maia.

Não foi fácil este início, dificuldades da língua, clima, além da dificuldade financeira, mas o amor foi a força motriz. O povo sempre hospitaleiro, soube acolher com carinho e zelo as religiosas que aqui chegaram, para plantar a semente da educação. Surgiu a linda flor da educação feminina na cidade de Catolé do Rocha, com a abertura da Escola Normal Dona Francisca Henriques Mendes, hoje, Colégio Normal Francisca Mendes.

Os tempos passaram, outras Irmãs alemãs chegaram para ajudar e continuar o trabalho das fundadoras. Depois, Irmãs brasileiras irmanadas no mesmo ideal, para aqui vieram, unindo-se às atividades educativas nesta escola e ainda hoje continuam o trabalho de formação de professoras.

A escola funcionava com o Curso Primário e o Curso Normal. Foi assim que em 1942 a primeira turma concluinte recebeu o diploma de professa primária. Seguindo-se outras turmas.

Em 1960, foi criado o Curso Ginásial. Em 1963 foi diplomada a última turma de acordo com a Lei 5692/71. Em 1978 recebeu autorização para a abertura do 4º Normal (Estudos Adicionais), possibilitando o retorno de muitas ex-alunas que chegaram para elevar sua qualificação profissional.

Com a nova LDBEN nº 9.394/96, foi necessário que o Colégio atualizasse seu Regimento Interno e elaborasse sua Proposta Pedagógica. Hoje o Curso Normal em Nível Médio esta reconhecido definitivamente pelo Conselho Estadual da Educação da Paraíba, pela Resolução nº 165/00; o Ensino Fundamental reconhecido definitivamente pela Resolução nº 328/2001 do C.E.E; o Curso de Ensino Médio (científico) pela Resolução nº 164/00 do C.E.E. e o Curso de Educação Infantil autorizado pela Resolução nº 163/00 do C.E.E. Para estes dois

últimos cursos estão em andamento os processos para reconhecimento definitivo. O Projeto Pedagógico do Curso Normal em Nível Médio, foi aprovado pela Resolução nº 085/2002 do Conselho Estadual de Educação.

Manter um Curso Normal hoje não é fácil, pois os jovens movidos pelos novos padrões culturais e de vida, optam pelo estudo simplesmente científico e não profissional. As jovens que procuram o Curso Normal em geral não têm condições financeiras para pagar os estudos. Poucas jovens nos últimos anos procuravam este curso e ficavam na expectativa de conseguir uma bolsa de estudo. Em 2003, o Secretário da Educação da Paraíba, prometeu a gratuidade para os alunos que desejassem fazer o Curso Normal. O número de alunos aumentou para 212, o que veio alegrar toda escola e tornar o trabalho educativo mais animador. Jovens do sexo masculino também chegaram para receberem a formação de professor. Isto é importante, pois, a escola construída para moças, acolheu e continua hoje acolhendo a todos sem especificação de sexo, cultura, religião ou raça. Em parceria com a SEC/PB o Colégio Normal Francisca Mendes vem proporcionando a formação profissional aos jovens de maneira qualificada.

Formar professores eis nossa primeira missão neste sertão, a fim de que crianças e jovens, dos diversos níveis culturais e financeiros possam usufruir dos conhecimentos adquiridos na nossa escola pelos professores que aqui estudarem. São nossos continuadores junto aos irmãos carentes.

Francisca Mendes

Anexo F – Documentos de Doação

CERTIDÃO.



Adonias Francisco da Silva, 1º Tabelião Público desta Comarca de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba, em virtude da Lei, etc.

CERTIFICA, a requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo as folhas 60 e 62 V, de Livro No. 25 deste Cartório do Primeiro Offício a meu cargo, consta a escritura de teor seguinte: "Escritura Pública de doação que entre si fazem o Coronel Antonio Mendes Ribeiro e sua esposa como doadores e como donataria a Mitra Diocesana de Cajazeiras, / como abaixo se declara: SAIBAM quantos este público instrumento de escritura de doação virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e quarenta e trez (1.943), aos vinte e nove (29) dias de mez de maio do dito ano, nesta cidade de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba e no meu Cartório, á rua Epitacio Pessoa, por me haver sido distribuida hoje esta escritura pelo bilhete que fica apenso á mesma, aí perante mim Tabelião e as duas testemunhas abaixo declaradas e assinadas, compareceu partes justas e contratadas, a saber: de um lado como outorgantes doadores, e / Coronel Antonio Mendes Ribeiro e sua esposa dona Amelia Galvão Ribeiro, / brasileiros, proprietarios, residentes á rua Duque de Caxias, nº 620, na cidade de João Pessoa, Capital deste Estado, onde são domiciliados, e neste ato representados por seu bastante procurador, Doutor Natanael Maia Filho, / brasileiro, farmacutico, casado, residente nesta cidade, conforme procuração de (11) onze de novembro de mil novecentos e quarenta e dois (1.942), lavrada nas Notas do Tabelião Doutor Rodrigo Ulisses de Carvalho da cidade de / João Pessoa, livro nº 147 fls. 59, apresentada neste ato, e de outro lado, como outorgada donataria a Mitra Diocesana de Cajazeiras, neste Estado, representada por seu vigario capitular Monsenhor Abdon Pereira, brasileiro, residente na referida cidade de Cajazeiras, neste ato representado por seu bastante procurador, Padre Americo Sergio Maia, brasileiro, residente nesta cidade, conforme procuração de quatorze (14) de dezembro do referido ano de mil novecentos e quarenta e dois (1.942), lavrada nas Notas do Tabelião Antonio Rodrigues de Holanda, da cidade de Cajazeiras, livro nº 6 fls. 10, que nesta ato tambem me foi apresentada, pessoas estas todas conhecidas de Tabelião e das testemunhas estas, por sua vez, tambem minhas conhecidas, do que dou fé. E pelos outorgantes doadores, por seu procurador me foi dito, perante as mesmas testemunhas, que sendo senhores e legitimos possuidores por construção / propria do edificio denominado "COLEGIO DONA FRANCISCA HENRIQUES MENDES", de dois (2) pavimentos nesta cidade, no terreno proprio que lhe foi doado / pela Prefeitura Municipal, se acham contratados com a outorgada donataria / para de propria e livre vontade á mesma outorgada doa-lo entre vivos e gratuitamente, como efetivamente doado tem, por bem desta escritura e mediante / as seguintes condições: a) - o edificio ora doado, será destinado a nele funcionar um Colegio, cujo nome é D. Francisca Henriques Mendes, não poderá /

ser alterado, como também o seu domínio não poderá ser transferido a terceiros pela donataria; b) na hipótese de ser criada uma outra diocese no território pertencente a atual diocese de Cajazeiras, a propriedade do imóvel doado passará a pertencer à Mitra Diocesana a que ficar pertencendo este Município de Catolé do Rocha; c) a donataria poderá transferir a administração e direção do educandário a qualquer ordem religiosa ou pessoa de direito, natural ou jurídica, respeitado, porém, o que acima ficou convencionado e ainda podendo os doadores manterem no estabelecimento gratuitamente duas alunas de amior ou menor idade, que ficarão sujeitas a disciplina e regulamento do mesmo, direito esse que por morte dos doadores se transferirá ao seu filho adotivo Hermes Galvão de Sá; d) que na presente doação estão incluídos todos os moveis que se encontram no edificio, como sejam: um órgão / pera Capela, um piano, uma maquina de costura Singer, tapete para altar, vitrais, imagem da capela e a do Senhor dos Passos que se encontra em um monumento no patio externo do edificio, castiçais, uma mobilia austriaca composta de doze (12) peças, porta-chapeo, dois guarda-roupas de amarelo vinhatico, moveis esses que, com outros por ventura ainda sejam doados pelos outorgantes, ficaram fazendo parte do patrimonio do educandário e como tal não poderão ser alimados; e) sempre que possível serão celebradas missas na capela do Colegio pelo repouso eterno das almas dos pais dos doadores. E assim na melhor forma de direito transmitem desde já, a outorgada donataria, pela clausula constitute, todo o domínio, posse, direito e ação que têm na coisa doada, para que a outorgada possua sem qualquer reserva, a fora as clausulas aqui estipuladas, como sua que é e fica sendo; que, finalmente estimam o valor o valor do edificio doado em dusentos e cinquenta mil cruseiros (Cr\$. 250.000,00) e dos demais objetos em cinquenta mil cruseiros (Cr\$50.000,00) tendo sido por ato do interventor Federal do Estado e conforme processo no. 2.609 e comunicação a Mesa de Rendas Estadual nesta cidade dispensado o pagamento do imposto de transmissão de propriedade, como consta da certidão exarada na petição que neste ato me foi apresentada, cujos teores são os seguintes: "Illmo Snr. Administrador da mesa de Rendas de Catolé do Rocha. O abaixo assinado, Padre Americo Sergio Maia, na qualidade de procurador do Exmo. Vigario da Diocese Mons. Abdon Pereira, vem requerer a V. S. se digne certificar ao pé desta sobre a isenção de impostos nessa Repartição referentes a escritura de doação do imóvel "Colegio D. Francisca Henriques Mendes" desta cidade, feita pelo Coronel Antonio Mendes Ribeiro e sua Exma. espôsa. Nestes termos F. V. Catolé do Rocha, 22 de maio de 1943. (a) Padre Americo Sergio Maia. Despacho certifique-se o que constar. Em 22-5-1943. (a) Hilario Viana-Resp. p. Exp. "Certidão. Em cumprimento ao despacho supra certifico que de acordo com o processado nº 2.609, firmado pelo Sr. interventor Federal do Estado, está isento de imposto de transmissão e selos na escritura de doação do edificio/ "Colegio Francisca Mendes" desta cidade. Mesa de Rendas de Catolé do Rocha, / 22 de maio de 1943. (a) Otavio B. Gadelha -Guarda riscal". Visto Em 22-5-943.

TRASLADO EM TRES VIAS
LIVRO - Nº 59.
FLS. 65 e 67.

ESCRITURA PÚBLICA de doação que entre si faz como outorgante doadora a MIRA DIOCESANA DE CAJAZEIRAS, e como outorgada donatária a Sociedade FRANCISCANA NOSSA SENHORA MEDITANEA DAS GRAÇAS, como abaixo se declara:

SALVAM - quantos esta pública escritura de doação viram que, nos quatorze (14) dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e sessenta e um (1961), nesta cidade de Catolé de Rocha, Estado da Paraíba, neste Cartório do 2º Ofício, à Avenida / Venâncio Neiva, número 86, perante mim Tabelião abaixo declarado, compareceram partes entre si, justas e contratadas a saber: de uma parte, como outorgante doadora a MIRA DIOCESANA DE CAJAZEIRAS, Estado da Paraíba, representada neste ato pelo Bispo Diocesano D. ZACARIAS ROLIM DE MEUNA, brasileiro, solteiro, maior, religioso, domiciliado e residente na cidade de Cajazeiras, deste Estado, e de outro lado como outorgada donatária a Sociedade / FRANCISCANA NOSSA SENHORA MEDITANEA DAS GRAÇAS, com sede na cidade de Areia, deste Estado, representada neste ato pela Madre / Engelsindis Holfelder, alemã, solteira, maior, religiosa, domiciliada e residente nesta cidade, conforme procuração passada nestas notas, Livro nº 7, fls. 221, e que fica arquivada neste Cartório, e como assistentes Dona Amélia Galvão Ribeiro, brasileira, viúva do Coronel Antônio Mendes Ribeiro, proprietária, Hermes / Galvão de Sá, brasileiro, bancário e proprietário e sua mulher / dona Rosilda Meira de Menezes Sá, brasileira, doméstica, todos domiciliados e residentes na cidade de João Pessoa, Capital deste Estado, representados neste ato por seu procurador Dr. Natanael Maia Filho, brasileiro, casado, comerciante, domiciliado e residente nesta cidade, conforme procuração lavrada nas notas do Tabelião Damásio Barbosa da Franca, da cidade de João Pessoa antes mencionada, às fls. 53 do livro nº 89, em data de 19.6.1961, e que fica fazendo parte integrante do arquivo deste Cartório, todos reconhecidos de mim Tabelião pelos próprios de que trato - dou fé, e das duas testemunhas adiante nomeadas e no fim assinadas, perante as quais pela outorgante doadora se foi dito que é senhora e legítima possuidora de UM edifício denominado "Colégio dona Francisca Henriques Mendes", com a denominação atual de "Ginásio Francisca Mendes", localizado nesta cidade à Avenida Venâncio Neiva, número 416, com frente para a Praça Mendes Ribeiro, de dois (2) pavimentos, todo murado, uma capela anexa, limitando-

limitando-se ao LESTE, com a Praça Mendes Ribeiro; ao OESTE, com a Avenida Floreano Peixoto; ao SUL, com terrenos pertencentes ao Dr. Paulo Acácio Galvão e ao NORTE, com a rua Adolfo Maia. E, possuindo ela outorgante doadora referidos imóveis livres de ônus e embargos e que fôram adquiridos por doação feita pelo Coronel Antonio Mendes Ribeiro e sua esposa, conforme escritura pública lavrada nas notas do Tabelião Venâncio Santiago, em data de 29.5.1943, livro nº 27, fls. 61 a 63 e verso, devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca, sob o número de ordem 909, Livro 3 B, fls. 75, se acha contratada com a outorgada donatária para de própria e livre vontade, a mesma outorgante doá-lo inter-vivos e gratuitamente, como efetivamente doado tem, por bem desta escritura e mediante as seguintes condições: 1ª) - A Sociedade Franciscana Nossa Senhora Medianeira das Graças, com sede em Areia, Estado da Paraíba, manterá em Catolé do Rocha, Estado da Paraíba, um instituto de educação e instrução intelectual, moral e religioso para a juventude feminina; 2ª)- O instituto em aprêgo conservará sempre o nome de Dona "Francisca Mendes" em harmonia com as leis do país e da Igreja Católica e jamais mudará a sua finalidade; 3ª)- Caso a Sociedade Franciscana Nossa Senhora Medianeira das Graças se afaste do "Ginásio dona Francisca Mendes" por motivos completamente independentes de estranhos as mesmas irmãs, por exemplo, por coação da parte do governo ou qualquer medida coercitiva que os poderes públicos tomem, tudo voltará ao inteiro domínio e posse da Diocese de Cajazeiras, obrigando-se esta a fazer razoável indenização de acôrdo com a Sociedade Franciscana Nossa Senhora Medianeira das Graças, pelas benfeitorias realizadas pelas Irmãs durante sua gestão, quer nos prédios, quer nos terrenos, assim como dos imóveis que as mesmas hajam adquirido depois de terem assumido a administração, devem-se razoavelmente excluir nessa avaliação das benfeitorias, as cotas federais que o Ginásio sempre recebeu como auxílios e demais contribuições estaduais e municipais, bem como donativos particulares em favor da Instituição; 4ª)- Caso a Sociedade Franciscana Nossa Senhora Medianeira das Graças abandone a doação ou instituição por própria deliberação, tudo voltará ao inteiro domínio e posse da Diocese de Cajazeiras, sem nenhum ônus para a mesma Diocese; 5ª)- Anualmente serão celebradas na Capela do Ginásio Dona Francisca Mendes, quatro missas pelo repouso eterno das almas dos pais dos fundadores; 6ª)- Os fundadores viúva do Coronel Mendes Ribeiro e seu filho podem manter no estabelecimento gratui

tamente, duas alunas, de maior ou menor idade, que ficam sujeitas a disciplina e regulamento do mesmo, direito êsse que com a morte da viúva dos fundadores se transferirá ao seu filho adotivo Hermes Galvão de Sá; 7º)- Na presente doação estão incluídos todos os móveis que se encontram no edifício, como sejam: um harmonio para a Capela, um piano; uma máquina de costura "Singer"; tapete para altar, vitrais, imagens da capela e do Senhor do Espaço que se encontram no monumento no pátio externo do edifício, castrilhas, uma mobília austríaca composta de doze peças, portas-chapéus, dois guarda-roupas de amarelo inhatico, móveis êsses que com outros porventura ainda sejam dados pelos construtores, ficarão fazendo parte do patrimônio do educandário em quanto servirem a sua finalidade. Pela outorgada donatária e pelos assistentes por intermédio dos seus representantes se foi dito perante as mesmas testemunhas que estavam de pleno acôrdo com a doação ora feita. Os imóveis ora dados estimam o seu valor em dois milhões de cruzeiros (R\$2.000.000,00) os quais estão isentos do imposto de transmissão inter-vivos, de acôrdo com autorização do Governo do Estado, publicada no Órgão Oficial de 11.6.1961, conforme guia negativa visada pela Coletoria Estadual desta cidade e que fica arquivada neste Cartório. E por se acharem assim contratados, outorgaram e assinam a presente escritura, ante as testemunhas que são Francisco Rosado Maia e Sérgio Segundo Maia de Vasconcelos, meus conhecidos e desta cidade, perante mim Benedito Rodrigues de Paula, 2º Tabelião Público, que a escrevi e assino em público e raso. Custas de Regimento em vigor R\$1.800,00, distribuição R\$300,00, inclusive a majoração. Em testº (ginal) da verdade; dou fé. O 2º Tabelião Público Benedito Rodrigues de Paula. (as) Dom Zacarias Rolin de Moura. P.P. (a) M. Engelstindis (Anna) Holfelder, O.S.F. P.P. (a) Natanael Maia Filho. Francisco Rosado Maia. Sérgio Segundo Maia de Vasconcelos. Era o que se continha em dito instrumento de escritura que bem e fielmente o translatei verbo ad-verb-um do seu próprio original; dou fé. *falei na Rocha, 14 de Julho de 1961*

Em test. *Paula* da verd. O 2º Tab. Pº

Benedito Rodrigues de Paula

BENEDITO RODRIGUES DE PAULA
- 2º TABELIÃO PÚBLICO -
1º ESCRIVENTE
CELINA RODRIGUES DE PAULA
2º ESCRIVENTE
JOSÉ RODRIGUES
CÁTOLÉ DO ROCHA - PARAIÁ

ANOTAÇÕES

Na via 1^a de presente instrumento me foi apresentada
hoje, para registro protocolada a página *136*
do livro *118* sob o número *7505* e em seguida
sem concorrência e em nome do lugar registrada
na *85* do livro *3-2* sob número de
ordem *6748* com observância das formalidades.
Esta matrícula de registro é válida.

Catolé do Rocha, *19* de *Julho* de 18*61*

João Rodrigues Laureano
Oficial do Registro Geral de Imóveis
Exercendo

CARTÓRIO DO 1º. OFÍCIO

Terezinha Saldanha Suassuna
TABELIA

João Rodrigues Laureano
SUBSTITUTO

CATOLÉ DO ROCHA — PARAÍBA

Anexo G – Texto A Ressurreição do Obelisco

A RESSUREIÇÃO DO OBELISCO

Frei Marcelino

Catolé do Rocha, 25.05.91

OBELISCO: Monumento em forma de agulha-piramidal, feito ordinariamente de uma só pedra sobre um pedestal, objeto alto e alongado.

Não faça isso não IRMÃO,

Sim **IRMÃO**, pois a indignação é tão grande
Que não existe lugar para o ódio...

Não mate as esperanças de uma juventude sertaneja
Tão perseguida em seus ideais de libertação
Não decepe aquele dedo gigantesco . erguido para o alto,
Num apelo dramático as Forças do Infinito,
Quando a repressão era tanta, que ninguém podia falar,
Gritar, protestar, discordar das arbitrariedades,
Cometidas no solo brasileiro e em Catolé do Rocha
Em nome da Pátria, em nome de Deus e de falso patriotismo

Abra os olhos e enxergue, veja, perceba

O testemunho eloquente do **OBELISCO DO COLÉGIO**,
Em cada "pastilha," em cada pedacinho que o compõe
Tremula a lágrima, a gota de suor, a dor contida
O grito que se perdeu na garganta de jovens massacrados...

Veja melhor, AMIGO...

Este **OBELISCO** não é só do **COLÉGIO FRANCISCA MENDES**
Mas é antes de tudo um escrínio sagrado
Dos mais delicados afetos de abnegação, amor e heroísmo.

Elas aqui chegaram bem novinhas, as religiosas franciscanas

E quantos dos mais antigos, do seu tempo talvez
Não tiveram ciúmes de Jesus,
Que escolhera, arrebatando de outros
As mais cândidas e puras esposas do Universo...

Trabalharam como abelhas pressurosas

E toda juventude, todo o povo do sertão,
Dessentaram no néctar divino,
Que elas produziram...
E quando o despotismo campeava perseguia camponeses, prendia estudantes
Ameaçava padres e religiosas, após encenações de "AUTOS",
Restava o **OBELISCO DO COLÉGIO**
Aquele dedo gigantesco apontado para os céus...

Não sei se alguém percebeu, no meio do ruído ensurdecedor,

Das picaretas, dos martelos, da máquina, destruindo o **Obelisco**,
O protesto surdo vindo de todas as partes do Brasil
Onde se encontra um catoleense esclarecido.
Bancários, comerciantes, médicos, engenheiros e professores
Cujas vidas estão umbelicamente ligadas àquela Obra de Arte,
E quem sabe até de além túmulo, do sub-solo, a voz autêntica
De Pedro Raimundo e tantos outros, do outro lado da vida.

O Obelisco está no chão...

Mas não morreu, a alma nobre do povo Catoleense,
Com a ajuda de todos, ele será reconstruído.

O Obelisco voltará, todos assim o desejam...

Que venha uma nova praça, a alma das praças são os obeliscos.
Já pensou se alguém um dia, por ódio ou por vingança
Tentasse derrubar as Pirâmides para destruir os Faraós daquele tempo. (SIC)

O Obelisco voltará

Anexo H – Modelos de Unidades de Ensino

COLÉGIO NORMAL FRANCISCA MENDES

PROJETO PEDAGÓGICO

I - Identificação:

Escola: Escola de Ensino Fundamental João Suassuna

Série: 5º ano Turma: A data: elaboração: 21 a 28 de maio Regência: 09 a 12 de junho

Professora de Classe: Leodina Tercina Figueiredo

Coordenadoras: M. Gorete Alves e Ir. M. Ana Fernandes de Queiroga

Tema: PLANETA VIVO

II - Justificativa:

A vida é um dom gratuito de Deus, autor único de toda criação. Nada existia. Um dia Deus começou a obra da criação e do nada fez este mundo maravilhoso. Pensou em cada criatura e viu que tudo era bom. Criou plantas e animais, que povoam o ar, a água e a terra. Para coroar a obra da criação pensou num ser que lhe fosse semelhante, então criou o HOMEM, igualmente criou uma companheira para o homem: a MULHER. Homem e mulher, criados à imagem e semelhança de Deus, seres estes, únicos capazes de reconhecerem a grandeza de Deus Criador e terem consciência de sua existência, portanto capazes de respeitar todo ser criado, por ser portador da VIDA, dom de Deus.

Sentimos que é necessária uma tomada de consciência sobre os seres vivos e de modo especial sobre a VIDA HUMANA. O ser humano, desde os primórdios, sempre sentiu uma profunda curiosidade pelo meio que o rodeia. Queremos que alunos da 5ª ano tomem consciência do que é a vida e de como ela deve ser preservada para que este mundo maravilhoso, criado por Deus, continue e assim possamos cantar um hino de louvor em agradecimento ao Deus da vida.

III - Objetivos Gerais:

1. Analisar a VIDA no Planeta Terra, para que tomem consciência da existência dos seres vivos que povoam este planeta, focalizando:

a) A vida na terra, na água e no ar.

b) O ser humano, como criatura capaz de reconhecer seu criador.

2. Localizar o Planeta Terra no Universo para que valorizem o espaço onde vivem.

IV – Desenvolvimento

Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	Atividades	Recursos Metodológicos	Avaliação
Localizar o Planeta Terra no Universo.	Terra nosso planeta: - localização no Sistema Solar; - movimentos.	Escuta da História: Nascimento do planeta azul. Localização do planeta Terra no Sistema Solar. Observação dos movimentos da Terra, usando o globo.	Texto: Nascimento do planeta azul. Fita ou CD gravado. Globo – Sistema Solar	Como escutaram a história? Como observaram?
Descobrir as maravilhas existentes na natureza no planeta Terra.	Tesouros da Natureza no planeta Terra.	Observação do Planeta Terra.	Filme: Tesouros da Natureza.	Como foi o interesse?
Descobrir que a terra e povoada por animais de diferentes classes.	Animais terrestres: - elefantes e camelo; - animais caçadores: leão, tigre, gato. - répteis: tartaruga, jacaré, camaleão, lagartixa. Animais que vivem no ar: - Aves trepadoras: papagaio, arara, tucanos. - Pássaros diversos - Insetos alados: úteis e nocivos.	Leitura do texto: É proibido proibir. Discussão para introduzir a vida dos animais terrestres. Observação do elefante e camelo. Entrevista com o Sr. Camelo. - Leitura da adivinhação: Quem vem lá? Discussão e observação dos animais: tigre, leão e gato. História: a Tartaruga Infeliz. Observação dos animais répteis. Leitura do texto: Quem vem lá? Observação do papagaio,(vivo) arara e tucano. História Observação de passarinhos em gaiolas. Discussão e observação para descobrir as características dos insetos. Observação de uma colméia. Discussão da importância da abelha. Observação de insetos nocivos: mosca, gafanhoto, borboletas, ...	Cópia do texto: “É proibido proibir”. Texto: Os navios do deserto Cartaz com a adivinhação. Cartaz com os animais. Livro Texto: A Tartaruga Infeliz. Gaiola com um papagaio. Gaiola com pássaros. Texto: Bem-te-vi	Como participaram da discussão? Observaram com curiosidade? Como foi o interesse? Foram curiosos? Como participaram?

Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	Atividades	Recursos Metodológicos	Avaliação
Analisar as características dos animais que vivem na água.	- Gigantes do mar: baleia e golfinho - Animais menores: estrela do mar, cavalo marinho, conchas, caracóis. Peixes dos rios e açudes: traíra, etc.	Observação através de um DVD. Discussão Entrevista com a Baleia Azul. Observação de réalias e cartaz. Entrevista: O cavalinho do mar.	DVD: Planeta Azul 1. Texto: A Baleia Azul Cartaz – réalias do mar Texto: O cavalinho do mar.	Como participaram?
Analisar a vida das plantas terrestres e aquáticas.	Plantas: -terrestres: . importância para a vida na terra; . funções das folhas, das flores, dos frutos. - aquáticas: água-pé; vitória-régia	Observação de um peixe. Observação de um aquário. Observação de uma planta completa. Discussão sobre a importância das plantas para a vida na terra. Observação de flores para descoberta da fecundação. Experiência para descobrir a clorofila das folhas. Observação do embrião de uma semente. Discussão sobre a vida das plantas aquáticas	Peixe (natural) Aquário pequeno Réalia (planta) Réalia (flores) Réalia (folhas) Sementes de feijão verde. Planta aquática	Como estavam interessados na observação? Tinham interesse? Estavam felizes? Como discutiram?
Descobrir que Deus criou o homem e entregou-lhe o mundo para ser cuidado em favor da vida.	O homem, rei da criação, ser pensante.	Leitura Informativa do texto do Gênesis. Discussão e reflexão. Dramatização pelas crianças.	Bíblia	Fizeram boa reflexão?
Recompor a história que foi narrada	Composição: A vida deve ser preservada.	Narração da história: A operação de Lili. Redação	Cartaz com a história.	Como redigiram?
Descobrir as diferentes medidas.	Medidas	Observação e experimentação com os instrumentos de medir.	Instrumentos diversos	Como participaram?

Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	Atividades	Recursos Metodológicos	Avaliação
Sintetizar todo o trabalho realizado sobre o Planeta Vivo.	Todo conteúdo trabalhado.	Recitação socializada: Terra Mãe. Recitação: Viva a vida. Audição da música: Planeta ... Assistir outra parte do filme.	Textos: Terra Mãe e Viva a vida. CD sobre Planeta Água DVD.	Este Projeto Pedagógico realmente focalizou a vida no Planeta Terra?

Bibliografia:

- ROBATTO, Sonia - *Coleção Nana Nenê – Uma História para cada dia* – Editora Globo – meses: fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro.

- CARRORO, Fernando – *A Parábola do Planeta Azul* – Editora FTD – 1994 – 9ª edição

- ALVES, Rubens – *A operação de Lili* – Edições Paulinas – 3ª edição – 1987.

Elaboração: Maria Fernandes de Queiroga = Ir. M. Ana, OSF

COLÉGIO NORMAL FRANCISCA MENDES

PRÁTICA PEDAGÓGICA – 2007 NO CURSO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Desenvolvendo um Projeto Pedagógico com o tema:
ANA MARIA, CRIANÇA ACOLHEDORA

História: A MARGARIDA FRIORIENTA

Era uma vez uma Margarida num jardim. Quando ficou de noite, a Margarida começou a tremer. Aí, passou a Borboleta Azul. A borboleta parou de voar. – Por que você está tremendo? – Frio! - Oh! É horrível ficar com frio! E logo numa noite tão escura! E voou para o quarto da Ana Maria. – Psiu! Acorde! – An! É você, Borboleta? Como vai? – Eu vou bem. Mas a Margarida vai mal.

- O que é que ela tem? – Frio, coitada! – Então já sei o remédio. É trazer a Margarida pro meu quarto! – Vou trazer já! A Borboleta pediu ao cachorro Moleque: - Você leva esse vaso pro quarto da Ana Maria?

Moleque era muito inteligente. E levou o vaso muito bem. Ana Maria abriu a porta para eles. E deu um biscoito ao Moleque. A Margarida ficou na mesa de cabeceira. Ana Maria se deitou. Mas ouviu um barulhinho. Era o vaso balançando. A Margarida estava tremendo. – Que é isso? – Frio! - Ainda! Então já sei! Vou arranjar um casquinho pra você. Ana Maria tirou o casquinho da boneca. Porque a boneca não estava com frio nenhum. E vestiu o casquinho na Margarida.

- Agora você está bem. Durma e sonhe com os anjos.

Mas quem sonhou com os anjos foi Ana Maria. A Margarida continuou a tremer. Ana Maria acordou com o barulhinho. - Outra vez? Então já sei. Vou arranjar uma casa pra você!

E Ana Maria arranhou uma casa para a Margarida. Mas quando ia adormecendo ouviu outro barulhinho. Era a Margarida tremendo. Então Ana Maria descobriu tudo. Foi lá e deu um beijo na Margarida. A Margarida parou de tremer. E dormiram muito bem a noite toda. No dia seguinte Ana Maria disse para a Borboleta Azul: - Sabe, Borboleta? O frio da Margarida não era frio de casaco, não!

E a Borboleta respondeu: - Ah! Entendi!

Texto de: Fernanda Lopes de Almeida
Ilustrações: Lila Figueiredo

II –JUSTIFICATIVA

O contar história, leva a criança a uma atitude de escuta, podendo-se perceber seu interesse no que se fala e no que se mostra, demonstrando sua capacidade de acompanhar os fatos narrados e poder construir o seu conhecimento.

Com este Projeto Pedagógico, baseado na história “A Margarida Friorenta”, queremos de uma maneira agradável para as crianças, conduzir o processo ensino-aprendizagem em aspectos científicos, bem como proporcionar descobertas de atitudes a serem assumidas por elas.

A história escolhida como ponto de partida para este projeto pedagógico, traz como foco importante atitudes de uma criança – Ana Maria – ao acolher uma flor “Margarida” encontrada pela Borboleta Azul, além de aspectos científicos que poderão ser explorados no desenvolvimento do trabalho com as crianças do Jardim.

Acreditamos que conseguiremos despertar o interesse das crianças e fazer com que vivam momentos de alegria e de atividade mental.

III – OBJETIVOS GERAIS

1. Analisar a história “A Margarida Friorenta” a fim de que possa:
 - descobrir atitudes de comportamento;
 - identificar aspectos científicos.
2. Descobrir os seres vivos contidos na história, para que reconheçam que somente Deus tem o poder de criar e manter a vida.
3. Identificar na história outros aspectos importantes para que possam entrar na organização de conteúdos de comunicação e expressão e da matemática.

IV – DESENVOLVIMENTO

Objetivo Específico	Conteúdo Programático	Atividades	Recurso Metodológico	Avaliação
Ouvir e narrar a história “A Margarida Friorenta”	História “A Margarida Friorenta” Capacidade de ouvir e narrar, observar e imitar.	Narração da história através de fantoches. Escuta da história. Observação dos quadros.	Livro de Fernanda Lopes de Almeida. Fantoches Quadros pintados.	Como as crianças escutaram? Houve participação emocional?
Descobrir que as pessoas, animais e plantas têm nome.	Nomes dos seres criados.	Observação de figuras, levando-os a dar nome a cada figura observada. Discussão para concluir que tudo tem nome.	Figuras: margarida, criança, cachorro, borboleta.	Como trabalharam na descoberta dos nomes
Estabelecer a diferença e semelhança entre os seres vivos.	Semelhanças e diferenças	Observação de gravuras de seres vivos ou de réalias.	Gravuras e réalias	Como estabeleceram as semelhanças e diferenças?
Reconhecer que Deus criou e mantém a vida.	Deus criador	Observação de uma flor natural e de uma flor artificial para descobrir a diferença e contemplar a beleza da natureza criada por Deus.	Flores e uma planta	Como reconheceram a grandeza de Deus?
Identificar a diferença entre um ser vivo e seres não vivos.	Ser vivo diferente do ser não vivo.	Excursão pelo pátio do colégio para descobrir seres vivos e não vivos.	Plantas, animais Pedras, terra, água.	Houve questionamento?
Traçar figuras abertas e fechadas.	Curvas abertas e fechadas.	Observação de curvas abertas e fechadas. Desenho de curvas abertas e fechadas.	Cartazes Papel em branco.	Tiveram interesse?
Diferenciar : noite e dia, Manhã e tarde, escuro e claro, frio e quente, dormir e acordar.	Diferenças de tempo e temperatura.	Fazer memória da história – discussão Observação de cartazes que focalizem o conteúdo desejado.	Cartazes	Como foi a participação?

<u>Objetivo Específico</u>	<u>Conteúdo Programát.</u>	<u>Atividades</u>	<u>Recurso Metodológico</u>	<u>Avaliação</u>
Cantar uma música adaptada ao texto.	Cantos dentro do tema.	Escuta da música e texto. Discussão em torno do texto. Cantar: O que é da Margarida, ...	CD, aparelho do som	Houve alegria em cantar?
Identificar as atitudes contidas no texto.	Atitudes: - ajuda ao mais fraco; - solidariedade; - acolhida; - confiança. - retribuição - amizade.	Repetição da história, focalizando as atitudes dos personagens envolvidos. Discussão. Apresentação de cartazes que focalizem cada atitude.	Cartazes	Como foi o envolvimento?
Demonstrar capacidade em refazer a história (culminância)	Todo conteúdo	Observação para reorganização dos quadros da história. Memória dos personagens com suas atitudes, imitando-os.	Quadros da história.	Houve realmente aprendizagem?

Bibliografia:

- ALMEIDA, Fernanda Lopes – A Margarida Friorenta – Editora Ática – 18ª edição – 1996.

Elaboração do Projeto Pedagógico: Ir. M. Ana Fernandes de Queiroga, OSF
Catolé do Rocha, 13 de outubro de 2007.

Observação: Este Projeto Pedagógico poderá ser usado noutras séries, ampliando as atividades.

Anexo I – Curriculum Vitae de Irmã Ana

CURRICULUM VITAE

I – DADOS PESSOAIS:

NOME: Maria Fernandes de Queiroga

**FILIAÇÃO - PAI: João Adelino de Queiroga
MÃE: Ana Fernandes de Queiroga**

**NASCIMENTO: Data: 03 de fevereiro de 1936.
Local: Antenor Navarro-PB**

ESTADO CIVIL: Solteira (religiosa)

NACIONALIDADE: Brasileira

**ENDEREÇO: Av. Venâncio Neiva, 420 – Centro
Catolé do Rocha-PB**

**DOCUMENTOS: Carteira de Identidade nº 88.447 SSP/PB
Título de Eleitor nº 79423212/01 – 36ª Zona /
0075ª Secção.
CPF nº 090841424-20**

II - ATIVIDADES EM EXERCÍCIO

1. Administradora Escolar do Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha-PB.
2. Professora do Ensino Religioso, no 3º Normal do Colégio Normal Francisca Mendes.
3. Coordenadora Pedagógica do Curso de Educação Infantil.
4. Supervisora das Coordenadoras Pedagógicas.
5. Coordenadora do Ensino Religioso do Colégio Normal Francisca Mendes.

III - ATIVIDADES JÁ EXERCIDAS

1. Professora primária (substituta) no Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha-PB (1953).
2. Professora de Linguagem, Estudos Sociais e Ciências da 2ª série primária e professora de Desenho do curso primário no Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha-PB (1955/1957).
3. Professora de Desenho do antigo primário, no Colégio Normal Santa Rita – Areia-PB (1958/1961).
4. Professora de Matemática, Desenho e Educação Religiosa, do 2º ano do antigo primário, no Colégio Normal Santa Rita – Areia-PB (1961).
5. Dirigente do Grupo Jecistas – Colégio Santa Rita – Areia-PB (1959)
6. Professora de Educação Religiosa, no antigo primário – Colégio Normal Francisca Medes – Catolé do Rocha-PB (1962/1963).
7. Dirigente de um Clube Infantil, Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha-PB (1963/1965).
8. Dirigente Adjunta do Grupo Jecista, do Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha-PB (1964/1965).
9. Professora de Matemática e Desenho do Ginásio do Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha-PB (1962).
10. Professora de Higiene e Puericultura, ao Normal Regional do Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha-PB (1962).
11. Professora de Desenho ao Normal Regional do Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha-PB (1962/1963).
12. Professora de Matemática do Ginásio do Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha-PB (1962/1965 e 1967/1970).
13. Professora de Matemática do Curso Normal do Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha-PB (1965 e 1967/1971).
14. Professora de Didática Especial de Matemática e Ciências e Prática de Ensino do Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha-PB (1967/1972 e 1976).

15. Professora de Didática Geral no Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha-PB (1967/1968).
16. Professora de Administração Escola do Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha-PB (1972).
17. Professora de Artes e Educação Religiosa do Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha-PB (1971).
18. Professora de Matemática do Curso Científico do Colégio Estadual Obdúlia Dantas – Catolé do Rocha-PB (1971/1972).
19. Supervisora do Ensino de 1º Grau, do Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha-PB (1967/1995 e 1998/2002).
20. Vice-Diretora do Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha-PB (1970/1972).
21. Conselheira da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças – Areia-PB (1971/1974 e 1979/1987).
22. Professora de Matemática do 1º Grau (7ª série) do Instituto João XXIII – João Pessoa-PB (1975).
23. Professora de Matemática do 1º Grau da Escola Polivalente Sesquicentenário – João Pessoa-PB (1973/1976)
24. Coordenadora da Área de Ciência da Escola Polivalente Sesquicentenário – João Pessoa-PB (1976).
25. Supervisora do Ensino de 1º Grau – Equipe de Supervisão Intermediária do 8º Centro de Supervisão da Secretaria de Educação e Cultura – Catolé do Rocha-PB (1977/1979) 8º CREC.
26. Professora do Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha-PB de:
 - Didática Geral (1977, 1978 e 1980).
 - Didática de Ciência (1983).
 - Didática de Estudos Sociais (1981 e 1982).
 - Didática de Linguagem (1983, 1984 e 1985).
 - Ciência (1979 e 1981).
 - Psicologia da Aprendizagem (1978 e 1980 ao 4º Normal)
 - Filosofia da Educação (1979).
 - Prática de Ensino incluindo o Estágio Supervisionado (1967/1972 e 1977/1985).
 - Educação Religiosa (vários anos)
27. Participante dos Programas CRUTACs (1976).
28. Participante da Comissão do Ensino Religioso da Paraíba – João Pessoa-PB (1995/1997).
29. Professora de Didática do Ensino Religioso no 1º e 2º Curso de Formação para professor do Ensino Religioso, promovido pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba programado pela Comissão do Ensino Religioso. Sousa-PB (08 a 19/04/1996). Sapé-PB (07 a 18/10/1996).
30. Presidente da AEC Paraíba (1996/1999).

IV – CURSOS REGULARES

1. Curso Normal Regional no Colégio Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha ((1949/1952).
2. Curso Colegial Normal no Colégio Santa Rita – Areia-PB (1958/1960)
3. Curso de Pedagogia com Habilitação: Administração Escolar e Supervisão Escolar – Na Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa-PB (1973/1976).

V – CURSOS EXTRAS

1. Curso da CADES em Matemática no Liceu Paraibano (1963/1964) e no Colégio Estadual Central de Campina Grande (1965), com duração de um mês por ano.
2. Primeiro curso de Preparação Intensiva de Professores de 1º Ciclo, promovido pela Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da UFPB, em Matemática – João Pessoa-PB – Julho a dezembro de 1965.
3. Seminário de Psicologia Educacional e Didáticas Especiais para o Curso Colegial Normal, sob os auspícios da Aliança para o Progresso – INEP – DAP (Belo Horizonte), com assistência e colaboração da Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, realizado no Instituto de Educação – João Pessoa-PB (julho de 1965).
4. Cursos ministrados pela Divisão de Aperfeiçoamento de Professores (DAP), do CRPEJP, no período de 12/05 a 16/12/66, em Belo Horizonte-MG.
5. Seminário de Aperfeiçoamento para Professores de Ensino Normal, auspícios da Secretaria de Educação e Cultura, SUDENE e USAID, realizado no Instituto de Educação da Paraíba em janeiro/fevereiro de 1968 – João Pessoa-PB.
6. Ciclo de palestras do Curso de Aperfeiçoamento Didático do Projeto RONDON PR/V, 17/01 a 06/02/1970 – Catolé do Rocha-PB.
7. IV Encontro de Diretores e Professores de Escolas Normais realizado no Instituto de Educação da Paraíba, 01 a 04/06/1971 – João Pessoa-PB.
8. Curso de Recreação no Centro Social do Varjão – João Pessoa-PB em janeiro de 1972 (sem certificado).
9. Curso de Datilografia – Escola Normal Francisca Mendes – Catolé do Rocha-PB (1953).
10. Curso de Psicologia Clínica, de 27 a 30 de julho de 1972, promovido pela Associação Universitária de Catolé do Rocha-PB.
11. Curso de Atualização em Matemática, ministrado pelo professor Oswaldo Sangiorgi, no Instituto de Educação da Paraíba – João Pessoa-PB (15/12/1973).
12. Cursos de Formação e Atualização Teológica, promovido pelo Instituto de Formação para o Desenvolvimento, no Centro de Treinamento de Miramar – João Pessoa-PB (janeiro de 1975/1976).
13. Curso de Psicologia da Espiritualidade, ministrado pelo Pe. Jesuíta, Arthur Grandmont – João Pessoa-PB (Julho de 1965) sem certificado.

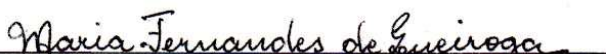
14. Curso de Dicção e Teatro, ministrado pelo professor Rubens Teixeira, na ex-Fafi, em setembro de 1965 (sem certificado).
15. Curso de Sociologia Religiosa, ministrado pelo Irmão Marista Eduardo Amorim, Lagoa Seca-PB – Julho de 1973 (sem certificado).
16. Seminário de didática, promovido pela Equipe de metodologia do Ensino Superior do Departamento de Metodologia Pedagógica, CCSA da UFPB., de 01 a 04 de setembro de 1975 – João Pessoa-PB.
17. Curso de Atualização em Parapsicologia, ministrado pelo Dr. Edson Nunes, Diretor Fundador do IBIP, de 25 a 27/10/1975 – João Pessoa-PB.
18. Curso Integrado de Orientação Educacional e Supervisão Escolar, realizado de 26/05 a 02 de junho de 1976 na UFPB – João Pessoa-PB.
19. I Seminário Paraibano de Cultura Brasileira, de 30 de novembro a 03 de dezembro de 1976 – Centro Administrativo – João Pessoa-PB.
20. Seminário de Avaliação Curricular, promovido pelo Colegiado do Curso de Pedagogia, 26 e 27/05/1977 – João Pessoa-PB.
21. VI Encontro de Administradores de Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º Graus – Patos-PB (27/10/1977).
22. Encontro de Supervisores de Ensino de 1º Grau – promovido pelo Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos – João Pessoa-PB (23 a 27/01/1978).
23. VII Encontro de Supervisores e Orientadores Educacionais, promovido pelo Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos – Sapé-PB (11 a 15/09/1978).
24. I Encontro Nacional de Supervisores de Educação no Estado do Rio Grande do Sul, promovido pela ASSERS, no período de 16 a 21 de outubro de 1978 – Porto Alegre-RS.
25. Encontro de Administradores e Coordenadores Pedagógicos de Escolas Normais, promovido pela Coordenadoria de Treinamento do Magistério, no Centro de Formação e Treinamento de professores de Sapé-PB (04 a 08/06/1979)
26. VIII Encontro de Administradores e Secretários de Estabelecimentos de Ensino Públicos e Particulares de 1º e 2º Graus – Patos-PB (18 e 19/10/1979).
27. I Jornada de Educadores Cristãos da Paraíba no Curso de Escola em Pastoral, promovido pela AEC da Paraíba, em João Pessoa de 25 a 27 de junho de 1981.
28. Seminário sobre “EDUCAÇÃO, REALIDADE BRASILEIRA E FRATERNIDADE”, promovido pela AEC da Paraíba, 12 a 13/10/1981 – João Pessoa-PB.
29. X Encontro de Administradores e Secretários de Estabelecimentos de Ensino Públicos e Particulares de 1º e 2º Graus, promovido pela ITE, em Catolé do Rocha-PB, de 3 e 4/11/1981.
30. Curso “FORMAÇÃO DA CONSIÊNCIA CRÍTICA” promovido pela AEC da Paraíba, de 11 a 14/11/1981.
31. III Seminário sobre Educação e Fraternidade. Promovido pelo núcleo da AEC de Cajazeiras-PB, de 12 a 13 de maio de 1982.
32. XII Encontro de Administradores e Secretários de Estabelecimentos de Ensino das Redes Oficial e Particulares, promovido pela ITE, em Patos-PB, (09/11/1984).
33. IX Encontro de Administradores e Secretários de Estabelecimento de Ensino Públicos e Particulares de 1º e 2º Graus, realizado em Patos-PB (29/10/1980).

34. Curso de Iniciação Teológica, na Universidade Católica de Petrópolis – Petrópolis-RJ, janeiro de 1984/1985 e 1986/1987.
35. Curso de BÍBLIA, realizado em julho de 1982/1983/1985 em Catolé do Rocha-PB / Areia-PB / Catolé do Rocha-PB respectivamente, ministrado pelo professor Marcelo do ITER.
36. Participação em Congressos promovidos pela AEC/BR (Associação de Educação Católica do Brasil):
 - XII Congresso Nacional da Associação de Educação Católica do Brasil, de 07 a 11 de julho de 1986, em Brasília-DF. Tema: Educação, Sociedade e Participação. Carga horária: 42 horas.
 - XIV Congresso Nacional da Associação de Educação Católica do Brasil, de 19 a 23 de julho de 1992, em Salvador-BA – TEMA: 500 ANOS: O QUE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NOS ENSINA.
 - XV Congresso Nacional da Associação de Educação Católica do Brasil, Fortaleza – CE, julho de 1995. Tema: Professor, necessário na construção da cidadania.
 - XVI Congresso Nacional da AEC/BR, em Porto Alegre, 11 a 15 de outubro de 1998.
Tema: Escola e Solidariedade – Praticando a Inclusão.
 - XVII Congresso Nacional da AEC/BR, em Curitiba-Paraná, de 15 a 19 de julho de 2001. Tema: Cotidiano e Escola – Razões para Fazer e para Sonhar.
37. Participação do Encontro Regional da AEC/Alagoas, 12 a 15 de agosto de 1999, em Maceió – Tema: Cultura e Culturas.
38. Participação em Cursos promovidos pelo Sistema Positivo de Ensino para equipe diretiva e para equipe docente:
 - Curso “Educar para Compreender”, em Recife, março de 1999.
 - Curso “A Prática Pedagógica em Construção”, agosto de 1999.
 - Curso “Avaliação: em busca de novos significados”, em Recife, março de 2000.
 - Curso “Escola: reconstruindo sua própria história, em Recife, 18-08-2000.
 - Curso “Administração Escolar: uma visão empreendedora, em Recife, 27-10-2000.
 - Curso “O Valor Humano: um diferencial na administração escolar”, em Recife, março de 2001.
 - Curso “Aprender e Ensinar: desafios do novo século”, em João Pessoa, 03-08-2001.
 - Curso “Refletir e agir na educação”, em Natal, 28-08-2001/15-09-2001/18-11-2001. (03 cursos com o mesmo tema)
 - Curso “A vida na escola: uma questão de gestão”, em Campina Grande, 18-05-2002.
39. Seminário para estudo dos programas do Curso de Ensino Positivo para o ano 2001, em Curitiba – Paraná, mês de julho, duração 20 horas.

VI – DIPLOMAS E TÍTULOS

1. Professora Regente de Ensino Primário de 1952.
2. Professora de Ensino Primário – 1960.
3. Professora registrada em MATEMÁTICA, junto ao MEC, desde de 1966 – Registro nº D 43.581.
4. Professora registrada em DIDÁTICA ESPECIAL DE MATEMÁTICA e PRÁTICA DE ENSINO – 2º Ciclo – Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba – Departamento de Educação Média – Inspeção Técnica – 1970 – Registro nº 054 – João Pessoa-PB.
5. Especialista de Educação: ADMINSITRAÇÃO ESCOLAR – 1º e 2º Graus e SUPERVISÃO ESCOLAR – 1º e 2º Graus – registro nº 32.399 – Ministério da Educação e Cultura – Secretaria de Apoio Administrativo – Delegacia Regional (DR – 2).
6. Professora de 2º Grau em: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO;
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO;
DIDÁTICA.
Registro “L” – nº 6.078 – Ministério da Educação e Cultura – Secretaria de Apoio Administrativo – Delegacia Regional (DR – 2).
7. Professora habilitada para lecionar Religião nos cursos de Ensino Médio.

Catolé do Rocha, 16 de maio de 2002.



MARIA FERNANDES DE QUEIROGA

Anexo J – Diploma de Cidadã Catoleense e Título de Honra ao Mérito



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE *vatolê do Rocha*

DIPLOMA DE CIDADÃO *vatolense*

A Câmara Municipal de *vatolê do Rocha* PB, de conformidade com a
Lei n.º *411/82*, de *15/04/82* confere o título de Cidadão(a) *vatolense*
a *Maura Janna de Queiroz* em reconhecimento pelos relevantes serviços
prestados a *vatolê do Rocha* PB.

vatolê do Rocha, *26* de *maio* de *1982*

1.º Secretário

Presil lente

2º Secretário

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA
156º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO

HONRA AO MÉRITO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA CONFERE O PRESENTE TÍTULO DE
HONRA AO MÉRITO A Maria Fernandes de Albuquerque EM RECONHECIMENTO
AO SEU GRANDE POTENCIAL DE LIDERANÇA E PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS À CQ
LETIVIDADE.

CATOLÉ DO ROCHA, 26 DE MAIO DE 1991.


PREFEITO


COORDENAÇÃO DO EVENTO